



UFMA



UFPI



UFC



UFERSA



UFRN



UFPB



UFPE



UFS



UESC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA 

SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO ARTESANATO LOUÇA MORENA
DE ITABAIANINHA/SE

São Cristóvão–SE

2024

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA 

**SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO ARTESANATO LOUÇA MORENA
DE ITABAIANINHA/SE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos 

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães 

Projeto aprovado pelo parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (Plataforma Brasil) sob o número 5.768.978, em 22 de novembro de 2022.

CAEE: 61771622.4.0000.5546.

São Cristóvão–SE

outubro, 2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Oliveira, Heyse Souza de.

O48s Sustentabilidade socioambiental do artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE / Heyse Souza de Oliveira; orientador Antônio Carlos dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2024.

246 f.: il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Sustentabilidade e meio ambiente. 2. Artesanato. 3. Política pública. I. Santos, Antônio Carlos dos, orient. II. Título.

CDU 502.131.1

FOLHA DE APROVAÇÃO

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA 

ARTESANATO LOUÇA MORENA DE ITABAIANINHA/SE

E A SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Tese aprovada em 30 de outubro de 2024 pela banca de qualificação composta por:



Documento assinado digitalmente

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

Data: 03/11/2024 11:27:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Antônio Carlos dos Santos 

Universidade Federal de Sergipe (DLF/PRODEMA/UFS)

Orientador



Documento assinado digitalmente

ROSEMEIRE MARIA ANTONIETA MOTTA GUIMAR

Data: 04/11/2024 11:57:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães 

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Coorientadora



Documento assinado digitalmente

JANAINA CARDOSO DE MELLO

Data: 14/11/2024 15:36:05-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Janaina Cardoso de Mello 

Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS)

Examinador I



Documento assinado digitalmente

MARIA JOSE NASCIMENTO SOARES

Data: 18/11/2024 17:38:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Maria José Nascimento Soares 

Universidade Federal de Sergipe (DED/PRODEMA/UFS)

Examinador II



Documento assinado digitalmente

MICHELE AMORIM BECKER

Data: 22/11/2024 11:27:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Michele Amorim Becker 

Universidade Federal de Sergipe (DCOS/UFS)

Examinador III



Documento assinado digitalmente

SILVIA MARIA SANTOS MATOS

Data: 21/11/2024 21:20:58-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr^a. Silvia Maria Santos Matos 

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SE (SEBRAE/SE)

Examinador IV

DECLARAÇÃO DE VERSÃO FINAL

Este exemplar corresponde à versão final da Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).



Documento assinado digitalmente
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
Data: 03/11/2024 11:23:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos 

Universidade Federal de Sergipe (DLF/PRODEMA/UFS)
Orientador



Documento assinado digitalmente
ROSEMEIRE MARIA ANTONIETA MOTTA GUIMARÃES
Data: 04/11/2024 12:07:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães 

Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Coorientadora

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), responsável pelo Curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.



Documento assinado digitalmente

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

Data: 22/11/2024 12:40:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Heyse Souza De Oliveira 

Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA/UFS)



Documento assinado digitalmente

ANTONIO CARLOS DOS SANTOS

Data: 03/11/2024 11:19:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos 

Universidade Federal de Sergipe (DLF/PRODEMA/UFS)



Documento assinado digitalmente

ROSEMEIRE MARIA ANTONIETA MOTTA GUIMARÃES

Data: 05/11/2024 11:10:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dr.^a. Rosemeire Maria Antonieta Motta Guimarães 

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Dedico este trabalho à minha mãe, por todo o apoio e dedicação, que me auxiliaram em mais uma etapa da minha trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer. Primeiramente, quero mencionar meus pais, Maria Izabel e Jorge Fontes (*in memoriam*), que sempre me apoiaram e incentivaram na carreira acadêmica, sendo a base para o início de todos os meus sonhos e objetivos. Estendo meu reconhecimento aos meus irmãos: Hellan, Hellane e Hellen; aos sobrinhos: Isabelly, Enzo, Liz, Gustavo; e à sobrinha-neta: Maria Luísa, por serem a melhor família que eu poderia ter.

Agradeço à professora Dr^a Janaina Mello, minha principal incentivadora, que me acompanhou como orientadora em projetos de pesquisa na Graduação, no Trabalho de Conclusão de Curso e na Dissertação de Mestrado. Ao longo destes quatorze anos, sempre me tratou com muito carinho e dedicação, e hoje a considero uma amiga.

A professora Aglaé Fontes, com quem tive a oportunidade de trabalhar entre 2013 e 2016 na Fundação Cultural de Aracaju, também merece meu agradecimento. Nesse período, aprendi a admirar ainda mais a cultura sergipana e a me dedicar à pesquisa com mais afinco, graças aos seus incentivos e ensinamentos. Ela sempre me atendeu com grande zelo, dedicando horas a conversas e explicações sobre a cultura sergipana. Atribuo a ela o despertar do meu interesse em pesquisar o artesanato sergipano, especialmente a Louça Morena.

À professora Beatriz Dantas, que, assim como Aglaé Fontes, sempre foi uma das minhas principais referências como pesquisadora, meu profundo reconhecimento. Em minha tese, Beatriz teve uma colaboração fundamental, contribuindo com seu conhecimento sobre o tema e permitindo que eu tivesse acesso à sua casa para consultar seu acervo pessoal (livros, documentos, catálogos, jornais, entre outros). Sem dúvida, sem sua colaboração, a pesquisa não teria o mesmo resultado.

Minha gratidão também vai para as artesãs da Louça Morena: Nem, Valdete, Raquel, Hermengilda, Adelina, Adriana, Iraci, Maria de Jesus, Rivânia, e o artesão Raimundo, que me receberam com carinho e contribuíram com suas memórias e histórias para esta tese. Aprecio e sou grata pela colaboração dos colegas Flávio e Vainho, que me auxiliaram na visita técnica às lavras de Itabaianinha-SE e na realização de registros fotográficos.

Aos gestores do município de Itabaianinha: Eline, Márcio e Karani, que me receberam com atenção e disposição para colaborar com a pesquisa, e às técnicas da ADEMA: Aline e Felipa, pelo conhecimento compartilhado.

À CAPES e ao CNPq, por financiarem pesquisas e tornarem este estudo possível. Agradeço imensamente aos meus orientadores, Dr. Antônio Carlos e Dr^a. Rosemeire Guimarães, que chegaram na minha vida nesta etapa do doutorado e enriqueceram imensamente o meu crescimento intelectual e acadêmico. Minha eterna gratidão.

Aos meus colegas de trabalho e amigos, Nitinho e Kelly, por me apoiarem e incentivarem ao longo desses quatorze anos. Sem a compreensão e o suporte de vocês, esse sonho não seria possível. E, por fim, agradeço aos meus colegas de curso e amigos: Priscila, Fernanda, Houtran, Flávia, Natália, Romário, Michael, Cris, Danni e Eliene, por todo o suporte e compreensão. Deixo aqui registrado o meu muito obrigado!

RESUMO

O tema da pesquisa é o artesanato “Louça Morena” do Povoado Poxica, em Itabaianinha–SE, na perspectiva do conceito de sustentabilidade socioambiental. Produzido na região sul do estado de Sergipe, através do manejo do barro e madeira nativa ou exótica, o artefato enfrenta ameaça de extinção, entre um dos motivos está o extrativismo predatório da matéria-prima. Assim, esta pesquisa tem como objeto de pesquisa o estudo de uma produção artesanal econômica, social e culturalmente sustentável. Desse modo, o problema da pesquisa se constitui da seguinte maneira: uma vez que o barro (mineral finito) e a madeira proveniente de espécies nativas ou exóticas sejam extintos na região, haveria a possibilidade de o artesanato Louça Morena desaparecer? O objetivo geral se constitui em analisar o risco de extinção do artesanato “Louça Morena” do Povoado Poxica. Já os objetivos específicos foram: a) Compreender o conceito de sustentabilidade e o debate socioambiental voltado para a tradição cultural (artesanato); b) Relacionar comunidade e artesanato sob o aspecto cultural ao conceito de representação da população produtora da “Louça Morena”; c) Discutir a importância da promoção de políticas públicas para a produção do artesanato sustentável e a conservação da tradição; d) Identificar as prováveis formas de reconhecimento da atividade/produção da Louça Morena; e) Analisar as possíveis práticas que as artesãs utilizam para viabilizar um equilíbrio ambiental. Dessa feita, o método utilizado corresponde à história oral, onde foi realizado um estudo exploratório, descritivo e analítico, baseado na execução de procedimentos e técnicas como revisão bibliográfica e pesquisa de campo. A contribuição da pesquisa tende a servir como instrumento de consulta para promoção de políticas públicas, especialmente em terras sergipanas, acrescentando, significativamente, no avanço das ciências ambientais no estado de Sergipe. Outra iniciativa resultante do estudo foi a elaboração de uma cartilha que versa sobre a produção artesanal em cerâmica de Itabaianinha-SE, oferecendo uma breve explicação sobre a importância de mecanismos de proteção promovidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (IPHAN) com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) com a Indicação Geográfica (IG) para salvaguarda da cultura imaterial do nosso país.

Palavras-Chave: Artesanato; Louça Morena; Meio Ambiente; Sustentabilidade e Política Pública.

ABSTRACT

The research theme is the “Louça Morena” craftsmanship of the Poxica Village, in Itabaianinha-SE, from the perspective of the concept of socio-environmental sustainability. Produced in the southern region of the state of Sergipe, through the management of clay and native or exotic wood, the artifact faces a threat of extinction, one of the reasons being the predatory extraction of the raw material. Thus, this research has as its research object the study of an economically, socially and culturally sustainable craftsmanship. Thus, the research problem is as follows: once clay (finite mineral) and wood from native or exotic species become extinct in the region, would there be a possibility of the Louça Morena craftsmanship disappearing? The general objective is to analyze the risk of extinction of the “Louça Morena” craftsmanship of the Poxica Village. The specific objectives were: a) To understand the concept of sustainability and the socio-environmental debate focused on cultural tradition (craftsmanship); b) To relate community and crafts from a cultural perspective to the concept of representation of the population that produces “Louça Morena”; c) To discuss the importance of promoting public policies for the production of sustainable crafts and the preservation of tradition; d) To identify the probable forms of recognition of the activity/production of Louça Morena; e) To analyze the possible practices that craftswomen use to make environmental balance possible. In this case, the method used corresponds to oral history, where an exploratory, descriptive and analytical study was carried out, based on the execution of procedures and techniques such as bibliographic review and field research. The contribution of the research tends to serve as a reference tool for the promotion of public policies, especially in Sergipe, significantly adding to the advancement of environmental sciences in the state of Sergipe. Another initiative resulting from the study was the creation of a booklet that covers the artisanal production of ceramics in Itabaianinha-SE, offering a brief explanation of the importance of protection mechanisms promoted by the National Institute of Industrial Property (IPHAN) with the National Inventory of Cultural References (INRC) and the National Institute of Industrial Property (INPI) with the Geographical Indication (IG) to safeguard the intangible culture of our country.

Key words: Handicrafts; Morena rocker; Environment; Sustainability and public policy.

RESUMEN

El tema de la investigación es la artesanía “Louça Morena” del Povoado Poxica, en Itabaianinha – SE, desde la perspectiva del concepto de sostenibilidad socioambiental. Producido en la región sur del estado de Sergipe, mediante el manejo de arcilla y maderas nativas o exóticas, el artefacto está en peligro de extinción, una de las razones es la extracción depredadora de la materia prima. Así, esta investigación tiene como objeto de investigación el estudio de la producción artesanal económica, social y culturalmente sustentable. Por lo tanto, el problema de investigación es el siguiente: una vez que la arcilla (mineral finito) y la madera de especies nativas o exóticas se extingan en la región, ¿existirá la posibilidad de que desaparezca la artesanía Louça Morena? El objetivo general es analizar el riesgo de extinción de la embarcación “Louça Morena” del Povoado Poxica. Los objetivos específicos fueron: a) Comprender el concepto de sostenibilidad y el debate socioambiental centrado en la tradición cultural (artesanía); b) Relacionar la comunidad y la artesanía desde el aspecto cultural con el concepto de representación de la población que produce “Louça Morena”; c) Discutir la importancia de promover políticas públicas para la producción de artesanías sustentables y la conservación de la tradición; d) Identificar las formas probables de reconocimiento de la actividad/producción de Louça Morena; e) Analizar las posibles prácticas que utilizan los artesanos para lograr el equilibrio ambiental. En esta ocasión, el método utilizado corresponde a la historia oral, donde se realizó un estudio exploratorio, descriptivo y analítico, basado en la ejecución de procedimientos y técnicas como la revisión bibliográfica y la investigación de campo. El aporte de la investigación tiende a servir como instrumento de consulta para promover políticas públicas, especialmente en tierras de Sergipe, contribuyendo significativamente para el avance de las ciencias ambientales en el estado de Sergipe. Otra iniciativa resultante del estudio fue la elaboración de un folleto que trata sobre la producción cerámica artesanal en Itabaianinha-SE, ofreciendo una breve explicación sobre la importancia de los mecanismos de protección promovidos por el Instituto Nacional de Propiedad Industrial (IPHAN) con el Inventario Nacional de Bienes Culturales. Referencias (INRC) y el Instituto Nacional de la Propiedad Industrial (INPI) con la Indicación Geográfica (IG) para salvaguardar la cultura intangible de nuestro país.

Palabras clave: Artesanía; Vajilla Morena; Ambiente; Sostenibilidad y políticas públicas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Publicações sobre artesanato e meio ambiente em bases de dados e venda em 2022.	26
Tabela 2 -Publicações sobre artesanato em barro em 2022.....	28
Tabela 3 -Publicações sobre o artesanato Louça Morena em 2022.....	29
Tabela 4 -Publicações sobre Patrimônio, natureza e/ou sustentabilidade em 2022.	30
Tabela 5 -Publicações sobre Políticas públicas para artesanato em 2022.	32
Tabela 6 -Perfil das Artesãs de Itabaianinha em1979.	104
Tabela 7 -Perfil das Artesãs e Artesão de Itabaianinha (Poxica e Pau D'onça) em 2023.	105

LISTRA DE QUADRO

Quadro 1 -Caracterização das lavras do Município de Itabaianinha/SE em 1999.	127
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -Motivos que impulsionaram as mulheres a trabalharem nas olarias e cerâmicas vermelhas de Sergipe.....	99
Gráfico 2 -Número de artesãs que praticam ação de manejo para conservação do meio ambiente/ nível de escolaridade.....	164

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Fases do Estudo de Desenvolvimento Econômico.	45
Figura 2 -Tripé da Sustentabilidade.	51
Figura 3 -Levantamento Bibliográfico sobre Cerâmica no Brasil entre os anos de 1870 e 2009.	66
Figura 4 -Catálogo da Exposição Morro do Chapéu Mangueira: sua gente, sua vida, sua arte.	69

Figura 5 -Políticas Públicas no Brasil para o artesanato nos anos de 1950 a 2000.....	70
Figura 6 -Mapa de Sergipe com destaque para Itabaianinha.....	80
Figura 7 -Marco Zero de Itabaianinha/SE.....	82
Figura 8 -Brasão de Itabaianinha/SE.....	84
Figura 9 -Entrada do Povoado Poxica.....	87
Figura 10 - Conjunto de xícara artesanal.....	89
Figura 11 -Página do catálogo que aborda a Cerâmica de Itabaianinha.....	94
Figura 12 -Artesão utilizando o torno.....	98
Figura 13 - Espaço Cultural destinado para a comercialização artesanal regional.....	100
Figura 14 - Artesã produzindo a Louça Morena.....	102
Figura 15 - Mesa adaptada por uma das artesãs.....	109
Figura 16 -Pilares para neutralizar o racismo ambiental na organização.....	115
Figura 17 -. Localização das áreas da Lavra de Argila no estado de Sergipe.....	126
Figura 18 - Diferença entre o barro macio (cinza-escuro) e o massapê (cinza-claro).....	130
Figura 19 -Esquema geral das operações de uma mina de argila, com desenvolvimento de lavra de encosta por meio da formação de bancada utilizando equipamentos de escavação mecânica.....	133
Figura 20 -Extração do Barro em Lavra no Povoado Pau D’Onça.....	134
Figura 21 - Artesã queimando as peças de Louça Morena.....	138
Figura 22 - Travessa da Louça Morena.....	139
Figura 23 -Recorte de Jornal sobre o Artesanato do Município de Itabaianinha/SE.....	140
Figura 24 -Artesanato de Candeal.....	147
Figura 25 -Mineral Touá.....	148
Figura 26 -Instrumentos utilizados para produção do artesanato Louça Morena.....	149
Figura 27 -Processo de produção da Louça Morena.....	152
Figura 28 -Tipos de Peças para Comercialização.....	153
Figura 29 -Marca da Artesã Nem do Povoado Poxica.....	154
Figura 30 -Boletim da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), edição 75, 3º trimestre de 2023.....	156
Figura 31 - Madeira armazenada para produção da Louça Morena.....	158
Figura 32 -Recorte de Jornal sobre Problema da Falta de Lenha para artesãos no Município de Santana do São Francisco.....	160
Figura 33 -Recorte da Matéria publicada na coluna educação, cultura e Esportes que aborda problemas enfrentados por artesãos.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de crédito e assistência rural

ADEMA- Administração Estadual do Meio Ambiente

ANM- Agência Nacional de Mineração

APPs- Áreas de Preservação Permanente

ART- Anotações de Responsabilidade Técnica

ARTESOL- Artesanato Solidário

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC- Benefício da Prestação Continuada

CAAE- Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDFB- Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CE-Comissão Europeia

CENAR- Campanha Nacional de Educação Rural

CEP- Comitê de Ética e Pesquisa

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina

CEPIS- Centro de Produção Industrial Sustentável

CNFCP- Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular

CNPCT- Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONDESE- Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe

CULTART- Centro de Cultura e Arte

DECOS- Departamento de Comunicação Social

DED- Departamento de Educação

DHI-Departamento de História

DLF-Departamento de Filosofia

DNPM- Departamento Nacional de Produção Mineral

DO- Denominação de origem

DOF- Documento de Origem Florestal

DOP- Denominações de origem protegidas

EMSETUR- Empresa Sergipana de Turismo

ETG- Especialidade Tradicional Garantida

FHC-Fernando Henrique Cardoso

IBÁ- Indústria Brasileira de Árvores

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM- Instituto Brasileiro de Museus

ICMBio-Instituto Chico Mendes da Biodiversidade

IFS-Instituto Federal de Educação, Ciência de Tecnologia de Sergipe

IG–Indicação Geográfica

IHGSE-Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

INF–Instituto Nacional de Folclore

INPI- Instituto Nacional de Propriedade Industrial

INRC- Inventário Nacional de Referências Culturais

IP- Indicação de Procedência

IPHAN-Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ITPS- Instituto Tecnológico e de Pesquisa do Estado de Sergipe

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LI- Licença de Instalação

LO- Licença de Operação

LP- Licença Prévia

MEC- Ministério da Educação

MINC- Ministério da Cultura

MUHSE- Museu do Homem Sergipano

ODS-Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

PAB- Programa de Artesanato Brasileiro

PCA- Plano de Controle Ambiental

PCS- Programa Comunidade Solidária

PDN- Plano de Desenvolvimento do Nordeste

PIB- Produto Interno Bruto

PNAD- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDA-Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato

PNPCT- Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

PRAD- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

PRODEC- Programa de Desenvolvimento da Cultura

PRODEMA- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PROEX- Pró-Reitora de Extensão e Cultura

PROFCIAMB- Programa de Pós-Graduação Mestrado em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais

PROMART- Programa de Artesanato e Tradição Cultural

PSDB- Partido Social Democrata Brasileiro

PSEC- Plano da Secretaria da Economia Criativa

PT-Partido dos Trabalhadores

RCA-Relatório de Controle Ambiental

RL-Reserva Legal

RPPNs- Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SAP-Sala do Artista Popular

SEBRAE-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC-Secretaria da Economia Criativa

SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAT-Serviço Nacional de Aprendizagem e Transporte

SERGIPETEC- Sergipe Parque Tecnológico

SESC-Serviço Social do Comércio

SICAB-Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro

SUDENE-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFAL-Universidade Federal de Alagoas

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS-Universidade Federal de Sergipe

UNESCO—Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO ARTESANATO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	39
1.1 Debate Socioambiental e Desenvolvimento Econômico voltado para o artesanato.	41
1.2 Representação Cultural do Artesanato visando a Sustentabilidade	48
1.3 Artesanato, Cerâmica e Políticas Públicas no Brasil.....	62
2. MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA NA CENTRALIDADE DO ARTESANATO LOUÇA MORENA.....	79
2.1 O Povoado Poxica e a inserção da Louça Morena	87
2.2 A Louça Morena e sua representatividade no estado de Sergipe.....	89
2.3 Perfil Socioeconômico das Artesãs em busca da superação da sua Invisibilidade.....	103
3. ARTESANATO LOUÇA MORENA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	124
3.1 Artesanato Louça Morena: a extração do barro, o manejo e o modo de fazer.....	125
3.2 Biomassa florestal e uso de espécies nativas	154
3.3 Impactos socioambientais associados à produção da Louça Morena	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	180
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE	199
Apêndice B – Termo de Autorização de Imagem, Som e Depoimento	203
Apêndice C – Termo de Anuência (Coparticipante)	204
Apêndice D – Roteiro de Entrevista- Artesãs.....	205
Apêndice E – Roteiro de Entrevista-Pesquisadoras do tema.....	209
Apêndice F – Roteiro de Entrevista-Gestores Públicos.....	211
Apêndice G-Roteiro de Entrevista de Técnicos	214
Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (1/26)	216
Anexo A- Parecer de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UFS (Primeira página).....	243
Anexo B- Protocolo Adema	245
Anexo C- Ofício Iphan.....	246

INTRODUÇÃO

As relações sociais entre artesão, artesanato, meio ambiente e natureza por muito tempo foram consideradas harmoniosas. Violin *et al.* (2019, p. 7) ressaltam que no passado o artesão era mencionado como um protetor do meio ambiente, que utilizava matéria-prima da natureza sem destruir seu entorno. Com o passar do tempo e a ascensão do desejo econômico em volta da produção artesanal, a extração abusiva ou inadequada dos recursos naturais cresceu consideravelmente, criando uma ruptura da outrora harmonia entre o homem e o meio ambiente.

Entendendo que essa ruptura é um problema para sociedade do século XXI, a pesquisa tem como foco o estudo de uma produção artesanal econômica, social e culturalmente sustentável, que está sob ameaça. Logo, o objeto de estudo desta pesquisa é: o artesanato sergipano produzido através do barro e madeira em um povoado do estado de Sergipe.

A Louça Morena¹ é um tipo de artesanato, característico da região sul do estado de Sergipe, produzido manualmente no município de Itabaianinha-SE, cuja matéria-prima é o barro e a madeira nativa e exótica que estão sendo extraídas de maneira indiscriminada. Devido ao extrativismo predatório da matéria-prima, o artefato cultural pode desaparecer, constituindo-se em um verdadeiro problema socioambiental, carecendo de investigação.

Certeau (1995) historiador e antropólogo, discorre em sua obra “*A cultura no Plural*” sobre a importância de problemas culturais estarem inseridos em amplos contextos, considerando a lógica de que uma sociedade produtivista corresponde às demandas de consumo da população e que estas por sua vez deverão atender as necessidades da cultura.

Para Certeau (1995, p. 192), há “[...] inadequações das ações ou das planificações econômicas para responder verdadeiramente ao mal-estar que, depois de um certo limite, é gerado pelo próprio progresso (a poluição, a droga, a deterioração do meio ambiente, etc.)”. Em consonância com as ideias de Certeau, o problema central da pesquisa se constitui da seguinte maneira: uma vez que o barro (mineral finito) e a madeira proveniente de espécies nativas ou exóticas sejam extintos na região, haveria a possibilidade de o artesanato Louça Morena desaparecer?

Assim, a pesquisa propõe, como outras questões norteadoras, tendo em vista a compreensão da construção da relação entre homem/natureza, indagar:

¹ Louça Morena refere-se a uma nomenclatura para designar este artesanato. Desta forma, observa-se que não se utiliza a preposição “em” para apresentá-lo como nas demais produções manuais, como por exemplo: artesanato em capim dourado.

a) Existe preocupação por parte do governo com a escassez de barro e madeira na região, já que ambos alimentam uma das maiores atividades econômicas (olarias) e culturais (Louça Morena) do estado de Sergipe?

b) Existem políticas públicas que incentivem e facilitem a produção artesanal para um desenvolvimento econômico e cultural sustentável na localidade?

c) As artesãs têm o devido reconhecimento da sua atividade por parte da sociedade e do poder público do município onde estão inseridas?

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o risco de extinção do artesanato “Louça Morena” do Povoado Poxica, no município supracitado, na perspectiva dos problemas socioambientais da região. Já os objetivos específicos são:

- a) Compreender o conceito de sustentabilidade e o debate socioambiental voltado para o exercício da tradição cultural (artesanato);
- b) Discutir a importância da promoção de políticas públicas para a produção do artesanato sustentável e a conservação² da tradição;
- c) Analisar as possíveis práticas que as artesãs utilizam para viabilizar um equilíbrio ambiental;
- d) Relacionar comunidade e artesanato sob o aspecto cultural ao conceito de representação da população produtora da “Louça Morena”;
- e) Identificar as prováveis formas de reconhecimento da atividade/produção da Louça Morena.

Por conseguinte, a hipótese da tese sugere que a incipiência ou ausência de políticas públicas locais para a efetivação de um desenvolvimento econômico amparado no conceito de sustentabilidade põe em risco a continuidade das tradições que utilizam matéria-prima da natureza.

Desse modo, ao estudar a relação entre o processo produtivo da Louça Morena e o meio ambiente, vislumbro uma reflexão sobre a necessidade de implantação e/ou direcionamento de políticas públicas para a sustentabilidade socioambiental, proporcionando à região uma produção artesanal responsável, garantindo a conservação dos recursos naturais presentes no meio ambiente, bem como a tradição cultural nele imiscuída.

²Optei por utilizar o termo “conservação” neste estudo para se referir a interrupção da tradição cultural da Louça Morena, visto que a tese trabalha com conceitos das ciências ambientais. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) define o conceito de preservação como ações que visam manter o patrimônio cultural em seu estado original, sem alterações, e conceito de conservação como ações que visam manter o patrimônio cultural em bom estado de conservação, mas que permitem intervenções para garantir sua integridade física e funcional (Sant’ Anna, s/d.).

Adoto, nesse primeiro momento, a compreensão da sustentabilidade socioambiental de Cavalcanti (2011, p. 220) para quem a sustentabilidade é um conceito que abrange a interação entre os sistemas sociais, econômicos e ecológicos, visando promover o desenvolvimento e a evolução sem que as ações humanas resultem na degradação da biodiversidade, enquanto a ideia do socioambiental associa as palavras social e ambiental, que representam uma nova relação entre natureza e cultura no que se refere aos problemas e processos sociais em decorrência da ação do homem que afetam o meio ambiente (Medeiros, 2022, s/p).

Já a premissa do conceito de Políticas Públicas, essencial nesta pesquisa sobre meio ambiente e cultura, *a priori*, converge para a proposição de Secchi (2010, p. 2) cuja abordagem multicêntrica considera a origem do problema a ser solucionado por um conjunto de decisões com ampla participação de vários agentes sociais, a saber, “organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (*policy networks*), juntamente com atores estatais” agindo diretamente em sua elaboração, implementação e fiscalização. Ou seja, não há uma primazia do estado, mas um protagonismo da coletividade.

A justificativa para a escolha do tema desta pesquisa surgiu ainda na escrita da dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde investiguei, na linha da História Cultural, a Renda Irlandesa de Divina Pastora–SE.

Entre o período de 2016–2018, o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) convocou a sociedade para discutir soluções para a manutenção da tradição do saber-fazer da Renda Irlandesa e seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Na época, existia o risco de extinção da matéria-prima conhecida como lacê (cordão roliço) para confecção das peças, ameaçando o registro de Identificação Geográfica (IG), que exigia o cumprimento das etapas descritas para sua produção, incluindo a permanência da matéria-prima registrada no processo para concessão do título da IG.

Na condição de museóloga, interessei-me pelo tema ao perceber que para preservar bens imateriais eram necessárias políticas públicas que garantissem essa preservação. Em 2018, especializei-me em Planejamento do Turismo pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), aproximando-me dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento econômico e socioambiental, considerando a relevância de políticas públicas na promoção da cultura e turismo local.

Já a escolha do artesanato, Louça Morena, se concretizou a partir da exposição do artefato na Sala de Cultura Popular, localizada no Centro Cultural de Aracaju, local onde fui coordenadora e responsável pelas atividades do espaço, de 2016 a 2019. O objeto em exposição

atraiu a curiosidade dos visitantes locais e turistas, contudo, era alarmante o desconhecimento da população sergipana sobre a tradição cultural local. Por esse motivo, me interessei ainda mais pela Louça Morena e, ao realizar pesquisas, constatee a falta de estudos sobre o objeto.

Portanto, a primeira justificativa que embasa esta pesquisa é a experiência que eu já possuo em outras áreas de investigação, e embora se coadunem no campo da História e da Preservação Cultural, venho acrescentar nesta tese a questão ambiental ainda pouco discutida nesse tema.

O fazer ciência como resolução de problemas, nesta tese, cogita compreender o sistema que compõe a sociedade local, envolvendo questões políticas, sociais, culturais e econômicas para encontrar soluções acerca dos impactos no meio ambiente em decorrência da produção do artesanato estudado.

Esta tarefa não pode ser objetivo de uma única área do conhecimento, razão pela qual envolve as Ciências Ambientais, a Filosofia, a Ética, a Cultura Popular, dentre outras, e tem caráter essencialmente interdisciplinar. Esta é a segunda justificativa que, inclusive, fundamenta o seu desenvolvimento em um Programa Interdisciplinar em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Apesar da existência de pesquisas sobre o arranjo produtivo do barro, para produção de cerâmica de blocos na cidade de Itabaianinha–SE, ou sobre o consumo de lenha para a produção de cerâmica na região, seja no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), no Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS), ou, em artigos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), não foram encontradas bibliografias sobre a produção artesanal da Louça Morena do Povoado Poxica associada às questões do meio ambiente.

Isto significa dizer que há uma lacuna bibliográfica que precisa ser suprida. E entender como as artesãs locais se inserem no processo de produção e verificar o conhecimento dos agentes envolvidos em relação a uma política pública favorável ao desenvolvimento econômico da atividade artesanal na região, amparada no debate socioambiental, justifica a pesquisa e sua importância e originalidade.

Tal premissa permite à pesquisa pensar na efetivação de políticas voltadas para a atividade artesanal, em observância à cadeia produtiva e suas artesãs, visando à superação do extrativismo predatório no povoado por uma prática mais sustentável e o desenvolvimento econômico do estado de Sergipe. Isso porque, nos últimos anos, editais públicos voltados para

o setor cultural têm exigido como critério de seleção para as comunidades produtoras a sustentabilidade no processo de produção dos seus produtos.

Com tais fatos expostos, implica dizer que o governo passou a exigir a sustentabilidade, mas não a fomenta junto às comunidades tradicionais. Para a sustentabilidade acontecer na produção artesanal, é necessário que as artesãs possuam conhecimentos técnicos, políticos e culturais sobre a importância de políticas públicas de desenvolvimento econômico sustentável. Isso garantirá que as gerações futuras possam usufruir do conhecimento e da tradição atualmente ameaçada.

Caracterizo a tese, em sua metodologia, como um estudo exploratório (formulação de teorias) e analítico (avaliação de informações disponíveis para explicar um contexto ou fenômeno), adotando na pesquisa a revisão bibliográfica e documental associada à pesquisa de campo, em consonância com o objetivo do estudo socioambiental da Louça Morena (Michel, 2009).

A abordagem utilizada corresponde a qualiquantitativa, estando os aspectos qualitativos voltados para conhecer a comunidade artesã da “Louça Morena”, analisar as práticas sustentáveis (ou não) desenvolvidas pelas mulheres produtoras e avaliar as consequências do extrativismo predatório da matéria-prima utilizada.

Os dados quantitativos pretendem mensurar o número de artesãs existentes na região; identificar sua faixa etária; o perfil socioeconômico; e o quanto essas artesãs conhecem das políticas públicas (papel, agentes e legislação), bem como o total de artesãs que trabalham com o conceito de sustentabilidade, analisando os impactos da ausência de ações nesse segmento social em estudo.

A pesquisa está cadastrada na Plataforma Brasil, através do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n.º: 61771622.4.0000.5546, tendo a autorização para desenvolvimento de pesquisa com seres humanos sido aprovada no dia 22 de novembro de 2022, através do parecer substanciado do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), número: 5.768.978.

Optei pelo método História Oral porque, como já mencionado, a história e tradição do artesanato Louça Morena possui poucas referências bibliográfica e como o método selecionado possibilita escrever sobre o breve histórico do município e história da tradição cultural, consegui simultaneamente analisar os fatores e as consequências das ameaças que afligem a sustentabilidade cultural, econômica e ambiental do *locus* de estudo na atualidade.

O recorte espacial do estudo compreende o município de Itabaianinha–SE, com foco nas artesãs produtoras da Louça Morena. Como ferramenta de pesquisa, a História Oral permite reflexões sobre a narrativa dos entrevistados. Assim, Thompson (1992) relata que:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança, isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e mundo exterior; e na produção da história seja em livros, museus, rádio ou cinema, pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (Thompson, 1992, p. 22).

Outra autora que aborda a eficiência da História Oral para pesquisas é Freitas (2006, p. 18), que a entende como “um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana”.

Já Ecléa Bossi (1994, p. 81) em sua obra *“Memória e sociedade: lembranças de velhos”*, trabalha a memória como função social, pois para ela a capacidade de relembrar fatos exige um espírito desperto, e envolve a capacidade de não confundir a vida atual com o que passou. Logo, “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugida. O sentimento também precisa acompanhá-la para não ser uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição”.

No que concerne à visão da autora, entendo que faz parte do papel do pesquisador fornecer condições e assegurar um ambiente confortável para a coleta dos dados, onde o entrevistado possa avaliar e ponderar sua narrativa dos fatos sem se sentir desconfortável ou até mesmo pressionado pela realização do estudo, tendo em vista que nem sempre as versões sobre os fatos ou acontecimentos coincidem com o que almeja a pesquisa.

A priori, realizei uma seleção de fontes históricas, visando encontrar dados que permitissem traçar um panorama sobre a atividade artesanal e sua relação com o meio ambiente no Brasil. A investigação pelo tema foi dividida em cinco eixos, sendo eles:

- a) Artesanato e meio ambiente;
- b) Artesanato e barro/ cerâmica;
- c) Artesanato Louça Morena;
- d) Patrimônio, natureza e/ou sustentabilidade;
- e) Políticas públicas e artesanato.

As buscas pelos temas em artigos, dissertações, teses e outros suportes textuais foram realizadas em plataformas de pesquisa *online*, como Google Acadêmico, Scielo (*Scientific*

Electronic Library Online), *Scopus*, *Web of Science*, Portal de Periódicos da Capes (CAFe) e a consulta ao *site* de venda de livros (Estante Virtual) permitiu encontrar um número considerado de publicações raras. As buscas foram realizadas entre os meses de janeiro a julho de 2022, tendo em vista a seleção de publicações que dialogam com o tema do estudo.

Sobre as publicações que tratavam o código da pesquisa “artesanato e meio ambiente” (tabela 1³), os dados encontrados expõem cerca de 149.000 (maior número) expresso em um dos bancos de dados (Google Acadêmico), somando aos demais o total corresponde ao número de 151.593, mas que não pode ser considerado o total real, por existir duplicidade entre os bancos de dados.

Tabela 1 – Publicações sobre artesanato e meio ambiente em bases de dados e venda em 2022.

Fonte	Data da última pesquisa	N.º de trabalhos encontrados	Tipologia	N.º de trabalhos selecionados
Café	2 abril de 2022	1.593	2 dissertações 1.591 artigos	1
Scopus	2 abril de 2022	-	-	-
Web of Science	2 abril de 2022	-	-	-
Scielo	2 abril de 2022	1	1 artigo	0
Google acadêmico	2 abril de 2022	149.000	Diversos	5

Fonte: Autoria própria, 2022.

Ao realizar a triagem do material, foi possível perceber que alguns trabalhos apenas citavam um dos códigos, mas não possuíam uma discussão aprofundada, já em alguns casos o objeto de estudo difere, sem mencionar áreas de investigação distintas.

Assim, o número real de periódicos que possuíam afinidade com a pesquisa caiu bastante, delimitando para o primeiro módulo de busca apenas seis (6) trabalhos selecionados para cada eixo pesquisado, considerando aqueles que mais possuíam afinidade com o eixo da tese proposta, sendo eles no primeiro eixo:

- 1) O trabalho de dissertação de Silvia Maria Santos Matos (2004) defendido no Núcleo de Pós-Graduação e Estudos do Semiárido do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, da UFS, sob o título: “*Desenvolvimento Sustentável e Arranjos Produtivos Locais: O caso da cerâmica artesanal do Município de Santana do São Francisco–SE*”, que abordou a produção artesanal

³ Todos os campos que se encontram o código “-” significa que não foram encontradas publicações sobre o tema ou as que estavam disponíveis não foram selecionadas.

ceramista na região do Baixo São Francisco, identificando seus principais envolvidos, visando analisar os processos de aprendizagem e sistema de produção que envolve a utilização de recursos naturais, análise de instituições, governanças e políticas públicas que apoiam a atividade;

- 2) Já o trabalho de Antônio A. Arantes (2004), que corresponde ao artigo “*O Patrimônio Imaterial e a sustentabilidade da Salvaguarda*” trabalha as políticas de preservação do patrimônio para a cultura popular, a partir das transformações sociais que geram o mercado, tendo como um dos resultados do texto a denúncia a ausência de voz ativa da população produtora;
- 3) O capítulo escrito por Marly Bulcão (2006) para o livro “*Natureza, Cultura e Meio Ambiente*”, aborda a Perspectiva de Gaston Bachelard sobre a relação entre o homem e a natureza;
- 4) Selecionei o artigo de Glauba Alves do Vale Cestari *et al.* (2014), cuja investigação do artesanato em cerâmica de Itamatatua/MA, considera os aspectos socioculturais e econômicos, trabalhando o conhecimento sobre o artesanato a partir da problemática relativa à preservação da tradição e à sustentabilidade da atividade;
- 5) O artigo de Fábio Luciano Violin *et al.* (2019), denominado “*Artesanato sustentável e o ambiente natural: análise preliminar no estado do Mato Grosso do Sul*”, evidenciou a relação entre o artesanato e o meio ambiente, assim, discutiu a importância e emergência de revisitar a discussão a respeito da sustentabilidade;
- 6) E por fim, o artigo de Francisca M. Cosme de Barbosa (s/d), intitulado de “*Produção Artesanal de Peças em Argila na Comunidade dos Potes Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Conservação Ambiental*”, discute os problemas ambientais relacionados ao uso dos recursos naturais de forma predatória, associada ao conceito de desenvolvimento sustentável. O objetivo desse trabalho foi analisar como estratégias de desenvolvimento econômico com foco em mercado, poderão ofuscar ou suplantam hábitos e costumes de conservação dos recursos naturais da produção artesanal de peças em argila na Comunidade dos Potes, no município de São João da Varjota-PI.

Na tabela 2, o código “publicações sobre artesanato em barro” resultou em 24.909 periódicos entre as plataformas de busca. No banco de dados CAFE, que produz uma busca mais detalhada, um fato chamou a atenção, uma vez que ambas as pesquisas realizadas (julho de 2022) revelam que os números de trabalhos acadêmicos (dissertações) consistem em apenas

dois (2), dentro de mais de mil trabalhos apontados nas buscas. Cerca de dezessete (17) trabalhos possuíam ligação com a tese proposta, sendo selecionados seis (6) trabalhos, destacados mais adiante.

Tabela 2-Publicações sobre artesanato em barro em 2022.

Fonte	Data da última pesquisa	Nº de trabalhos encontrados	Tipologia	Nº de trabalhos selecionados
Café	2 abril de 2022	598	545 artigo 2 dissertações 1 resenha	10
Scopus	2 abril de 2022	-	-	-
Web of Science	2 abril de 2022	-	-	-
Scielo	2 abril de 2022	-	-	-
Google acadêmico	2 abril de 2022	24.300	Diversos	5
Estante virtual	2 abril de 2022	10	Livros	3

Fonte: Autoria própria, 2022.

- 1) Selecionei o livro “*As Artes Plásticas no Brasil: Artes Populares*”, escrito por Cecília Meireles (1952), cuja obra reúne uma breve contextualização de ofícios da arte popular em algumas cidades brasileiras, situadas em contextos históricos da cultura regional;
- 2) O livro de Clotilde de Carvalho Machado, denominado “*O barro na arte popular brasileira*” (1977), que traça um panorama da atividade artesanal presente em algumas capitais do país e discute desde os primórdios da atividade ceramista no Brasil;
- 3) Já o Livro de Clarival do Prado Valladares (1986), sob o título “*Artesanato Brasileiro*”, reúne breve histórico sobre as categorias: cerâmica, madeira, traçados em fibra, tecelagem, rendas, metalúrgica, dentre outros materiais e modos de produção aplicados no Brasil;
- 4) Destaco a obra de Victor Zappi Capucci (1987), titulada de “*Fragments da Cerâmica no Brasil*”, que aborda a teoria da origem da cerâmica brasileira na Região da Ilha de Marajó. Capucci trabalha as delimitações das técnicas para a produção da cerâmica, expondo que grupos humanos primitivos sempre utilizaram as habilidades técnicas conquistadas para representar e documentar imagens e signos do cotidiano ou das representações mentais do sobrenatural;

- 5) A escritora Mary M. Iorio (2014) em sua obra *“A cerâmica no Brasil: Sistematização bibliográfica”*, realizou um levantamento bibliográfico de todas as publicações que abordam a temática da cerâmica brasileira, a consulta em bancos de dados como: livros, artigos, catálogos, pôsteres, postais, calendários, filmes, vídeos, sites, dentre outros, resultou em 3.571 referências entre os anos de 1895 e 2009, que não foram discutidas e analisadas pela autora (apenas citadas);
- 6) Já o artigo de Ari Rodrigues (2021) denominado *“Um Panorama Histórico do Artesanato Nacional”*, faz um breve recorte histórico sobre os principais acontecimentos envolvendo a temática artesanato brasileiro, abordando a tradição indígena, o início da colonização, a corrida do ouro, Brasil imperial, a era Vargas, dentre outros fatos históricos.

Sobre o artesanato Louça Morena (tabela 3), a busca resultou em um número bastante limitado de publicações, apenas cinco (5) trabalhos foram encontrados em bases de dados (*online*) e acervo pessoal de pesquisadoras do tema que tratavam especificamente do objeto de estudo da tese, sendo eles expostos na tabela a seguir.

Tabela 3-Publicações sobre o artesanato Louça Morena em 2022.

Fonte	Data da última pesquisa	Nº de trabalhos encontrados	Tipologia	Nº de trabalhos selecionados
Café	2 abril de 2022	-	-	-
Scopus	2 abril de 2022	-	-	-
Web of Science	-	-	-	-
Scielo	2 abril de 2022			
Google acadêmico	2 abril de 2022	3	2 artigos 1 cartilha	3

Fonte: Autoria própria, 2022.

- 1) O relatório denominado *“Artesanato em Sergipe: Cerâmica - Relatório Preliminar e Parcial da Pesquisa”*, produzido pelo Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe, organizado por Beatriz Góis Dantas (1983), o material traz informações acerca da tradição artesanal no estado⁴;

⁴ O relatório *“Artesanato em Sergipe: Cerâmica- Relatório Preliminar e parcial de Pesquisa”* (1983) e o *“Catálogo do Artesanato Sergipano”* (1983) fazem parte do acervo pessoal da pesquisadora Beatriz Dantas, não sendo encontrado em domínio público, por este motivo não se encontram indicado na tabela 3.

- 2) O “*Catálogo de Artesanato Sergipano*” (1983) produzido pelo governo do estado de Sergipe em convênio com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato do Ministério do Trabalho, a publicação tinha como objetivo apresentar os tipos de artesanato sergipano, dentre eles, a Louça produzida na Cidade de Itabaianinha-SE;
- 3) O artigo da antropóloga Beatriz Góis Dantas (1987/1988) com o título “*A Mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre produtores de cerâmica*”, trata-se sobre a produção de cerâmica da região sul, do estado de Sergipe e a divisão de tarefas do trabalho feminino e masculino. A autora denuncia a desvalorização da mão de obra feminina e discutiu acerca das narrativas que colaboram para esse discurso;
- 4) Outro trabalho de Beatriz Góis Dantas (2008), intitulado “*Artesanato e turismo: notas sobre as miniaturas de Carrapicho/SE*”, apesar de não trabalhar o artesanato Louça Morena do Povoado Poxica, traz informações sobre a atividade ceramista no estado de Sergipe e cita algumas informações sobre a produção de Itabaianinha;
- 5) Por fim, cito a cartilha produzida pelo Centro Nacional do Folclore (2012) para integrar o material da exposição, realizada na Galeria: Mestre Vitalino (Sala do Artista Popular) no Rio de Janeiro, denominada: “*Louça Morena Puxada à mão: o fazer barro no Povoado Poxica*”, escrita por Marina Sallovitz Zacchi, que traduz o ofício de fazer artesanato em barro da cidade de Itabaianinha-SE.

O código de pesquisa “Patrimônio, natureza e/ou sustentabilidade” (tabela 4), rendeu o resultado de 64.785. Conforme já mencionado, o material encontrado correspondia a um dos códigos, o que não atende a proposta da pesquisa. Assim, nove (9) trabalhos interessaram a esta pesquisa, seguindo o padrão, destaco os seis seguintes trabalhos:

Tabela 4-Publicações sobre Patrimônio, natureza e/ou sustentabilidade em 2022.

Fonte	Data da última pesquisa	Nº de trabalhos encontrados	Tipologia	Nº de trabalhos selecionados
Café	2 abril de 2022	181	182 artigos	1
Scopus	2 abril de 2022	2	Artigos	0
Web of Science	-	-	-	-
Scielo	2 abril de 2022	-	-	-

Google acadêmico	2 abril de 2022	64.600	Diversa	9
Estante virtual	2 abril de 2022	2	Livro	0

Fonte: Autoria própria, 2022.

- 1) O trabalho de Sandra C. A. Pelegrini (s/d) denominado “*A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro: impasses e jurisprudências*”, que trata da preservação dos bens materiais e imateriais, amparada na noção de cultura, representação e de práticas sociais, levando a conclusão que se faz necessário a existência de políticas culturais e sociais para efetivação da salvaguarda do patrimônio brasileiro;
- 2) A Dissertação de Mestrado titulada de “*Caracterização e aplicações industriais de argilas da região centro-sul do estado de Sergipe*” de autoria Eugênio Figueredo Albuquerque (1999) apresentada no Programa de Engenharia Civil da Universidade Federal da Paraíba (UFPA), que aborda as características da matéria-prima (barro) da cidade de Itabaianinha–SE, como também avalia os impactos da extração do material para o meio ambiente;
- 3) O artigo de Faruk Moraes Aragão *et al.* (2008) denominado de “*Caracterização do consumo de lenha pela atividade cerâmica, nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Umbaúba–SE*”, cujo objetivo foi elaborar subsídios para criação de estratégias de planejamento e gestão para uso da lenha, bem como quantificar e caracterizar as fontes e as formas de fornecimento destinado à produção cerâmica e analisar o consumo de lenha sob os aspectos econômicos e legais nos municípios citados no tema da pesquisa;
- 4) Enquanto o livro de Ricardo Lima (2012) titulado de “*O Povo de Candéal: Caminhos da Louça de Barro*” aborda a produção artesanal da cerâmica na região de Candéal, no Município de Conego Marinho, no extremo norte de Minas Gerais que também lidam com problemas socioambientais decorrentes da extração predatória da matéria-prima;
- 5) A Dissertação de Mestrado (2016) de Genivânia Silva titulada de: “*O (des.) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des.) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe*” aborda as fábricas de olarias nos municípios de Própria, Itabaiana e Itabaianinha e as consequências para os agravos ambientais para as regiões.

- 6) A Dissertação de Mestrado intitulada de “*Impactos Socioambientais Oriundos da Cerâmica Vermelha na Comunidade do Povoado Poxica- Itabaianinha/Se*”, apresentada no Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB (UFS) pela autora Gabriela Lima dos Santos (2021), aborda a produção de cerâmica e ação de espaços degradados pela atividade ceramista no Município. Contudo, embora a produção artesanal da Louça Morena nem sequer tenha sido mencionada no estudo, as avaliações dos impactos socioambientais no meio ambiente amparam as discussões e análises desta tese.

Já o código de pesquisa “Políticas públicas para artesanato” (tabela 5), rendeu o resultado de 108 trabalhos, condição semelhante aos resultados anteriores. Para essa pesquisa foram selecionados, apenas seis (6) trabalhos, seguindo o critério dos demais códigos, citando-os:

Tabela 5-Publicações sobre Políticas públicas para artesanato em 2022.

Fonte	Data da última pesquisa	Nº de trabalhos encontrados	Tipologia	Nº de trabalhos selecionados
Café	2 abril de 2022	50	47 artigos 3 Dissertações	1
Scopus	2 abril de 2022	2	Artigos	0
Web of Science	-	-	-	-
Scielo	2 abril de 2022	6	Artigos	0
Google acadêmico	2 abril de 2022	49	Diversa	
Estante virtual	2 abril de 2022	1	Livro	0

Fonte: Autoria própria, 2022.

- 1) O livro “*A questão Ambiental: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*” escrito por Leila da Costa Ferreira (1998) aborda a questão ambiental e demonstra a internalização da proteção ambiental nas políticas públicas brasileiras, especialmente no estado de São Paulo;
- 2) A revista “*Ações para o desenvolvimento do artesanato do Nordeste*” publicada pelo Banco do Nordeste (2002) aborda características gerais, cartografia, perfil organizacional, potencialidades mercadológicas e demais informações acerca do artesanato Nordestino, as informações disponíveis na publicação impactam diretamente na produção da Louça Morena;

- 3) O artigo de Alexandre Barbalho (2007), sob o título “*Políticas Culturais no Brasil: Identidade e diversidades sem diferença*” trabalha o problema da identidade nacional, abordando o tema das civilizações miscigenadas e as diversas etnias acerca da criação de políticas públicas voltadas para a área da cultura que atendam as mais diversas etnias da sociedade;
- 4) Selecionei neste código o artigo de Juliana Porto Machado (2016), intitulado “*O conceito de Artesanato: Uma produção Manual*” que aborda o conceito de artesanato adotado pelas políticas públicas na Argentina e no Uruguai, no qual se considera o reconhecimento do artesanato como patrimônio imaterial e dialoga com os objetivos deste estudo;
- 5) O artigo das autoras Carol de Araújo Barbosa, Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine, Maria Dione Carvalho de Moraes (2020), nomeado “*Artesanato e políticas públicas no Brasil: uma trajetória entre economia e cultura*” faz uma cronologia das principais políticas públicas para a cultura no Brasil, se tornando uma importante referência para esta pesquisa;
- 6) O artigo de Ari Rodrigues (2021) “*Políticas Públicas do Artesanato Brasileiro*” também aborda as principais manifestações em prol da atividade artesanal no país até se tornar uma atividade profissional regulamentada no Brasil, através da Lei n.º 13.180, de 2015.

Assim, a divisão entre eixos permitiu visualizar melhor como os temas relacionados ao conteúdo da tese começaram a surgir no país e quais as suas principais contribuições para a área de pesquisa. A escolha dessas referências foi fundamentada na similaridade com o objeto da tese, buscando dialogar e utilizá-las como direcionamento do estudo, tendo em mente que a divergência das regiões estudadas, tipologia de artesanato e matéria-prima, interfere completamente nos resultados da análise. Portanto, a similaridade possibilita reflexões comparativas distintivas, uma vez que a análise completa se constitui também da observação e pesquisa de campo do local e objeto estudado.

Outras bases de pesquisa, como Biblioteca Pública Epifânio Dória e os Arquivos Público de Sergipe (Estadual) e Municipal de Aracaju, também foram consultadas em busca de dados secundários, como livros, cartilhas, mapas, fotografias e outros documentos relevantes para a pesquisa, já que o município de Itabaianinha não possui arquivo municipal (até a realização desta pesquisa).

De tal modo, foi necessário analisar as legislações vigentes no nosso país sobre a profissão de artesão, o licenciamento ambiental, a Política Nacional do Meio Ambiente, o Código Florestal, o Código de Mineração, dentre outros, com o intuito de obter subsídios para o capítulo que trata da fiscalização ambiental no estado de Sergipe.

Após a seleção das referências, efetuei uma análise crítica, onde foram realizadas as validações das fontes consultadas, já que nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, em razão das subjetividades, é habitual encontrar fontes contraditórias. Para isto, comparei as informações encontradas nas referências bibliográficas com as informações concedidas nas entrevistas e demais fontes.

A segunda parte da seleção de fontes caracterizou-se pelas entrevistas. Planejei a realização dos depoimentos, efetuei os primeiros contatos por ligação telefônica para agendar uma visita ao local (povoado Poxica e Pau d'Onça), preparei o material: termos de uso de imagens, gravador, bateria extra, canetas e bloco para anotações. As entrevistas foram formuladas no formato de questionário semiestruturado sobre o tema do artesanato sustentável para serem respondidas pelas amostras selecionadas na região.

O universo da pesquisa conta com aproximadamente 15 artesãs. Mas a amostra selecionada corresponde ao total de 17 pessoas, sendo dez (10) artesãs, duas (2) pesquisadoras, três (3) agentes do poder público e dois (2) técnicos da Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA. Os indivíduos selecionados são de fundamental importância para a representatividade da amostra, já que temos duas pesquisadoras consideradas referências sobre o tema “cultura popular” e que possuíam publicações ou pesquisas que tratavam sobre o objeto de estudo. Sobre os gestores municipais da cidade de Itabaianinha, conversei com quem lidava diretamente com as questões culturais, econômicas e ambientais, sendo escolhido um (1) representante para cada secretaria, totalizando três (3) no segmento (cultura, meio ambiente e turismo). Por fim, na ADEMA foram autorizadas as entrevistas com os funcionários que tratam da Fiscalização e Licenciamento Ambiental no estado de Sergipe, sendo duas (2) técnicas, composta por uma geóloga e uma engenheira florestal.

O roteiro da entrevista para as artesãs/ artesão (apêndice D) possuiu dois eixos, onde o primeiro tem como objetivo conhecer o perfil dos entrevistados (sexo, idade, grau de escolaridade, perfil socioeconômico e composição familiar), com o intuito de conhecer melhor os agentes envolvidos e confrontar dados sobre as publicações disponíveis sobre o tema.

O segundo eixo da entrevista visou averiguar a história do artesanato na região (origem, surgimento, quantas pessoas produzem na região, aprendizado, se consideram um artesanato ou

um objeto utilitário, modo de fazer, se os desenhos possuem significados, etc), escolhi perguntas que iriam auxiliar no entendimento da representação do objeto para a localidade. Desse modo, as entrevistas foram gravadas em áudio MP4, com duração em média de 7 a 29 minutos, contendo a assinatura de termo de cessão de direito (apêndice B), sendo, posteriormente, realizada a transcrição e análise das fontes coletadas.

Assim, as entrevistas com as pesquisadoras Aglaé Fontes e Beatriz Dantas, incluídas no roteiro de entrevistas (apêndice E) na categoria pesquisadoras, possibilitaram o entendimento das transformações no conceito de representação cultural, social e econômico da “Louça Morena” para a comunidade local nos últimos anos.

O contato com os três (3) agentes diretos: Secretário Municipal de Desenvolvimento, Agrário e Meio Ambiente, Secretário Municipal de Comunicação, Cultura, Esporte e Lazer e a Turismóloga de Itabaianinha-SE que representou a Secretaria Municipal De Indústria, Comércio e Turismo (apêndice F), permitiu colher informações sobre políticas públicas para um desenvolvimento econômico sustentável, incluindo a mensuração de ações realizadas ou possibilidades futuras.

Sobre as informações do licenciamento e fiscalização ambiental no estado de Sergipe, entrevistei duas (2) técnicas da Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA) que possuíam conhecimento no que concernem às autorizações e vistorias (apêndice G).

No dia da visita, o local escolhido foi a própria moradia das entrevistadas (artesãs), me apresentei e esclareci os objetivos da pesquisa, conversei um pouco antes de iniciar as entrevistas (nesse momento realizei um estudo empírico), onde fotografei e filmei o local, observei as estruturas físicas, condições de trabalho, armazenamento da matéria-prima e de produtos para comercialização, a rotina das mulheres, como elas lidam com as atividades diárias e a produção das peças, Considerando que:

[...] em história oral, a entrevista se caracteriza pela sistematização das ações, que, por sua vez, advém do desdobramento de planejamentos e de pesquisas prévias sobre um dado grupo social que tem algo a contar. Sem planejamento, não há história oral. Merhy e Ribeiro (2011) afirmam que as entrevistas envolvem encontros planejados, gravados por diferentes mídias, exercitados de maneira dialógica, ou seja, com perguntas/estímulos e respostas. Além de observações constantes, a entrevista, no gênero dessa pesquisa, deve abranger pessoas que sejam depositárias das tradições, que quase sempre são os mais velhos, e também gerações posteriores (Cestari; Caracas; Santos, 2014, p. 88).

Desta forma, friso que respeitei o direito de escolha daquelas artesãs que optaram por não colaborar com a pesquisa, cedendo a entrevista ou abdicando de alguma resposta à pergunta

que havia no roteiro pré-estabelecido por não sentir segurança em suas respostas ou conhecimento aprofundado. Logo, entrevistei 9 artesãs (mulheres) e 1 artesão (homem) que produzem o artefato nas localidades de Poxica e Pau D'Onça.

Quanto às entrevistas com as pesquisadoras Aglaé Fontes e Beatriz Dantas, as deixei à vontade para indicar o melhor local e forma de conceder a entrevista. Aglaé Fontes optou por conceder sua fala no ambiente de trabalho (Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE) e gravada, o áudio teve duração de 28:06 min, posteriormente transcrito para análise. O local da entrevista não foi a melhor escolha, já que o espaço estava em reforma e o áudio captou ruídos, mas de certa forma considero que não interferiu no resultado da análise. Apesar de planejar as entrevistas gravadas em áudio MP4, Beatriz Dantas optou por conceder sua entrevista de forma escrita. O material contou com 7 laudas, incluindo as referências bibliográficas fornecidas pela mesma, para fundamentar sua fala.

No caso dos gestores municipais e das técnicas da ADEMA, as entrevistas ocorrem no local de trabalho. Em Itabaianinha, todos os gestores aceitaram conceder as entrevistas gravadas. Já na ADEMA, a técnica 2 aceitou a entrevista na forma gravada e posteriormente transcrita, e a técnica 1 optou por uma conversa informal, e na condição de pesquisadora fui anotando as informações repassadas.

Desta forma, o diagnóstico das entrevistas pode ser conferido nos próximos capítulos, bem como as observações acerca das políticas públicas realizadas em âmbito nacional, a partir da década de 1960, analisando se elas interferiram ou incentivam o governo do estado de Sergipe a pensar e tentar implementar projetos cujo objetivo era incluir a produção artesanal sergipana no cenário brasileiro.

Assim, para atender à formulação proposta nos objetivos da tese, o primeiro capítulo sob o título de “*Representação cultural do artesanato e políticas públicas no Brasil*”, inicia-se com a discussão sobre a importância do conceito de representação para sustentabilidade cultural, social e ambiental da tradição da Louça Morena, no qual foram discutidos os conceitos de debate Socioambiental, Desenvolvimento Econômico e Sustentável voltado para o artesanato, seguindo das discussões da importância de políticas públicas, direcionadas para a cultura e meio ambiente, visando uma produção artesanal sustentável.

O segundo capítulo, descrito como “*Município de Itabaianinha na Centralidade do artesanato Louça Morena*”, aborda a história do Município de Itabaianinha-SE e o perfil socioeconômico da região e das artesãs do barro. O capítulo também possui o objetivo de discutir a relação entre artesanato e meio ambiente sob o aspecto da invisibilidade das mulheres

que o produzem e do conceito de racismo ambiental, que vem sendo amplamente discutido na atualidade.

O terceiro capítulo, “*Artesanato, Louça Morena e Impactos Socioambientais*”, centra-se em conhecer a história da Louça Morena, seu processo de produção e matéria-prima, envolvendo a caracterização do barro, a mata nativa e exótica da região. O capítulo ainda tem em vista identificar as medidas e práticas que as artesãs do barro utilizam (ou não) visando o equilíbrio ambiental.

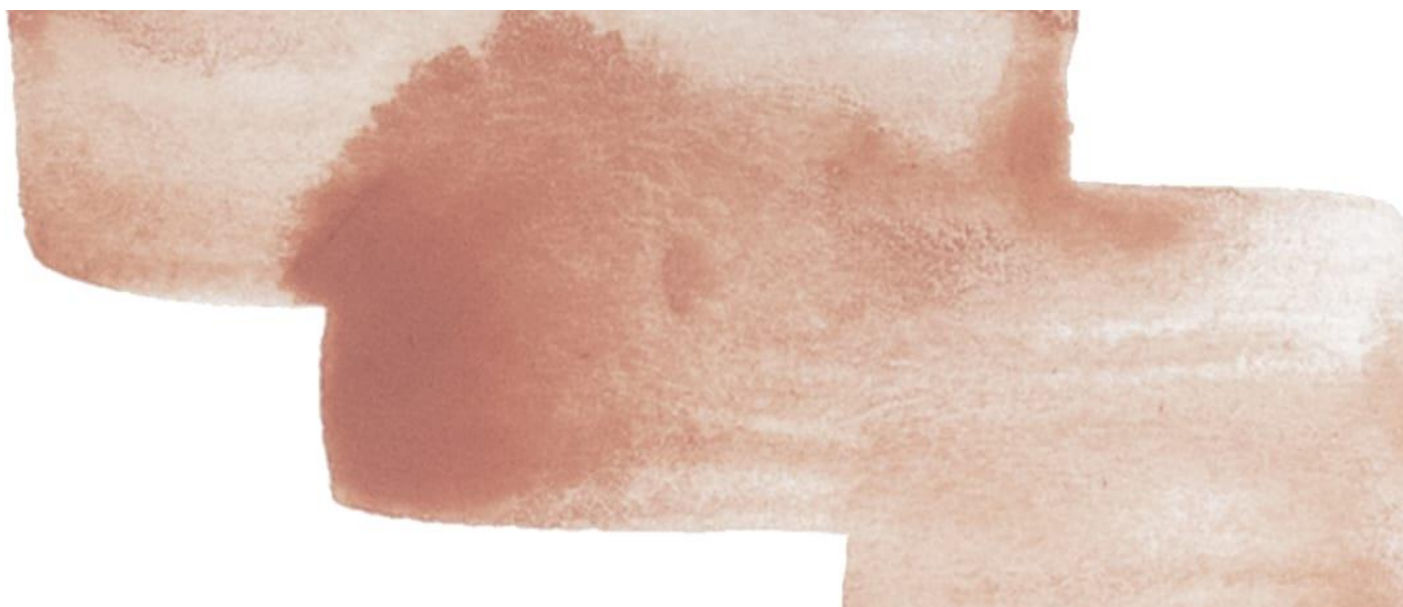
Por fim, são apresentadas as “*considerações finais*” da pesquisa. Tendo em vista que espero que o material bibliográfico sirva de referencial teórico para outras pesquisas que abordem a relação entre meio ambiente, sociedade e o artesanato sergipano, Louça Morena. A narrativa da pesquisa discute a importância de políticas públicas para minimizar problemas socioambientais da produção artesanal e aborda a importância da representação cultural do objeto para a população e o desenvolvimento local.

A tese resultou ainda na produção de uma cartilha (apêndice H), cujo objetivo é divulgar a produção artesanal em cerâmica de Itabaianinha e oferecer conhecimentos técnicos sobre a importância de registro da cultura imaterial local, mediante mecanismos de proteção do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Iphan) através do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) com a Indicação Geográfica (IG).



CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO ARTESANATO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL



1. REPRESENTAÇÃO CULTURAL DO ARTESANATO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O primeiro capítulo desta tese, sob o título de “*Representação cultural do artesanato e políticas públicas no Brasil*” aborda a importância da representação cultural do artesanato brasileiro para a sociedade e a necessidade da criação de políticas públicas para a garantia da conservação da tradição. Assim, para o desenvolvimento da análise, o capítulo foi organizado em três partes: 1) debate socioambiental e desenvolvimento econômico voltado para o artesanato; 2) representação cultural do artesanato visando a sustentabilidade; 3) artesanato, cerâmica e políticas públicas no Brasil.

A primeira parte do estudo propõe analisar bibliografias que abordem a conceituação dos termos socioambiental e desenvolvimento econômico, pois o trabalho versa sobre a conexão entre as consequências dos problemas encontrados na produção do artesanato Louça Morena e a atividade econômica desorganizada, em decorrência da ausência de políticas públicas promovida pelo Estado, que não oferece apoio para continuidade da tradição.

Já a segunda parte, visa entender a simbologia cultural do objeto (representação) para a comunidade produtora, apoiada por observações de teóricos tidos como referência no tema e tratará sobre a compreensão dos vocábulos: sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, atentando para a base teórica das palavras-chave do trabalho em questão. Essa reflexão dará subsídios para argumentar sobre a importância de políticas públicas que propiciem às artesãs do barro e ao meio ambiente uma produção sustentável.

Por fim, a terceira parte do texto consiste em explorar os estudos que discorrem sobre o surgimento da tradição do artesanato em barro e a importância de políticas públicas para o segmento. Ainda nessa parte do capítulo, será explanado quando irrompeu o interesse pelo ofício com argila no Brasil e quais os principais acontecimentos para artesãos que optaram pela técnica de cerâmicas.

O estudo põe ênfase na produção artesanal em cerâmica⁵, que tem como matéria-prima a argila ou o barro,⁶ como é popularmente conhecido. Friso nesta pesquisa que a cerâmica brasileira é considerada um importante produto para investimentos no setor da cultura popular brasileira. Dado que o artefato sempre foi referenciado como um artesanato que representa as motivações do meio, produzido de norte ao sul do Brasil, expressando que “qualquer amostragem dessa arte indica que além de peculiaridades locais ou regionais, a cerâmica é a mais rica e transcendental manifestação da cultura material brasileira” (Valladares, 1986, p.29).

Iorio (2014) fez uma pesquisa sobre cerâmica no Brasil, consultando bancos de dados que continham material de pesquisas como livros, artigos, catálogos, pôsteres, postais, calendários, filmes, vídeos, *sites*, dentre outros, que tratassem do assunto. Sua pesquisa resultou em uma sistematização bibliográfica sobre o tema, contendo 3.571 referências entre os anos de 1895 e 2009, que não foram discutidas e analisadas na obra pela autora, o material consiste em um tipo de catálogo com títulos das publicações. Logo, neste estudo abordaremos algumas publicações citadas em sua coletânea para analisar a temática em questão.

Adiante, abordo como as primeiras publicações concernentes à atividade ceramista brasileira foram conquistando espaço no campo das artes e desenvolvimento econômico brasileiro, visto que foi uma modalidade artesanal bastante difundida, inclusive no estado de Sergipe.

Guerra e Silva (2012, p.201) afirmam que nas décadas de 1950 e 1960 a cultura representava um novo papel para o desenvolvimento, tornando-se foco dos estudiosos de várias áreas que defendiam a “teoria de modernização” e que tomava a noção de cultura como um sistema autorreferente, contendo traços que distinguiam comunidades, com base no pressuposto de que as sociedades modernas e tradicionais podiam ser definidas em lados opostos, sendo os traços culturais ligados ao polo da tradição vistos como um obstáculo para produção do desenvolvimento.

Com o passar dos anos, a cultura assume um novo papel para o desenvolvimento de grandes cidades e começa a incorporar a sustentabilidade nos seus projetos, a exemplo de

⁵Cerâmica é uma técnica que consiste na produção de artefatos e objetos tendo a argila como matéria-prima. Segundo Callister (2002, p.266) o termo cerâmica vem da palavra grega *Keramikos* que significa matéria-prima queimada.

⁶Argila e barro é a mesma coisa. Segundo cartilha elaborada pelo SEBRAE (s/d, p.4) a argila também é conhecida popularmente como “barro”. Esse tipo de material, em geral, tem uma textura terrosa e pode ser facilmente moldado ou deformado quando é umedecido.

instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que entende a cultura como uma alavanca para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Brasil. Pois percebem que “a diversidade cultural do País é um grande ativo a ser empregado em prol da riqueza e do bem-estar da sociedade brasileira”, gerando investimentos no setor da “economia da cultura” por diversos órgãos (Iphan, 2010. p.2).

Santos e Guimarães (2008), no texto *“Estado, Democracia e Políticas Públicas”* trabalharam o conceito de Estado moderno para a promoção de políticas públicas que atendam aos interesses da população e solucionem os problemas que põem em risco a condição de vida em sociedade. Para isto, o texto foi dividido em três partes, contemplando os pensamentos de Rousseau (concepção de Estado), Habermas (análise do pensamento de Rousseau) e a formulação de políticas públicas como solução de problemas do mundo contemporâneo.

Os autores ainda dialogam sobre a “divisão do trabalho” que gera as desigualdades, assim, eles chegam à conclusão de que “as políticas públicas formam o liame que estreita o fosso separador entre o Estado e a sociedade civil” (Santos; Guimarães, 2008, p. 165).

Logo, o intuito desta seção é aprofundar a análise destas primeiras publicações sobre a cerâmica no país, confrontando com os fatos que aconteciam no período com a inserção (ou não) de políticas públicas em benefício da cultura popular/artesanato e meio ambiente no âmbito brasileiro, sem pretender esgotar as discussões, mas incentivar indagações a partir de tais referências sobre este aspecto.

1.1 Debate Socioambiental e Desenvolvimento Econômico voltado para o artesanato

Estudos publicados desde a década de 1950 relatam que a atividade artesanal no Brasil está fortemente ligada ao desenvolvimento econômico do país. Não foi à toa que esta pesquisa tem em vista analisar o significado das duas palavras, a citar: debate socioambiental (associado ao desenvolvimento econômico) e sustentabilidade por entender que as diretrizes destes dois conceitos e acontecimentos envolvendo os termos foram fundamentais para as políticas públicas no âmbito brasileiro.

Alinho o debate socioambiental à análise e discussões sobre questões sociais associadas ao meio ambiente. Em 1994, Marcos Reigota discutia que, após a reunião do Clube de Roma

(1968) e a Conferência de Estocolmo (1972), a problemática ambiental passou a ser um objeto de estudo planetário. Esses eventos demonstravam que a sociedade precisava participar e discutir sobre a resolução dos problemas envolvendo a natureza, que a educação era um instrumento para essa adversidade.

O autor mencionado acima entende que a educação envolvendo o meio ambiente deve procurar estabelecer uma nova aliança entre a humanidade e a natureza, que não seja sinônimo de autodestruição, mas que estimule a ética nas relações econômicas, políticas e sociais, baseada no diálogo entre gerações e cultura, na busca da cidadania local, nacional e planetária (Reigota, 1994, p. 11).

Já Santos (2012, p. 38) discutiu a ética ambiental associada à ciência, ao entender que “a formação do indivíduo pela via da cultura é o objetivo da educação, que nos afasta da animalidade e nos aponta para a civilidade. É somente neste percurso que nos tornamos éticos”. Sobre os efeitos da ciência na relação entre o homem e a natureza, o autor aborda que:

A ciência levou pouco tempo em consideração as consequências da sua atuação na terra e, por isso, deixou de lado a reflexão sobre o que ela própria fazia. Cerca de duzentos anos depois é que ela se dá conta que os bens naturais são finitos, de que a população continua a crescer e de que, efetivamente o homem corre riscos como tantas outras espécies devido à exploração exagerada de tudo que há no planeta, em larga medida em decorrência da atividade produtiva humana (Santos, 2012, p. 39).

Por muito tempo, a humanidade não pensou nos danos à natureza e durante anos a ideia do progresso não considerou a finitude da matéria-prima. O autor (Santos, 2012) cita uma antinomia entre esta relação, onde ao valorizar o ser humano, o desenvolvimento e o bem-estar, deixa-se de lado a natureza que deve ser protegida contra os abusos da ciência na exploração dos recursos naturais.

Nesse contexto, julgo ser necessário abordar o estudo das questões socioambientais envolvidas do desenvolvimento econômico para o artesanato (cerâmica) amparada na necessidade de avaliar os impactos causados ao meio ambiente em decorrência do desenvolvimento econômico na região. Delimitando que:

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que ocorre nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista; é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou

autossustentado, enquanto no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos (Pereira, 2006, p. 03-04).

Para Niederle e Radomsky (2016, p. 7), as teorias sobre o conceito de desenvolvimento, assumiram um papel importante no contexto político e social após a Segunda Guerra Mundial. Frente a esta afirmativa, os autores citam as negociações de países, como os Estados Unidos, com a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era promover a consolidação de uma governança global para o novo contexto geopolítico do pós-guerra.

Para isso, ainda consoante os autores acima mencionados, entendo que houve a realização de acordos internacionais que buscavam promover o crescimento do comércio internacional, principalmente no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC), com a criação do Banco Mundial, notou-se o cenário favorável para “um compromisso global para estabilidade econômica a favor do desenvolvimento”, sendo também um importante instrumento para auxiliar na reconstrução de países devastados no pós-guerra (Niederle e Radomsky, 2016, p.7).

Já para Santos *et al.* (2012) o conceito desenvolvimento é considerado multidimensional, visto que o mesmo pode ser entendido a partir de quatro dimensões: econômica, política, social e ambiental. Assim:

[...] a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica. De maneira preliminar, os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) apresentam o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista. Porém, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe a posição de objeto de pesquisa científica com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Com ela, é construído todo um arcabouço teórico e metodológico para descrever e promover o desenvolvimento como algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária (Santos *et al.*, 2012, p. 47).

Corroborando com essa informação, Oliveira (2002, p. 38) cita que os debates sobre desenvolvimento se intensificaram após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), como já citado anteriormente, mas frisa no seu discurso, que o tema foi abordado por vários países, que gostariam de abandonar os problemas ocasionados pelo pós-guerra, como desigualdades políticas, sociais e econômicas.

Para o autor mencionado acima, o desenvolvimento, deve ser uma consequência do crescimento econômico alinhado a melhoria da qualidade de vida, incluindo as mudanças de

composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, resultando no melhoramento dos indicadores de bem-estar econômico e social, como: pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

Oliveira, Carvalho Neto e Souza (2018) discutem que cada autor tem uma maneira de conceituar o desenvolvimento econômico. Mas que, em regra geral, é possível notar a relação entre o desenvolvimento com o bem-estar econômico e social da população. Delimitando que o desenvolvimento não se resume à renda que o indivíduo pode ter, inclui as liberdades das quais os indivíduos desfrutam.

Em seus estudos, Moretto e Giacchini (2006) mencionam que não existe uma definição de desenvolvimento econômico universalmente aceita. Contudo, existem duas correntes de pensamento, em que a primeira é uma inspiração mais teórica, que estuda o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e a segunda é mais focada na observação, bem como defende que o crescimento é uma condição essencial, mas não é suficiente para o desenvolvimento.

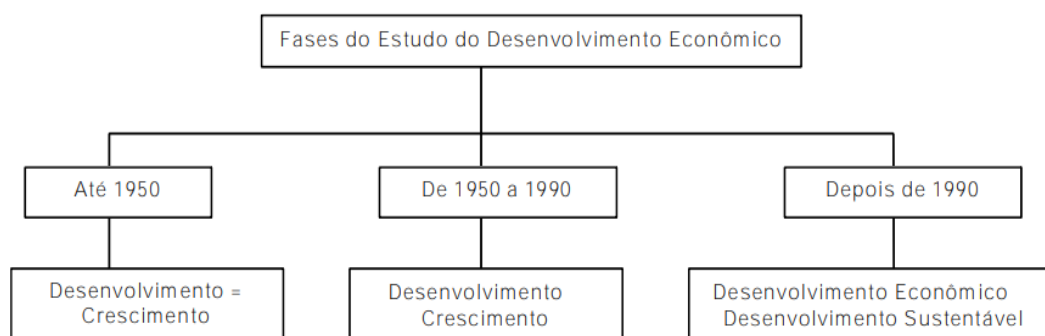
Essa diferenciação entre os conceitos de crescimento e de desenvolvimento econômico, iniciada nos anos 1950, foi marcada pela preocupação dos economistas com relação à distribuição de renda e à qualidade de vida das pessoas. Na década de 1970, foram agregadas novas concepções enquanto mobilização em torno da questão ecológica. O documento do Massachusetts Institute of Technology (MIT), publicado naquele período, “Os limites para o crescimento” alertava sobre os riscos ocasionados por um modelo de crescimento econômico que não considerava a capacidade dos recursos naturais. No ano de 1972, com a Conferência de Estocolmo, observamos um primeiro esforço voltado para a discussão da problemática ambiental. A preocupação recaiu em torno da preservação do circuito de acumulação de riqueza, baseado num sistema de produção que poderia se inviabilizar devido ao esgotamento dos recursos naturais (Moretto, Giacchini, 2006, p. 2-3).

Os autores Moretto e Giacchini (2006) buscam traçar um panorama sobre as fases e estudos da definição de desenvolvimento (figura 1) e as transformações que a noção do conceito passa a abranger. Dividido em três fases, eles expõem que na primeira não há diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, os conceitos eram referenciados como sinônimos; já na segunda surge a teoria do desenvolvimento, defendida pela CEPAL⁷, que analisou a

7 A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada pela resolução 106 do Conselho Econômico e Social, em 25 de fevereiro de 1948, é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, sua sede está localizada em Santiago do Chile. Idealizada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo (Cepal, s/d).

diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. Em seguida, na terceira, surge uma nova abordagem da teoria do desenvolvimento que considera o equilíbrio do ecossistema.

Figura 1-Fases do Estudo de Desenvolvimento Econômico.



Fonte: Moretto; Giacchini, 2003. p. 4.

Dessa forma, pode-se dimensionar que o conceito de desenvolvimento adotado nesta tese objetiva abordar a perspectiva atual, visando o desenvolvimento sustentável para a produção da atividade artesanal.

Em síntese, a aproximação da dimensão econômica com a natureza, desde décadas passadas, trouxe reflexões de importantes estudiosos sobre uma consciência ambiental, no qual o conceito de desenvolvimento tende a abranger as dimensões econômica, ambiental e social das ações humanas e suas consequências para o homem e o planeta (Almeida, 2002, p. 23).

Quando se discute desenvolvimento econômico pensando na sustentabilidade, existe uma série de fatores ligados à escassez de recursos, dentre eles, as preocupações com o crescimento populacional e o desenvolvimento das cidades (Veiga; Zatz, 2008, p. 27). Tomando como exemplo esses dois fatores, identifica-se uma teia de subfatores como desmatamento e queima de combustíveis fósseis. Ao longo dos anos, a preocupação em discutir o tema sempre esteve em voga, visto que:

Várias medidas já foram sugeridas e muitas conferências e organizações internacionais vêm discutindo sobre as soluções para diminuir os agravos ao meio ambiente. Em 1972, por ocasião da primeira conferência global das nações unidas sobre a relação do homem e o meio ambiente, conhecida como conferência de Estocolmo, na Suécia, o relatório da delegação do Brasil à conferência destacou que a comunidade internacional estava preocupada com

questões ambientais, e por isso desde aquela época já é necessário se engajar com muita atenção às questões de preservação ambiental, uso racional dos recursos naturais e controle da poluição gerada pela indústria. Essa conferência foi reconhecida internacionalmente como importante atitude que despertou o horizonte das nações para as políticas ambientais (Mendes, 2009, p. 13).

Sobre os agravos de degradação ambiental, como o uso indiscriminado de recursos naturais e geração de resíduos sólidos, Leff (2008) expõe que os danos se exteriorizam como um sintoma de uma crise civilizacional, onde o desenvolvimento da razão tecnológica exercia supremacia sobre a organização da natureza. Assim, surgem estratégias para um ecodesenvolvimento, embasado na necessidade de criar modos de produção e estilos de vida conforme as condições e potencialidades ecológicas de cada região.

Não obstante, antes que as estratégias do ecodesenvolvimento vencessem as barreiras da gestão setorializada do desenvolvimento, reverter os processos de planejamento centralizado e penetrar nos domínios do conhecimento estabelecido, as próprias estratégias de resistência à mudança de ordem econômica foram dissolvendo o potencial crítico e transformador das práticas do ecodesenvolvimento. Daí surge a busca de um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando a contradição entre crescimento econômico e preservação da natureza (Leff, 2008, p. 18).

Em se tratando da relação entre conservação das tradições e meio ambiente, a ideia de desenvolvimento econômico associado à sustentabilidade necessita estar em prática, devido ao uso de recursos naturais presentes na fauna e flora brasileira que são subsídios indispensáveis para continuidade e geração de trabalho e renda para as comunidades tradicionais.

Barbosa (s/d, p. 3) aborda em seu texto *“Produção Artesanal de Peças em Argila na Comunidade dos Potes Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Conservação Ambiental”* que o artesanato é um importante produto para o desenvolvimento econômico do país. A autora menciona que as populações tradicionais quando utilizam recursos naturais acabam ocasionando impactos ao meio ambiente; contudo este impacto difere do impacto causado pelas sociedades modernas e urbanas, considerados bem menores, tendo em vista que esses povos são detentores de conhecimentos tradicionais que auxiliam na conservação dos recursos naturais.

Julgo importante dimensionar os conceitos de conservação e preservação associados as questões ambientais à economia da cultura, visto que por se tratar de áreas distintas (meio ambiente e cultura) embora possuam a mesma nomenclatura possuem significados específicos de acordo com cada área do conhecimento. Para a cultura, a conservação é uma prática contínua

de estabilização do bem cultural (material ou imaterial), de cuidados de manutenção regulares para evitar a ocorrência de danos que ocasionem sua perda. Já a preservação de um bem está associada a uma política pública de salvaguarda (gestão integral), com a identificação de avarias ou risco de desaparecimento por diversos fatores, tentando revertê-los, mediante uma intervenção incisiva, como a restauração ou a reelaboração (Sant’Anna, 2015, p. 2).

Consoante os critérios terminológicos definidos pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM:

Conservação preventiva – todas as medidas e ações destinadas a evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Eles são realizados no contexto ou no entorno de um item, mas mais frequentemente de um grupo de itens, qualquer que seja sua idade e condição. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem nos materiais e estruturas dos itens. Eles não modificam sua aparência.

Restauração – todas as ações aplicadas diretamente a um item único e estável visando facilitar sua apreciação, compreensão e utilização. Estas ações só são realizadas quando o item perdeu parte de seu significado ou função por alteração, ou deterioração passada. Eles são baseados no respeito pelo material original. Na maioria das vezes, tais ações modificam a aparência do item (Bojanoski; Michelin; Bevilacqua, 2017, p. 448-449).

Já na área ambiental, Larrère (2022) trabalhou em seu texto a diferenciação entre os conceitos preservação e conservação ambiental. A autora afirma que a história dessas duas correntes é contrastante, foi no final do século XX que houve a ruptura de projeto pioneiro americano de proteção a natureza, liderado por John Muir e Gifford Pinchot. Segundo ela, tudo começou em 1896, quando eles se encontraram em uma viagem de estudos. De volta ao Estados Unidos Pinchot fundou a Escola Florestal na Universidade de Yale, onde Pinchot queria a renovação dos recursos para o desenvolvimento nacional, através da prática de manejo racional dos povoamentos florestais. Pinchot defendia que não era contra o uso das florestas para servir as necessidades humanas, mas contra o seu mau uso, e apelou para o uso sábio. Dessa forma, seu propósito pode ser definido como econômico e seu raciocínio utilitário.

John Muir era totalmente contrário aos ideais de Pinchot, visto que ele defendia uma corrente de valor intrínseco da natureza, que queria preservar, sendo por amor à própria natureza, por uma natureza preservada em sua pureza original, na qual sua modificação ou destruição devem ser proibidas. Assim, a autora definiu que o movimento em defesa da natureza foi dividido em duas correntes.

Sob a bandeira de ‘conservação’ estavam aqueles que, como Pinchot defendiam o uso sábio das florestas, para manejar de forma sustentável seus

recursos, sob a corrente da ‘preservação’ encontramos os partidários de Muir, os defensores de uma natureza intocada, preservada em sua integridade (Larrère, 2022, p. 26).

Alheio aos discursos de preservação/conservação das florestas, na década de 1950 a atividade artesanal no Brasil, começava a ser vista como fonte de renda para a população, devido iniciativas do governo federal que implementou órgãos de apoio em vários estados do país. O número de pessoas que sobreviviam do artesanato no período somente na região nordeste era de aproximadamente 83.600 (Banco do Nordeste, 2002).

Já na década de 1970, as discussões mundiais ganhavam um novo direcionamento, os autores Moretto e Giacchine (2016) apontam que no período surgem documentos que alertam sobre os riscos de um modelo de crescimento econômico que não considerava a capacidade dos recursos naturais e possibilidades de escassez. Esses dados também afetaram consequentemente a atividade econômica (produção artesanal) que surgia para suprir problemas socioeconômicos no Brasil.

Desse modo, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) elaborava o Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), documento de grande relevância para o Desenvolvimento econômico do segmento artesanal. Visto que, no período nota-se a marginalização econômica da mão de obra, sendo esta, uma importante documentação para posteriormente haver a criação do Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) instituído através do Decreto Federal nº 80.098, de 8 de agosto de 1977 (Banco do Nordeste, 2002).

Nota-se que, ao abordar o tema desenvolvimento econômico na década de 1970, as discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável já começam aparecer nos documentos e relatórios emitidos por órgãos e instituições que alavancavam a economia do país no período. Diante disso, investigo, a seguir, como esses dois conceitos começam a ser inseridos em programas e projetos no âmbito brasileiro.

1.2 Representação Cultural do Artesanato visando a Sustentabilidade

Este estudo visa trabalhar com o conceito de sustentabilidade fundamentado, tanto na preocupação da manutenção dos recursos naturais, quanto das referências culturais. Pois, entende-se que a preservação/conservação de ambos é de suma importância para as gerações futuras, no que diz respeito ao saber-fazer da Louça Morena.

Para Cavalcanti (2011, p. 220), o conceito de sustentabilidade envolve a relação entre

sistemas sociais, econômicos e ecológicos orientados pelo desejo de evoluir/desenvolver sem que as atividades praticadas pelo ser humano em sociedade provoquem a destruição da biodiversidade. É importante frisar que o conceito de sustentabilidade difere de desenvolvimento sustentável e, embora ambos possuam objetivos semelhantes, o que os difere é a concretização dos resultados. Iaquito (2018) delimita que:

[...] desenvolvimento sustentável é uma locução verbal em que se ligam dois conceitos. ‘O conceito de sustentabilidade qualifica ou caracteriza o desenvolvimento’. Ou seja, é possível afirmar que sustentabilidade é o processo cuja finalidade é atingir o desenvolvimento sustentável e, no que lhe concerne, o desenvolvimento sustentável é o objetivo a ser alcançado (Iaquito, 2018, p. 161).

Ainda segundo a autora, o termo desenvolvimento sustentável surgiu na Conferência Mundial de Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, em 1972. A partir desse momento, o termo se tornou recorrente em eventos sobre meio ambiente. No ano de 1987, na Noruega, o termo foi apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, período em que foi formulado o Relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou Relatório de Brundtland. Exposto pela Primeira-Ministra da Noruega, o documento intitulado *Gro Harlem Brundtland* constituiu-se em três partes: preocupações comuns, problemas comuns e esforços comuns (Iaquito, 2018; Freitas, 2012; Schramm; Corbetta, 2015).

Sobre o contexto histórico e o que acontecia no período em que o tema surgiu, Oliveira *et al.* (2012) expõem que as revoluções industriais e tecnológicas fizeram com que a capacidade de produção crescesse aceleradamente. O desejo da humanidade em acumular riquezas provocou a desigualdade social, o desemprego e os danos ambientais. Dessas consequências, surgiram várias correntes de pensamentos, dentre elas a do Clube de Roma, cujo principal objetivo era discutir: política, economia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, produzido o documento “*Os limites do crescimento*”, configurado como um:

[...] estudo, contratado junto ao Massachusetts Institute of Technology (MIT), e liderado por Meadows (1972), [que] se baseava em uma série de modelos matemáticos usados para prever a relação entre o crescimento da população mundial, a industrialização, a produção de alimentos e a diminuição dos recursos naturais. Concluiu-se que, caso as formas de produção continuassem no ritmo apresentado no momento do estudo, os limites de crescimento seriam alcançados em um prazo de 100 anos e, devido a isso, as formas de todos os itens analisados deviam ser “congeladas” de modo que o crescimento fosse contido (Oliveira *et al.*, 2012, p. 71).

O documento permitiu que o debate desenhasse um novo caminho para questões ambientais. Assim, surgem as primeiras manifestações sobre o tema sustentabilidade ambiental no meio acadêmico e político onde “[...] os primeiros estudos teóricos sobre a sustentabilidade se iniciaram no campo das ciências ambientais e ecológicas, trazendo ao debate contribuições de diferentes disciplinas, tais como Economia, Sociologia, Filosofia, Política e Direito” (Bacha; Santos; Schaun, 2010, p. 05).

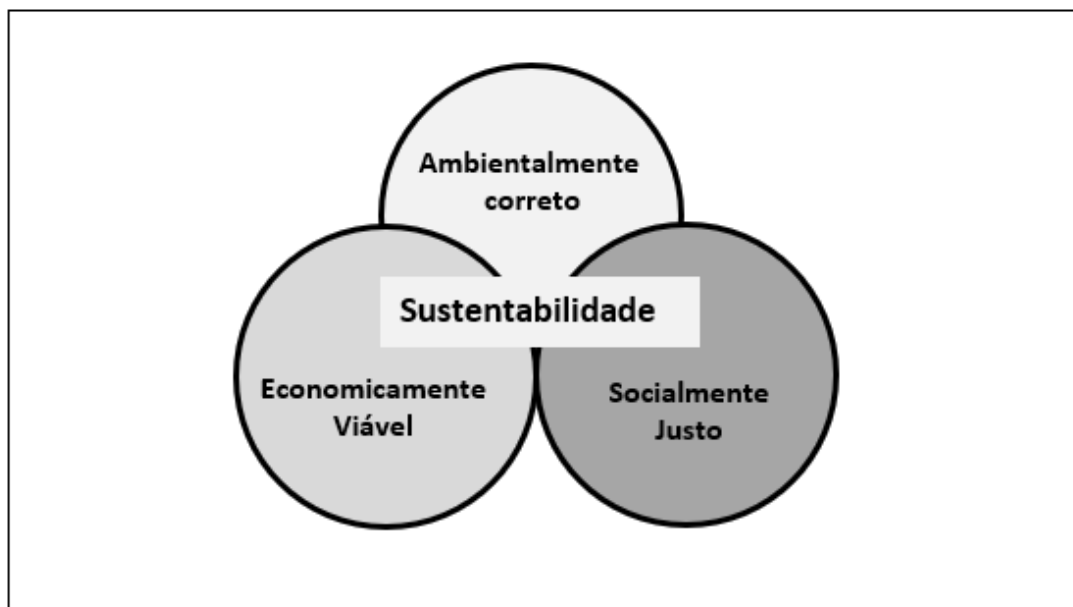
Larrère (2022, p. 25) entende que o desenvolvimento sustentável tem por objetivo conciliar as exigências, mesmo que antagônicas, econômica, social e ambiental. Sendo o conceito muitas vezes apresentado como a busca de um compromisso entre as necessidades econômicas do desenvolvimento e as restrições ecológicas de proteção à natureza.

Contudo, a ideia de desenvolvimento sustentável, passou ao longo do tempo a ser questionada por vários autores, amparados na pré-dica que o termo possui contradições. Visto que, a noção de desenvolvimento engloba movimento/dinâmica, enquanto sustentabilidade remete a uma situação estática/permanência. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico, almeja mudanças e melhoramento das condições humanas, utilizando recursos naturais. Já a sustentabilidade transmite a ideia de conservação do meio ambiente, tornando neste caso a junção dos dois conceitos, um desequilíbrio entre o homem e o meio ambiente (Schramm; Corbetta, 2015).

Foi a partir desse impasse envolvendo o termo desenvolvimento sustentável que Jonh Elkington propôs o termo *Triple Bottom Line* (a linha das três pilastras). Para ele, a sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social (figura 2). Isso posto, a ideia é de que as instituições devem ser economicamente viáveis, evitando causar danos ao meio ambiente e para a sociedade e, assim, acabam contribuindo para a sustentabilidade (Sartori; Latrônico; Campos, 2014, p. 2; Iaquintino, 2018, p. 161).

Entretanto, o termo sustentabilidade tem se tornado cada vez mais interdisciplinar, dialogando com várias áreas do conhecimento. A aplicabilidade do conceito envolve ações em que é necessário analisar o passado, presente e futuro (Rattner, 1999; Marrulfilho, 2000), das relações humanas com o meio ambiente, e isso implica o envolvimento de várias dimensões: ambiental, política, social, cultural, econômica, territorial, dentre outros (Mendes, 2009). Logo, pode-se conceituar as seis dimensões mais citadas, da seguinte forma:

Figura 2-Tripé da Sustentabilidade.



Fonte: Souza e Armada (2015, p. 30).

a) Dimensão Ambiental/ Ecológica

Foladori (2002) delimita a dimensão da “sustentabilidade ecológica/ambiental”, como o conceito de conservação da natureza externa ao ser humano. Para o autor, “o critério para 'medir' a sustentabilidade ecológica, embora isso seja tecnicamente impossível, é dado pelo conceito de integridade, ou natureza sem modificações efetuadas pelo ser humano”. Neste sentido, ele defende que quanto mais próximo o indivíduo estiver da natureza ‘intocada’, mais sustentável ela será (Foladori, 2002, p. 624).

Dessa forma, infere-se que a dimensão ecológica ou ambiental da sustentabilidade, deverá prever a garantia que no futuro os indivíduos possam usufruir o meio ambiente equilibrado, com qualidade de vida, sem perdas ocasionadas pela geração presente (Freitas, 2012).

b) Dimensão Econômica

Sobre a “dimensão econômica” da sustentabilidade, Mendes (2009) delimita que a relação entre o sustentável e econômico não se resume apenas no acúmulo de bens materiais, mas também na promoção e distribuição de renda.

A sustentabilidade econômica extrapola o acúmulo de riquezas, bem como o crescimento econômico e engloba a geração de trabalho dignamente, possibilitando uma distribuição de renda, promovendo o desenvolvimento das potencialidades locais e da diversificação de setores. Ela é possibilitada por alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado, nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada para diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos (Mendes, 2009, p. 53).

O autor ainda cita que a análise da sustentabilidade econômica é mais complexa, pois o conceito restringe o crescimento econômico e a eficiência produtiva. Desse modo, ele defende que o crescimento não pode ser ilimitado, fazendo uma análise do ponto de vista capitalista, pois não é coerente com a dimensão ambiental.

c) Dimensão Social

Quanto à “dimensão social”, entende-se que o objetivo é atuar na construção de uma melhor equidade de renda. Dessa forma, melhorando a qualidade de vida da população, compreende-se que a partir do momento que o indivíduo tem acesso a uma melhor condição de renda, ele tem acesso à garantia de seus direitos básicos (saúde, moradia, educação), combatendo a exclusão social (Iaquinto, 2018).

d) Dimensão Cultural

Para Mendes (2009) a “dimensão cultural” se confunde com a dimensão social, e esse fundamento está embasando no fato de que a cultura e sociedade, na maioria das vezes, são bastante difíceis de desassociar. Citando-o:

Para buscar essa dimensão é um caminho válido o de valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso à informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais. Esta dimensão da sustentabilidade direciona-se às raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, cultura e local (Mendes, 2009, p. 55).

Portanto, a garantia da dimensão cultural, está diretamente ligada ao acesso à educação, respeito e valorização cultural, o que incluem seus saberes, fazeres, tradições e ecossistemas dos indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade.

e) Dimensão Política/ Jurídica

A “dimensão política” defende a participação da sociedade na tomada de decisões, reconhece e respeita o direito dos povos, superando as práticas e políticas de exclusão. Nessa dimensão estão atentas as leis no âmbito (inter) nacional. No que diz respeito à legislação brasileira, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 225, delimita que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 1988; Silva, Souza, Leal, 2012; Freitas, 2012).

f) Dimensão Territorial/ Espacial

Segundo Iaquinto (2018, p. 168), a “dimensão territorial ou espacial” da sustentabilidade, compreende uma “configuração rural-urbana mais equilibrada com uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e das atividades econômicas.”

Portanto, pontuo que todas as dimensões da sustentabilidade são de suma importância para a aplicabilidade do conceito, abrangendo diversas áreas da atividade humana, que possuem um objetivo em comum, os quais são a conservação da natureza, do meio ambiente e do planeta.

Destarte, ao longo dos anos, vários eventos contribuiriam ainda mais para legitimar, difundir e aperfeiçoar o conceito de sustentabilidade, buscando cada vez mais, tornar a sustentabilidade uma prática no cotidiano da sociedade, amparado no desejo de atender as necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das futuras gerações (Neiman; Rabinovici; Sola, 2014).

Assim, a pesquisa trabalha com a noção de sustentabilidade embasada no desejo de atender as próximas gerações produtoras e consumidoras da tradição da “Louça Morena”, sem que tenham sofrido perdas devido ao uso indiscriminado dos recursos naturais na região.

Essa ideia de conservação da tradição remete-nos ao conceito de representação, visto que estou desvelando que são diversos os fatores que ameaçam a continuidade do artesanato

estudado na região, entre eles a escassez de recursos naturais e a baixa adesão de novas artesãs. O conceito de representação pode ser mensurado como muito importante para o desejo dessas mulheres em continuar ensinando a tradição para as futuras gerações, sendo sobre esse tema que nos debruçaremos a seguir.

Em 1980, no campo da História, estudiosos começaram analisar as relações sociais e experiências históricas que os indivíduos e grupos vivenciavam e compartilhavam entre si, como objeto de estudo. Neste cenário, o estudioso Roger Chartier apresenta um conceito de “cultura enquanto prática” e sugere para a sua tese as categorias de “representação e apropriação” (Cardoso, Vainfas, 1997, p. 229).

No livro “*A História Cultural: Entre práticas e representações*”, Chartier delimita que a representação “é um instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstruir em memória e de figurar tal como ele é” (Chartier, 1988, p. 21). Desta forma, o autor considera a representação maior do que o conceito de mentalidade já que:

Ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (Chartier, 1988, p. 23).

Sobre o conceito de representação da atividade artesanal, ele não está presente somente no modo de fazer as peças, pois nota-se a representação individual e coletiva desses grupos característicos na coleta da matéria-prima para a produção, no meio e formas de comercialização, que acabam resultando na diferenciação de peças artesanais e manufaturadas.

Valladares (1986, p. 9) trouxe uma importante discussão entre o papel da arte e do artesanato para a sociedade. Para ele, os dois conceitos são muito próximos, mas nem sempre é fácil notar a divisão entre os dois termos, embora um seja inspiração para o outro. O autor explica que o que difere o artesanato da arte é o teor da originalidade, sendo muito mais exigida do artista, em contrapartida, do artesão.

Outro ponto divergente entre arte e artesanato é o meio de consumo. Enquanto a arte por muito tempo foi considerada cultura para classe elitista, o artesanato estava associado à

classe de baixa renda, considerada popular. Entretanto, nesse paralelo há uma questão levantada pelo mesmo autor que merece destaque, quando ele nota do ponto de vista antropológico, que o artesanato elaborado por grupos está mais próximo da cultura (afetivo) do que da civilização (útil), tendo em vista que a produção artesanal parte da sua vivência, sentimento e consumo mais imediato e não da necessidade de atender ao mercado que supera o consumo das elites (Valladares, 1986, p. 12).

Já Frota (2010, p. 46) aborda em seu texto a questão da circularidade, do vai e vem entre o considerado popular e culto através do movimento de “descida e subida” de elementos culturais da Europa Moderna, proposto pelo Historiador Peter Burke⁸, assim:

A documentação que nos chegou é, no entanto, unilateral e só dá conta do olhar da “cultura alta” sobre as manifestações do povo comum. Enraizou-se, portanto, no Ocidente a noção de que essas procederiam sempre das primeiras, constituindo interpretações rústicas daquelas, no que Burke chama de “descida” para as classes pobres. Indumentária, música, romances de cavalaria, mobiliário, ideias religiosas são retratadas pelas culturas do povo comum e incorporadas a suas criações. Mas há também o momento da “subida” onde o movimento de mão dupla se estabelece. Na Renascença, por exemplo, há apropriação das danças dos camponeses pela nobreza, nas festas das cortes, das maneiras de comemorar o Carnaval e os 12 dias de Natal ou, mais tarde, a ascensão social da valsa (Frota, 2010, p. 46-47).

Consideramos este ponto importante a ser abordado, por entendermos que a sociedade absorve a cultura do meio em que vive, essa “circularidade” apontada pelos autores, nada mais é que a “afinidade” que o homem (individual) identifica através do que a cultura representa para a sociedade (coletivo) e que o mesmo ao se identificar, acaba incorporando ao seu cotidiano.

No caso do artesanato, esta relação entre representação, cultura e civilização acaba tendo uma relação intrínseca. Alguns autores (Freitas, 2004; Rodrigues, 2021a) citam a função econômica do objeto (artesanato) para trocas de mercadorias no início das civilizações, trazendo uma conotação mercadológica antagônica ao cultural, e embora esse ponto de vista também seja importante para o estudo da tese, busca-se entender a representação do objeto para o indivíduo e coletividade tendo em vista a função cultural do objeto para a comunidade ao qual ele está inserido.

⁸Peter Burke na obra “*A cultura popular na Europa Moderna*” (1995) discute que a cultura popular na Europa moderna foi influenciada por vários fatores, como as transformações econômicas, sociais, políticas e religiosas que ocorreram no recorte de tempo estudado.

Para dimensionar esta discussão, existe outro conceito que interessa a pesquisa e diz respeito ao entendimento do termo “cultura”. Oliveira (2011) relata que a expressão vem do latim (*colere*) que significa cultivar (refinar, aprimorar, aperfeiçoar) e está associada à sabedoria do homem do campo, que ao exercer suas atividades de cuidar da terra, da natureza, também aprimorava o seu espírito.

Abordar o conceito de “cultura” é importante para delimitar o papel do artesanato para a comunidade da Louça Morena, visto que grande parte das produtoras do artesanato possuem tripla jornada de trabalho, dividindo as atividades diárias entre as funções de lavradora, artesã e dona de casa.

O dado exposto acima, chama atenção para a desvalorização da atividade artesanal, não somente na região, mas em amplo aspecto, de modo que se pode dimensionar que a cultura é importante para civilização, para ciência, para os estudos e debates de costumes e comportamentos.

Contudo, quando o indivíduo opta por fazer da tradição cultural uma fonte de subsistência, encontra grandes dificuldades para efetivação dos próprios mecanismos de incentivo e legislação. Afirmo isto, conforme os depoimentos, nesta pesquisa, da categoria (artesãs) que expressam que, muitas das vezes, há uma burocratização para a comprovação da atividade ou a ausência de garantias trabalhistas que acabam se tornando desinteressantes para requerer a aposentadoria.

Desta forma, pontuo que as políticas públicas para o setor artesanal, em vigência no Brasil, acabam sendo tangenciais no amplo discurso do conceito proposto para “cultura”, sobre o qual vários estudiosos se debruçaram, dentre eles Marilena Chauí que define cultura como:

[...] o campo simbólico e material das atividades humanas, estudados pela etnografia, etnologia e antropologia, além da filosofia. Em sentido restrito, isto é, articulado à divisão social do trabalho, tende a identificar-se com a posse de conhecimentos, habilidades e gestos específicos, com privilégios de classe, e leva à distinção entre cultos e incultos de onde partirá a diferença entre cultura letrada-erudita e cultura popular (Chauí, 1994, p. 14).

Quando se pensa na cultura associada à divisão social do trabalho, supõe-se que quanto mais o indivíduo possua cultura, mais ele merece reconhecimento e valorização. Portanto, a premissa seria de que as artesãs da Louça Morena, por deterem a cultura local, deveriam possuir um maior enaltecimento e recompensa por seus saberes e fazeres.

Entretanto, não é isso que acontece, já que para possuir uma fonte de renda fixa, estas mulheres optam por recorrer à atividade de lavrar a terra, embora exista no Brasil a profissão de artesão, regulamentada desde 2015, através da lei nº 13.180 de 22 de outubro de 2015, e que dispõe sobre a profissão do artesão.

Apesar de aprovada, a Lei 13.180 não assegurava alguns benefícios para categoria, e somente em 2022 foi apresentado o Projeto de Lei 76/22 que garante o direito do profissional artesão de receber a aposentadoria por invalidez ou o Benefício da Prestação Continuada (BPC) que avaliza o direito de exercer a atividade sem perder os benefícios. O projeto, atualmente (janeiro de 2024), continua aguardando a designação de relator na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados.⁹

Neste caso, quando questionadas, a comprovação (documentação) profissional da maioria destas mulheres é a de lavradoras, embora se apresentem como artesãs. A esse respeito, Cuche (1999, p. 182) defende que “a construção da identidade se faz no interior dos contextos sociais que determinam a posição dos agentes, e por isso mesmo orientam suas representações e escolhas” e expõe que a identidade corresponde à definição social de um povo, promovendo ações sociais.

Por isso, em seu texto, ele alega que não se pode confundir as noções de cultura e identidade cultural, uma vez que a cultura pode existir sem a consciência de identidade, e depende na maior parte de processos inconscientes, já a identidade remete a uma norma de vinculação consciente, baseada em oposições simbólicas (Cuche, 1999, p. 182).

Logo, infere-se que a cultura é essencial para o desenvolvimento dos povos e nações. É a partir dela que se distingue um grupo de outros povos pelo modo de falar, comer, vestir, se relacionar. Já a representação é como os indivíduos se reconhecem, a partir do conjunto de significados que fazem parte da sua realidade.

Esses dois conceitos são importantes para entender o motivo das tradições culturais resistirem, apesar das dificuldades encontradas no contexto desses grupos característicos. Embora existam vários motivos para não continuar com a tradição local, como a escassez de recursos, a falta de valorização cultural e econômica, os trabalhos exaustivos combinado com atividades domésticas, agricultura e criação dos filhos, dentre outros problemas, quando

⁹ De acordo com informações da Câmara de Deputados o projeto de lei foi enviado no dia 17/10/2023 para a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados e aguarda aprovação (Câmara dos Deputados, 2024).

questionadas sobre o medo da extinção da tradição, todas as artesãs relataram nas entrevistas que se preocupam e não desejam que a tradição acabe.

Sobre a essência desta tese doutoral, compreendo que a cultura, o artesanato e o meio ambiente possuem inter-relações profundas para o desenvolvimento das suas ações. Desde sempre, o artesanato se constitui como um elemento característico dos grupos que o produzem. O modo como os indivíduos extraem matéria-prima da natureza e como produzem seus artefatos também são traços distintivos do modo de vida e representam a cultura local.

Lody (1986) relata que essa relação entre criador e criação (artesão e artesanato) resulta de um conhecimento entre técnica aliada à função sociocultural do objeto. Nesse sentido, estabelecendo uma relação de utilitário e simbólico ao mesmo tempo, em que o objeto consegue representar em matéria e forma as marcas do meio ambiente, da região, da sua ecologia. Desse modo:

É convencional situar o uso da ferramenta simples, ou objetos adaptados, nos trabalhos artesanais; no entanto, dependente da técnica desenvolvida, o aparato instrumental poderá atingir elaborados conjuntos de objetos-ferramentas e engrenagens. O que importa é que o apoio das ferramentas assumam a condição de prolongamento e projeção do corpo do homem, multiplicando possibilidades nos atos de transformar e revelar nas intervenções que ele, homem, faz na natureza, enquanto indivíduo, enquanto tradutor da sua cultura, tornando o objeto um testemunho não apenas do conhecimento técnico, mas principalmente da visão do mundo, da revelação dele, homem e sociedade, dialogando, na tentativa de dizer quem ele é pelo que faz, significando para si e para o seu grupo, valores realmente decodificados por quem vivencia o seu modelo cultural (Lody, 1986, p. 151-152).

Porém, essa conexão entre cultura e natureza, ao ser estudada ao longo dos anos, começa a preocupar estudiosos. Bulcão (2006), ao citar Bachelard (1953), menciona que o homem é um ser cultural e que sua natureza humana é dada pela sua “capacidade de adquirir cultura” (Bulcão, 2006, p. 28), contudo, a cultura consegue afastá-lo da natureza. Isso diz muito sobre a capacidade do ser humano, ao evoluir, ter o desejo de acumular bens materiais e destruir a natureza. A tese bachelariana trata da ruptura entre o conhecimento comum e o científico, que implica a imposição radical entre natureza e cultura.

Destarte, o conhecimento deve permitir ao homem elaborar um saber mais sólido, por intermédio de teorias que retificam o natural em função de uma ordem cultural. Assim, Bulcão ao citar Bachelard, mostra “que o homem, enquanto ser cultural, torna-se capaz de construir

caminhos que lhe permitam viver uma nova forma de relação com a natureza” (Bulcão, 2006, p.33).

Sei que estabelecer esse equilíbrio entre homem e natureza não é uma tarefa fácil, e que as reduções dos impactos ao meio ambiente provocados pelo desenvolvimento socioambiental carecem de políticas públicas participativas e de continuidade, tendo em vista que envolvem a função sociocultural dos indivíduos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2003, p. 9) delimitou que dar conta dessa dimensão conceitual da cultura e das potencialidades de desenvolvimento social, não é fácil. Exigem-se esforços de convencimento políticos que assegurem o necessário deslocamento da cultura nas agendas governamentais, da condição de posição subalterna que costuma estar posta, para a condição de resoluções.

Para UNESCO, isso implica na concretização de políticas públicas cada vez mais diretas e associadas com outras políticas sociais, dando aos gestores culturais a responsabilidade de dispor de informações e dados capazes de alimentar o processo de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas. Dessa forma, fazendo que as políticas públicas de fato aconteçam e tragam resultados para a sociedade, não ficando apenas no papel ou não atingindo um retorno social expressivo.

Nessa conjuntura, Arantes (2004) já chamava atenção para o desenvolvimento econômico em volta da mercantilização da cultura, que vem crescendo cada vez mais nos últimos anos, tanto com atividades turísticas (festas populares), quanto com comércio de bens materiais (artesanato). Segundo ele:

Estudos críticos sobre o turismo e sobre práticas de salvaguarda do patrimônio (inclusive a formação de acervos e atividades educativas em museus) ainda são relativamente incipientes e, embora relevantes, eles frequentemente se restringem a preocupações bastante localizadas e pragmáticas. Particularmente, em face do que é dito e feito a respeito do meio ambiente, ainda é tímida a atenção dada às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural e, em particular, o de natureza imaterial (Arantes, 2004, p. 13).

O modo como a sociedade lida com seus saberes e fazeres e como estes são transmitidos para as gerações futuras precisam estar em consonância com temas da atualidade. No século XXI, as comunidades tradicionais, detentoras desses saberes, necessitam acompanhar as tecnologias e inovações para concretizar o equilíbrio na manutenção dessas tradições.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a inclusão do conceito de patrimônio imaterial, percebeu a necessidade de promover ações e políticas

públicas que garantissem a salvaguarda do patrimônio. Como resultado, surge no ano de 2000 o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Desde a implementação do INRC, pontua-se que alguns artesanatos brasileiros apresentam a concepção do ato sustentável nas suas confecções. Dentre eles, a panela de barro das Goiabeiras de Vitória- ES, o primeiro bem cultural a ter o seu modo de fazer registrado como patrimônio cultural imaterial em 2002 (Brayner, 2012).

Um estudo realizado pelo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), expõe que no período de janeiro a agosto de 2022 o número de artesãos obteve expressivo crescimento (ASN, 2022, p. 1). Esse aumento no número de artesãos brasileiros pode ser reflexo da criação do “*Plano setorial do artesanato 2016-2025*” que tinha como um dos objetivos, estimular o uso de inovações tecnológicas e de técnicas de sustentabilidade ambiental na produção do artesanato brasileiro, e como meta incluir nos editais critérios que premiem técnicas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na produção do artesanato nos próximos dez anos (Brasil, 2017, p. 03). Sobre essa questão, é possível notar que por parte do poder público já há uma preocupação sobre a atividade artesanal sustentável, incentivando as comunidades produtoras a repensarem suas práticas e encontrar soluções para o equilíbrio sustentável.

Contudo, publicações mais aprofundadas, sobre políticas públicas para cultura e a relação entre o meio ambiente e o artesanato, começam a surgir por volta dos primeiros anos de 2000, embora note-se a iniciativa do governo federal estudar a economia da cultura desde a década de 1950 no Brasil.

Destacam-se os projetos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB) (1995 – 2002) pela relevância do programa Artesanato Solidário (ARTESOL) criado em seu mandato. FHC tinha como proposta governar o país na perspectiva neoliberal, lançando, em 1995, o projeto “*a cultura é um bom negócio*” pelo Ministério da Cultura.

No campo das políticas públicas para a cultura, o plano “*a cultura é um bom negócio*” pretendia estimular a utilização de leis de incentivo, defendendo que a cultura é um elemento fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. “Através dela, os grupos que formam a sociedade participam e contribuem para o bem coletivo. Com os fatores econômicos e sociais, ela forma o tripé sobre qual se apoia a cidadania de um povo” (Brasil, 1995, p. 2).

Com o plano de FHC, percebe-se um movimento das iniciativas privadas se associarem ao Estado para apoiar o desenvolvimento da cultura no país, através dos benefícios fiscais decorrentes da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Porém, alguns estudiosos, como Barbalho (2007) e Rubim (2008) criticaram o plano de FHC. Para Antônio Rubim (2008) existem tristes tradições que perduraram a história das políticas públicas para cultura no Brasil, denunciando que por muito tempo o Estado não dava atenção para cultura, sendo um privilégio da elite.

Assim, o mesmo autor, argumenta que durante muito tempo, no Brasil, o privilégio da cultura elitista e branca, deixava de lado as culturas populares, indígenas, afro-brasileira e menciona que essa realidade começou a mudar a partir do primeiro mandato do governo Lula em 2003, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e com Gilberto Gil assumindo a pasta do Ministério da Cultura durante 2003-2008. Nesse período, o governo adotou uma postura de ampliação do conceito de “cultura”, com um viés mais antropológico, expandindo para outras modalidades de cultura, sendo elas: popular, indígena, gênero etc. (Rubim, 2008).

A partir desse momento histórico, para as políticas culturais no Brasil, percebe-se, ao consultar fontes, que os dados apontam para uma preocupação em posicionar a figura do artesão em meio a uma atividade econômica que vinha crescendo com os incentivos à cultura no período do governo Lula.

Nota-se que as políticas culturais no Brasil ganharam forte impulso, e o artesanato é tratado de forma ainda mais ativa, como um aliado a economia no país, tanto para os órgãos de apoio e fomento como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (SEBRAE), Serviço Social do Comércio (SESC), e Serviço Nacional de Aprendizagem e Transporte (SENAT), como nas publicações disponibilizadas sobre o tema.

Outro dado relevante é que, durante o governo FHC, a Primeira-Dama Ruth Cardoso¹⁰ implementa o projeto “*Artesanato Solidário - ARTESOL*”, fruto do Programa Comunidade Solidária (PCS) de combate aos efeitos da seca, cujo objetivo era incentivar a cultura popular, promovendo a sua salvaguarda. O projeto foi realizado em parceria com o SEBRAE, a SUDENE, a Caixa Econômica Federal e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), atuando em 26 municípios das regiões Nordeste e Norte do Espírito Santo e Minas Gerais (Artesol, s/d).

¹⁰Ruth Cardoso foi uma das principais antropólogas do País, Professora da USP, especialista em questões socioculturais, trabalhava temas como: inclusão social, étnicos- raciais, gênero e salvaguarda da cultura tradicional. Faleceu em 2008, deixando grandes contribuições para a cultura popular (Artesol, s/d).

As contribuições da Primeira-Dama Ruth Cardoso, frente ao Programa Comunidade Solidária e do Conselho Comunidade Solidária (1995 – 2002), foram muito importantes para o artesanato estudado, já que ele está entre um dos contemplados pelo programa.

Essa afirmativa se refere a uma atividade econômica, que começou a ganhar visibilidade do governo para promoção de políticas públicas, como também, para inserção da ideia da importância da produção sustentável do artesanato. Corroborando com essa afirmação, em seu texto “*A sustentabilidade e o artesanato solidário*”, Moreira (s/d) diz que:

Não faz parte das atribuições institucionais do artesanato solidário contribuir com o processo de discussão conceitual da sustentabilidade. Mesmo no que se refere à sensibilização da humanidade, a informações sobre este conceito, o potencial se restringe a contribuições indiretas. Mas as ações promovidas pela organização são importantes fontes e subsídios sobre sua aplicabilidade. Para Dovers (1990), um obstáculo frequentemente apontado para a discussão mais efetiva sobre sustentabilidade é a dificuldade em identificar métodos e terminologias que permitam uma abordagem aplicável em processos políticos de decisão (Moreira, s/d, p. 3-4).

Isso implica em dizer que apesar do “*Programa Artesanato Solidário*” não possuir o objetivo de promover sustentabilidade, ele favorece indiretamente uma concepção sustentável, já que tem em vista fomentar a salvaguarda do fazer artesanal e tradição cultural através do desenvolvimento sociocultural e econômico, com responsabilidade ambiental.

Posteriormente, investigo o conceito do termo “artesanato” e como a tradição ganhou espaço no Brasil e no mundo, se constituindo uma atividade comercial de grande valia para o desenvolvimento das civilizações ao redor do planeta.

1.3 Artesanato, Cerâmica e Políticas Públicas no Brasil

Sobre a conceituação e entendimento do que são “produtos artesanais”, Ávila (2008) apresenta em seu texto que existem muitas dúvidas com relação à origem da palavra, para a autora a criação do termo estaria ligada ao vocábulo italiano (*artigiano*) que significa artesão, e posteriormente no século XIX, a palavra *artigiano* prosperou para *artigianato* para indicar o regime de trabalho dos artesãos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) definiu, em 1997, no Simpósio Internacional/CCI que:

Produtos artesanais são aqueles confeccionados por artesãos, seja totalmente à mão, com o uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde

que a contribuição direta manual do artesanato permaneça como o componente mais substancial do produto acabado. Essas peças são produzidas sem restrição em termos de quantidade e com o uso de matérias-primas de recursos sustentáveis. A natureza especial dos produtos artesanais deriva de suas características distintas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, de caráter cultural e simbólicas e significativas do ponto de vista social (Unesco,1997 *apud* Borges, 2011, p. 21).

O conceito de artesanato delimitado pela UNESCO corrobora a profunda relação que o ofício possui com a natureza e a importância de ser uma atividade sustentável, já que a conservação do uso dos recursos naturais também implica na conservação/preservação da tradição para as gerações futuras, como já fundamentado.

Sobre a origem do artesanato, Vieira (2014) aborda em sua tese que os primeiros vestígios de objetos artesanais datam aproximadamente do período Neolítico (10.000 a.C. até cerca de 3.000 a.C.), explicitando que por muito tempo os artefatos eram manipulados para usos domésticos, utilizados principalmente para armazenar alimentos em várias regiões do mundo.

No Ocidente Europeu, os trabalhos artesanais estão ligados à formação dos Burgos, que são vilas ou pequenas cidades, vinculadas ao aparecimento das primeiras atividades urbanas (Freitas, 2004). Desde aquela época, a ligação do artesanato com o desenvolvimento econômico era bastante notada, já que no comércio as atividades produtivas estavam ligadas a pedreiros, padeiros, tecelões, carpinteiros, marceneiros entre outros.

Com o tempo, nota-se também a expansão para a produção de instrumentos agrícolas, armazenamento e utensílios domésticos, que colaboram para a indústria de manufatura. Ainda segundo a autora:

Alguns documentos históricos relatam que os primeiros artesãos foram servos; à medida que eles iam sendo libertos, devido aos méritos dos seus trabalhos, organizavam-se em grupos de profissionais específicos, regulamentados às condições do exercício do ofício após passarem por um longo período de aprendizagem. Nesta época da história, o fazer não estava vinculado aos aspectos técnicos, refletia as condições de vida dos seus produtores, os modos de expressão e comunicação de fundamento social, que ganhava força, poder e prestígio (Freitas, 2004, p.24).

Assim, a atividade artesanal começou a adquirir conotação comercial, a partir do momento em que era utilizada para a atividade de troca de mercadorias e venda. Desta forma, passou a existir uma troca de culturas, a partir do momento que o objeto integrava outras regiões, as quais não eram seu lugar de origem.

Quanto aos primórdios da atividade artesanal brasileira, dados apontam que a tradição surgiu nas comunidades indígenas, com a fabricação de cocares, cerâmicas, cestas, vestuários de penas e plumas, dentre outros. Assim, como nas demais regiões, a atividade artesanal atendia inicialmente as necessidades básicas da população.

Segundo Rodrigues (2021b) a atividade artesanal dos povos indígenas fora registrada antes mesmo da chegada dos portugueses, no século XV. Com a Colonização Portuguesa, houve a oportunidade de profissionais liberais integrarem às comitivas, sendo eles os oficiais mecânicos (caieiros, carpinteiros, ferreiros, telheiros e calafates), e a Companhia de Jesus da Assistência de Portugal, na qual os jesuítas ensinavam as artes e ofícios.

Na época, as relações mercantis e produtivas visavam a expansão dos colégios pelo mundo e a conservação do espírito religioso entre os artífices. Surgem assim, inúmeras oficinas artesanais ao longo do território brasileiro de modo a promover as habilidades dos trabalhadores (Rodrigues, 2021b).

O mesmo autor ainda reflete sobre a postura da Coroa Portuguesa, não sendo favorável à atividade de escambo (troca de mercadorias), provocando a adoção de medidas que englobem desde a produção até a venda, abrindo precedentes para implantação de políticas públicas:

Se no período anterior à colonização portuguesa, o fazer artesanal estava voltado às atividades cotidianas e culturais dos indígenas, nos primeiros anos do século XX, ele foi uma alternativa para problemas socioeconômicos, como alto índice de desemprego e desigualdade social, que as regiões fora do eixo São Paulo e Rio de Janeiro enfrentavam de modo mais intenso. Um fator incentivador para a atividade era o investimento inicial relativamente baixo. O setor artesanal foi contemplado com as primeiras políticas públicas durante o regime ditatorial do Estado Novo, sob comando de Getúlio Vargas, em um momento que o país atravessava uma transição da produção manual para a industrial em função de uma política de concentração no mercado interno, com a substituição das importações dos bens de consumo. Nesse contexto, alguns imigrantes acumularam capital com algumas atividades intermediárias entre o industrial e o artesanal (Rodrigues, 2021b, p.3).

Com as colocações de Rodrigues (2021b), percebe-se que desde o século XX o ofício já era visto como uma alternativa de subsistência, em que as questões culturais eram absorvidas pelo modo da produção, cujos artefatos poderiam ser fabricados a princípio manualmente através da modelagem do objeto com recursos extraídos da natureza, onde a qualidade do barro, coloração e diferenciação de pinturas identificariam sua origem e região.

No entanto, as transformações do ofício continuaram acontecendo, com a incorporação de conhecimento e técnicas, e oportunidade de comercialização dos seus produtos, que se

intensificam com o surgimento da Revolução Industrial (1760 – 1840). Agora, as relações de representação e pertencimento entre artesão e artefatos se modificam, sendo mais industrializadas (Machado, 2016).

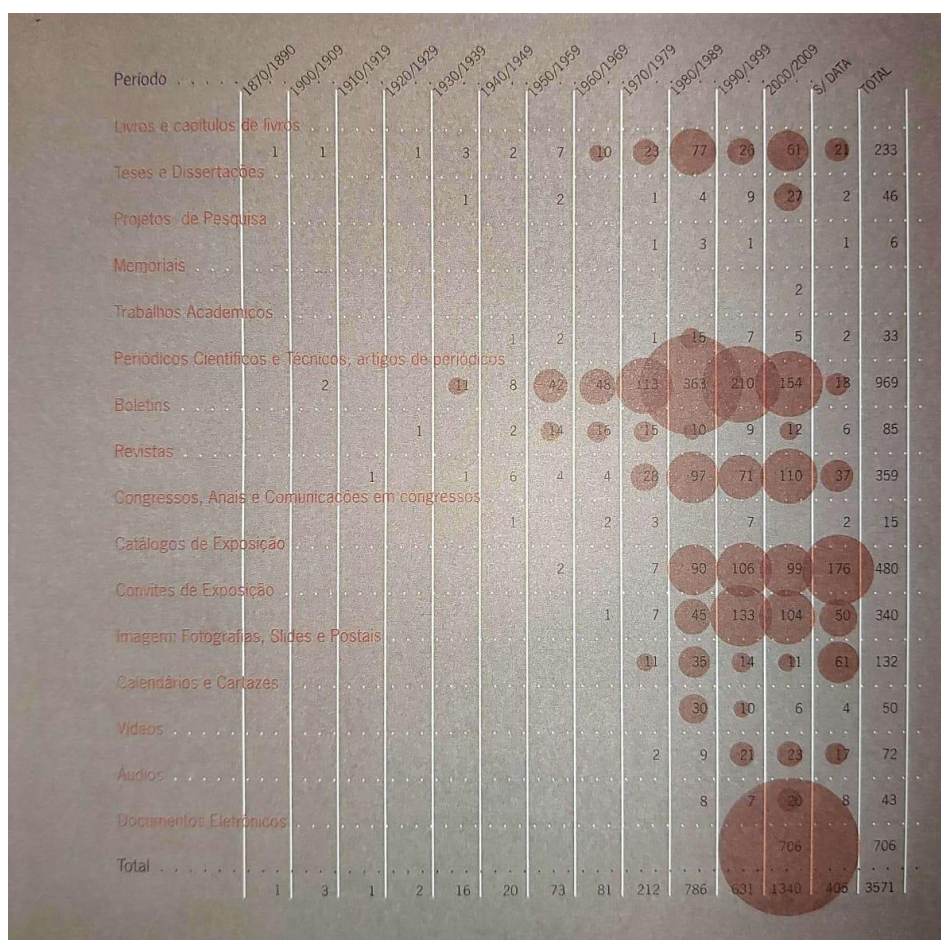
Acerca desse assunto, retorno as considerações de Valladares (1986, p. 14), ao diferenciar a arte, artesanato e a manufatura, pois, para ele o artesanato feito à mão seria “um toque da qualidade humana acima daquele toque, daquela massificação do produto que a máquina imprime”. Diante desse cenário, a mão de obra dos artesãos acaba sendo marginalizada, engolida pelo desejo de lucro da cadeia de mercado, e o artesanato em barro, é um dos que sentem essa pressão econômica.

Encontrei nas pesquisas para produção deste estudo uma coleção com quatro volumes sobre a produção de cerâmica no Brasil, publicada no ano de 2014 e já citada em outras oportunidades, mas que nesse momento irei detalhá-la. A obra resume-se a um levantamento bibliográfico sobre temas como: arte em cerâmica, cerâmica indígena, cerâmica popular e artesanal no Brasil. A autora Iorio (2014) promete abranger no material coletado todas as publicações realizadas entre os anos de 1895 e 2009 (figura 3).

Para atingir seu objetivo, utilizou os métodos de seleção, indexação e catalogação de toda coleção encontrada, a qual é disponibilizada em uma biblioteca por meio da linguagem controlada no sistema *Personal Home Library*- PHL-82, tendo sua distribuição gratuita, porém esta pesquisa não conseguiu localizar a base de dados (em 2022) da “*Bibliografia da Cerâmica no Brasil: Estudo e Sistematização Bibliográfica sobre a Cerâmica no Brasil*” no sistema PHL. Provavelmente a coleção não esteja compartilhada no sistema digital, ou seja, só pode ser consultada diretamente no computador da autora.

Iorio (2014) menciona na sua pesquisa ter encontrado entre os anos de 1870 e 1890 a primeira publicação sobre cerâmica no Brasil que se trata da obra de Emílio Goeldi, intitulada de “*Excavações archeologicas em 1895: memórias do Museu Paranaense de História Natural e Ethnografia*”. O livro apresenta os resultados de uma pesquisa arqueológica patrocinada pelo Museu Emílio Goeldi ao Rio Cunany, no ano de 1895.

Entre os anos de 1900 e 1929, os achados publicados não passaram de três ao ano. A partir de 1930 os números começam a crescer expressivamente, mas sem dúvidas a década de 1980 foi o período que as publicações sobre cerâmica no Brasil ganharam destaque.

Figura 3-Levantamento Bibliográfico sobre Cerâmica no Brasil entre os anos de 1870 e 2009.

Fonte: Iorio, 2014, p.13.

A partir da observação, entendo que desde a década de 1950, a arte em barro já havia caído no gosto popular, e é nesse período que começaram a aparecer catálogos de exposições, embora os avanços e reconhecimento artístico para os artesãos de barro não tenha sido imediato, já era possível encontrar nas diversas regiões brasileiras, artesãos que produziam seus materiais para serem comercializados nas feiras livres, enfatizando a eficiência da política pública da Campanha Nacional de Educação Rural (CENAR), sobre o ensino da técnica em zonas rurais.

Nesse período também já era visível o potencial para políticas públicas com base na economia denominada criativa. No entanto, o Brasil enfrentava o período da Ditadura Militar entre os anos de 1964 e 1985, ocasionando entraves e perdas da economia da cultura.

No contexto efervescente dos anos 50 e 60, a arquiteta italiana Lina Bo Bardi realizou seu sonho de construir um museu de arte popular em Salvador, espaço que permitisse o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o de mestres artesãos, para a formação de um desenho original e brasileiro. Para isso,

realizou uma expedição, coletando peças pelo Nordeste, reunindo um acervo de quase duas mil obras. O conjunto amplo de ex-votos, santos, objetos de candomblé, bichos e utensílios de madeira, objetos de barro, pilões e peças feitas de material reciclado e de lixo foi recolhido por Lina em feiras, mercados e lojas de material religioso em várias comunidades, núcleos rurais e cidades dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Como objetos-depoimento da identidade cultural do Nordeste, a arquiteta vislumbrou seu uso como a base para desenvolver um Centro de Estudos e Trabalho Artesanal e uma escola de desenho industrial, que produziria projetos para a indústria. Na escola, haveria troca de experiência entre os estudantes de arquitetura e design e os artesãos. Tratava-se, evidentemente, de um projeto político. Seus projetos do museu-escola e o do fomento ao design brasileiro naquela estrutura foram interrompidos em 1964, quando foi afastada do museu pela ditadura militar brasileira (Brasil, 2011, p.12 – 13).

O projeto em questão se tratava da criação do “*Museu de Arte Popular do Unhão*”, inaugurado em 1963 na Bahia com a exposição titulada de “*Nordeste*”. A criação desse museu ocupou um importante papel para auxiliar aos protestos que aconteciam no período no cenário político, onde o povo brasileiro era silenciado pelas políticas públicas impositivas. Havia uma urgência no país de políticas participativas, que a população pudesse se envolver na sua elaboração. Destacamos que entre os anos de 1960 e 1969, consoantes o gráfico de Iorio (2014), já havia registro de 81 publicações que abordavam a atividade artesanal com barro.

Posteriormente, a obra escrita em 1977 por Clotilde de Carvalho Machado, “*O barro na arte popular brasileira*”, constitui-se em um livro-roteiro que reúne artistas do barro, desconhecidos de várias regiões brasileiras. No livro, Machado (1977, p. 17) menciona que pouco se sabia sobre o barro na arte popular brasileira na época que os objetos de maior circulação eram representações de pequenas figuras que embora frágeis na sua estrutura, possuíam força artística admirada pela ingenuidade e maneira que eram elaboradas por pessoas sem estudos de arte e que, no entanto, sabiam moldar figuras com beleza singular dos personagens retratados.

A mesma autora ainda realiza um breve recorte cronológico, inclusive cita brevemente a atividade artesanal de barro em Itabaianinha–SE, para demonstrar a trajetória da arte em barro, desde os conhecimentos dos povos indígenas às questões tradicionais de cada região. Dentre um dos pontos abordados, recebe destaque o trabalho feminino quando cita “[...] as índias já faziam para os seus filhos os brinquedos de barro, e daí talvez a origem da tradição” (1977, p.19). Esse fato pode ser corroborado com as diversas teorias sobre a origem da Cerâmica brasileira (Capucci, 1997; Garcez, 2011; Abceram, 2017; Alexandre, Rizzo, Garcia, 2020).

No Brasil, a cerâmica tem seus primórdios na Ilha de Marajó. A cerâmica marajoara aponta à avançada cultura indígena que floresceu na ilha. Estudos arqueológicos, contudo, indicam a presença de uma cerâmica mais simples, que aparenta ter sido criada na região amazônica por volta de cinco mil anos atrás. A cerâmica produzida nessa região era altamente elaborada e de uma especialização artesanal que compreendia várias técnicas: raspagem, incisão, excisão e pintura (Alexandre; Rizzo; Garcia, 2020, p. 45).

Já em 1987, Victor Zappi Capucci, publica a obra: *fragmentos da Cerâmica no Brasil*, que endossa a teoria da origem da cerâmica brasileira na Região da Ilha de Marajó. O autor ainda trabalha as delimitações das técnicas para a produção da cerâmica, expondo que grupos humanos primitivos sempre utilizaram as habilidades técnicas conquistadas para representar e documentar imagens e signos do cotidiano ou das representações mentais do sobrenatural. Assim, o autor aponta questões técnicas sobre formas e representações de desenho na cerâmica Marajoara, entre outros assuntos (Cappuci, 1987, p. 9).

Em 1983, se aproximando ao fim da ditadura militar no Brasil, observo surgir outros espaços destinados à cultura popular, no Rio de Janeiro, foi criada a Sala do Artista Popular (SAP), pela historiadora da arte, Lélia Coelho Frota, na época diretora do Instituto Nacional de Folclore (INF), hoje conhecido Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) (Baía, 2008).

A iniciativa tinha como objetivo realizar exposições de curta duração voltadas para difundir e comercializar as obras de artistas e comunidades artesanais, buscando dar visibilidade aos artesãos através das mostras e catálogos de exposição que eram elaborados a partir de pesquisa etnográfica e documentação fotográfica realizada pela equipe do CNFCP.

O plano visava atender às diretrizes para operacionalização da “política cultural” do Ministério da Educação (MEC), com foco na proteção e valorização de bens culturais, não consagrados, que procediam da experiência coletiva de um grupo pertencente a uma região ou segmento social definido, que representassem um caráter popular (Soares, 1983, p. 1).

Assim, no primeiro momento do programa, as amostras deram ênfase ao artesanato produzido a partir do barro, couro, madeira, metal, fibras etc. Já na segunda exposição do programa, o barro foi representado com a exposição denominada “*Morro de Chapéu Mangueira: sua gente, sua vida, sua arte*” (figura 4), cujo objetivo era apresentar atividade artesanal em cerâmica na comunidade, evidenciando a representatividade que o barro já possuía nas manifestações culturais de cunho popular.

Figura 4-Catálogo da Exposição Morro do Chapéu Mangueira: sua gente, sua vida, sua arte.



Fonte: CNFCP, 1983.

Com criação da SAP, percebe-se o interesse do governo começar a pensar políticas públicas culturais para atender uma parte da sociedade brasileira que não integrava a elite. Este movimento atenta-se para o direcionamento do governo FHC que estava por vir (1995 – 2003) e as colocações de Barbalho (2007) e Rubim (2008) ao criticarem o plano de governo de FHC.

Para Barbalho (2007) e Rubim (2008) os projetos voltados para a economia da cultura, ainda não estavam consolidados para atingir metas positivas em uma sociedade condicionada a valorização das manifestações culturais elitistas.

Desta forma, destaca-se que embora as manifestações de cunho popular tenham começado a ganhar visibilidade no país a partir dos anos 1950, não se pode pontuar que as políticas públicas tenham alcançado metas positivas em meados dos anos 1980.

Visto que, o reconhecimento e os espaços ocupados por artistas populares ainda eram incipientes, fatores políticos também podem ter sido responsáveis por esses atrasos. Baia (2008) relata a experiência da SAP, e neste panorama:

As obras de “arte popular” são inseridas em uma nova perspectiva de legitimação e valores institucionais e de mercado que não era prevista e/ou percebida inicialmente por muito dos seus autores. A importância e a influência de tais formas diferenciadas de vivência social, e as possibilidades de rejeição, negociação e incorporação de elementos nos espaços de influência de uma sobre a outra, são reveladas pelas inúmeras publicações e pesquisas em parte dos trabalhos sobre memória e patrimônio, que envolvem a investigação sobre mudanças de significado dos produtos culturais. Com efeito, a SAP representa um bem cultural concreto e simbólico que permeia a identidade de um segmento social. Segmento que visa integrar-se com distintos atores sociais e intervir na realidade histórica e cultural de sua época, tornando a SAP um espaço de proposição à superação dos obstáculos para a inserção do “Outro” nos quadros do patrimônio cultural brasileiro (Baia, 2008, p. 33).

Essa informação mostra a importância do surgimento de espaços destinados ao estudo da cultura popular ou de exposições direcionadas a explorar a cultura popular brasileira, e nota-se que o processo de observação por parte da sociedade no início foi de reconhecimento, mas não de permanência da valorização cultural ou econômica das suas tradições, por isso, mais uma vez reafirmo a importância das políticas públicas para a mudança deste cenário.

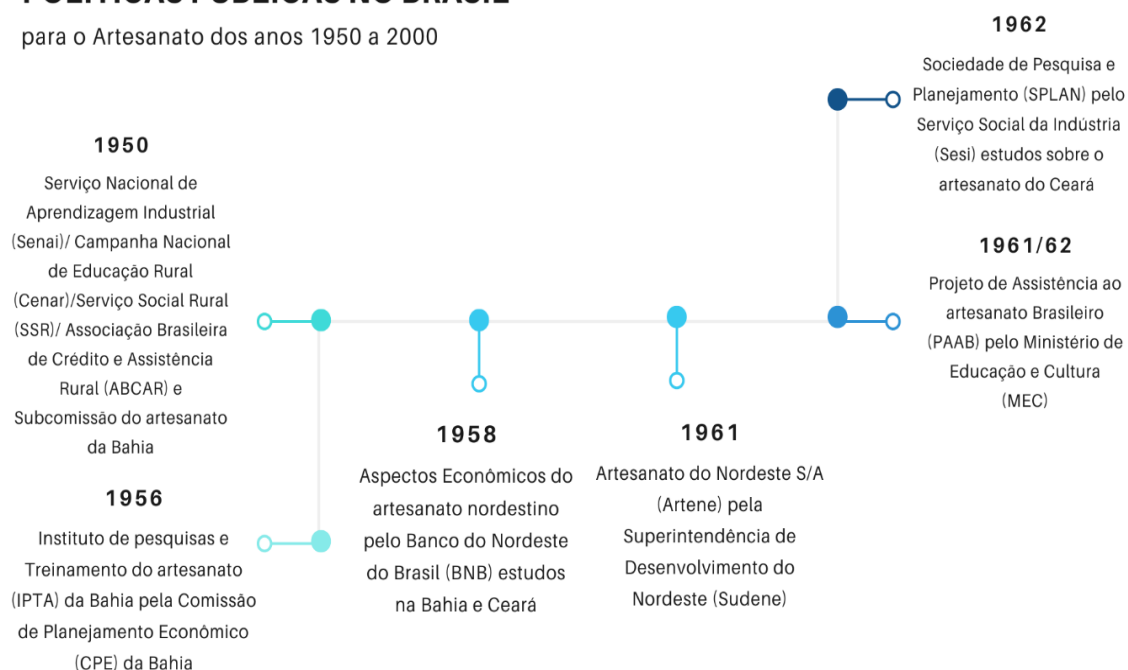
Em estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus / Ministério da Cultura (IBRAM/MINC), expõe-se o aumento expressivo de museus no país, em que os dados demonstram que no início do século XX eram apenas 12 instituições e que saltaram para 3.025 instituições no período de 2006 a 2010. Dentre esses números pode-se considerar a ampliação de espaços que trabalham a cultura popular e atividade artesanal brasileira nestas instituições, mostrando de fato um novo cenário para trabalhar as questões de tradição cultural em espaços antes tido como local de memórias elitistas (Mariuzzu, 2011, p. 1).

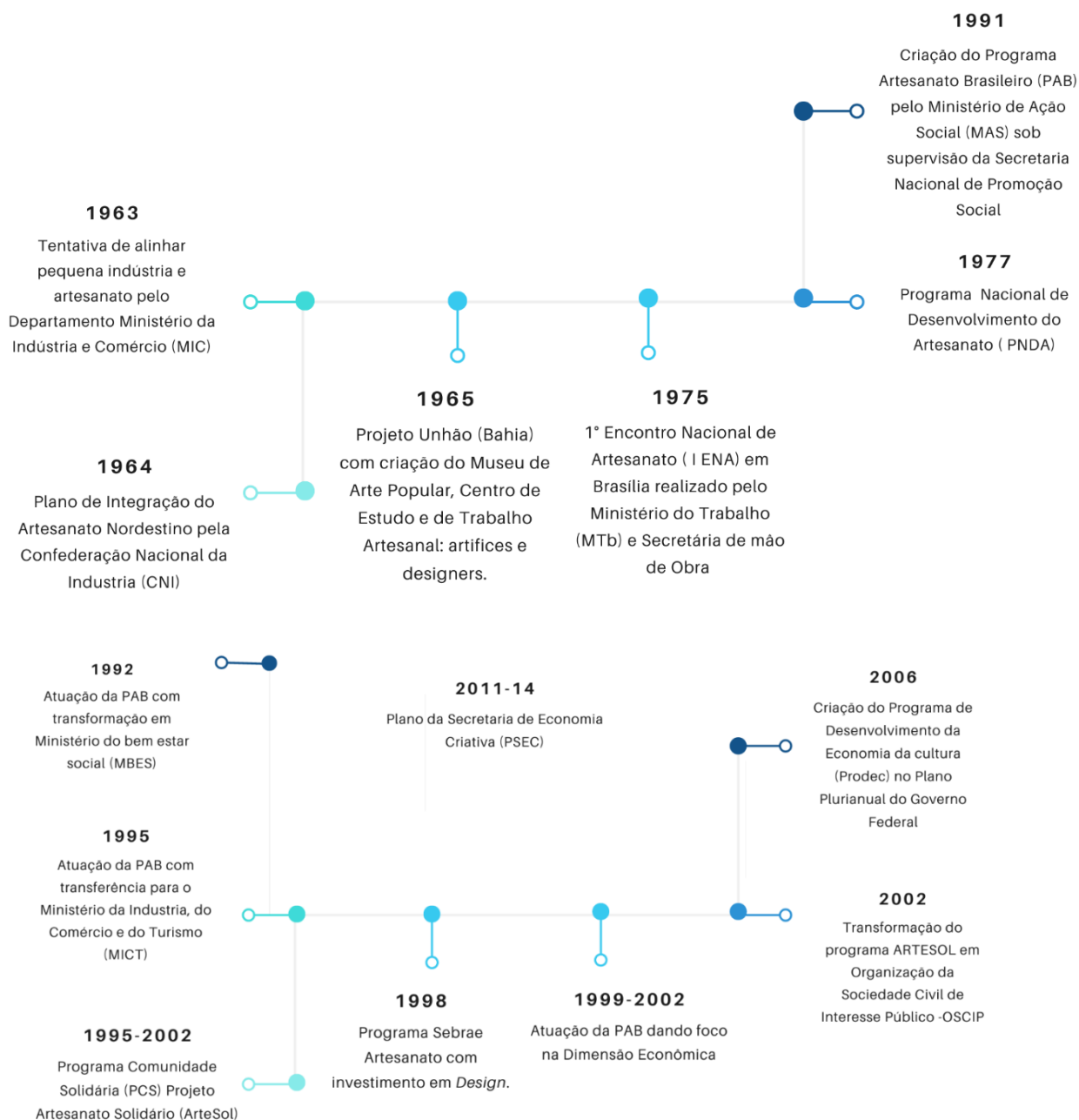
Quanto à implementação de políticas públicas para artesanato no Brasil, Moraes, Seraine e Barbosa (2020) publicaram um trabalho sobre cronologia de políticas no período de 1950 – 2000, no qual apresentam o diagrama de uma linha do tempo contabilizando 22 iniciativas de políticas públicas para o artesanato brasileiro, conforme figura 5.

Figura 5-Políticas Públicas no Brasil para o artesanato nos anos de 1950 a 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

para o Artesanato dos anos 1950 a 2000





Fonte: Moraes, Seraine e Barbosa (2020, p. 167 –168).

A compilação de políticas públicas para o artesanato, elaborada pelas autoras no ano de 2020, mostra que o governo brasileiro desenvolve ações que vão desde o ensino do ofício nas regiões rurais até os estudos econômicos sobre o artesanato.

A primeira política pública registrada no estudo, em 1950, expõe uma iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que desenvolve a Campanha Nacional de Educação Rural (CENAR) com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

(ABCAR), que realizam o projeto em comunidades rurais para promover o ensino de técnicas artesanais e oferecer apoio a renda familiar.

Essa ação expõe que muito provavelmente as populações mais distantes do centro urbanos tomaram conhecimento de uma atividade econômica em ascensão, por políticas públicas de governos que oferecem conhecimento e capacitação técnica para indivíduos que se interessem pela atividade artesanal.

Entre os anos de 1952 e 1960, nota-se a criação de várias políticas públicas que tinham como objetivo a realização de estudos econômicos sobre o artesanato. Essas pesquisas podem ser entendidas como significativos para a fundamentação e a implementação das políticas que ainda estavam por vir.

A partir de 1960, o artesanato ganha espaço nos museus, representando a cultura e a identidade local, sendo um grande marco para visibilidade da cultura popular em lugares que até então eram representados pela cultura elitista (Machado, 2016). Ainda dentro desse cenário, ressalta-se que em 1961 o Ministério da Educação e Cultura desenvolve o Projeto-piloto de Assistência ao artesanato brasileiro com duração de seis meses.

Nas próximas duas décadas, até início dos anos 1990, observa-se nesse cenário a continuidade de estudos econômicos para o artesanato, agora em âmbito Estadual. Os estados buscam e reconhecem características locais que as distinguem das demais regiões do país, associadas as tentativas de alinhar o artesanato com a indústria, a implementação de museus com expografias voltadas para a cultura popular brasileira, o incentivo aos núcleos artesanais do país, as comissões para definir o conceito e promoção do artesanato, dentre outras iniciativas.

Já entre os anos de 1995 e 2002, o artesão ganha um novo horizonte e aparece como microempreendedor. A partir da criação do Programa Comunidade Solidária (PCS) e do Projeto Artesanato Solidário (ARTESOL) ele possui crédito assistido e se destaca na categoria de empreendedorismo.

O PCS foi lançado em janeiro de 1995 e tinha como objetivo combater a fome e a miséria no país, sendo a primeira política pública em continuidade com a transição de governos, de Itamar Franco (1992 – 1995) para Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) (Resende, 2000, p. 6). Salienta-se que o plano não foi somente importante para economia, mas o programa atingiu o setor social, ambiental e cultural do país, pondo em vista que:

Os modelos de economia solidária buscam ir além de simples geradores de trabalho e renda, idealizam novas formas de convivência e de organização comunitária. Defendem a potencialidade que pode ser gerada a partir de relações de mutualidade e de reciprocidade, apoiadas na solidariedade e

equidade, em vez da competição e do individualismo. As iniciativas da economia solidária empenham-se em construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que integre a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo, assim, para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário (Pitaguari; Santos; Câmara. 2012, p. 35).

Contudo, Ferreira (1998) critica o governo FHC quando expõe que a política ambiental não era considerada uma política social, estando desvinculada das demais políticas públicas, e demais políticas econômicas. Para o governo, a problemática ambiental estava associada à ótica do conservadorismo, ao discurso de modernização da sociedade brasileira, onde a questão do desenvolvimento socioeconômico estava ligada a problemas de degradação ambiental.

Seguidamente, em 2006, ainda analisando o quadro proposto pelas autoras (Moraes, Seraine e Barbosa, 2020) pontua-se a continuidade da atuação nas áreas social, cultural e econômica com o surgimento de projetos que valorizam o aspecto cultural do artesanato brasileiro, neste período surge o Programa de Desenvolvimento da Cultura (PRODEC). Embora as bibliografias disponíveis sobre esta política pública sejam escassas, visualizo um panorama importante na evolução de discussões e conhecimentos sobre o tema.

Em 2011 foi instituída, no governo de Dilma Rousseff, a Secretaria da Economia Criativa (SEC), que elaborou o plano da Secretaria da Economia Criativa (PSEC) que tinha como desafio “liderar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para um novo desenvolvimento fundado na inclusão social, na sustentabilidade, na inovação e, especialmente, na diversidade cultural brasileira” (Brasil, 2011, p. 8).

Essa política pública traz um novo conceito para cidades mais inteligentes e criativas que trabalham integradamente com apoio de outros setores do governo para atingir um objetivo em comum. Tendo em vista que a economia criativa é vista como o setor econômico composto pelas indústrias criativas (conjunto de atividades econômicas que tem como base a criatividade e habilidades dos indivíduos ou grupos) que ofertam seus produtos ou serviços (Newbiggin, 2010).

A partir desta análise das políticas públicas para a cultura, sobretudo para a categoria do artesanato brasileiro, pondero que apesar da existência da evolução de políticas para classe, ainda há necessidade de se aprimorar a aplicação e continuidade destes mecanismos, pois, o simples fato de haver legislações que contemplem artesãos e projetos de incentivo, não significa que o segmento esteja sendo amparado e beneficiado eficientemente.

Esta negligência por parte do governo acaba se tornando algo cíclico, onde os principais envolvidos (artesãos) sempre retomam suas principais queixas e necessidades, sendo que na maioria das vezes recebem soluções paliativas, sem a devida atenção para o atendimento das suas carências.

Analisando o cenário das políticas públicas culturais voltadas para as artesãs da Louça Morena na contemporaneidade, nas entrevistas, observei que os gestores entrevistados que dialogam com o segmento cultural apresentaram até certo modo, um desconforto, ao ter de responder perguntas que envolviam a efetivação de políticas públicas na municipalidade. A Gestora 2 (2023), que trabalha na pasta de desenvolvimento/turismo do município de Itabaianinha quando questionada se conhecia alguma política pública, citou a importância do SEBRAE na promoção de cursos e apoio às artesãs e apresentou a criação de um projeto de rota turística, cujo objetivo era contemplar o segmento cultural do povoado, pois:

[...] agora a gente está em negociação com o Sebrae para ele mandar consultores para fazer o quê? dar capacitação para elas para melhorar a técnica. Melhor uso da técnica, né? E outra coisa também, para trazer a moça para emitir a carteirinha de artesão. Nós não vamos fazer, mas a gente tenta, né? Porque tem outras pessoas que podem fazer. Outros artesãos que querem fazer a carteirinha. A gente vai trazer para cá. E o SEBRAE, mas o quê? Ah, outra coisa, elas não têm conhecimento sobre gestão financeira. Isso também é uma coisa que elas pedem, né? E a gente também já levou técnicos pra lá e perguntou o que vocês querem. Porque a gente vê quando elas estão vendendo, quando a gente tá lá com o grupo, que elas ficam meio perdidas. Não sabem que preço dá, não sabem ser ágil no pagamento. Então, isso também é um problema pra elas. Por isso que pra elas é mais fácil produzir e dizer tanto é tanto. Um caminhão cheio me dê tanto. Não tem esse negócio de negociação, entendeu? Elas não sabem muito que... Elas não saberiam trabalhar com o público final (Gestora 2, 2023).

Sobre a fala da Gestora 2 (2023) representante da pasta comércio/turismo, entendo que as artesãs produtoras da Louça Morena possuem certa dificuldade de reconhecer o valor do seu produto, pois o fato de terem de realizar a “negociação” e atribuir um valor econômico constitui uma tarefa difícil para essas mulheres, sendo esse dilema recorrente nas entrevistas realizadas.

Quanto a isso, pontuo que o “valor econômico” difere do “valor cultural” para elas. Percebo na fala dos gestores que muitas vezes a atividade artesanal da Louça Morena é compreendida por eles como uma atividade que “envergonha” de certo modo essas mulheres ou que as remete a fases difíceis da vida.

A Gestora 2 (2023) ainda cita na sua fala a experiência de uma ex-artesã que possui um comércio no povoado e optou por não usar a Louça Morena no seu estabelecimento. Ela menciona que a secretaria já sugeriu que os estabelecimentos utilizassem as peças. Segundo ela, no seu diálogo com a empresária, ela disse: “[...] Em Salvador, o que mais se tem é Louça Morena nos restaurantes. E aqui no seu, do lado, você não tem? Ela diz, não, Louça Morena foi a etapa ruim da minha vida. Hoje eu tô bem, entendeu? Então, tem esse negócio de autoestima também. Ela não se sente valorizada naquele ofício” (Gestora 2, 2023).

Ressalto que ao entrevistá-las (artesãs), a menção ao artesanato, pela maioria das mulheres, era apresentada com orgulho, mesmo quando expressas as dificuldades para reproduzir a tradição cultural. Observo na fala dos gestores entrevistados que a falta de valorização do artesanato mencionada recai sobre as produtoras, como se fossem elas que tivessem de promover ações para reconhecimento do artefato, eximindo a responsabilidade do governo. O encadeamento do conceito de representação do artesanato, Louça Morena, envolve toda a comunidade na qual o objeto está inserido, e isto inclui as artesãs, o governo e a sociedade.

Desta forma, identifico que a ausência de políticas públicas dificulta o reconhecimento da produção artesanal, inclusive no próprio local de origem. O Gestor 3 (2023) informou que a secretaria sob a sua responsabilidade também não possuía políticas públicas que atendessem às artesãs. Quando questionado se conhecia políticas públicas que beneficiassem a Louça Morena, ele afirmou:

Ainda não conheço, não. Como muitas delas falaram, que participaram, até eu tinha um folheto, acho que era de 2000-2010, que elas participavam de, na verdade, foi uma vez que participaram de uma feira. Agora não me recordo se foi em Salvador ou foi aqui em Aracaju, né! [...] parece que foi uma realização do Sebrae, parece que foi o próprio Sebrae que veio aqui, né? Pegou-as sem nada do município. Parece que o Sebrae pegou elas aqui e levaram para Aracaju, para Aracaju ou foi para Salvador, alguma coisa assim, para incentivar elas e mostrar o trabalho delas (Gestor 3, 2023).

Embora o Gestor 3 (2023) tenha informado que não possuía conhecimento sobre políticas públicas para a cultura que beneficiassem o artesanato, ele expressou que era um desejo futuro a criação de políticas públicas para categoria, citando que o município passou a

receber recursos do Governo Federal através das leis Aldir Blanc¹¹ e Paulo Gustavo¹². Apesar das leis possuírem critérios para distintos segmentos a serem contemplados (audiovisual, arte popular, literatura etc.), ele menciona que iria pesquisar e realizar reuniões para verificar a possibilidade de atender as artesãs da Louça Morena nesses editais.

Desta forma, relato que essa pesquisa não identificou nenhuma política pública na atualidade que contemple as artesãs da Louça Morena. Essa negligência por parte do governos (municipal, estadual e federal) incide sobre o processo de representação e continuidade da tradição que há anos vem apresentando indícios de ameaça de extinção. No passado, pode-se considerar que o Programa Comunidade Solidária e o Conselho Comunidade Solidária (1995 – 2002) atendeu as artesãs por um curto período, contudo, não se pode negar que foi uma política pública de beneficiamento, que proporcionou visibilidade ao artesanato de Itabaianinha nacionalmente, mas que infelizmente não houve continuidade.

Devo pontuar que as políticas públicas na atualidade não devem apenas pensar em problemas como visibilidade e continuidade da tradição. Pelegrini (s/d, p. 7) menciona em seu artigo que a concretização de programas de fomento tende a transformar as experiências sociais vivenciadas por comunidades, modificando os seus modos de reproduzir a vida, os costumes, os rituais. Ela menciona que, enquanto os produtos continuarem agregando valor na sua forma de “cultura autêntica”, eles não sofrerão com a requisição do mercado globalizado e com as mudanças para atender à atividade econômica do comércio. Desta forma, ela conclui que “a

¹¹ A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc) foi criada como uma medida de emergência temporária para apoiar o setor cultural durante a pandemia de COVID-19, onde recursos foram repassados aos estados, municípios e ao Distrito Federal para medidas de apoio e auxílio aos trabalhadores da cultura atingidos pela pandemia. Os recursos foram destinados a cinco áreas: manutenção, formação, desenvolvimento técnico e estrutural de agentes, espaços, iniciativas, cursos, oficinas, intervenções, performances e produções; Desenvolvimento de atividades de economia criativa e economia solidária; Produções audiovisuais; Manifestações culturais; Realização de ações, projetos, programas e atividades artísticas, do patrimônio cultural e de memória (Brasil, 2020).

¹² A Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da COVID-19 e prevê repasses financeiros aos estados, municípios e ao Distrito Federal. Segundo o § 9º do 8º artigo da lei, as atividades abrangidas pelos instrumentos de seleção incluem: as artes visuais, música popular, música erudita, teatro, dança, circo, livro, leitura e literatura, arte digital, artes clássicas, artesanato, dança, cultura hip-hop e funk, expressões artísticas culturais afro-brasileiras, culturas dos povos indígenas, culturas dos povos nômades, culturas populares, capoeira, culturas quilombolas, culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, coletivos culturais não formalizados, carnaval, escolas de samba, blocos e bandas carnavalescos e qualquer outra manifestação cultural, esses segmentos podem ter acesso aos recursos por meio de editais, chamamentos públicos, prêmios, aquisição de bens e serviços ou outras formas de seleção pública simplificada executados pelos estados, municípios e Distrito Federal (Brasil, 2022).

valorização do patrimônio cultural torna imperiosa a atenção dos especialistas e gestores de programas de salvaguarda em relação ao sustento das ‘condições materiais e ambientais necessárias à reprodução’, ao ‘desenvolvimento’ e a manutenção do patrimônio” (Pelegri, s/d, p. 7). Ou seja, a sustentabilidade do artesanato deve considerar a transmissão do saber fazer, a garantia da matéria-prima, a valorização da mão de obra e o reconhecimento cultural, social e econômico das tradições.

No próximo capítulo, traço uma análise sobre a trajetória das artesãs da Louça Morena relacionada as políticas de desenvolvimento artesanal do estado, o perfil socioeconômico dos envolvidos, e as questões estruturais da sociedade brasileira que interferem na manutenção das tradições.



CAPÍTULO 2

MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA NA CENTRALIDADE DO ARTESANATO LOUÇA MORENA



2. MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA NA CENTRALIDADE DO ARTESANATO LOUÇA MORENA

Este capítulo está estruturado em duas partes, na primeira, adentro no histórico do município, as questões econômicas, sociais e políticas da região para entender o atual cenário econômico e diretrizes das políticas públicas adotadas na localidade.

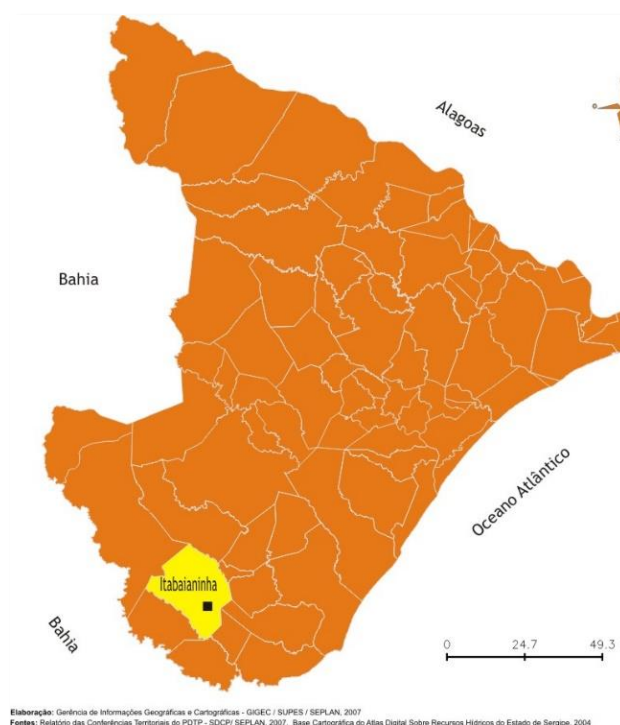
Na segunda parte, abordo quem são as artesãs da Louça Morena, onde moram, a faixa etária, escolaridade, profissão dentre outras informações para entender questões que envolvem a continuidade da tradição e a atividade econômica do artesanato, além de discutir o conceito de “Racismo Ambiental”, tema que vem sendo debatido desde a década de 1980 envolvendo lutas de classe e o desenvolvimento das cidades.

Pretendo neste capítulo investigar as questões econômicas da região e das artesãs para auxiliar no registro de informações sobre a manifestação cultural do município de Itabaianinha/SE. Julgo ser necessário abordar quem são as artesãs da Louça Morena, já que os registros escritos sobre a tradição são escassos com destaque, dentre a bibliografia localizada, para o catálogo da exposição realizada pelo Centro Nacional do Folclore, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro.

A cidade de Itabaianinha (Figura 6) está entre as mais desenvolvidas do estado de Sergipe, de acordo com dados obtidos nas entrevistas. Segundo o relato concedido, a atual gestão governamental tem realizado pesquisas sobre os principais potenciais turísticos da cidade para inserir a localidade no circuito turístico sergipano, na categoria “*Turismo de Negócios*”, em 2023-2024, devido ao grande potencial econômico da região, através das olarias do município e fábricas têxteis.

No entanto, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades (2024) sobre o desenvolvimento econômico produto interno bruto (PIB *per capita* de 2021) informam que Itabaianinha, em comparação com as demais cidades sergipanas, ocupa a 59ª posição dentre os 75 municípios, sendo as cinco cidades do estado mais bem desenvolvidas, respectivamente: 1. Aracaju, 2. Nossa Senhora do Socorro, 3. Canindé de São Francisco, 4. Barra dos Coqueiros e 5. Itabaiana.

Figura 6-Mapa de Sergipe com destaque para Itabaianinha.



Fonte: Freitas, 2004.

Sobre a origem de Itabaianinha, o livro *“Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”* de Jurandyr Ferreira (1959, p. 337) expõe conforme “Laudelino Freire e Clodomir Silva que a atual sede do município de Itabaianinha foi primitivamente uma aldeia de índios.” Essa informação se apresenta como a mais antiga sobre a história do município.

Atualmente existem ao menos duas versões sobre a origem do município de Itabaianinha, contudo, a bibliografia disponível sobre o tema não possui uma discussão aprofundada. Mas, ambas as narrativas iniciam em um marco zero, conhecido como “Praça do Tamarindo” devido a árvore que representa o início do povoamento na região.

A versão mais difundida sobre a fundação da cidade, delimita que por volta do século XVIII, migrantes (tropeiros e retirantes) vindos de Itabaiana Grande (atual Itabaiana), realizavam paradas nesta localidade, construindo pequenos casebres no alto da montanha. Posteriormente, seguiam seu rumo abandonando o que se pode considerar um marco inicial da ocupação na freguesia de Itabaianinha, mesmo que com sentido de “transição”, “passagem” ou “entreposto”. Tempos depois outros migrantes foram chegando gradualmente e construindo seus lares de modo permanente em torno desse marco (Ferreira, 1959; Costa, 2016; Ibge, 2020), ainda sobre a localidade, citamos que:

Pelo aspecto topográfico muito parecido com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo consistente e de pedras miúdas, chamaram a localidade de Itabaianinha. Aí, então, ergueram uma capela em louvor a Nossa Senhora da Conceição, lugar onde atualmente é a Matriz da padroeira da cidade. Assim foi criada a 'Princesa das Montanhas', como foi chamada por João Pereira Barreto, dada a majestade do local, com situação privilegiada de domínio do planalto. Em 1832, tornou-se vila, com sede na povoação de Nova Tomar do Geru (Ibge, 2020).

A caracterização do local se assemelha geograficamente com a cidade de Itabaiana¹³, com base nisso, o autor Ferreira (1959, p. 337) defende que de uma forma ou de outra, a toponímia da vila de Itabaiana influenciou na denominação do povoado que surgia, apresentando apenas a alteração para o diminutivo, justificando que o motivo foi que os primeiros povoadores se impressionaram com a semelhança dos locais, dando origem a outra cidade menor no sul da província.

Outra versão disponível nas biografias sobre a origem do município relata que os tropeiros vindos de Itabaiana Grande, paravam à sombra de árvores de tamarindos (Oiteiro do Urubu) para descansar, e ali existia uma bela mulher, que dançava e cantava a “dança do coco”, e “os homens encantados com o molejo da Baiana, gritavam: Êta baianinha boa, Êta baianinha gostosa, surgindo assim o nome da povoação” (Costa, 2016, p. 10).

Atualmente no local existem esculturas que indicam o “marco da colonização” e na placa de fundação o visitante pode ler o texto explicativo que corrobora essa versão e ainda diz “que de acordo com os relatos orais dos mais antigos moradores do vilarejo, a árvore originária foi derrubada pela força do progresso e que o solo de Itabaianinha sempre foi propício para criação de gado” (figura 7).

Os marcos legais apontam para o começo em 1834, quando o Presidente do Conselho Geral da Província de Sergipe, Joaquim Geminiano Navarro, encaminhou propostas de Leis à Assembleia Geral, nas quais incluíam duas proposituras: a primeira criando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha e a outra transferindo para esta povoação a sede da Vila de Tomar de Geru. No entanto, as propostas nem chegaram a ser apreciadas e votadas pela Assembleia, porque no período estavam todos concentrados em discutir o parecer interpretativo do Ato Adicional da Constituição do Império de 1834 (Ferreira, 1959).

¹³O Município de Itabaiana, localiza-se na Mesorregião do Agreste Sergipano e fica a 54 Km de distância da capital, Aracaju e possui uma população de 103.439 habitantes (Ibge, 2022).

Figura 7-Marco Zero de Itabaianinha/SE.



Fonte: Autoria própria, 2023.

O documento *“Ato Adicional da Constituição do Império”*, de 1834, foi uma emenda que firmava um acordo entre os partidos liberais e nativistas, mantendo algumas instituições da Carta Magna de 1824, mas também promovendo mudanças como: conferir as províncias mais autonomia, substituição da Regência Trina para Uma, criação de Assembleias Legislativas, dentre outras alterações importantes para as províncias (Martins, 2015, p. 404-405).

Em 6 de fevereiro de 1835, Itabaianinha foi desmembrada da Freguesia de Nossa Senhora de Campos (atualmente cidade de Tobias Barreto), passando a ser chamada de “Freguesia de Nossa Senhora de Itabaianinha” (a resolução nº 45, de 20 de março de 1840 alterou a lei, mas logo foi restabelecida pela de nº 64, de 27 de fevereiro de 1841). treze dias depois, 19 de fevereiro de 1835 a Vila de Tomar de Geru foi extinta e Itabaianinha deixou de ser Freguesia para tornar-se a “Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha” (Ferreira, 1959; Mendonça e Silva, 2002).

Em 19 de setembro de 1891, foi elevada à condição de cidade, pela Lei Provincial n.º 3, sendo mais tarde, com a Proclamação da República, novamente declarada como “cidade” pela Lei nº 680 em 19 de outubro de 1915 (Ferreira, 1959; Costa, 2016; Ibge, 2020).

A cidade de Itabaianinha está situada na região sul do estado de Sergipe, a 118 km da capital, Aracaju, sua extensão tem uma área de 501,784 km² e altitude de 226 metros acima do nível do mar e suas coordenadas geográficas são 11° 16 45” de latitude sul e 37° 46 56” de longitude oeste (Ibge, 2020).

Faz limite ao norte com os municípios de Boquim e Riachão do Dantas, ao leste com Umbaúba, Santa Luzia do Itanhy, Arauá e Pedrinhas, a oeste com Tobias Barreto e a sul com Cristinápolis e Tomar do Geru. A zona rural de Itabaianinha conta com 104 povoados, entre eles, o Povoado Poxica (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002).

O município possui um clima de transição semiárido, atingindo temperatura média entre 36 graus centígrados (máximo) e 20 centígrados (mínimo), sendo o período mais chuvoso entre os meses de março a agosto. O relevo na região é característico da superfície pediplanada (solo que apresenta topografia plana e suavemente inclinada), com feições dissecadas em colinas de topo convexo, cristas e interflúvios tabulares. Os solos presentes são dos tipos Podzólico vermelho e amarelo (argila vermelha e cinzenta), já a vegetação corresponde de Capoeira, Caatinga e vestígios de Mata (Costa, 2016, Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002).

Pela característica do clima semiárido, a região é considerada quente e seca, e assim como muitas cidades do Nordeste, Itabaianinha enfrenta problemas com o acesso à água. Essa informação foi confirmada nas entrevistas realizadas em abril de 2023, com gestores municipais, e foi objeto de estudo do Projeto Cadastro de Infraestrutura Hídrica, realizado pelo Governo Federal, em 2012, informando:

O Estado de Sergipe está localizado na região Nordeste do Brasil e abrange uma superfície de cerca de 22.000 km², sendo parcialmente incluído no denominado Polígono das Secas, que apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil. Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos específicos e de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002, p. 7).

O projeto em questão tinha como objetivo realizar o cadastramento e levantamento de cada município do estado de Sergipe, envolvendo a situação de todas as captações existentes,

visando dar subsídios e orientações técnicas às comunidades, gestores municipais e órgãos governamentais nas tomadas de decisões, planejamento, execução e gestão dos programas emergenciais de perfuração e recuperação de poços.

Como solução para a falta de água na região foi adotada a perfuração de poços artesianos na zona rural, que são abertos até os dias de hoje com ajuda da Prefeitura, que disponibiliza maquinários para o processo. Esses poços são utilizados para uso doméstico e abastecem as atividades de agropecuária, agricultura e indústrias de olarias locais.

A economia do Município está representada pela mineração (argila para Indústrias de Cerâmicas) e agropecuária. No setor da agricultura predomina o cultivo de laranja, mandioca, limão e maracujá. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, ovinos, equinos e na avicultura sobressaem os galináceos (Bonfim; Costa; Benvenuti, 2002). Essa tríade econômica aparece representada no brasão da bandeira do município composto de tijolos e telhas, gado, limão e laranja (Figura 8).

Figura 8-Brasão de Itabaianinha/SE.



Fonte: Wikipedia (online), 2011.

O barro para a cidade de Itabaianinha/SE é um importante insumo na economia local. E parte da sua população está envolta na produção de peças em cerâmica, dividida em duas categorias: a olaria (produção industrial) e o louceiro (produção artesanal). Dentre os produtos fabricados na olaria destacam-se: telhas, tijolos, blocos e lajotas. A cidade conta com mais de

quarenta unidades de produção no segmento de olarias, dentre elas: São José, Santa Maria, Santana, Borges e Jacaré. Sobre esse aspecto os estudos relatam:

A atividade econômica da Princesa das Montanhas, como é conhecida Itabaianinha, tem como destaque a produção de cerâmica, mais precisamente, a do tipo indígena. As peças variam de R\$: 0,50 a R\$: 5.000,00. É no povoado Poxica que se encontram olarias que abastecem grande parte do Estado de Sergipe. A maior parte dos moradores locais vivem da produção de tijolos, blocos, telhas, e do mais importante, o artesanato (Mendonça; Silva, 2002, p. 227).

As olarias movimentam muito a economia local, embora o estudo realizado por Mendonça e Silva (2002) tenha mais de 20 anos, os preços dos produtos na região continuam estáveis, e esse fator demonstra que há necessidade de investimentos e melhorias no setor que não tem evoluído acompanhado novas tecnologias e avanços do segmento. No caso do artesanato Louça Morena, as artesãs não conseguem lucrar muito com a venda dos seus produtos, quando levam em conta a compra da matéria-prima e o tempo de trabalho que dura dias para concluir a produção.

O setor da agricultura é aquele em que a cidade se destaca, sobretudo pela produção de laranja, sendo considerada atualmente como uma das maiores produtoras do estado de Sergipe. Já na pecuária, a região possuiu um dos maiores rebanhos de Sergipe, com destaque para raças nelore, tabapuã, crioulo e indubrasil (Costa, 2016, p.16).

Outro comércio que não aparece na tríade do brasão do município, mas que merece destaque são as indústrias têxteis, com a fabricação de roupas de malha, jeans, biquínis e lingerie. Segundo Costa (2016, p.15) a tradição foi trazida pela família Carvalho, considerada referência no ramo, ao se instalar na região ofertando e capacitando diversas costureiras, além de disponibilizar aos homens as vagas de alfaiates que cortavam as peças.

Ainda de acordo com o mesmo autor, com o passar do tempo e incentivos do governo estadual, alguns coreanos se mudaram para a cidade, abrindo seus negócios e ofertando mais emprego para região, mas o negócio não prosperou obrigando-os a fechar o comércio e migrar para regiões mais desenvolvidas. Mesmo após a saída dos coreanos, outros empresários investiram no ramo e hoje existem várias indústrias do segmento no local (Costa, 2016).

Mendonça e Silva (2002, p. 227) destacam a importância da família Silveira e Carvalho que fundou em 1996 uma fábrica de confecções chamada Vanguarda Industrial e Comércio e Confecções Ltda., que atua na produção de roupas com a marca Grippom, que além de ser

comercializada no estado, exporta para as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

No último censo demográfico (2022), constam informações de que Itabaianinha possui uma população de 40.678 pessoas. A cidade dispõe de um comércio diversificado, e em 2021 o salário mensal era 1,7 salários-mínimos, mantendo 29 escolas do Ensino Fundamental e 5 escolas do Ensino Médio, totalizando 8.725 matrículas escolares. (Ibge, 2022).

De acordo com o Data MPE Brasil ¹⁴¹⁵(2023), em março de 2023 em Itabaianinha possuía 1.449 empresas ativas e os setores econômicos que mais empregaram em 2021 foram Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (934), Fabricação de Produtos de Mineração não Metálicos (785) e Comércio Varejista (519). Delimitando a questão:

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o número de empregados cadastrados na cidade de Itabaianinha em 2021 foi 3.224, o que representa uma variação de 10,1% em relação ao ano anterior. A remuneração média do trabalhador no ano de 2021 foi de R\$ 1888,14, e o número de estabelecimentos cadastrados foi 594, o que representa uma variação de 2,77% em relação ao ano anterior (Data Mpe Brasil, 2023).

Dentre esses números, o interessante é que 42,5% desses trabalhadores eram do sexo feminino com remuneração média por pessoa de R\$ 2.291,33 e 57,5% correspondiam ao sexo masculino com remuneração média de R\$: 1.590,21.

Sobre este dado destaco que apesar do maior índice (nível superior) ser composto por mulheres, favorecendo melhores salários, ao analisar o perfil socioeconômico das artesãs da Louça Morena a realidade foge da curva, dado este que será analisado a seguir quando tratarei do perfil socioeconômico das mulheres produtoras da técnica artesanal estudada.

¹⁴ O Grupo Grippon encerrou as atividades após mais de 30 anos de atuação, atualmente o polo de confecções em Itabaianinha, ligado ao mesmo grupo que criou a Grippom, é conhecido como “Polo da Moda de Itabaianinha”. (Asn,2020, s/p).

¹⁵ O Data MPE Brasil é uma plataforma online (elaborada pelo SEBRAE) voltada para o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios no Brasil. A plataforma utiliza dados e informações para promover o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios no país. (Data MPE Brasil, s/d).

2.1 O Povoado Poxica e a inserção da Louça Morena

O Povoado Poxica fica a sete quilômetros de Itabaianinha (figura 9), seguindo pela rodovia SE-222, sentido Tobias Barreto, ao sul do estado de Sergipe. Possui fronteira ao norte com os municípios de Boquim e Riachão do Dantas, ao leste com Umbaúba, Santa Luzia do Itanhy, Arauá e Pedrinhas, ao oeste com Tobias Barreto e ao sul com Cristinápolis e Tomar do Geru. O acesso à capital Aracaju, é feito pelas rodovias pavimentadas BR-235, BR-101 e SE-222, num percurso total de 118 km (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002).

Ao chegar ao Povoado avista-se a Escola Municipal Professora Cecília Garcia dos Santos, ao lado esquerdo, sentido Tobias Barreto. No povoado também são encontrados o famoso pirão de capão do restaurante da Maria, duas praças, um posto de saúde, a igreja matriz católica e igrejas evangélicas. Atualmente (2023) está sendo construído um campo de futebol *society* e um Centro Cultural para comercialização do artesanato local e alimentos da região.

Figura 9-Entrada do Povoado Poxica.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Ao pesquisar sobre a Louça Morena, a região geográfica que ganha destaque é, sobretudo o Povoado Poxica, pertencente à Itabaianinha (considerada o 13.º maior município por área de Sergipe), salientando ser no povoado que a tradição resiste e finca espaço, com características interioranas. Sabe-se que,

O povoado se formou há pouco mais de algumas décadas, com a vinda de novos moradores que deixavam “a roça”, principalmente na região conhecida como Pau-D’Onça, em busca da comodidade da energia elétrica e do acesso facilitado ao estudo que podiam obter não muito longe. É difícil encontrar ali quem não tenha na família um pouco da história do barro. Ouvimos com frequência dizer que “do barro veio tudo o que sou”, do barro feito pelas avós, mães e meninas, de onde era tirado o sustento para a criação dos filhos (Zacchi, 2012, p. 13).

Embora pareça ser distante, o Povoado Poxica fica bastante próximo do Povoado Pau-D’Onça, cerca de 4km. O que distancia os dois é uma estrada de terra e uma pequena ponte sobre um lago. O Povoado Pau D’Onça é uma região bastante verde e possui casas distantes (pequenas propriedades rurais), sendo as casas mais próximas pertencentes a uma mesma família, o que o difere do Povoado Poxica que possui estabelecimentos comerciais, casas ladeadas e ruas pavimentadas com paralelepípedos, apresentando assim características mais urbanas.

Sobre a origem do nome Poxica, moradores locais contam que no passado habitantes da região do Pau D’Onça e circunvizinhos se reuniam em casas de farinhas, para planejar a ida à feira de Itabaianinha. Como na época não possuíam carros e a viagem a cavalo era inviável, eles marcavam o encontro em um boteco cuja dona possuía o apelido de “Xica”, e o local se tornou um verdadeiro ponto de encontro. Com o passar dos anos e o crescimento da região com pessoas vindo de outras localidades para fazer suas casas, deram o nome do novo povoado em homenagem a dona Xica, por ser o primeiro ponto comercial da localidade, onde se vendiam cereais e bebidas.

Quanto à produção da Louça Morena, percebo que no Povoado Pau D’Onça existe uma família predominante na tradição, delimitando um matriarcado composto por 5 mulheres (irmãs, filha e nora) que produzem o artesanato. Essas mulheres possuem a faixa etária entre 18 e 61 anos e são conhecidas na região como “a família de seu Francisco”, ou seja, ainda que o “feminino” predomine na atividade que lhes dá a conhecer, a cultura patriarcal ainda as torna simbolicamente “pertencentes ao homem da casa”. Já no Povoado Poxica existem cerca de 5 famílias que perpetuam a tradição.

Logo mais, irei discutir sobre a representatividade da atividade cultural da Louça Morena, e como as questões políticas, sociais e culturais interferiram no processo de visibilidade do artesanato estudado.

2.2 A Louça Morena e sua representatividade no estado de Sergipe

A Louça Morena (figura 10) não é um artefato artesanal muito conhecido no estado de Sergipe. Embora carregue o conceito de representação para aqueles indivíduos que a produzem, percebo o desconhecimento da população sergipana ao falar sobre o artesanato, ou em buscas sobre a tradição em órgãos de fomento como: Sebrae, Iphan, Secretaria de cultura do estado de Sergipe ou até mesmo nos órgãos de fomento da cultura na cidade de Itabaianinha.

Nas entrevistas, quando questionei uma das pesquisadoras referências no tema cultura popular no estado de Sergipe, sobre o que poderia contribuir para essa falta de representatividade do artesanato local, a Pesquisadora 1 (2023) respondeu “que a essência do sergipano é fria, ele não tem a curiosidade de conhecer o que é da sua origem”.

Portanto, “esse despreço e falta de valorização se deve ao desconhecimento, não temos como valorizar o que não conhecemos” (Pesquisadora 1, 2023); para ela, essa descortesia gera consequências sociais muito grandes, afetando especialmente a continuidade da tradição, já que a nova geração se sente desmotivada a aprender algo que não possui valor público (*status*).

Figura 10- Conjunto de xícara artesanal.



Fonte: Autoria Própria, 2022.

A Pesquisadora 1 (2023), ainda aponta que esse cenário é ampliado para outros tipos de artesanato, e que a problemática acaba “pondo em risco a identidade sergipana”, já que a população renúncia aos traços que definem a “sua cara”, que são representados por elementos artesanais tradicionais da região e acaba consumindo e valorizando uma linha de mercado mais industrializada.

Embora a artesã 1 (2023) empregue o termo "essência fria" para referir-se ao desapareço e/ou desconhecimento em relação ao objeto que representa aspectos da cultura sergipana, esta tese entende que os conceitos de memória e representação precisam ser flexíveis e acompanhar novos comportamentos, considerando que, no campo da história, mudanças e transformações são fenômenos constantes, capazes de modificar ou romper com tradições. Isso significa que a Louça de Itabaianinha pode, atualmente, deixar de ser considerada representativa pelo grupo social ao qual pertence ou sociedade sergipana. Esta análise apoia-se nas discussões de Hobsbawm e Ranger (1997) ao examinarem as tradições inventadas e as mudanças de comportamento que atendem aos interesses da coletividade. Esta questão será analisada com mais profundidade no capítulo três.

Quando questionada a mesma pergunta para a Pesquisadora 2 (2023), sobre a pouca visibilidade da Louça Morena, dentro e fora do estado e sobre as possíveis causas para este desconhecimento, ela esclarece que:

Se está chamando de "louça morena" a produção da louça de barro de Itabaianinha, acho necessário situar historicamente essa questão. No passado a "louça morena" era muito conhecida e difundida. Junto com cerâmica de Santana do São Francisco (antigo Carrapicho), até hoje centro ceramista mais afamado em Sergipe, foi a louça de Itabaianinha que conseguiu maior divulgação e comercialização fora do estado antes dos anos 1960. (Pesquisadora 2, 2023, p. 3).

Esta declaração demonstra que no passado o artesanato alcançou uma grande representatividade no estado, mesmo que tenha sido muito pouco documentada, dificultando o conhecimento da tradição na contemporaneidade, por diversos fatores já mencionados, mas que nesse caso destaca-se pela baixa adesão da tradição por artesãos locais. A mesma pesquisadora ainda pontua que:

Eles indicam que, seguramente, desde 1961, esta louça vem sendo objeto de alguns estudos (Pereira, 1961; Dantas, 1983; Zacchi, 2010); tem sido incluída em programas governamentais de apoio e fomento ao artesanato no plano local (Condese, Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, dentre outras) ou nacional (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular), assim como em programas do Sebrae e de Amart. Figurou também em catálogos oficiais destinados ao público consumidor de artesanato nos anos 1990 e 2000. Isso mostra que essa expressão cultural era pujante, tinha mercados, teve apoios oficiais e particulares em diversos níveis, embora eu não conheça a atuação dos poderes públicos municipais. Enfim, tinha visibilidade e era comercializada fora de Sergipe. Como deixei de acompanhar o que se passe em relação ao artesanato sergipano desde 2011, desconheço a atual situação dos sítios de produção de louça de barro em Itabaianinha, especificamente. Não tenho, portanto, condições de me pronunciar sobre essas questões na atualidade, se bem que algumas dificuldades já se anunciavam quando do nosso estudo de campo na década de 80, como colocamos no Relatório de pesquisa sobre cerâmica (1983), e que os artesãos souberam dar encaminhamento (Pesquisadora 2, 2023, p.4-5).

Apesar da Pesquisadora 2 (2023), citar alguns estudos (Pereira, 1961; Dantas, 1983, Zacchi, 2010) apenas o catálogo da exposição produzido por Zacchi (2010) encontra-se em domínio público para pesquisadores. O estudo de Pereira (1961) não pôde ser localizado, já o estudo de Dantas (1983) constitui arquivo pessoal da pesquisadora, mas gentilmente foi cedido para esta pesquisa. Sobre esta temática ela expõe que:

Vê-se, portanto, que durante 25 anos da minha vida de pesquisadora a cerâmica se colocou entre minhas preocupações de forma intermitente. Locais de pesquisas foram revisitados mais de uma vez. Muitos anos depois e paralelamente a esses trabalhos de Campo, desenvolvi intensa busca sobre a bibliografia relativa ao artesanato sergipano (com recorte sobre a cerâmica), como, por exemplo, o trabalho realizado nos anos 2004- 2005, como consultora do Iphan. Também, ao longo do tempo, reuni recortes de jornais sobre o artesanato sergipano, contendo matérias sobre cerâmica. São mais de 250 recortes de jornais no período de 1994-2011, arquivados e inventariados que ainda guardo comigo. Nessa conta não estão incluídas as notícias da imprensa sobre as rendas e as rendeiras, tema que me despertou particular interesse a partir de 2000. Esses documentos ajudam a recuperar um pouco da política oficial em relação ao artesanato em Sergipe e assumem maior importância quando se sabe que não consegui localizar nos arquivos locais documentação escrita gerada pelos diversos órgãos públicos que lidaram com artesanato no nosso estado. Em suma, minha relação com a cerâmica se fez, sobretudo, através da pesquisa de campo e de registros escritos (trabalhos científicos, bibliografia e jornais) e teve um desdobramento importante no sentido de documentar o processo de produção e procurar preservar exemplares dessa cerâmica, enquanto objetos do patrimônio cultural sergipano e, como tais encaminhados para locais de memória, como era o caso do MUHSE (Pesquisadora 2, 2023, p.2-3).

É importante mencionar o papel da pesquisadora 2 (2023) na preservação da documentação que trata do artesanato Sergipano, sobretudo em barro, pois em seu acervo pessoal encontram-se relatórios e recortes de jornais que retratam a trajetória da tradição no estado. Ao longo da sua vida, também colaborou em reunir exemplares da cerâmica de Sergipe e documentos fotográficos sobre esta afirmativa, ela informa que o material foi doado posteriormente ao Museu do Homem Sergipano (MUHSE), citando-a:

As peças de cerâmica coletadas na pesquisa do início de 1980, ampliadas por outros exemplares recolhidos em datas posteriores locais diversos, integravam O acervo desse Museu. Desativado em 2012, o acervo tem destino ignorado, o que lamento profundamente, pois ele continha uma boa documentação fotográfica a produção de cerâmica de vários municípios sergipanos e uma amostra significativa a variedade de peças, incluindo-se exemplares das antigas miniaturas da cerâmica de Carrapicho (hoje Santana do São Francisco) (Pesquisadora 2, 2023, p. 2).

Quanto as colocações da Pesquisadora 2 (2023) reitero que as instituições de preservação da memória no estado de Sergipe, possuem atitudes de descaso e desconhecimento quanto à preservação da cultura popular de Sergipe. Nos arquivos públicos informam que não há “catalogação ou fundo¹⁶” sobre a temática, o que dificulta consideravelmente as buscas em espaços que possuem milhares de documentos. Sabe-se que isso é fruto da ausência de contratos/concursos de arquivistas, bibliotecários e museólogos “de carreira” para as instituições públicas, que durante décadas servem-se apenas de estagiários e funcionários desviados de suas funções originais de concurso, mas sem formação na área. A ausência de políticas públicas culturais voltadas ao setor documental no estado (pessoas especializadas para arquivos, biblioteca e museus), incide sobre as dificuldades de se publicizar em pesquisas a existência e o valor do patrimônio cultural local, bem como prejudica sua salvaguarda.

Quanto aos arquivos doados ao MUHSE, como muito bem colocado pela pesquisadora, teve seu destino ignorado, o que como Museóloga e Historiadora lamento profundamente, visto a importância desta documentação para o nosso estado. Há que se ressaltar que o MUHSE iniciou suas atividades em 1996 sob essa nomenclatura, porém desde 1973 foram mobilizadas ações para a criação de uma instituição museal que surgiu como Museu de Antropologia, órgão suplementar da Pró-reitora de Extensão e Cultura (PROEX/UFS), mas sem um espaço físico. Na década de 1980, o Centro de Cultura e Arte (CULTART) da UFS, cedeu uma sala para a

¹⁶ Segundo Fukuhara e Troitiño (2023, p.14) podemos considerar que “fundo e arquivo são vocábulos equivalentes, com a ressalva de que o termo fundo é mais apropriado para se referir a um arquivo que passa a ser armazenado com outros”.

Cultura Popular. Depois de contar com intelectuais sergipanas expressivas em sua composição/direção, à exemplo de Beatriz Dantas, Hélia Maria Barreto, Teresinha Oliva e Verônica Nunes, o MUHSE teve suas atividades suspensas em 2013. Desde 2014 tenta-se sua reorganização que perdeu seu edifício e seu acervo, particionado nos Departamentos de Museologia e Arqueologia do Campus Laranjeiras, no Cultart, em Aracaju, e no Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão, mas ainda sem qualquer definição de sua recomposição (Mello, 2016).

Atualmente, embora a população sergipana não consuma significativamente a produção artesanal da Louça Morena, ela é exportada para Alagoas, Bahia (principal comprador), onde é possível encontrar peças do artesanato servindo a culinária baiana em restaurantes do estado, como também na região sudeste, representadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No presente, as artesãs já produzem para exportação, apesar deste comércio ser realizado através intermediários para outros países como Argentina e Espanha.

O artesanato de Itabaianinha foi descoberto por estudiosos da cultura popular por volta da década de 1950, e no início era conhecido como “Cerâmica de Itabaianinha ou Cerâmica da Poxica”, possuindo três linhas de produção: a) utilitárias - pratos, potes, alguidares, moringas, panelas e pratos; b) decorativas-caqueiros e jarros; c) lúdicas: bois, bonecas, cavaleiros e miniaturas e caxixis (Dantas, 1983, p. 29).

Ainda de acordo com Dantas (1983, p.29) nos anos de 1950, o pesquisador José Carlos da Costa Pereira, começou a estudar a louça da região acidentalmente. Mais tarde, no início da década de 1960, foi contratado pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe (CONDESE) para elaborar um material sobre os principais polos ceramistas de Sergipe, que tinha por objetivo subsidiar um trabalho de organização do artesanato através de melhorias de técnicas e ampliação de mercados, com ajuda do estado.

Já na década de 1980, houve a tentativa de efetivar a exportação artesanal de Sergipe para outras regiões, o governador do estado de Sergipe Gen. Djnal Tavares de Queiroz, solicitou ao secretário da Indústria e Comércio, Dr. Eliziário Silveira Sobral, que realizasse um estudo sobre o potencial do artesanato sergipano para exportação.

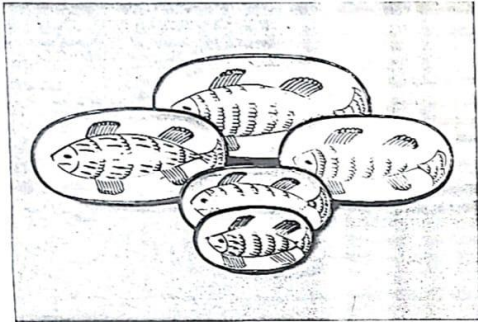
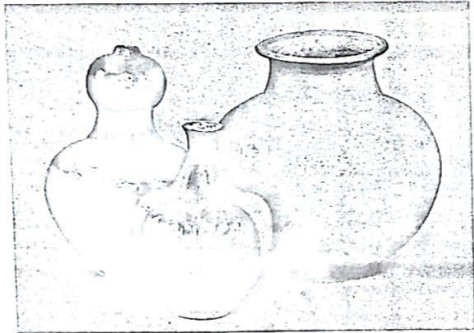
Como resultado do estudo, foi publicado um catálogo do artesanato sergipano, em março em 1983, elaborado em convênio com o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato e Ministério do Trabalho. Conforme Eliziário Silveira Sobral:

Vendo no artesanato um patrimônio cultural que deve ser preservado a qualquer custo e reconhecendo ainda os méritos econômicos e sociais que a atividade propicia a uma grande faixa da comunidade, a secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com o apoio decisivo do Ministério do trabalho, através do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato-PNDA, vem procurando desenvolver e conservar suas raízes e características próprias, o que tornou um dos mais autênticos e aceitos do Brasil (Sergipe, 1983, p. 1).

O catálogo (figura 11) abordou diversos tipos de artesanatos sergipanos, como bordados (rendendê puro, rendendê com ponto de cruz, ponto cheio de crivo), cerâmicas (cerâmica de Carrapicho, cerâmica de Itabaianinha, cerâmica de Aracaju), doces e licores (doces de compotas, licores regionais) fibras (fibra de timborana, fibra de titara e taboca), palha (palha de ouricuri), rendas (renda irlandesa), diversos (redes).

Figura 11-Página do catálogo que aborda a Cerâmica de Itabaianinha.

Cerâmica de Itabaianinha

14

CERÂMICA DE ITABAIANINHA

POTTERY FROM ITABAIANINHA (A CITY)

Apresenta características totalmente artesanais, desde o preparo da argila até o acabamento final das peças, quando são pintadas com uma tinta extraída de um vegetal encontrado na região.

It presents totally manufactured features, from the preparing to the final completion of the clay. This is true only when they are painted with a paint extracted from a plant found on the region.

A cerâmica de Itabaianinha destaca-se também pelo apreciável volume de peças produzidas, configurando-se em um importante centro produtor do Estado.

The pottery from Itabaianinha stands out also because of the estimate quantity of products, taking place in an important producer centre of the state.

PRODUTO	Discriminação	Código	Dimensões (cm)	Peso (kg)
	Cabaça	CE 0201	H = 33,0 D = 20,0	1,800
	Moringa com Gomo	CE 0202	H = 27,0 D = 18,0	1,300
	Pote	CE 0203	H = 35,0 D = 31,0	3,500
	Prato Fundo	CE 0204	H = 4,0 D = 15,0	0,300
		CE 0205	H = 6,0 D = 21,0	0,500
		CE 0206	H = 8,0 D = 26,0	0,900
		CE 0207	H = 9,0 D = 29,0	1,300
	Tijeta Redonda	CE 0208	H = 5,0 D = 14,0	0,300
		CE 0209	H = 7,0 D = 20,0	0,600
		CE 0210	H = 8,0 D = 24,0	0,900
		CE 0211	H = 10,0 D = 27,0	1,200
		CE 0212	H = 19,0 D = 30,0	1,600
	Travessa Oval	CE 0213	L = 9,0 H = 3,0 C = 17,0	0,200
		CE 0214	L = 12,0 H = 4,0 C = 23,0	0,500
		CE 0215	L = 16,0 H = 5,0 C = 26,0	0,700
		CE 0216	L = 20,0 H = 6,0 C = 31,0	1,000
		CE 0217	L = 23,0 H = 7,0 C = 37,0	1,300
	Xicara com Pires	CE 0218	Xicara H = 4,0 D = 7,0 Pires D = 10,0	0,200

Fonte: Sergipe, 1983, p. 14.

A obra apresenta característica descritiva, na qual divulga o artesanato e tipos de peças que poderiam ser comercializadas, sobre a louça de Itabaianinha descreve que “apresenta características totalmente artesanais, desde o preparo da argila até o acabamento final das peças, quando são pintadas com uma tinta extraída de um vegetal encontrado na região” (Sergipe, 1983, p. 1).

No catálogo ainda é mencionada a variedade de peças que eram produzidas na região como: cabaça, moringa com gomo, pote, prato fundo, tigela redonda, travessa oval e xícara com pires, elevando a região de Itabaianinha como um importante centro produtor do estado de Sergipe.

Na obra mencionada, pode-se observar a tradição louceira em outras regiões do estado de Sergipe, desde a década de 1960, sendo que a região do Baixo São Francisco também possui expressiva cultura de artesanato em barro, e recebeu destaque dentro e fora do estado.

Assim como Itabaianinha a tradição do Baixo São Francisco estava amparada por projetos de desenvolvimento e Políticas Públicas Federais, com a criação do CONDESE. Dantas (2008) expõe em seu texto que na década de 1960 o técnico convidado (José Carlos da Costa Pereira) identificou as potencialidades do artesanato sergipano:

Restringindo-se àquelas atividades de marcante sentido econômico (produção rentável e disponibilidade de mercados), destacando, em primeiro lugar, a cerâmica. Avaliou que três Centros de produção teriam condições de abrigar projetos específicos visando melhorar as condições técnicas e consequentemente a vida dos artesãos: Santo Amaro, Localizado na região do Cotinguiba; Itabaianinha, na região sul; e carrapicho, à época um povoado ribeirinho do município de Neópolis, no Baixo São Francisco (Dantas, 2008, p. 261).

Em estudos mais recentes sobre a Cerâmica do Baixo São Francisco, Mendonça (2002) cita o trabalho produzido pelo antropólogo Estélio Gomberg, que expõe as adaptações, transformações e influências dos traços e formas da cerâmica encontrada na região, realizadas para atender demandas do desenvolvimento cultural, social e econômico da sociedade.

Para o especialista mencionado, embora seja comum a outras regiões, no Baixo São Francisco as modificações (visivelmente econômicas) objetivam a sustentabilidade do artesanato em si e não mais do artesão, desse modo, o autor conclui que “para a cidade, as peças não são mais produzidas para a preservação, mas sim pela comercialização” (Mendonça, 2002, p. 8) reforçando que a relevância econômica sobressai a cultural.

Já Matos (2004, p. 63) expõe que a produção de cerâmica artesanal de Santana de São Francisco “caracteriza-se pela força da matriz familiar na produção e pelo envolvimento de gerações de trabalhadores, cujo conhecimento do processo vem sendo enraizado na comunidade ao longo de várias gerações, caracterizando a cultura da cidade”.

No Povoado Poxica, as características culturais do artefato ainda são preservadas. Mas este fato é preocupante, já que o mercado consumidor da Louça Morena atualmente é majoritariamente para uso de cerâmica utilitária, ou seja, a maior parte das encomendas são para abastecer o comércio de restaurantes. Sobre sua experiência, enquanto pesquisadora com artesanato em barro em Sergipe, a Pesquisadora 1 (2023) afirma:

[...] Bom, essa não é a área que eu mais pesquiso. É porque eu tenho me dedicado muito à questão toda das danças e folguedos, de linguagem da literatura oral, de um modo geral, mas também andei dando umas caminhadas, por essa área, principalmente por causa da cerâmica de lá, da Poxica. Ela e a daqui do Baixo São Francisco, são as mais representativas do estado. Né? E tem característica muito diferentes uma da outra, embora todas duas estejam trabalhando com a matéria-prima que a gente chama de barro, e em muita pesquisa sobre isso, eu já encontrei uma coisa que eu acho muito importante dizer, como o barro é importante, porque ele é obediente. O barro obedece ao que sua mão manda e a sua mão manda fazer aquilo que o seu imaginário produz. Então, veja como isso é importante, essa ligação entre o pensar, o fazer que é a mão e a matéria-prima que é a terra quem lhe dá, né? E nesse ponto tanto Neópolis como a cerâmica de lá do Baixo São Francisco, quanto Poxica, eles têm a sorte de uma Terra muito fértil em termo da produção do barro. [...] E isso permite que a produção das artesãs da região seja também diversificada, sem falar naquele complemento artístico, vamos dizer mesmo assim, porque é uma arte. Que elas fazem com os desenhos que elas decoram os seus vasos, seus objetos etc. É também uma coisa muito importante, porque não é isso que eu acho também valioso para nós culturalmente, não é uma cerâmica de torno, é uma cerâmica de mão, é uma cerâmica puxada, como eles chamam puxada na mão, né? (Pesquisadora 1, 2023).

A pesquisadora 1 (2023) na sua fala dá ênfase ao processo criativo da artesã ao lidar com a matéria-prima (barro) e sua relação com a natureza. Ao mencionar a “obediência” do barro ao ser moldado, ela demonstra que o processo criativo vai além do imaginar um objeto, ele passa por uma sucessão de etapas que vai desde a seleção da matéria-prima, a retirada do barro da natureza, a limpeza do material, a separação em bolos menores para manuseio, o domínio de manejo e técnicas de produção até de fato a reprodução do objeto. As referências culturais da Louça Morena, não se restringem somente ao objeto, mas engloba todo o processo de produção, que vai desde a seleção da matéria-prima até a venda do produto.

Corroborando com as informações da pesquisadora 1 (2023), identifiquei junto às artesãs que é justamente essa relação de pertencimento com o lugar, com o meio ambiente, com rotina que é estabelecida para o processo de produção, que compreende ao conhecimento local sobre onde retirar a matéria-prima, sobre a direção do vento para construção do forno e melhor horário de queima para evitar que a fumaça vá para dentro das residências que cria um elo entre as mulheres e o artefato.

Quando indaguei a Pesquisadora 2 (2023), que a Louça Morena corre o risco de desaparecer, devido a problemas socioambientais, extinção da matéria-prima (barro e madeira) e baixa adesão à tradição (cerca de 10-15 mulheres produzem o artesanato), ela respondeu que:

Na pesquisa que empreendemos em 1982-83 essas questões já se anunciavam. Os artesãos reclamavam das dificuldades de conseguir matéria-prima, sobretudo os que haviam se mudado para a cidade em busca de escolas para os filhos e atraídos por outras facilidades. Compravam barro e a lenha, e assim diminuía seus ganhos. Na atualidade esses problemas devem ter se ampliado considerando que o reflorestamento não é prática difundida entre nós e se ampliaram as indústrias ceramistas de materiais de construção. Daí decorre que as questões ambientais devem ser trabalhadas juntas quando se quer dar continuidade a práticas tradicionais que é hoje enfrentam as consequências de uma degradação ambiental continuada. Manter a tradição requer ajustes às novas condições de vida e da sociedade envolvente. Não sou especialista nesses assuntos, mas me parece que além das questões de mercado, deve ser levada em conta a educação patrimonial, sobretudo dos patrimônios ameaçados, lembrando que as tradições não são expressões enrijecidas, mas sua continuidade depende de diálogos com o mundo circundante (Pesquisadora 2, 2023, p. 5).

As artesãs da Louça Morena não conheciam as referências culturais que deram origem a tradição, mas são detentoras de um conhecimento popular que envolve técnicas para uma produção manual de qualidade, à exemplo do uso de sementes e lascas de couro para dar polimento as peças tão boas quanto objetos manufaturados. E independente da origem, há mais de cinco décadas, vem sendo aperfeiçoada por estas mulheres que utilizam recursos de baixo custo, disponíveis da natureza para produzir suas peças.

A utilização de equipamentos, como o torno (figura 12), que facilita o processo de produção, curiosamente foi excluído pelas mulheres que produzem a Louça Morena. O torno para o artesão é um instrumento de trabalho, que auxilia na produção, alisando a peça e facilitando o manuseio, já que ele gira com velocidade acelerando o processo de polimento.

Desde a década de 1950 até os dias de hoje, o torno no povoado Poxica, vem sendo aderido somente pelo sexo masculino. O instrumento apesar de apresentar algumas vantagens como diminuição do tempo de produção, menos uso de ferramentas, padronização maior das peças, e maior perfeição, acaba reduzindo o processo criativo do artesão (Dantas, 1983).

Figura 12-Artesão utilizando o torno.



Fonte: Autoria Própria, 2022

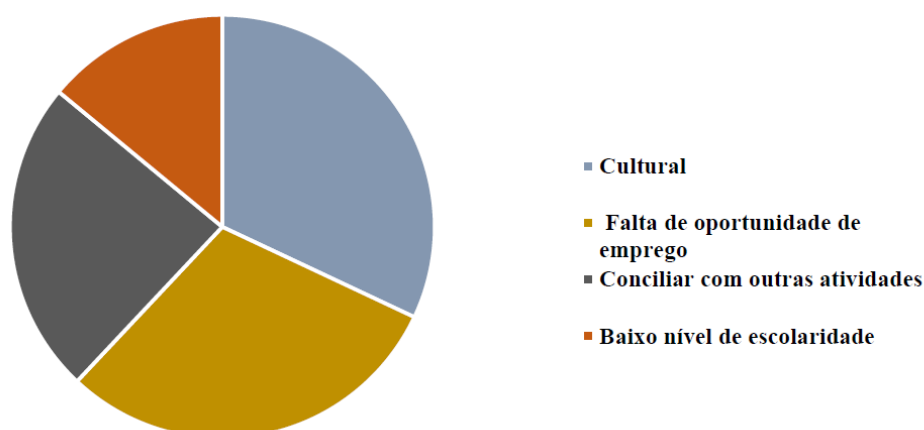
Atualmente (2023) no ofício da Louça Morena existe apenas um homem que produz artesanato, residindo no Povoado Poxica, na condição de solteiro, 41 anos, possui o ensino fundamental, cinco filhos, entre eles, três mulheres, sendo o único entrevistado a declarar que ganha mais de um salário-mínimo.

O artesão é o único que utiliza as duas técnicas distintas: a) Louça Morena e b) artesanato com o torno. Ele possui peças bem diversificadas: panelas, cofres, vaso para plantas etc. E algo chama atenção, pois, diferente das mulheres, ele possui um local de trabalho fora da

residência, sendo suas peças produzidas em um galpão no Povoado Pau D'Onça e vem investindo nas redes sociais para a divulgação do seu trabalho¹⁷.

Em estudos publicados sobre a atividade de cerâmicas na região, o que chamou a atenção desta pesquisa são os diversos motivos da inserção da população na atividade, tendo sido argumentadas, inclusive, questões culturais de pertencimento e representação, objeto de estudo desta tese (gráfico 1).

Gráfico 1-Motivos que impulsionaram as mulheres a trabalharem nas olarias e cerâmicas vermelhas de Sergipe.



Fonte: Silva, 2016.p. 104

Este estudo foi publicado em 2016 por Genivânia Silva, em sua Dissertação de Mestrado *“O (des.) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des.) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe”*.

Na dissertação, a pesquisadora centrou sua análise nos municípios de Propriá, Itabaiana e Itabaianinha, assim, utilizou a técnica de entrevistas, para investigar quais os motivos que impulsionaram trabalhadoras das olarias/ cerâmicas a se inserir na atividade. O resultado do estudo expõe que:

Os dados coletados revelaram que 32% das entrevistadas optaram trabalhar nas olarias por ser uma atividade “cultural” do próprio município/povoado que possibilita auferir uma remuneração; 30% das entrevistadas optaram trabalhar nas olarias por falta de outras oportunidades de emprego melhores; 24% das trabalhadoras por conseguirem conciliar com outras atividades produtivas no campo e na cidade, já que o trabalho nas olarias é geralmente de meio período e a renda ínfima. Nas cerâmicas o trabalho é realizado durante diariamente na semana, porém, as trabalhadoras confessaram se envolver com outras

¹⁷Na página da rede social Instagram o artesão pode ser localizado com o usuário: @josezffz.

atividades econômica para auxiliar na renda salarial. Do total pesquisado, 14% das trabalhadoras relataram que optaram por trabalhar nas olarias/cerâmicas em virtude do baixo nível de escolaridade (Silva, 2016, p. 104).

Segundo Silva (2016) grande parte das mulheres que optam por ingressar na atividade da olaria na cidade de Itabaianinha, justificou que além de ser uma atividade fincada no seio familiar, passada de geração para geração, é uma forma de complementar a renda salarial.

A comercialização do artesanato Louça Morena sempre fora realizada por meio de atravessadores, que provavelmente obtêm maior parte do lucro das vendas, já que os valores que são fornecidos pelas artesãs estão muito abaixo do preço de mercado. Como mencionado antes, atualmente elas já exportam para o exterior, e com certeza a conversão das moedas estrangeiras não são repassadas para as artesãs, como também não há um controle dessas mercadorias que saem do país, a exemplo da cobrança de impostos.

Nas entrevistas, as produtoras da Louça Morena (1, 2 e 3, 2023) mencionaram que não tinham interesse em participar do projeto do “Espaço Cultural” (figura 13) no município, devido à insatisfação e à falta de apoio por parte do atual governo municipal. A proposta do projeto é disponibilizar uma sala para a comercialização de artesanato, onde turistas e visitantes do povoado poderiam adquirir peças. No entanto, elas afirmam que consideram a iniciativa pouco viável, pois precisariam reduzir a produção para participar de um rodízio e atuar exclusivamente na venda no espaço designado.

Figura 13- Espaço Cultural destinado para a comercialização artesanal regional.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

O fato de a maior parcela das artesãs possuírem apenas o ensino fundamental, talvez implique no repasse dos valores das suas peças, vendidas ao preço ínfimo de cerca de cinquenta centavos (peças pequenas). O SEBRAE é um importante parceiro do microempreendedor em Sergipe, e é notório que as artesãs da Louça Morena carecem de políticas públicas que auxiliem nos campos de *marketing*, Gestão financeira (precificação), vendas, dentre outros campos.

Em entrevista com os gestores municipais foi consultado se já foi ofertado essa parceria entre o SEBRAE e a Prefeitura Municipal de Itabaianinha, mas a Gestora 2 (2023) não soube responder, inclusive ela aponta que seria uma boa iniciativa, já que o município está implantando um Projeto Turístico denominado “Rota da Moda”, que visa inserir as artesãs da Louça Morena no roteiro turístico da cidade. Desta forma, preparar as artesãs para lidar com seu público consumidor daria mais respaldo para essas mulheres, sem a necessidade de atravessadores para esse contato.

A cidade de Itabaianinha apresenta um bom fluxo turístico devido às fábricas têxteis, e muitos comerciantes, representantes e sacoleiras já visitam a cidade diariamente, classificando o turismo da região como “turismo de negócios”. Com base nisto, foi implantado desde junho de 2023 o projeto “Rota da Moda” que contempla 4 circuitos: 1) Circuito Experiência - que tem como objetivo conhecer a história da cidade, sua culinária, visitar as bodegas da cidade, citricultura dentre outros locais; 2) Circuito Moda - Onde o visitante tem a oportunidade de conhecer o polo da moda e realizar compras; 3) Circuito Cerâmica - Neste circuito os visitantes têm a oportunidade de visitar as unidades de produção das olarias locais e do artesanato Louça Morena; 4) Circuito Rural - onde o visitante pode conhecer as áreas rurais da região, os pontos mais altos, andar a cavalo e vivenciar a vida no campo. As visitas acontecem uma vez ao mês e os turistas são levados a cidade por representantes do Instituto Federal de Sergipe (IFS), SESC, UFS e Agências de Turismo.

Embora o projeto turístico vise dar visibilidade ao artesanato da região, encontrei na descrição da proposta uma série de fatores que poderiam colocar as artesãs em risco de vulnerabilidade, se não forem pensadas soluções para as visitas.

Por exemplo, é descrito a possibilidade de conhecer o “ateliê familiar”, e isso colocaria os turistas dentro da residência das artesãs, sem nenhuma preparação para receber fluxo turístico, como: infraestrutura, segurança e acessibilidade.

Apontamos isto, já que a maioria das residências são estreitas, e essa proposta de visita *in loco* iria expor aquelas mulheres no seu cotidiano, sujas de barro e desarrumadas à

turistas que iriam entrar nas residências, ter acesso à intimidade destas artesãs, bem como das crianças, além de fotografar, utilizar a estrutura das suas residências como: banheiro, local para descanso, sem que houvesse nenhum retorno social e econômico de fato para as produtoras locais (figura 14).

Entendo que a ideia de inclusão das artesãs no circuito turístico local é importante, mas para isso é necessário investimentos e estudos para a valorização destas mulheres, a qualidade da experiência para ambos os envolvidos, sem colocá-las em exposições desnecessárias que em muito pouco acrescentaria valor de mercado ao seu produto.

Figura 14- Artesã produzindo a Louça Morena.



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Sem investimentos do governo para incluí-las de forma participativa e decisória no roteiro turístico da cidade, essa proposta atuaria como uma espécie de “maquiagem” que passaria uma imagem de valorização, mas que de fato não iria resolver os problemas que essas mulheres enfrentam diariamente para manter a tradição.

Como mencionado, desde a década de 1950 o estado de Sergipe tem desenvolvido estudos para valorização das tradições e referências culturais, mas esses estudos não trouxeram retornos sociais e econômicos expressivos para os agentes envolvidos.

Percebe-se a exploração da mão de obra e do conhecimento local dessas mulheres ao longo dos anos, pela sucessão de governos (municipal e estadual) com o intuito de se promoverem através de uma política cultural de valorização das tradições, mas que de forma vexatória, não podem ser consideradas políticas públicas, visto que as condições de trabalho, moradia, educação e bem-estar social das artesãs da Louça Morena não sofreram melhorias ao longo dos anos. Para entender melhor, essas questões, tratarei adiante do perfil socioeconômico das mulheres que produzem o artesanato e como elas vivem nas comunidades de Poxica e Pau-D'Onça.

2.3 Perfil Socioeconômico das Artesãs em busca da superação da sua Invisibilidade

Antes de falar sobre o artesanato Louça Morena, é preciso apresentar quem são essas mulheres que fazem a arte em barro. É muito comum, quando se aborda uma tradição cultural, darmos total ênfase ao objeto e esquecer de quem o produz. As artesãs da Louça Morena são mulheres simples, a grande maioria mães de família, que residem na zona rural. A rotina entre elas basicamente é a mesma: cuidar da casa, da família e produzir o artesanato.

Desde a década de 1970 estudiosos registam o perfil socioeconômico das artesãs do barro em Sergipe, visando atender as demandas do mercado consumidor que crescia no período e colocava o estado em posição competitiva com demais regiões que produziam no segmento artesanal.

Os primeiros registros do perfil econômico das artesãs datam de 1983, quando foi realizado pela Universidade Federal de Sergipe o “*Relatório Preliminar sobre Artesanato em Sergipe: Cerâmica*”, já mencionado outrora. No material foi informado que, em 1979, a empresa sergipana de turismo (EMSETUR) cadastrou as artesãs de Itabaianinha com um quantitativo de cinquenta e seis, traçando o seguinte perfil:

Tabela 6 - Perfil das Artesãs de Itabaianinha em 1979.

Nível de Instrução	Artesanato como Fonte de Renda
Analfabetos=36	Única= 21
Primário Incompleto=19	Complementar=4
Primário completo (4° série do 1° grau) =1	Não informou=1
	Obs.: Todos que informaram uma fonte complementar são alfabetizados.

Fonte: Relatório de Artesanato em Sergipe: barro, 1983, p.24.

Os dados da tabela seis¹⁸ mostram que, no final da década de 1970, na região estudada (Itabaianinha/SE) os níveis de instrução das artesãs eram incompletos e a maioria (21 entrevistadas) viviam exclusivamente do artesanato no período. Aquelas que possuíam um grau de instrução maior, desempenhavam outras atividades complementares que aumentavam sua fonte de renda.

Os dados econômicos da mesma região (tabela 7), fruto de coleta realizada em 2023, apresenta como número total de produtoras da Louça Morena aproximadamente dez a quinze mulheres. Possuem entre 18 e 63 anos, a maioria concluiu apenas o ensino fundamental, ganham em média um salário-mínimo e vivem da agricultura (lavradoras) e do artesanato. As que optaram por não trabalhar na roça dispõem de outra fonte de renda informal, a exemplo da atividade de manicure. Todas as entrevistadas alegam que o dinheiro que advém da atividade artesanal é “pouquinho”.

Embora ambas as atividades sejam de fundamental importância para a municipalidade (artesã e lavradora), a agricultura acaba se tornando a opção escolhida quando essas mulheres atingem o tempo de trabalho para a aposentadoria, já que a atividade de agricultora apresenta benefícios mais rápidos para a concessão dos proventos estabelecidos por lei.

¹⁸ Atualmente conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LBD (Lei 9394/96) alterada pela Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, o ensino no Brasil é estruturado em duas etapas: 1) Educação Básica composta: a) Pré-Escola-normalmente até os 5 anos de idade da criança; b) Ensino Fundamental- compreende a um período de 9 anos e c) Ensino Médio-com duração de 3 anos antecede o ensino superior, já segunda etapa compreende ao 2) Ensino Superior.

Tabela 7-Perfil das Artesãs e Artesão de Itabaianinha (Poxica e Pau D'onça) em 2023.

Código	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda	Cor	Localidade	Utilidade	Ensino do Ofício	Estado Civil	Filhos
Artesã 1	61	3° série Fundamental	Lavradora aposentada	1 salário	Morena Clara	Poxica	Obra de arte	Mãe/Avó	Casada	2
Artesã 2	18	Fundamental	Informal	Informal	Parda	Poxica	Artesanato	Mãe/Avó	Solteira	1
Artesã 3	60	2° série Fundamental	Lavradora aposentada	1 salário	-	Poxica	Artesanato	Mãe/Madrinha	Viúva	6
Artesã 4	55	5 série Fundamental	Artesã	Informal	Morena	Pau d'Onça	Artesanato	Mãe/Avó	Solteira	1
Artesã 5	56	4 série Fundamental	Artesã	Menor que 1 salário	Preta	Pau d'Onça	Artesanato	Mãe	Casada	5
Artesã 6	18	2° grau	Manicure	Menor que 1 salário	-	Pau d'Onça	Artesanato	Avó	Solteira	0
Artesã 7	58	5 série Fundamental	Lavradora aposentada	1 salário	Parda	Poxica	Artesanato	Nem	-	2
Artesã 8	38	3 série Fundamental	Lavradora	Menor que 1 salário	Morena	Poxica	Conjunto de coisas	Mãe	-	2
Artesã 9	63	3 série Fundamental	Lavradora aposentada	1 salário	Negra	Pau d'Onça	Artesanato	-	-	2
Artesão 10	41	2° série Fundamental	Artesão	Mais de 1 salário	Branco	Poxica	Artesanato	Pai	Solteiro	5

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para as artesãs da Louça Morena declarar a atividade econômica pode atrapalhar o processo da aposentadoria sob a alegação de dois vínculos empregatícios, e esse entrave acaba obrigando a essas mulheres negarem a sua identidade quando é necessário declarar a sua profissão, ainda que uma não exclua a outra, tendo em vista que é notória a sobrecarga de trabalho exercida por elas. A Gestora 2 (2023) na sua entrevista, também cita a recepção do benefício do Bolsa Família em sua fala, gerando insegurança nas artesãs dado o receio de perder benefícios do governo:

[...] É o que a gente mais percebe quando vai lá nessas idas de trazer grupo, de ir sozinha, que elas têm dificuldade de se assumir como artesãs por isso, por medo de perder os benefícios que ela tem do governo, Bolsa Família. Então, qualquer pessoa que chegue lá, elas têm medo de dizer, não, isso aqui é o nosso trabalho. Porque elas acreditam que estão exercendo uma atividade remunerada, mas elas dizem no Posto da Família que não tem renda. Então qualquer coisa que aparecer lá, elas vão dizer que não fazem (Gestora 2, 2023).

Outra discussão importante a ser mencionada é a relação do trabalho associada à mão de obra feminina. Pesquisadoras do tema Louça Morena, em suas publicações sempre chamaram atenção sobre a associação de trabalho artesanal e mulheres.

Na entrevista, a pesquisadora 2 (2023), informa que o barro “se colocou como objeto de estudo em vários momentos da minha vida de pesquisadora” (Pesquisadora 2, 2023), citando que o primeiro e mais importante contato foi em 1980, quando retornou das atividades do mestrado e participou de um projeto com um grupo de professores do curso de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe sobre o artesanato em Sergipe.

Éramos quatro professores: Hélia de Paula Barreto, Fernando Lins de Carvalho, Luiz Alberto dos Santos e Beatriz Góis Dantas (havia também a professora Luiza Gonçalves, mas tinha outras atribuições e interesses diferentes, de modo que não fez parte dessa pesquisa). Conteí essa história e apresentei os resultados parciais no Relatório de 1983, no qual se encontram os textos produzidos pelos professores, ao qual você já teve acesso. Aracaju, Carrapicho (atual Santana do São Francisco), Ilha de São Pedro (Porto da Folha), Itabaianinha, Carnaíba (Riachão do Dantas) estiveram entre os locais visitados e alguns pesquisados mais intensamente, inclusive com coleta de peças e documentação fotográfica que geraram desdobramentos. Por falta de financiamento, essa pesquisa não teve continuidade. Mas o material empírico coletado serviu de suporte a vários trabalhos científicos apresentados em congressos, alguns deles publicados, e também a várias atividades de extensão da UFS, seja em exposição permanente em museus, seja em exposições itinerantes (Pesquisadora 2, 2023).

O projeto fora importante para registrar e divulgar a atividade ceramista de Sergipe, se tornando uma das principais referências sobre o tema do nosso estado. Assim, ainda nos anos de 1987/1988, Dantas, escreveu um dos trabalhos precursores sobre a atividade artesanal produzida na região sul do estado denominado “*A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre produtores de cerâmica*”.

O artigo abordou as diferentes posições que o trabalho feminino e masculino ocupava no ano de 1981 (período em que os dados foram coletados) na produção de artesanato em barro. O foco da pesquisa buscou entender como funcionava a unidade produtora da “louça de barro”. O estudo trouxe dados das visitas à dez (10) unidades produtoras, informando que na cidade de Itabaianinha, a produção era quase sempre organizada no interior do grupo doméstico (Dantas, 1987/1988).

Esses dados auxiliaram Dantas (1987/1988, p.175), a expor que existiram divisões sexuais de trabalho, em que o trabalho manual feminino era “desvalorizado”, e que tentavam “estabelecer limites entre a competência do homem e a competência da mulher e fincar os espaços e os papéis sociais que lhe são destinados”.

Outra pesquisadora a estudar o papel da mulher diante da sociedade e produção artesanal/ manufaturada foi Heleieth Saffioti, a autora publicou em 1981 a obra “*Do artesanal*

ao Industrial: a exploração da mulher - Um estudo de operarias têxteis e confecções no Brasil e Estados Unidos”, que tinha como objetivo analisar o papel marginalizado que a mulher ocupava devido ao modo de produção capitalista desordenado que crescia no Brasil e Estados Unidos.

Embora o foco da pesquisa empírica de Saffioti tenha se direcionado ao ramo têxtil e de confecções (distinto desta pesquisa), a autora justifica que esses ramos foram escolhidos por apresentarem grande contingente de mulheres, e seu estudo a permitiu observar que:

O exame dos dados históricos revela que a hegemonia feminina não resistiu, na formação social capitalista brasileira, ao desenvolvimento e à penetração da tecnologia poupadora da mão de obra e favorecedora dos elementos masculinos. Os dados empíricos mais recentes demonstram a sobrevivência de guetos ocupacionais feminizados em termos de aviltamento salarial (Saffioti, 1981, p. 14).

A autora expõe como as questões sociais eram parâmetros para que mulheres ocupassem vagas dentro das fábricas, pois para as mulheres a concorrência da vaga com o sexo masculino envolvia uma política que deveria atender alguns critérios e dentre estes estavam: a educação a qual lhe foi destinada, a composição familiar (casada, solteira, com filhos), entre outros fatores.

A análise desses dados, auxiliou a pesquisadora verificar que mesmo com o passar do tempo (evolução do trabalho artesanal para o manufaturado), com a chegada das máquinas, as mulheres continuaram a perder espaço para os homens. Visto que “muitas vezes na transição do artesanal para o industrial, a mulher acaba por perder talvez a única vantagem, ou seja, a sua qualificação domesticada adquirida” (Saffioti, 1981, p.76). No caso das indústrias têxteis, assim como no artesanato em barro, o conhecimento e habilidade com trabalhos manuais, acrescentavam as mulheres pequenas vantagens com relação aos homens.

Essas informações são importantes para entender como se forma o ciclo produtivo da Louça Morena na cidade de Itabaianinha/SE, devido esses estudos coincidirem com o surgimento da tradição, de políticas públicas que existiram no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980 e os investimentos no setor econômico do país naquele momento.

Estudos sobre gênero e atividades artesanais expõem que a ocupação da mão de obra feminina é resultado das construções sociais. O autor Silva (2014) trabalha em seu texto a posição feminina no ofício do artesanato, onde constata que:

É dessa forma que percebemos a produção artesanal exercida pelas mulheres que participam da investigação que acompanhamos: trata-se da realização de trabalhos que foram (e ainda são!) historicamente apartados dos espaços

públicos e desconsiderados pela lógica do capital. Pensamos que o artesanato passe por uma dupla exclusão, pois, por um lado, constitui-se em uma atividade que não se adequou à produção industrial em massa (alicerce do capitalismo industrial) por sua característica de trabalho manual e criativo e, por outro lado, foi historicamente relegado quase que exclusivamente às mulheres e usado como forma de mantê-las atreladas ao espaço doméstico (Silva, 2014, p. 5).

Assim como Machado (1977), Saffioti (1981), Dantas (1987/1988) e Silva (2014), discutem o papel da mulher para atividade artesanal, que por muitos anos foi considerada uma atividade sem perspectiva de capital econômico e que somente nos anos 1950 começou a ser bem-vista, como um potencial para economia e turismo no país, a partir da implementação de políticas públicas para cultura.

Dessa forma, a construção social em volta da mão de obra feminina para o artesanato, está atrelada muitas vezes à possibilidade de complementação de renda, associada às atividades domésticas e maternidade. Na cidade de Itabaianinha/SE a realidade não difere desta análise e a participação da mão de obra masculina na produção compreende nos trabalhos braçais de remoção do “veio de barro” e extração de madeira.

Um fato inquietante, é que o único homem que produz o artesanato possui um ateliê longe do local que reside, pois, para o homem a desvinculação do local de trabalho ao de moradia retira a responsabilidade de tripla jornada de trabalho, a qual envolve as atividades domésticas de cuidar da casa, fazer as refeições da família e cuidar dos filhos.

Quando se trata da mão de obra feminina, separar o local de trabalho ao de moradia poderia se tornar um empecilho para estas mulheres, que dificilmente teriam apoio dos parceiros para continuar na atividade ou teriam que incluir uma maior rede de apoio para auxiliá-las nas atividades domésticas.

Porém, tem-se conhecimento que muitas vezes o lucro com atividade artesanal não seja suficiente para manutenção dos serviços básicos, sendo necessário que as mulheres mais maduras que ocupam a posição de chefia da família e mais jovens busquem novas fontes de renda, não se interessando em aprender o ofício da Louça Morena. Expressa-se esse como um dos motivos para o baixo número de artesãs, hipótese corroborada com os dados coletados através das entrevistas, quando Gestor 3 (2023) relata

[...] eu estava perguntando sobre a questão dos filhos, o que os filhos faziam [...] e porque não passou ainda a tradição para a filha, que a filha estava assistindo um TV e tal. Ela disse, não, minha filha não quer não, eu sei que é um trabalho sofrido, eu quero que minha filha estude, beleza, eu também

concordo, que estude, que tenha uma formação e tal. Eu falei, mas você podia passar, porque a gente tem um trabalho também com o pífano da nossa cidade, ele é bastante tradicional, acho que é um dos pífanos mais antigos do Estado de Sergipe[...]. E também tem essa questão, é muito complicado. Nosso amigo Zé Lito, que é o líder do PIF, já tentou passar para a família, o neto dele. os bisnetos não conseguem, porque muitos deles têm vergonha (Gestor 3, 2023).

Outro ponto, são as condições de trabalho das artesãs, pelo modo de produção ser considerado desconfortável, visto que essas mulheres produzem as peças sentadas no chão ou em pequenos bancos e passam horas seguidas na mesma posição. Essas circunstâncias geram muito incômodo e dores no corpo, sendo apontadas pela Gestora 2 (2023) entrevistada, como o motivo de algumas mulheres pararem com a tradição, dada suas idades mais avançadas ou problemas de saúde.

Uma das artesãs entrevistadas encontrou uma saída para este problema. Ela produziu uma espécie de mesa larga e um banco com altura adaptada (figura 15) para que ela conseguisse produzir suas peças com mais comodidade e conforto; contudo, esta não é a realidade da maioria.

Figura 15- Mesa adaptada por uma das artesãs.



Fonte: Autoria própria, 2023.

Este fato, nos faz refletir sobre a importância da capacitação e instrução para que estas mulheres alcancem melhores condições de trabalho, vida, saúde e moradia. Desde a década de 1950 observa-se que a atividade artesanal auxilia de maneira insipiente a estas mulheres na obtenção de melhores fontes de renda.

A ausência de políticas do governo que incentivassem a adesão de valorização do artesanato, pode ser apontada nesta pesquisa, como uma das causas que contribuíram para que na contemporaneidade a Louça Morena enfrente problemas de reconhecimento por parte da população sergipana.

Alego isto, com base na falta de registros sobre a atividade cultural que possui pelo menos mais de setenta anos de tradição local e não há imagens, vídeos, textos que apontem que foram as precursoras desta manifestação cultural em Sergipe. Essa falta de registros de imagens da tradição é uma grande perda para a análise das referências culturais e das transformações ao longo dos anos. Recentemente, em junho de 2023, a Louça Morena ganhou destaque nacional ao ser exibida no programa Fantástico da Rede Globo de televisão, no quadro “*avisa lá que eu vou*” em uma matéria que relatava a produção artesanal em barro na cidade de Itabaianinha/SE.

Antes do episódio já era possível encontrar outros vídeos na internet registrando o processo de produção da atividade com barro, com destaque para o documentário produzido pelo Programa de Artesanato e Tradição Cultural (PROMART)¹⁹ publicado em 3 de dezembro de 2021 e o documentário produzido por Breno Couto²⁰ em 17 de outubro de 2022. Considero este dado importante para pesquisa, já que a exibição do programa tanto auxiliou na divulgação da tradição, quanto no registro de informações.

As difíceis condições de trabalho e pouco reconhecimento da mão de obra das artesãs também pode ser um forte indício para a não propagação da tradição para as próximas gerações, já que as mães almejam melhores condições de trabalho para seus filhos do que as suas. Essa

¹⁹Vídeo disponível no Youtube titulado de: **Do barro vem tudo:** louceiras de Itabaianinha. (Cnfc, 2021).

²⁰Vídeo disponível no Youtube titulado de: **Louça Morena- Itabaianinha/ Sergipe.** Gastronomia com História (Couto, 2022).

questão traz à tona as discussões em volta da invisibilidade da cultura popular dos povos negros²¹.

As artesãs da Louça Morena se enquadram nessa categoria de representação, pois, a maioria dessas mulheres possui pele parda, mora longe dos centros urbanos e vive em condições precárias de trabalho, sem apoio do governo. Outro dado é que artesanato estudado também é excluído pelo setor de desenvolvimento econômico regional.

Desta forma, utilizo o conceito de “Racismo Ambiental”, para discutir sobre a invisibilidade dos povos negros instigando o leitor a repensar sobre os processos históricos de formação da sociedade brasileira, dando ênfase à cultura desses povos e como esses indivíduos se inserem nos contextos políticos, sociais e ambientais na atualidade.

Ao longo dos anos essa população tem sido negligenciada, tratada como invisível e tendo sua mão de obra marginalizada pelo setor de desenvolvimento econômico nacional, como resultado, essas atitudes acabam contribuindo para o tardio reconhecimento destes povos, se tornando um grande problema sociopolítico.

O termo “Racismo Ambiental” surgiu em meados da década de 1980, nos Estados Unidos, quando negros estadunidenses começaram a lutar por ambientes ecologicamente equilibrados, essa luta acompanhava as demais, como justiça social e o fim do racismo institucionalizado. Entre os objetivos da classe, estava a garantia de ambientes saudáveis para a população que não era branca e era pobre. É importante mencionar que:

Ainda na década de 1980, a comissão de justiça racial da United Church of Christ (UCC), uma agência de promoção de direitos ligada à igreja protestante, elaborou um estudo que identificou a existência de um padrão nacional de localização de atividades perigosas à saúde e seus resíduos, em comunidades não brancas e/ou pobres. À época, o então diretor executivo da UCC, Benjamin F. Chavis Jr., criou a expressão racismo ambiental para designar o fenômeno estudado (Souza, 2015, p.30).

Pacheco (2020) explica que os protestos iniciaram em um bairro de Warren (Estados Unidos), onde a população negra local protestou durante anos enquanto o lixo e rejeitos aumentavam. No ano de 1982, inconformados com o aumento de resíduos, moradores se

²¹ De acordo com a classificação do IBGE, o termo “negro” abrange pretos e pardos, sendo considerados pretos aqueles com fenótipo com características negroides e pardos aqueles que provêm de mestiçagem com brancos (Ibge,s/d).

deitaram-se na pista, com o intuito de impedir a passagem dos caminhões, mas o ato não pode ser considerado um sucesso, visto que resultou na prisão de cerca de 500 pessoas.

Contudo, a autora conclui que o protesto não foi completamente um fiasco, já que conseguiu atingir os meios de comunicação nacional dando visibilidade ao tema, levando a divulgação de novas denúncias, sendo registrado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos - EPA, no ano de 1983, “que nos oito estados do sul do país, $\frac{3}{4}$ dos depósitos de rejeitos estavam concentrados em bairros negros, embora eles correspondessem a apenas 20% dos habitantes da região” (Pacheco, 2020).

De modo geral, notamos que nas bibliografias disponibilizadas o termo “racismo” está associado a crença de superioridade de uma raça ou etnia com relação à outra, e entre as consequências do racismo está o preconceito com questões sociais, culturais, religiosas, políticas, ambientais, dentre outras. Ainda com o termo:

Evidenciava-se assim a existência de situações de injustiça ambiental, significando que, em sociedades desiguais, são os grupos racialmente discriminados e as populações de baixa renda – enfim, grupos vulneráveis e marginalizados – a arcar com a carga mais pesada dos danos ambientais gerados pelo desenvolvimento. O conceito de justiça ambiental surgiria então da experiência das lutas protagonizadas por grupos vulneráveis e marginalizados nos Estados Unidos, clamando por alternativas e soluções para o fato de serem estes a suportar, de maneira desproporcional, a exposição aos riscos ambientais, uma vez que seus locais de residência eram constantemente escolhidos para os depósitos de lixo, aterros e incineradoras. (Silva, 2012, p.88).

O conceito de racismo ambiental exprime como essa parcela da população sofre com a discriminação e reafirma ainda mais a posição de invisibilidade que esses indivíduos ocupam na sociedade. As consequências desse tipo de racismo não afetam somente ao meio ambiente onde vivem, mas também as condições de saúde, bem-estar social e qualidade de vida.

Dentro da academia, uma das áreas que mais discute o tema racismo ambiental é a sociologia, entretanto os estudos são mais voltados para relação entre sociedade e poder econômico, destacando-se os autores: Martínez Alier (2012), Acselrad (2009), Porto (2007), Herculano & Pacheco (2006).

Acselrad *et al* (2009, p. 11) discute em sua obra “*O que é justiça ambiental*” os efeitos que as experiências decorrentes da injustiça ambiental causam ao corpo social. Para os autores, “a degradação do meio ambiente é um dos grandes males que acometem a sociedade”, desta

forma a obra reúne uma discussão ampla sobre o entendimento da causa, mostrando a importância de movimentos sociais em busca de um desenvolvimento menos excludente. Para eles, a bandeira da “justiça ambiental” ajudou a identificar problemas e estabelecer princípios, no mundo inteiro, da relação entre risco ambiental, pobreza e etnicidade.

Os mesmos autores, relatam que no Brasil ainda são consideradas recentes as pesquisas que buscam examinar os indicadores da relação entre áreas de degradação ambiental e locais de moradia de pessoas pobres. Contudo, citam a visita realizada por representantes de algumas redes de movimento de justiça ambiental dos EUA, que aconteceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em junho de 1998, com o objetivo de unir experiências e estabelecer relações com organizações locais para formar alianças na luta contra a exportação da ‘injustiça Ambiental’.

Este encontro resultou posteriormente na realização do *Seminário Internacional de Justiça Ambiental e Cidadania*, que aconteceu em Niterói, em 2021, e em decorrência deste evento foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. (Acselrad *et al*, 2009.p. 39-40). Em outro momento, sobre as discussões acerca do Ambientalismo Brasileiro Acselrad (2010) afirma que:

A literatura corrente assinala uma importante mudança verificada no ambientalismo brasileiro nos anos 1990, com a diferenciação interna operada por um movimento de institucionalização. Assinala-se terem surgido, no período, organizações com corpo técnico e administrativo profissionalizado e com capacidade sistemática de captar recursos financeiros, abrindo-se, na ocasião, um debate em torno da redefinição identitária daqueles que se reivindicavam como parte do “movimento ambientalista”. Mas amadorismo e profissionalismo, informalismo e institucionalização parecem ter sido aspectos relativamente formais de clivagens mais substantivas que atravessavam a “nebulosa ambientalista” naquele período, dividindo-a crescentemente entre um pragmatismo paraestatal ou para empresarial e a crítica ao modelo de desenvolvimento dominante; entre instrumento da modernização ecológica do capitalismo brasileiro e ator social investido na expansão do campo dos direitos (Acseldr, 2010, p. 105).

O autor assume em seus textos uma posição crítica quando aborda o discurso ambientalista tomado por algumas empresas e organizações que apenas possuem teorias, mas que não promovem ações consolidadas para o combate às desigualdades socioambientais, a desaprovação se estende aos especialistas do tema que passam a usar seu conhecimento para prestar consultoria a empresas poluidoras.

Desta forma, expõe que “o grupo de entidades combativas cresceu menos que o das que se voltam para o mercado; a maioria dos dirigentes de ONG está vendendo serviços, está fazendo consultoria, principalmente para as empresas poluidoras” (Acselrad, 2010, p. 106). O autor delimita que esta atitude acaba colocando o movimento ambientalista como algo que promove soluções paliativas e não viabiliza mudanças de modelo de desenvolvimento.

Ao possuir uma concepção sobre o que o tema racismo ambiental discute, consigo identificar pela cor da pele, condição social e local de moradia quem são as principais vítimas deste fenômeno. Os estudos sobre racismo ambiental abrangem desde “a política utilizada por grandes empresas em volta da temática sustentável”, e que para isto, instalam suas fábricas em áreas de moradias da população mais pobre e a absorvem a mão de obra da comunidade de forma barata e como consequência destaco a falta de incentivos e o baixo retorno para essas comunidades.

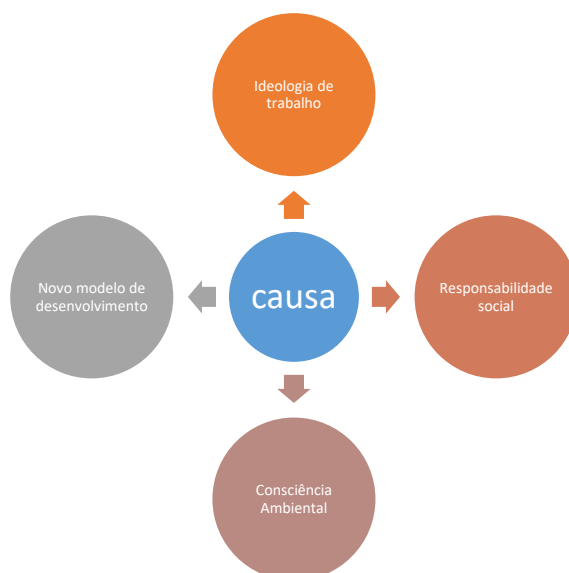
Sobre esta problemática, Michele Izawa (2023) chama a atenção para o *greenwashing* e o *socialwashing*, que são terminologias críticas de empresas que investem um maior volume de recursos em ações de *marketing* para melhorar sua reputação pública, deixando de lado um real investimento em medidas protetoras do meio ambiente e das populações que dele sobrevivem. Por isso, evitando-se a forja de uma “mentira verde”, o correto seria:

- 1) **Legitimidade.** Avaliar se a ação está conectada ao negócio, se há redução do impacto causado pelas operações da empresa ou se esta amplifica os benefícios. Uma política de sustentabilidade bem estruturada e alinhada ao propósito da empresa auxilia nessa convergência.
- 2) **Coerência.** Evitar escolher uma causa em detrimento de outra que é potencialmente mais séria, mesmo que a primeira gere benefícios. Por isso, identificar o que é mais relevante para cada público elimina desencontros de expectativas.
- 3) **Consistência.** Afastar o falso sustentável com fatos e dados para validar termos vagos como “ambientalmente correta”, “produto verde” ou “empresa diversa e inclusiva”.
- 4) **Comunicação.** Melhorar a reputação como consequência da atuação socioambiental. Mas ao definir a estratégia de comunicação, assegurar-se de que o investimento com divulgação e promoção seja proporcionalmente inferior ao custo da iniciativa em si.
- 5) **Assertividade.** Fugir de máximas infundadas como “zero”, “100%” e “livre de”. Não usar recursos que sejam entendidos como uma tentativa de ludibriar as pessoas ou induzi-las a falsas conclusões, como imagens similares a selos e

certificações, ou promover obrigações legais como iniciativa voluntária (Izawa, 2023).

Entendo, que a problemática que envolve a temática “Racismo Ambiental” é complexa e envolve esforços múltiplos para que de fato provoquem uma mudança social na vida dos indivíduos atingidos pelo fenômeno Assim, nestes casos, para que de fato os problemas que envolvem o racismo ambiental sejam evitados é necessário que o governo e/ou instituições privadas trabalhem junto com seus colaboradores uma conscientização sobre as consequências do racismo para essa parcela da sociedade e busquem incorporar um novo modelo de trabalho que promova uma responsabilidade social associada a consciência ambiental, gerando um novo padrão de desenvolvimento como mostra a figura 16.

Figura 16-Pilares para neutralizar o racismo ambiental na organização.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Já nos casos, onde o tema racismo ambiental está associado a questões culturais, e que envolve uma parcela da sociedade que se constitui pelas comunidades tradicionais, precisamos considerar as questões do meio ambiente em que os agentes estão inseridos.

Segundo o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, são considerados povos e comunidades tradicionais no Brasil “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios

e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º). Desta forma, pode-se considerar como povos tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores artesanais, extrativistas, dentre outros.

Para os povos e comunidades tradicionais, as consequências do racismo ambiental, envolvem além de questões econômicas e sociais, as questões culturais e de representação. Assim:

As sínteses de conflitos apontadas revelam uma visão de saúde que avança para além do bem-estar físico e mental, pois engloba, igualmente, o direito à terra, à cultura e às tradições, sem o qual chegamos, por exemplo, aos suicídios e infanticídios entre povos indígenas, incapazes de aceitar a perda de suas referências. Ou a casos como os dos quilombolas praticantes do Cabulano Espírito Santo, impossibilitados de manter seus rituais pela destruição da mata e, em consequência, desagregados e exilados de si próprios. Para uns como para outros, a falta de saída tornou-se responsável muitas vezes pela depressão, pela morte, pelo alcoolismo, pela prostituição (Porto; Pacheco, 2009, p. 15).

Quando se aborda o tema “povos e comunidades tradicionais” deve-se lembrar que a relação de pertencimento com o local gera uma relação afetiva e presencia modificações e transformações no ambiente vivido, gerando inconformidades, que como no caso citado acaba pondo em risco a saúde física e mental.

Em 2007, foi instituída a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), através do decreto nº 6.040, tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, dos agentes envolvidos, buscando reconhecer, fortalecer e principalmente garantir os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais destes povos, garantindo o reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado. (Decreto nº 6.040).

Implementada no governo Lula (2003 – 2011), a PNPCT aposta em um novo modelo para a pasta do meio ambiente de forma mais articulada com outros ministérios. De acordo com Kageyama e Santos (2012) o modelo adotado pelo mandato na pasta do Meio Ambiente ajudou a interdisciplinaridade com outras áreas do governo, a exemplo da cultura e desenvolvimento, citando os autores:

Quatro linhas básicas marcaram a política ambiental do Brasil, no primeiro governo Lula, no Ministério do Meio Ambiente: i) promoção do desenvolvimento sustentável, não só no aspecto ambiental, mas também no social e no econômico; ii) controle e participação social, com a colaboração qualificada e efetiva da sociedade nos processos decisórios; iii) fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais; e iv) envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado princípio da “transversalidade”, com o meio ambiente entrando na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos (Kageyama; Santos, 2012, p. 181).

O governo Lula foi marcado por avanços nas questões sociais e lutas de classes, isto inclui os benefícios para os povos e comunidades tradicionais. Logo, essa postura adotada, refletiu em resultados positivo para o Meio Ambiente, ainda consoante com os autores Kageyama e Santos (2012, p. 180 – 181) eles citam a importância de um ministério sob a gestão de uma Ministra, que conhece os assuntos da classe. Marina Silva (ex-seringueira e ambientalista) teve sua trajetória marcada por políticas ambientais no País, acumulando reconhecimento e prêmios (nacional e internacionalmente) por defender a Amazônia, recursos naturais e povos tradicionais.

A Ministra Marina Silva teve um importante papel para suprir as lacunas de questões indispensáveis para os povos e comunidades tradicionais que continuaram pendentes como: acesso à terra, à saúde e à educação, às condições mínimas necessárias para que esses povos e comunidades pudessem continuar em seus territórios e para que sua identidade cultural seja preservada. Ainda Segundo Marina Silva, “essas dificuldades para acesso às políticas públicas são reflexas da falta de reconhecimento das diferenças e no consequente despreparo histórico dos órgãos e agentes públicos para lidar com elas” (Ipea, 2012, p. 16).

A importância de Marina Silva para o direcionamento de uma tentativa de reparação histórica com esses povos e comunidades tradicionais baseada em questões de uma política de desenvolvimento econômico com base capitalista, visava abordar temas enraizados na nossa sociedade, onde os grandes empreendimentos sobrepõem às pequenas comunidades, e assumem um papel de hierarquia onde o capital é quem manda.

Assim, analisando o relatório emitido sobre a política dos povos e comunidades tradicionais (Ipea, 2012), entendo que esta é uma política que se debruça sobre impasses e questões de luta e resistência enraizadas na nossa cultura.

A política em questão é representada por membros que compõe a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que desenvolve e acompanha as ações e programas importantes para a categoria. Participam desta comissão, de forma igualitária: os povos e comunidades tradicionais organizadamente (associações ou outras formas de organização social) e representantes do Governo Federal.

As discussões acontecem anualmente, geralmente em Brasília, por reuniões com todos os membros no plenário. Também podem ocorrer encontros menores (câmaras técnicas) que tratam dos eixos estabelecidos para a PNPCT. Para ter acesso sobre os andamentos, discussões ou propor alguma demanda, os agentes envolvidos podem procurar uma organização local que represente seu segmento ou entrar em contato com instituições que compõe a CNPCT (Brasil, s/d).

Pontuo que os primeiros indícios do olhar do Poder Público voltado para a diversidade cultural do povo brasileiro foram redigidos na Constituição de 1988. A autora Silva (2008) chama atenção em seu texto, sobre as diretrizes da Constituição de 88, concebida através das ideias de afirmação dos direitos universais dos brasileiros, que desde a sua promulgação, tenta colocar em prática os direitos dos povos, que possuem diversidade cultural e social. Para a autora:

Tal invisibilidade se refletia, até muito pouco tempo, na ausência de instâncias do poder público responsáveis pela articulação e implementação de políticas para esses povos e comunidades, especialmente no que diz respeito àquelas de inclusão social. Mesmo no caso dos grupos para os quais já existe reconhecimento constitucional — indígenas e quilombolas —, persistem questões primordiais pendentes, como o acesso à terra, à saúde e educação diferenciadas, de condições mínimas necessárias para a permanência desses povos e comunidades em seus territórios e com sua identidade cultural preservada (Silva, 2008, p. 7).

Neste contexto, as políticas públicas surgem para atender as demandas específicas de grupos e povos que não eram atendidos pelo Estado. Sauer e Castroâ (2014, p. 247) abordam em seu texto os processos históricos de luta pela terra e mudanças socioambientais, citando fatos mais da história do país, como a implementação da Constituição de 1988. Os autores diferem a importância de compreender e reconhecer nas diferentes lutas por terras, a diversidade da população do campo, que na atualidade se organizam em entidades sociais e sindicais, em busca de condições dignas e trabalho no campo.

Apesar deste estudo não aprofundar nos marcos históricos de luta e resistência destes povos para garantia de exercer seus direitos, sabe-se que o caminho para alcançar conquistas, como a instituição de uma política a exemplo da PNPCT, foram necessárias muitas reafirmações de representação pelas comunidades tradicionais. Contudo, essa realidade começa a mudar a partir do entendimento de como esses grupos (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadores artesanais, extrativistas, dentre outros) aprenderam a lidar com o meio ambiente, tornando-se uma fonte de renda que contribui para o desenvolvimento do país.

Em estudo realizado pelo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), apontam que somente em 2022 o número de artesãos aumentou consideravelmente do período de janeiro a agosto. Para a pesquisa: “O país tem hoje cerca de 8,5 milhões de artesãos, sendo a maioria constituída de mulheres que vivem diretamente da própria produção. O setor representa aproximadamente 3% do Produto Interno Bruto (PIB).” (Asn, 2022, p. 1).

Estes dados apontam para a importância da PNPCT, para o desenvolvimento sustentável de uma atividade econômica em plena ascensão no país, que carece de atenção tanto do governo federal, quanto do governo local para o fomento destas atividades e garantia da preservação das tradições.

No caso das artesãs, grupo que interessa esta pesquisa, embora não tenha sido o fio condutor deste trabalho o termo “racismo ambiental”, ao ler as bibliografias disponíveis já identifiquei que está evidente sua efetivação e as consequências para estas categorias de análise (artesãs) que fazem parte das comunidades tradicionais.

Gonzales (1984), aprofunda ainda essa discussão ao delimitar a relação entre o racismo e o sexismo na cultura brasileira identificando que assim como nas demais lutas, as mulheres acabam sofrendo ainda mais com questões relacionadas a discriminação. A autora demonstra em seu texto os diferentes contextos do cotidiano que a mulher negra tem a sua imagem e representação na sociedade associada atos violentos e desrespeitosos, citando-a:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzales, 1984, p. 228).

Para além das questões relacionadas ao corpo, sexualidade e a imagem da mulher negra, desde o tempo da escravização elas estavam condicionadas/estereotipadas como pessoas sem instrução técnica, capacidade intelectual e educação. Com essas características as mulheres negras estavam destinadas a ocupar na sociedade posições inferiores às que eram ofertadas às mulheres brancas ou ao sexo masculino.

Na sociedade brasileira, por muito tempo as mulheres negras ocupavam as vagas de domésticas, babás, lavadeiras e outras profissões de trabalhos braçais e que não se necessitava da capacidade intelectual. Esta análise retoma às discussões levantadas por Dantas (1987/1988) ao discutir a divisão sexual do trabalho e a “ideia de competência” da mulher ao fincar espaços na sociedade brasileira.

Como já mencionada no 1º capítulo desta tese doutoral, a sociedade de modo geral, sempre tende a destinar espaços e formas de consumo para tudo que ela produz, no campo da cultura, as artes eram destinadas ao público mais elitizado, já o artesanato era voltado para o público “popular”. Neste contexto, o termo popular representa parte da sociedade que não tinha acesso à cultura (arte) e que não estava incluído no perfil elitizado do país, e assim surgiu o que se denominou por “cultura popular brasileira”.

O artesanato brasileiro, assim como os povos e comunidades tradicionais fazem parte de um universo que diante da sociedade brasileira representa uma parcela de “minorias”, mas que é produzido e representado por maior parcela da sociedade (negros), já que segundo dados apurados pelo IBGE em 2022, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, 42,8% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,3% como pardos e 10,6% como pretos.

Os povos e comunidades tradicionais vem sofrendo ao longo dos anos com essa negligência a respeito das suas lutas de classe e referências culturais. Para interceder nos efeitos causados por essas ações, o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular, vem atuando há mais de 60 anos, em iniciativas que visam intervir na realidade social, conduzindo práticas de valorização e difusão do artesanato brasileiro, a partir de estudos e projetos que atendem as necessidades específicas de cada comunidade. Com isso a instituição promove a manutenção de suas identidades sociais e a possibilidade do desenvolvimento econômico sustentável.

Embora pareça distante essa interação entre o meio ambiente e a valorização artesanal, casos como do Vale do São Francisco, demonstram as consequências do racismo ambiental, pois

A despeito de sua localização, no vale do rio São Francisco, e da antiguidade de ocupação do solo, que data da expansão pecuária ocorrida no século 17, a região apresenta baixa densidade populacional e seca desmedida, acentuada pelo desmatamento que progressivamente vem diminuindo os cursos de água. Vivendo em condições de extremas de pobreza, os moradores de Candéal têm na produção de artefatos utilitários do barro atividade relevante para a manutenção da cultura local (Velho *et al.*, 2000, p. 6).

No exemplo citado, o desmatamento provocado pela atividade da pecuária (concentração de latifundiário) na região do Vale do São Francisco, acaba desfavorecendo a classe menos abastada (artesãos). Com a diminuição dos cursos de água, a matéria-prima (barro) acaba ficando escassa para a produção da tradição da região, porém, os latifundiários da região e governo local demonstraram pouca preocupação com a extinção da tradição local.

Desta forma, o objetivo deste capítulo é que ao analisar as bibliografias sob esta ótica, se identificaram pontos convergentes sobre os estudos de meio ambiente, cultura popular e racismo ambiental, e principalmente como esses atores sociais vem sofrendo ao longo dos anos com poucos ou quase nenhuns avanços nas questões de valorização cultural.

Em algumas regiões do Brasil, percebe-se que as causas ambientais envolvendo a sustentabilidade das suas ações vem ganhando notoriedade no ramo da cultura popular, mas quanto à análise associada ao racismo ainda não é algo bastante trabalhado. Ao incluir essa investigação, percebe-se que o racismo é um agravante para as demais causas.

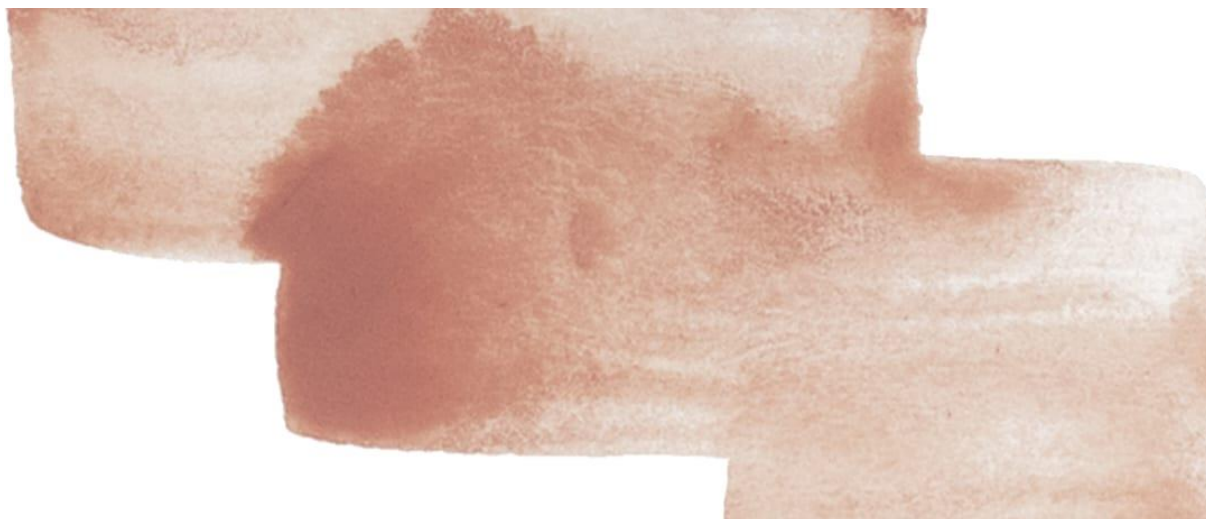
No caso da comunidade de Poxica, noto que desde a década de 1950 estudiosos e governo local tendem a se interessar pela cultura popular, mas os avanços e melhorias decorrentes dos projetos realizados não tiveram continuidade. É de conhecimento público que durante décadas o governo de Sergipe levava as artesãs de Itabaianinha para participar de feiras e eventos nacionais, mas não se identificou nenhum investimento na melhoria de condições de trabalho, comercialização e qualidade de vida para essas artesãs através de políticas públicas. A Gestora 2 (2023) na sua fala, durante as entrevistas, demonstra sensibilidade sobre a importância de tais políticas:

Então, a importância das políticas públicas é para gerar manutenção da tradição, porque se as artesãs acham que não tem auxílio nenhum, elas com certeza não veem vantagem nenhuma, elas vão abandonar. As gerações que chegam não vão dar continuidade, porque não se acha importante economicamente, porque se você não vê que aquilo gera importância

econômica nenhuma, você não vai ter interesse em fazer. E se o município, eu digo a gestão pública, visse como importante e desse incentivo, um incentivo básico, era... não sei como é... Esse de dar a louça, de dar a matéria-prima, já seria um incentivo maior para elas. Se elas tivessem esse incentivo, queriam continuar a fazer essa louça. Iam facilitar a produção da louça e manter a continuidade dela (Gestora 2, 2023).

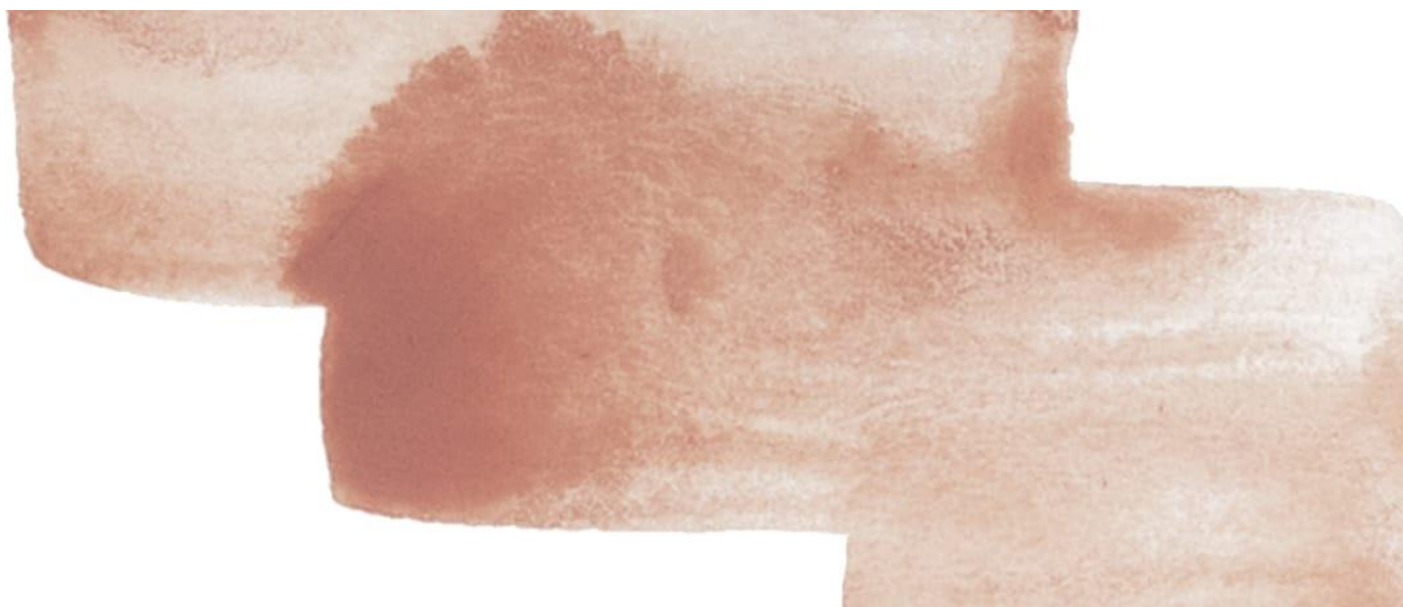
Nessa perspectiva, observa-se que os investimentos são geralmente voltados para o produto em si, sem levar em conta as necessidades específicas das produtoras locais. Essa lacuna, ainda é observada na atualidade, quando elas mencionam dificuldades para adquirir matérias-primas ou melhores condições para a produção artesanal.

Isto posto, tentei dimensionar neste capítulo que tanto as mulheres quanto o artefato carecem de atenção e destaque, visto que não podemos dissociar um do outro, considerando que sem essas mulheres esta tradição certamente irá desaparecer.



CAPÍTULO 3

ARTESANATO LOUÇA MORENA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS



3. ARTESANATO LOUÇA MORENA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

O terceiro capítulo aborda o objeto de estudo, que recebeu da escritora Cecília Meireles²² a denominação de “Louça Morena”, exaltando a sua forte influência indígena (Dantas, 2008), e os impactos socioambientais que envolvem a sua produção.

O capítulo está dividido em três seções, onde a primeira abordará a caracterização e informações do artesanato, que incluem seu modo de fazer, a origem, as características do artesanato, mercado consumidor, dentre outras informações. Busca-se abordar ainda os principais problemas que envolvem o processo da produção artesanal com o barro/argila, à exemplo da extração inadequada do produto, causando desequilíbrios ecológicos e agrícolas, erosão, assoreamento dos rios e lagos, desmatamento, dentre outros.

Na segunda seção denominada “biomassa florestal e uso de espécies nativas”, trato de outra problemática recorrente no estado de Sergipe que é o uso de madeira local e/ ou exótica. Em 2006, artesãos do município de Santana de São Francisco, sofreram uma crise econômica e social devido à escassez da matéria-prima. Apesar das produtoras da Louça Morena alegarem não terem sido atingidas com as consequências desta deficiência de biomassa florestal no estado, é importante mencionar que o problema se tornou objeto de estudo de pesquisadores e agências de fomento do estado, como o Sergipe Parque Tecnológico (SERGIPETEC), que tentou encontrar soluções como a implantação de florestas energéticas de rápido crescimento para suprir as necessidades das olarias, fábricas de telhas e tijolos e atividade artesanal sergipana.

Por fim, a terceira seção, realiza uma análise dos principais problemas encontrados para a produção artesanal da Louça Morena, onde se pretende identificar as principais causas e propor sugestões de possíveis medidas que possam diminuir esses impactos, como por exemplo: propor a organização das produtoras da Louça Morena em associação, já que organizadas socialmente estas mulheres poderão obter maior representatividade para solicitar junto aos governos (local e estadual) políticas públicas que minimizem os impactos socioambientais.

²²Foi uma poeta, professora, jornalista e pintora brasileira, que se destacou como uma mulher de grande referência na literatura brasileira. Estudou literatura, folclore e teoria educacional. Atuou como jornalista na imprensa carioca, onde escrevia sobre folclore (Frazão, 2020).

3.1 Artesanato Louça Morena: a extração do barro, o manejo e o modo de fazer

O barro/ argila é um material orgânico, encontrado no solo, composto por partículas de minerais, e o material tem capacidade de reter água e suportar calor, tornando-se volátil, fácil de ser moldado, tendo sua composição especificadas como:

Os compostos inorgânicos têm origem no processo de alteração das rochas por intemperismo, ou seja, pela ação da chuva, do vento e do calor. Ao longo do tempo, esse processo transforma as rochas, tanto diminuindo o tamanho para pequenas partículas, quanto alterando a constituição química. Assim, dá origem a compostos amorfos e novos minerais, predominantemente de tamanho diminuto, conhecidos como argilas. Dentre os minerais presentes estão principalmente os óxidos de íons de metais e os argilominerais. Estes últimos são uma mistura de compostos constituídos por silicatos hidratados de alumínio e ferro, podendo conter íons sódio(I), potássio(I), cálcio (II) e magnésio (II). Já o humo é gerado pela ação de uma série de organismos vivos que produzem e decompõem matéria orgânica. Como resultado, é formada uma mistura complexa de compostos orgânicos, tais como polissacarídeos, proteínas e ácidos orgânicos, podendo muitas vezes ocorrer a complexação desse material com íons de metais, principalmente Fe^{3+} , Al^{3+} e Cu^{2+} . Essa mistura complexa de compostos químicos é responsável por reter a água e o ar, resultando no que chamamos de solo. A mistura de quantidades variadas de argilas e materiais amorfos, por vezes contendo também o humo, é chamada de barro ou argila, quando o teor de água é alto (Rocha; Suarez; Guimarães, 2014, p. 1106-1107).

Com relação ao material utilizado na cerâmica vermelha ou argilas comuns (*common clays*), tipo manipulado na produção do artesanato Louça Morena, o material abrange uma grande variedade de substâncias minerais argilosas, sendo composto por sedimentos pelíticos consolidados e inconsolidados, como argilas aluvionares quaternárias, argilitos, siltitos, folhelhos e ritmitos, que queimam em cores avermelhadas, a temperaturas variáveis entre 800 e 1.250°C (Cabral Junior; Motta; Almeida; Tanno, 2008, p. 747).

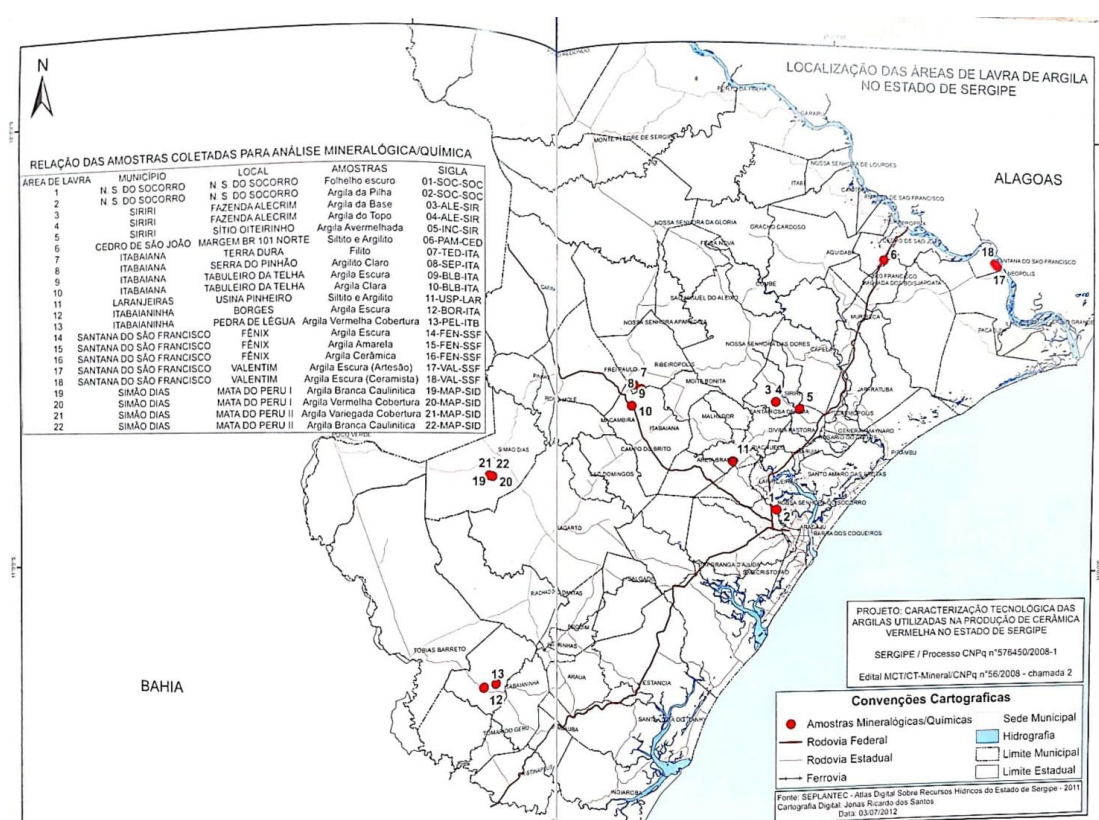
Ainda conforme os autores mencionados, o desenvolvimento do setor de cerâmica vermelha no Brasil foi impulsionado, a partir de meados da década de 1960, devido a implementação de Políticas Públicas Habitacionais e com a criação do Sistema Financeiro da Habitação e do Banco Nacional da Habitação.

Já na década de 1970, ocorreu o *boom* da construção civil no país, provocando a modernização e expansão da indústria cerâmica brasileira (Cabral Junior; Motta; Almeida; Tanno, 2008, p. 747), esses dados acompanham a trajetória da atividade artesanal da cerâmica nacional e políticas públicas para a cultura que também estavam em ascensão no período, tornando a argila/barro uma matéria-prima bastante explorada no país.

O estado de Sergipe acompanhou as políticas públicas que surgiam no Brasil, mas ao consultar bibliografias disponíveis sobre o tema, percebo que à época o estado não possuía estudos aprofundados sobre manejo e qualidade da matéria-prima, e a atividade econômica era desenvolvida de forma rudimentar.

Em 2012 o Instituto Tecnológico e de Pesquisa do estado de Sergipe (ITPS), desenvolveu um estudo em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), denominado: “*Caracterização das argilas utilizadas na produção de Cerâmica vermelha no estado de Sergipe*”.

Figura 17-: Localização das áreas da Lavra de Argila no estado de Sergipe.



Fonte: Alves; Prado, 2012, p.18-19.

O trabalho visava abordar o setor cerâmico e localização das lavras²³ em Sergipe (figura 17), com foco nos principais problemas a serem enfrentados para que o segmento se tornasse mais competitivo. Dentre os problemas destacados estavam a necessidade de mapeamento

²³ Segundo o artigo 36 do Código Brasileiro de Mineração entende-se por lavra o conjunto de operações coordenadas que possui objetivo de aproveitamento industrial da jazida, desde a extração de substâncias minerais úteis até o seu beneficiamento (Brasil, 1967).

geológico e caracterização das argilas do estado, o aprimoramento tecnológico, a implementação de laboratórios, a caracterização das matérias-primas e os produtos, qualificação de mão de obra, entre outros.

Em Sergipe, a matéria-prima utilizada no setor de cerâmica vermelha é extraída dos depósitos situados nos municípios de: Itabaianinha, Itabaiana, Nossa Senhora do Socorro, Siriri, Cedro do São João, Laranjeiras, Santana do São Francisco e Simão Dias.

A aglomeração de empresas nessas cidades constitui o arranjo produtivo local de cerâmica vermelha do estado de Sergipe e gera empregos diretos e indiretos que são divididos em três territórios: Agreste Sergipano (Itabaiana, Campo do Brito e Areia Branca); Sul Sergipano (Itabaianinha, Estância, Tomar do Geru, Umbaúba); e Baixo São Francisco (Santana do São Francisco, Propriá e Telha) (Alves; Prado, 2012, p. 11).

Sobre a caracterização do Barro/ argila provenientes do Município de Itabaianinha, no ano de 1999, Eugênio Figueredo Albuquerque elaborou um material que tinha como objetivo analisar as características e substâncias presentes em lavras da região centro-sul do estado de Sergipe, para complementação dos dados de sua dissertação de Mestrado.

O autor utilizou o código: IHS para identificar os dados de prospecção geológica do Município de Itabaianinha, seguido pelo número 1,2,3... para indicar o número das amostras correspondentes a localização, conforme o quadro 1:

Quadro 1-Caracterização das lavras do Município de Itabaianinha/SE em 1999.

AMOSTRAS	LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO
IHS-01	Material amostrado as margens do riacho Água-Verde, distando aproximadamente 2,5 Km do Povoado do Alto/Itabaianinha. Apresenta-se com cor cinza escuro, argilo-escuro, argilo-arenoso, pertencente a depósitos recentes. A amostra apresenta-se na forma de agregados de difícil desagregação manual.
IHS-02	Material amostrado as margens do riacho Água Verde, distando aproximadamente 2,7 Km do Povoado do Alto. Apresenta-se com cor cinza escuro, argilo-arenoso, pertencente a depósitos com formação recente (quaternário), sendo visível matéria orgânica na forma de raízes.
IHS-03	Material amostrado a 2,8 Km do Povoado do Alto. Apresenta-se com cor cinza escuro, argilo-arenoso, depósito recente em forma de bolsões gradando lateralmente em siltes e

	materiais arenosos. A amostra apresenta-se na forma de agregadas muitos duros, não compactos, sendo visível matéria orgânica na forma de raízes.
IHS-04	Material amostrado na Fazenda Olho D'água, município de Itabaianinha. Apresenta-se com cor cinza claro a escuro, argilo-arenoso, pertencente a uma ocorrência decorrente de um terraço aluvionar, com período de formação recente.
IHS-05	Material amostrado na Fazenda Olho D'água, Povoado do Alto de propriedade do Sr. Ilzo Silveira, distando 3,2 Km do povoado. Apresenta-se com cor marrom clara (Munsell-2.5 y-5/2), argilo-arenoso, pertencente a uma ocorrência, com período de formação recente, em forma de lente compondo um terraço aluvionar a amostra apresentava-se com agregados de diâmetros variáveis de difícil desagregação manual
IHS-06	Material amostrado no sítio Olho D'água Povoado Campinhos/Itabaianinha de propriedade do Sr. José Firmino da Cruz. Apresenta-se com cor marrom-escuro, argilo-arenoso, bastante homogêneo pertencente a depósitos recentes.
IHS-07	Material amostrado na Fazenda Barreiro à 2,8 Km do município de Itabaianinha em propriedade do Sr. Hildebrando Dias da Costa. Apresenta-se com cor cinza claro a escuro, bastante homogêneo pertencente a depósitos recentes.
IHS-08	Material amostrado as margens do riacho Caboclo no Povoado Muquém a 4,2 Km do município de Itabaianinha, de propriedade do Sr. Manuel Dias. Apresenta-se com cor cinza escuro, argilo-arenoso, período de formação recente (quaternário).
IHS-09	Material amostrado as margens da rodovia SE-102, a 9,5 Km do município de Itabaianinha. Apresenta-se com cor vermelha escura (Munsell-2.RYR- 7/4), de difícil desagregação, caracterizando um argilito de elevada plasticidade.
IHS-10	Material amostrado as margens do riacho Tamirim, no povoado da Ilha, em propriedade do Sr. José Abílio. Apresenta-se com cor cinza-escuro, argilo-arenoso, muito duro e compacto, sendo visível matéria orgânica na forma de raízes. Provavelmente trata-se de um depósito de várzea com período de formação recente
IHS-11	Material amostrado próximo ao riacho Tamirim, no Povoado Piripiri à 9,0 Km do

	município de Itabaianinha. Apresenta-se com cor cinza-escuro, argilo-arenoso, pertencente a depósitos recentes.
IHS-12	Material amostrado na Fazenda Diamante à 4,5 Km do município de Itabaianinha. Apresenta-se com cor vermelho claro à escuro, areno argiloso, fácil desagregação manual.
IHS-13	Material amostrado na Fazenda Barra, em propriedade da cerâmica Santana. Apresenta-se com cor vermelho claro, areno-argiloso, em forma de agregado fácil desagregação manual.
IHS-14	Material amostrado no Povoado Poxica, em Barreiro de propriedade da cerâmica Santa Maria. Apresenta-se com cor vermelho escuro, argilo-arenoso, na forma de agregados de pequenos diâmetros e fácil desagregação manual.
IHS-15	Material amostrado no Povoado Poxica, município de Itabaianinha, em propriedade da cerâmica Santa Maria. Apresenta-se com cor amarelo claro, argilo-arenoso, pertencente a depósitos recentes. A amostra apresentava-se na forma de agregados com diâmetros variáveis e de fácil desagregação manual
IHS-16	Material amostrado no Povoado Pau da Onça, em propriedade da Cerâmica Teles. Apresenta-se com cor cinza claro a escuro, argilo-arenosa, pertencente a depósitos recentes. A amostra apresenta-se na forma de agregados de difícil desagregação manual.
IHS-17	Material coletado no povoado Jardim / Itabaianinha. Apresenta-se com cor vermelho escuro, areno-argiloso, na forma de agregados de pequeno diâmetro e fácil desagregação manual.

Fonte: Albuquerque, 1999, p. 17-19.

Com os dados desenvolvidos por Albuquerque (1999), percebi que as 17 amostras selecionadas demonstram que o Município de Itabaianinha possui uma diversidade de materiais argilosos que pode ser empregada em diferentes tipos de atividades comerciais, conforme inferido anteriormente, na seção que aborda a economia do município, pois, o barro é um importante insumo para a economia e desenvolvimento local.

Segundo dados coletados nas entrevistas, entre os anos de 2022 e 2023, a cidade de Itabaianinha conta com cerca de 40 fábricas de cerâmicas, responsáveis pela produção de tijolos e telhas no estado, que ofertam emprego e renda para a população. Em pesquisas realizadas,

Santos e Barbosa (2020) discutem a caracterização do barro presente na cidade de Itabaianinha/SE e expõem que o número de indústrias de cerâmicas no município chegava a compor 35% da economia do município segundo dados do IBGE publicados em 2017.

Sobre a caracterização do barro do ponto de vista das artesãs, elas explicam que na mesma lavra, podemos encontrar dois tipos de materiais: a “argila macia”, utilizada para confecção da Louça Morena, e o “massapé” que possui uma consistência argilosa mais seca, o material possui mais sedimentos (como pedras), tonalidade mais clara, e elas informam que este material é aproveitado pelas indústrias de cerâmicas da região (Figura 18).

Figura 18-Diferença entre o barro macio (cinza-escuro) e o massapé (cinza-claro).



Fonte: Autoria Própria, 2023.

No que concerne ao comércio do material, a venda do barro/argila é tratada diretamente com o proprietário das terras, mediante a encomenda é autorizada a entrada do carroceiro para a retirada da matéria-prima na propriedade, atualmente (2023) o preço da carroça com barro custa em média R\$:130,00 reais.

A intermediação é realizada diretamente entre artesão e proprietários das terras, destaca-se a localização das lavras de denominação: Borges, Pedra de Légua e ainda há a propriedade do senhor João de France que é a localidade preferida pela Artesã 1 (2023), quando ela necessita comprar argila.

Contudo, a Artesã 1 (2023) informa que há muito tempo não compra o barro, e que ultimamente tem optado por aproveitar a carga deixada à beira da estrada pelos caminhões carregados de material que por motivos diversos (sobrecarga, pneu furado, queda da matéria-

prima do veículo etc.) acaba ficando para trás. Essa atitude de reaproveitamento converge para uma ação de diminuição de exploração das lavras, todavia nota-se que não é feita em razão de uma “consciência ambiental”, mas sim por uma vantagem econômica em não precisar dispor de recursos para a compra do material.

É importante destacar que problemas acerca da escassez da matéria-prima, podem afetar diretamente a atividade econômica das olarias, indústrias cerâmicas e artesanato local, caso não sejam pensadas ações para minimizar impactos em longo prazo.

Deste modo, o tema já vem sendo motivo de preocupação há décadas. Como já mencionado, em sua dissertação de Mestrado “*Caracterização e Aplicações Industriais de Argilas da Região Centro-Sul do estado de Sergipe*”, Albuquerque (1999), já apontava que:

Em Sergipe, os depósitos argilosos são abundantes e de origens diversificadas. Entretanto, não existem estudos ou mesmo citações de ocorrências na vasta literatura brasileira especializada que possibilitem definir, racionalmente, as aplicações prováveis para esta matéria-prima, fato que impede a programação de seu aproveitamento econômico. Por outro lado, no que diz respeito ao caso específico das atividades cerâmicas e em função da alta demanda de seus produtos, como resultado de crescimento volumoso das construções civis no Estado, observa-se que as importações dos referidos produtos têm crescido muito além de ser fato conhecido que as unidades cerâmicas já implantadas no Estado têm problemas com as argilas utilizadas no processo industrial, por inadequação ou insuficiência de reservas aproveitáveis da referida matéria-prima (Albuquerque, 1999, p. 1).

Sobre está problemática, Cabral Junior, Motta, Almeida e Tanno (2008) desenvolveram um estudo no qual apontam que a área de mineração necessita de investimentos em modernizações tecnológicas e gerenciais para o aprimoramento do sistema de produção envolvendo a pesquisa mineral, a lavra e o beneficiamento.

Os autores identificaram que a falta deste tipo de estudos gera deficiências na qualidade das matérias-primas, prejudicando a competitividade de toda a cadeia produtiva. Em Sergipe esses problemas também já foram mencionados, uma vez que:

As indústrias cerâmicas do estado de Sergipe extraem argilas de um grande número de depósitos naturais e tem apenas conhecimento empírico dessas áreas. Não são conhecidas as composições químicas nem mineralógicas das argilas. Muitos depósitos podem apresentar uma variabilidade química natural. Desse modo, produtos cerâmicos produzidos com argilas de uma mesma região podem mostrar uma qualidade heterogênea, decorrente da não caracterização da matéria-prima usada na preparação da massa cerâmica (Alves, 2012, p. 13).

Além dos problemas citados, ressalta-se a falta de conhecimento das características químicas da matéria-prima, pois a retirada do barro/argila em desacordo com a Legislação Mineral e Ambiental coloca em risco as áreas ambientais.

Pensando nisto, ainda de acordo com autores Cabral Junior, Motta, Almeida e Tanno (2008), salientam-se os parâmetros determinados por ambos que explicam que a lavra deve ser conduzida de acordo com um projeto orientado pelos seguintes condicionantes:

Características dos depósitos: distribuição espacial da camada de argila, situação de drenagens naturais, materiais de cobertura e resistência à escavação; Parâmetros técnicos e operacionais para o desenvolvimento da lavra: escala de produção, equipamentos e seus ciclos de produção, altura e número de bancadas, quantidade de frentes de avanço, inclinação de taludes, distâncias de transporte, formação de pilhas e razão de produção dos diferentes minérios para blendagem; Parâmetros econômicos relacionados ao aproveitamento do depósito: alternativas de produção determinantes de economia de escala, custo operacional de lavra (incluindo manutenção, depreciação e reposição de equipamentos) e preço final da matéria-prima; Fatores de caráter ambiental (controle de impactos, recuperação e reabilitação da área minerada) e logístico (localização de instalações, distâncias de transporte) (Cabral Junior; Motta; Almeida; Tanno, 2008, p. 757).

Os autores analisados, elaboraram um esquema conforme Almeida (2003) (figura 19), sobre as operações unitárias de uma mineração de médio a grande porte de argila, ilustrando uma lavra de encosta com formação de bancada por escavação mecânica, e as alternativas possíveis de sua utilização, com ou sem beneficiamento da matéria-prima.

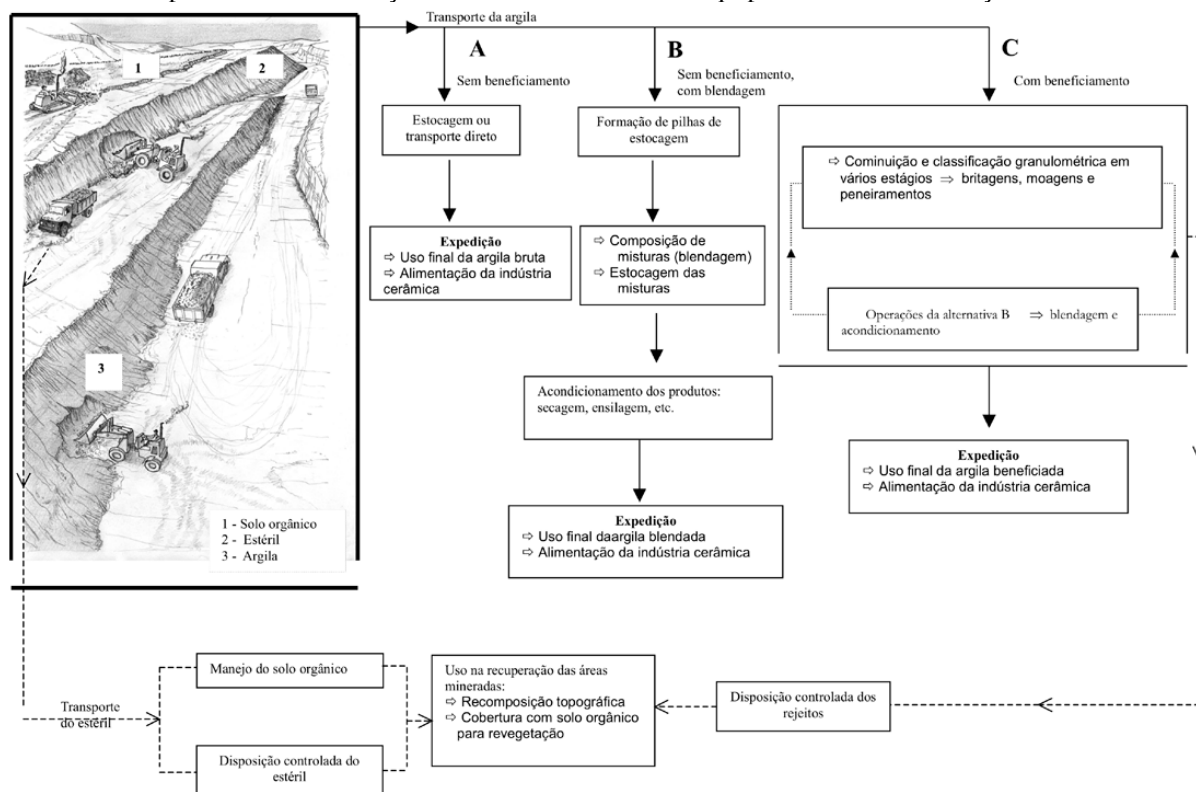
O estudo desenvolvido pelos autores ilustra os três tipos (A, B e C) que correspondem ao “sem beneficiamento”, “sem beneficiamento com blendagem”²⁴ e por fim “com beneficiamento”, revelando que o manejo do solo de forma correta auxilia tanto no aproveitamento da matéria-prima como na recuperação das áreas degradadas.

Sobre a Legislação Brasileira que abrange a problemática, destaco o “*Código de Mineração*” e Leis de Licenciamento Ambiental (Federal, Estadual e Municipal). O “*Código de Mineração*” foi aprovado através do Decreto-Lei nº1.985 de 29 de março de 1940, já em 24 de setembro de 1978 foi aprovada a Lei nº 6.567 que dispõe sobre regime especial para

²⁴ Conforme o Engenheiro ambiental e sanitário, Deyvid Nascimento a blendagem compreende o “tratamento dos resíduos sólidos e líquidos oriundos das indústrias, a partir da segregação, trituração e homogeneização de forma a se obter o “blend”, um mix com alto poder calorífico que é utilizado como combustível alternativo para os fornos de produção de cimento” (Oliberal, 2022, s/p).

exploração e o aproveitamento das substâncias minerais, posteriormente alterada, tendo a última versão atualizada pelo Decreto 10.965 de 11 de fevereiro de 2022.

Figura 19-Esquema geral das operações de uma mina de argila, com desenvolvimento de lavra de encosta por meio da formação de bancada utilizando equipamentos de escavação mecânica.



Fonte: Cabral Junior; Motta; Almeida; Tanno, 2008, p. 760.

A Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a “Política Nacional do Meio Ambiente”, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências e que posteriormente foi complementada pela de nº 140, de 8 de dezembro de 2011 que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Em Sergipe tem-se a Lei nº 8.497 de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Procedimento de “Licenciamento ambiental no estado de Sergipe” e dá outras providências e

recentemente a Prefeitura Municipal de Itabaianinha, aprovou a “Lei de Fiscalização Ambiental”, nº 1.115 de 28 de dezembro de 2022, que dispõe normas sobre o Licenciamento Ambiental no Município de Itabaianinha e dá providências correlatas. Segundo Araújo; Santos e Filho (s/d):

A nossa Carta Magna prevê que os recursos minerais são propriedade da União, que detém o domínio, controle dos mesmos e consente ao particular sua exploração, através do Licenciamento ambiental para mineração. A atividade de exploração mineral ou mineração é regulada pelo sistema de concessão mineral brasileiro, cujo controle é realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral/ DNPM, do Ministério de Minas e Energia - MME, em consonância com o licenciamento ambiental executado pelos órgãos estaduais, distrital e federal de meio ambiente (Araujo; Santos Filho, s/d, p. 8).

Ou seja, primeiro para realizar qualquer extração de mineral em solo brasileiro é necessário possuir a autorização da “Agência Nacional de Mineração” (ANM). O órgão responsável pela fiscalização e liberação de licenças para extração do material barro/argila (figura 20) em Sergipe é a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA).

Figura 20-Extração do Barro em Lavra no Povoado Pau D’Onça.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

A Técnica 1 (2023) nas entrevistas informou que a instituição não realiza uma fiscalização ostensiva com relação à extração do barro no Município de Itabaianinha (figura 20). As inspeções acontecem em três casos: mediante denúncia do Poder Público, denúncia da população e pedido de licença, ambas formalizadas junto ao órgão.

Em conformidade com as informações a Administração concede a “Licença Ambiental”, de acordo com a Legislação vigente no país. A ADEMA utiliza como referência a “Política Nacional do Meio Ambiente”, amparada na Lei nº 140, de 8 de dezembro de 2011, tendo em vista a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do Meio Ambiente de modo geral.

A aplicação da legislação “tem o objetivo de regular as atividades e os empreendimentos que utilizam os recursos naturais e podem causar degradação ambiental. Por meio dele, os órgãos ambientais adquirem a estatura legal para avaliar os eventuais impactos ao meio ambiente de uma determinada atividade” (TCU, 2007, p. 4). De acordo com a Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) existem três tipos de Licença Ambiental:

- a) Licença Prévia (LP) - De acordo com art. 8º, Inciso I da Resolução nº 237/97 do CONAMA, compreende por Licença Prévia a autorização concedida na “fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.”
- b) Licença de Instalação (LI) - De acordo com art. 8º, Inciso II da Resolução nº 237/97 do CONAMA, compreende por Licença de Instalação a autorização para “instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante”.
- c) Licença de Operações (LO)- De acordo com art. 8º, Inciso III da Resolução nº 237/97 do CONAMA, a Licença de Operação autoriza:

A operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação. Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade (TCU, 1997, p. 3).

Desta forma, a ADEMA disponibiliza uma lista de documentação onde é necessário o solicitante organizar os seguintes documentos para dar entrada no pedido:

1) Autorização de Registro de Licença do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) ou Cópia do Requerimento de Entrada do Pedido de Autorização de Registro de Licença do DNPM;

2) Plano de Lavra;

3) Relatório de Controle Ambiental-RCA;

4) Plano de Controle Ambiental-PCA;

5) Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD;

6) Anotações de Responsabilidade Técnica- ART do responsável pela elaboração dos projetos acima solicitados;

7) Registro no Cadastro Técnico Federal das Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (Resolução CONAMA 01/88);

8) Declaração de acordo com a superfície quando couber;

9) Planta da Localização;

10) Levantamento Topográfico (Planta de Detalhe);

11) Planta da Área de Vegetação a ser suprimido, de acordo com a Lei Federal nº 11.284/2006, resolução CONAMA Nº 369/2006 e Decreto Estadual Nº 23.462 de 3 de novembro de 2005, quando couber;

12) Cópia de Autorização para Uso de Explosivo, emitida pelo Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, quando couber, acompanhado da ART do Técnico Responsável pela Atividade;

13) Anuência Prévia do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), caso a área requerida esteja localizada na zona de amortecimento do Parque Nacional de Itabaiana.

Após a entrada do pedido, de acordo com o tipo de licença (prévia, instalação ou operação), a Administração irá verificar toda a documentação e realizar uma vistoria para averiguar as condições do meio físico da região solicitada.

Em seguida, mediante condições favoráveis, é emitido o parecer de liberação e a técnica entrevistada alerta que todo empreendimento licenciado possui uma placa (informando o tipo de licença, nome do proprietário, tempo concedido etc.), ou seja, contendo as informações sobre a atividade que será realizada. Caso a população local verifique qualquer atividade sendo realizada sem a devida identificação, poderá entrar com um processo de demanda junto a ADEMA para fiscalização.

Sobre a atuação da Lei Municipal de Fiscalização Ambiental nº 1.115 de 28 de dezembro de 2022, em entrevista realizada em novembro de 2023, o Secretário Municipal do Meio Ambiente de Itabaianinha informou que as fiscalizações e cadastramento de olarias e indústrias de cerâmicas do município iniciaram em junho de 2023.

De acordo com ele a Secretaria do Meio Ambiente já está licenciando todos os empreendimentos do município, para isto utilizam critérios de riscos, sendo especificados como: risco A (baixo impacto) e risco B (médio impacto), contudo, a municipalidade não trabalha com liberação de alto impacto conforme a legislação implantada.

Para o Gestor 1 (2023), a criação da Lei nº 1.115 de 28 de dezembro de 2022, foi um avanço para o município, porque além de proporcionar uma licença “mais barata”, já que a ADEMA se desloca dentro do estado, também se torna mais ágil a deliberação tendo em vista que a equipe reside no próprio município onde os empreendimentos estão sendo fiscalizados ou licenciados.

A documentação necessária para deliberação da licença municipal de Itabaianinha, consiste em: documentação da propriedade, documentação do proprietário, memorial descritivo da área, uma planta e as coordenadas que se referem à extração, dentre outras.

O Gestor 1 (2023) reforçou que a repartição solicita as coordenadas da área onde vai ser extraída o barro/ argila, porque muitas das vezes a área informada é menor do que a área que será explorada. Neste caso, o órgão realiza duas visitas ao local, no momento da solicitação da emissão da licença e após a retirada é realizada a segunda fiscalização. Questionado sobre o processo de mitigação das áreas degradadas, ele responde que:

A gente orienta os empreendedores e os ceramistas que façam um plano de recuperação dessa área. Alguns deles, na verdade a sua minoria, eles fazem plantações, aproveitam para a parte de pastagem, introduzem a pecuária nesse contexto, mas nem sempre é assim. E aí a gente está vendo muitos problemas na questão de erosão, de destruição e assoreamento. E a gente vem tentando direcionar esses empreendedores, porque já teve situações aqui que reaproveitaram esses locais de extração para criação de peixes e outros afins. Então, assim, cabe a responsabilidade do empreendedor fazer essa recuperação ambiental na área que ele extraiu (Gestor 1, 2023).

Apesar de mencionar a criação de peixes, o entrevistado entende que é necessário fazer um estudo completo da área, levando em consideração se a água é propícia, analisar o Ph da água e o tipo de peixe para o criatório. Ele distingue que apesar de ser uma alternativa para as lavras que são abertas no município, não deixa de considerar que “tem um preço caro. Até

porque a argila não volta, ela não renasce. São finitos. Então a gente tem que se preocupar e cuidar bem dessa área.” (Gestor 1, 2023).

Entendo que o crescimento econômico aumenta a produção nas fábricas de cerâmicas e olarias, onde são produzidos: telhas, blocos, tijolos, dentre outros produtos, para atender demandas do mercado e do crescimento populacional com construção de moradias, escolas, hospitais etc. Esta afirmativa demanda um maior aumento da produção e consequentemente do impacto ao meio ambiente e sociedade. Nesta perspectiva, Prado Filho (2014) considera impacto ambiental:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais (Prado Filho, 2014, s/p).

O autor ainda chama atenção para outros diversos impactos em decorrência da extração indiscriminada de argila, em que geralmente no processo de extração, a cobertura vegetal é totalmente retirada e usada como lenha para as fornalhas, e em consequência disto na medida em que o solo vai sendo retirado, o lençol freático torna-se mais vulnerável, facilitando assim, a contaminação das águas subterrâneas, caso ocorram derramamentos de óleo ou derivados provenientes das máquinas que atuam no local.

Figura 21- Artesã queimando as peças de Louça Morena.



Fonte: Autoria Própria, 2023.

Cita ainda a poluição do ar causada pela fumaça da queima do material (figura 21), as cavas no solo, a falta de estudo para vida útil da reserva de argila que pode afetar todo ecossistema envolvido e a saúde dos trabalhadores (problemas respiratórios, de pele, coluna, dentre outros).

Dessa forma, esta tese identifica que o estado de Sergipe ainda possui problemas socioambientais com argila, pelo uso inadequado da matéria-prima. Embora o impacto causado ao meio ambiente por parte da produção artesanal seja bem menor quando relacionado à prática industrial, este trabalho ao investigar na perspectiva ambiental a relação da cadeia econômica do barro com as louceiras locais, traz a luz a discussão do impacto do uso predatório de matéria-prima sob a perspectiva artesanal, questões que serão aprofundadas adiante ao se discutir os impactos socioambientais associados à produção da Louça Morena (figura 22).

Figura 22- Travessa da Louça Morena.



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Sobre a cerâmica do Município de Itabaianinha, a Louça Morena, caracteriza-se como artesanato produzido manualmente (puxado à mão), a partir do manuseio da matéria-prima barro/argila, originário da região sul do estado de Sergipe.

A origem do artesanato Louça Morena ainda é incerta, e esta pesquisa usa da oralidade para tentar delimitar neste estudo o princípio do artesanato na localidade. Costa (2022, p.1),

define a técnica da Louça Morena como “*sui generis*”, o que significa sem semelhança com nenhum outro, delimitando:

Sua técnica é *sui generis*, pois não apresenta nenhuma semelhança com outros modos de produção de cerâmica no Brasil, sua produção é toda feita à mão, sem o uso do torno, ferramenta esta utilizada para girar a peça enquanto é modelada, de herança europeia, nem o uso do rolete, também utilizada para amaciar o barro e facilitar a modelagem, de herança indígena (Costa, 2022, p. 1).

Embora as artesãs desconheçam a origem precisa da Louça Morena, existem fortes indícios da tradição indígena na região. Primeiro pela alegação dos autores Laudelino Freire e Clodomir Silva de que o território de Itabaianinha foi uma aldeia indígena (Ferreira, 1959, p. 337) e em segundo pelo modo de produção ser análogo às técnicas indígenas

Figura 23-Recorte de Jornal sobre o Artesanato do Município de Itabaianinha/SE.



Fonte: Jornal da Cidade, 2001.

No Jornal da Cidade (figura 23), publicado no dia 5 de novembro de 2001, foi veiculada uma matéria que aborda o artesanato Louça Morena, e a reportagem afirma que o Povoado Poxica “reúne grandes mestres da arte de modelar argila. A cerâmica, de origem indígena, revela aspectos de uma cultura quase esquecida.” Algumas artesãs (Artesãs 2 e 9, 2023), nas

entrevistas realizadas, corroboram esta informação quando atribuem a origem da tradição aos remanescentes indígenas, mas quando questionadas sobre o período, não sabem quando e como tudo começou. Para elas: “A origem veio tipo dos índios, né? Quando surgiu tem muitos anos, eu acho que nem é do tempo da minha avó, vó tem 93 anos, minha avó fazia, fazia pote, antes da minha avó já existia, então tem muitos anos.” (Artesã 9, 2023).

Na matéria do jornal ainda se evidencia a preocupação com o desaparecimento de uma técnica encontrada exclusivamente no estado de Sergipe e que estava obtendo reconhecimento nacional no período, pois, as artesãs do Município de Itabaianinha participaram de vários eventos e receberam destaque pelas características da sua produção. Elencam-se os eventos mencionados como: a Feira Nacional do Barro, realizada em Vitória (Espírito Santo), a Exposição de Artesanato do Shopping Jardins, que aconteceu em Aracaju (Sergipe) e a Amostra Sergipe- Brasil 500 anos, em Porto Seguro (Bahia), todos realizados no ano de 2000.

Nas entrevistas para escrita desta tese, realizadas entre os anos de 2022 e 2023, uma das artesãs relata que a tradição está na sua família há mais de cinco gerações. A entrevistada (Artesã 1, 2022) recorda que as avós produziam o artesanato Louça Morena para fins domésticos, e no início o objeto era conhecido como “prato fundo” ou “agridão” (espécie de prato grande) onde eram colocados alimentos para muitas crianças.

A mesma mulher atribui a disseminação da cultura local a sua família e expõe que domina a técnica, sendo responsável por transmiti-la para outras mulheres através de cursos na contemporaneidade. De acordo com ela:

São cinco geração. Minha mãe fala que acha que é cinco geração. Que ano que começou o quê? A Louça Morena? Nós não sabe. quem inventou fazer os pratos fundos, a Louça Morena foi... é, não tinha. nome, a gente chamava, fazia as peças, não tinha nome, era prato fundo, só fazia prato fundo. Aí eu inventei essas peças. Eu que inventei. xicara, travessa sopeira, bomboniere, um bocado de coisa [...]. A minha mãe só fazia prato do fundo (Artesã 1, 2022).

Questionamos as artesãs sobre a origem do nome Louça Morena, e nesta questão a Artesã 1 (2023) responde que foi numa feira de artesanato em Belo Horizonte que a poeta Cecília Meireles, ao visitar o estande onde estavam sendo expostas as peças fabricadas em Sergipe, se encantou com a produção artesanal e percebeu a necessidade de nomear o artesanato com uma nomenclatura que referenciasse a características culturais do objeto.

Segundo ela, Meireles prometeu uma visita a cidade de Itabaianinha/SE e quando realizou este feito, se encantou com uma chaleira produzida *in loco* e batizou no ato da visita

com a denominação “Louça Morena” para as peças produzidas naquela região. Diz a entrevistada:

Eu fui para uma feira em Belo Horizonte, aí quando eu tava lá na feira em Belo Horizonte, aí ela viu meu trabalho e achou muito bonito aí perguntou assim para mim: como é o nome desse trabalho [do seu trabalho]? Aí eu falei assim, a gente chama assim: prato fundo, a gente chama panela, aí eu fui dando nome, fui dizendo as coisas, aí ela disse: olha, eu vou lá na sua casa. aí, aí ela veio, quando ela chegou aqui, ela falou assim: a partir de hoje o seu trabalho vai se chamar louça morena, porque ela gostou de uma chaleira de barro, que era muito bonita, bem-feitinha (artêsã 1, 2023).

Com relação a esta narrativa, é importante uma análise com maior cautela, já que fatos históricos podem apresentar incongruências, sendo papel do pesquisador apresentar pontos e contrapontos que podem revelar alguma distorção em relação a nomes ou datas.

O documento mais antigo encontrado, durante esta pesquisa, sobre a cerâmica de Itabaianinha (Dantas, 1983, p. 29), outrora mencionado, relata que o artesanato foi descoberto por estudiosos por volta da década de 1950, portanto opta-se por trabalhar com esta data para delimitar um referencial histórico da tradição no estado.

Deste modo examinou-se que por muitos anos a cerâmica produzida no povoado Poxica era conhecida como cerâmica de Poxica ou cerâmica de Itabaianinha, e a nomenclatura “Louça Morena” fora atribuída a Cecília Meireles, interessada no tema cultura popular, que faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 9 de novembro de 1964. E o que chama atenção desta pesquisa, é o desencontro de datas, visto que a Artesã 1 (2023), que relata a experiência, nasceu em Sergipe no ano de 1961, ou seja, ela tinha apenas três anos de idade quando Cecília Meireles faleceu.

Acerca disto, pondero que a informação pode ter sido dada por alguma pesquisadora que conhece a história da nomenclatura Louça Morena, já que os registros elaborados por José Carlos Pereira, em 1961, corroboram esta afirmação:

A louça produzida na zona rural pode ser considerada como cerâmica típica de Sergipe. São pratos e tigelas em barro de tonalidade amarelada, que Cecilia Meireles chamou louça morena" exemplares característicos do que nós, por outro lado, denominamos, certa vez, de "cerâmica cabocla". (Pereira, 1961, p. 29 *apud* Dantas, 2023, p. 4).

Ainda sobre esta narrativa a Pesquisadora 2 (2023) também dá a sua opinião ao expor que Cecilia Meireles (1901-1964) ocupou em 1951 o cargo de secretária da Comissão Nacional de Folclore e que “certamente foi frequentando os eventos organizados pelos estudiosos do folclore que conheceu a cerâmica de Itabaianinha, possivelmente nas exposições que ocorriam

no Sudeste incorporando exemplares da produção cultural dos vários estados”, para figurar sua fala ela menciona um evento que ocorreu em 1954 em São Paulo e que o artesanato de Sergipe esteve presente (Pesquisadora 2, 2023, p.3).

Na entrevista e visitas para consulta do acervo pessoal, foi abordada algumas vezes essa problemática que envolve a nomenclatura da Louça Morena atribuída à Cecília Meireles e reproduzida por artesãs na atualidade, e a pesquisadora referência no tema em Sergipe, dispõe que:

Se me alongo nessa explicação é porque com o passar dos anos, como ocorre com frequência nos meios populares, algumas versões veiculadas por pesquisadores são apropriadas e reinterpretadas pelos artesãos a seu modo, embaralhando informações e fatos ocorridos em épocas e contextos diversos. Já ouvi versões em que Cécilia Meireles é trazida para o presente e em conversa com as artesãs teria se referido à sua louça com poético designativo de "louça morena". Tudo bem que isso seja um discurso das artesãs, mas cabe aos pesquisadores esclarecer os fatos, contextualizando-os historicamente (Pesquisadora 2, 2023, p. 3)

Assim como esta tese, a pesquisadora 2 (2023) também havia notado informações tangenciais na fala da artesã e documentos antigos. Outro dado importante é que em 1952, Cecília Meireles escreve para obra *“As artes plásticas no Brasil: artes populares”*, obra dirigida por Rodrigo M. F. de Andrade, e idealizada pelo professor Leonídio Ribeiro, Diretor executivo da instituição Larragoiti que juntamente com a Companhias de Seguro e Capitalização do Grupo Sul América e Banco Lar Brasileiro financiou o lançamento do livro (Meireles, s/d, p.3).

Nesta obra Cecília Meireles se encarregou de escrever os textos sobre a temática artes populares, onde abordou a confecção de cerâmicas (louça) em algumas cidades brasileiras e se debruçou sobretudo na cerâmica da Bahia, estado vizinho de Sergipe, o que reforça ainda mais a possibilidade de contato com as cerâmicas produzidas na cidade de Itabaianinha neste período.

Quando se estuda a cultura popular pelo viés da oralidade, é comum notar que alguns discursos reproduzidos por estudiosos, pesquisadores, mídia etc. acabam sendo incorporados na fala dos moradores locais e artesãs. A respeito dessa incorporação de discursos das tradições,

alguns historiadores como Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1984)²⁵ e Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1994)²⁶ abordam em suas obras a ideia da “invenção de tradições”.

No que concerne este tema, Eric Hobsbawn e Terence Ranger abordam na obra “*A invenção das tradições*” que o termo que referência o nome do livro representa um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas, onde “tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado” (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9). Assim:

O termo "tradição inventada" é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as "tradições" realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e de terminado de tempo -às vezes coisa de poucos anos apenas -e se estabeleceram com enorme rapidez. (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9).

Eric Hobsbawn e Terence Ranger (1984) avaliam a ligação entre a invenção e a espontaneidade. Para os autores, as mudanças nos costumes são decorrentes de processos que partem das necessidades coletivas, que são resultantes das relações de poder e de interesses que resultam nas tradições inventadas.

Já Durval Muniz (1994) na sua obra busca mostrar a visão da região Nordeste no imaginário brasileiro como uma criação sociopolítica e cultural. Para o autor, o Nordeste começa a ser criado em princípios do século XX, em resposta a várias crises, sobretudo hídrica, onde o reforço ao estereótipo da seca auxiliava na captação de recursos para região.

Entende-se que o universo da cultura popular, que envolve questões de tradições, acaba lidando com questões políticas e sociais que atendem interesses coletivos, tendo os autores mencionado a ideia de invenção como expressão também de manipulação ou criatividade. Ou seja, que um discurso ao ser reproduzido com muita frequência, seja no âmbito acadêmico, mídias sociais ou comunidade, passa a ser incorporado como verídico por aqueles agentes envolvidos.

²⁵Eric Hobsbawn e Terence Ranger são Historiadores Britânico e autores do livro *A invenção das tradições* publicado em 1984. (Trevisan, 2019).

²⁶Durval Muniz é um Historiador Brasileiro autor do livro “*A invenção do nordeste e outras artes*” fruto da sua tese de doutorado (1994) e que foi publicada em 1999 (Castro, 2021).

Outro costume comum no Brasil relacionado as questões culturais é a prática de denominar o lugar de origem para identificar a tradição. Sobre este ponto de vista, no início dos anos 2000 o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) criou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

O INRC consiste em uma metodologia cujo objetivo central visa realizar um levantamento para produzir conhecimento sobre “os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”. A metodologia leva em conta a delimitação da área do estudo, já que ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território (Iphan, 2000).

Ainda no início dos anos 2000, surgiu outro instrumento de proteção conhecido por “*Indicação Geográfica*” (IG) aderido por artesãos, com o objetivo de registrar a origem dos seus produtos²⁷. A IG, no Brasil, está associada ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e sempre foi bastante “utilizada para identificar a origem de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve a sua origem” (Inpi, 2015).

Quanto os tipos de IG, ela pode ser classificada como “*Indicação de Procedência*” (IP) que compreende “o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço” e/ou como “*Denominação de Origem*” (DO) enquanto “o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos” (Inpi, 2015).

Salienta-se que em outros países, à exemplo da Europa – que possui a IG mais antiga, para o vinho do Porto – o procedimento de solicitação do registro se faz junto as autoridades nacionais para exame, sendo depois analisado pela Comissão Europeia (CE).

Na Europa as indicações geográficas (IG) compreendem as “*Indicações Geográficas Protegidas*” (IGP) e as “*Denominações de Origem Protegidas*” (DOP). Há ainda o registro de “*Especialidade Tradicional Garantida*” (ETG) que não faz referência a uma origem, mas tem

²⁷O estudo de produção artesanal vinculada a concessão do título de IG foi tema de estudo da Dissertação de Mestrado da autora, cujo trabalho titulado de: *FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e Indicação Geográfica (IG) na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2017)* trabalhou com o artesanato sergipano Renda Irlandesa que recebeu o título de Patrimônio Imaterial Brasileiro (Oliveira, 2018).

por objeto distinguir uma composição tradicional do produto ou um modo de produção tradicional do segmento agrícola (Comissão Europeia, 2024). As agências internacionais de registro buscam comunicar-se entre si para evitar a apropriação indébita de registros em diferentes países.

Embora trabalhem como perspectivas distintas, já que o INRC consiste numa pesquisa etnográfica que confere ao produto um valor cultural vinculado ao patrimônio e a IG reconhece o lugar, ou seja a região geográfica, considero neste estudo que os dois métodos são importantes para salvaguarda das tradições, já que ao consultar bibliografias que abordam a cultura popular brasileira, comumente notamos a nomenclatura da cidade ou região para designar o artesanato.

Neste contexto, a comunidade do bairro rural de Olaria, em Candéal, município de Conego Marinho, no extremo norte de Minas Gerais, possui a técnica artesanal de cerâmica utilitária semelhante à Louça Morena, moldada por mulheres, com modo de produção e criação de arabescos, também produzidas no seio familiar e possuindo certa aproximação com o artesanato Louça Morena. Na sua técnica:

Depois de quebrar o barro bem quebra-do no couro do boi, com a mão de pilão, você sessa ele numa peneira. Depois de sessado, pega aquelas canjicas [o que não passou pela peneira], coloca dentro de uma vasilha grande e depois coloca água e deixa amolecer. Depois que estiver mole, a gente pega, mistura naquele pó [peneirado] e amassa até ficar durinho, no ponto de fazer, no ponto de levantar o bojo. Aí faz aquele bojo e deixa endurecer mais um pouco. Quando estiver durinho, a gente vai com aquela arrudilha [rodilha], põe no bojo e aí a gente pega e vai puxando, primeiro com a mão; depois que estiver armada como se tivesse uma forma, a gente pega e vai passando a cuiteba, até levantar o pescoço. Ai a gente vai com uma tarinha [tala pequena] de casca de cana, acerta aquela boca dele, tudinho certinho. E depois que acertar ali, a gente vai com um paninho e ao redor alisa tudinho para dobrar o beicinho dele um pouco, para ficar do tipo de uma jarra. Depois a gente vai ter de pegar uma faca e raspar tudinho. Depois pega aquela outra faquinha mais lisa, vai ter que alisar assim tudinho. A gente aqui tem um lisadorzinho, é uma bolotinha que o povo chama de "lisador", "mucunã", a gente pega para alisar tudinho. Depois a gente bota ele de boca para baixo e deixa lá secando. Quando está bem seco [cerca de três dias], a gente vira ele de boca para riba e deixa lá para assar. Aí vai juntando, e quando tem uma porção assim que dá um forno, eu coloco no fogo. No dia de assar eu boto os potes no sol para ficar bem sequinho. Ai, quando está bem seco eu vou pintar, com toa. Aí deixo ele pintadinho e deixo secar. Depois que está seco eu boto para assar (Cnfc, 1998, p. 29-30).

No catálogo da exposição *“Mulheres de Candéal: Impressões no Barro”*, promovida pelo Centro Nacional no Folclore, no período de 27 de novembro a 10 de janeiro de 1999, relata-se que assim como a tradição da Louça Morena, as referências bibliográficas sobre a tradição do artesanato de Candéal (Figura 24) são escassas, citando que a mais antiga se trata

de uma publicação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) entre 1959-1960 e os resultados publicados em 1970. (Cnfc, 1998, p. 23-24).

Figura 24-Artesanato de Candéal.



Fonte: Reprodução da página oficial do Instagram “oleirasdocandéal”, 2023.

Entretanto, encontrei outra informação no “*Relatório Complementar*” para inventariar a cerâmica de Candéal como Patrimônio Imaterial Brasileiro, através da Metodologia do INRC, cujo processo teve início em 2001 e foi finalizado em 2002. Segundo a descrição do processo do INRC “A localidade foi visitada no final da década de 1930 por Hermann Cruse, no que pode ser considerado o primeiro levantamento de patrimônio imaterial feito pelo órgão, em 1939/1940”, sendo o relatório realizado pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, a segunda publicação (Iphan, 2002).

Dentre as diferenças entre a cerâmica de Candéal e a Louça Morena cito o material para pintura das peças, pois, enquanto a Louça Morena utiliza tintura proveniente de lascas de madeiras, as artesãs de Candéal utilizam o mineral conhecido como “Touá”, nas cores vermelha, preta e amarela (que após o cozimento torna-se branca).

Ricardo Lima (2012, p. 131) em sua obra “*O povo de Candéal: Caminhos da louça de barro*”, explica que o Touá (figura 25) é um pigmento de origem mineral, e que o vermelho é ocasionado devido ao óxido de ferro em sua composição. O autor expõe que no Brasil o pigmento é bastante utilizado em pinturas rupestres (sítios arqueológicos) e em decoração de objetos cerâmicos de procedência indígena.

Figura 25-Mineral Touá.



Fonte: Reprodução da página oficial do Instagram “oleirasdocandeal”, 2023.

Sobre a cerâmica de Itabaianinha/SE, em entrevista para o *site* Casa e Jardim (2017), o pesquisador Ricardo Lima, estudioso da cerâmica e arte popular brasileira, trouxe sua percepção sobre o artesanato oriundo do estado de Sergipe:

De acordo com Ricardo Lima, doutor em antropologia e pesquisador de arte popular, a técnica surgiu no século 18. “Certamente, esse artesanato existe desde o Brasil Colônia. Com unidades tradicionais já produziam louça no país naquela época, mas não existem registros históricos”, afirma ele. Além do tom, outro diferencial que torna a Louça Morena especial é o fato de que ela só pode ser encontrada em Itabaianinha. “O tipo de barro que elas usam tem uma coloração muito específica e é único de lá. Já pesquisei no país inteiro e não existe nada igual. A pintura, com desenhos oriundos da tradição indígena, também merece destaque”, completa. (Durante; Lourenço, 2017, s/p).

É indiscutível a originalidade do artesanato produzido na cidade de Itabaianinha, visto que estudiosos ao longo do tempo vêm acompanhando e relatando as técnicas e matérias-primas utilizadas pelas mulheres do povoado. Dentre uma das perguntas do roteiro de entrevista, foi questionada a utilidade do objeto para as artesãs da Louça Morena e como essas mulheres o definem, sendo estabelecido dois critérios: artesanato ou utensílio doméstico. A maioria destas mulheres reconhecem a Louça Morena como um artesanato e ressaltam a importância cultural do objeto para localidade.

Essa indagação para pesquisa foi importante para discutir a questão cultural do objeto na localidade e posicionar a relação de pertencimento entre as mulheres e o artefato. Infere-se

das respostas, obtidas mediante as entrevistas, que as produtoras da Louça Morena consideram a sua produção um instrumento cultural, mas que o valor utilitário de mercado ocorre sem o reconhecimento por parte do governo e órgãos de fomento.

Isto faz com que o potencial de negociação e geração de renda se mantenha restrito. A ação governamental e de outros segmentos civis com políticas públicas voltadas para a consagração do objeto como “artesanato” poderia auxiliar no processo de legitimação da tradição para o vício mais cultural, com a devida salvaguarda ambiental, ampliando as possibilidades de sua comercialização na perspectiva também da economia da cultura. Assim, para além de sua venda para restaurantes, haveria também a sua destinação para a rota do Turismo Cultural, de galerias e museus.

No que se refere ao modo de fazer da Louça Morena, destaca-se que os instrumentos (figura 26) utilizados para a produção do artesanato local também são produzidos de forma artesanal, através da matéria-prima retirada da natureza ou material reciclável, dentre os objetos aponto:

Figura 26-Instrumentos utilizados para produção do artesanato Louça Morena.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2023.

- a) *Badoque/ Berimbau* - Caracteriza-se como um objeto em forma de arco, produzido através de um pedaço de vara envergado e um arame de aço (retirado do pneu de carro). Empregado para separar os bolos e retirar impurezas do barro;
- b) *Faca de Pau* - Constitui-se de um artefato produzido com madeira, que serve para tornar uniforme a superfície da peça. Contudo, pode ser substituído por um pedaço de metal ou faca velha;
- c) *Paetâ de oitizeiro* – Espécie de colher utilizada para abrir, raspar e fazer a curvatura por dentro das peças;
- d) *Pedaço de couro* - Serve para alisar e modelar as peças;
- e) *Semente de Mucunã/ Olho de Boi* - Utilizado para dar polimento e brilho;
- f) *Pedaço de Pau* - Utilizado como uma caneta que ao ser molhado na tinta serve para realização de desenhos nas peças.

No que concerne as características culturais que podem ser contempladas nas peças da Louça Morena, identifico a reprodução de elementos decorativos zoomórficos (figura de animais) e fitomórficos (figuras de plantas, vegetais, frutos, ramos) dentre os mais comuns estão desenhos de peixes, aves, flores, dentre outros elementos. Como ressaltou Verônica Nunes (2018, p. 19):

As representações simbólicas de animais sempre estiveram presentes na cultura material produzida e incorporadas por diferentes sociedades. Compondo os repertórios culturais que atravessam o universo religioso, artístico, econômico, político e social, ou seja, estreitando as relações estabelecidas entre homens (razão) e animais (instinto) criando um plano híbrido entre as relações humanas e não humanas. Dessa forma, desde a pré-história que esses símbolos estão presentes, demarcando os limites da comunicação e dos significados que adentram o mundo do visível que pode ser interpretado, traduzido e compreendido com diferentes sentidos e linguagens elaboradas pelos atores sociais envolvidos.

Contudo, as entrevistadas relatam que alguns desenhos foram passados de geração a geração, outros são mais recentes, criados pelas atuais artesãs, e quando questionadas se os desenhos possuem algum significado, elas respondem que não, que são apenas decorativos e que elas representam nas peças de modo espontâneo o que lhes vem na cabeça e devido as tintas serem de origem natural, com o passar do tempo elas se apagam.

As peças não recebem pinturas coloridas (tintas sintéticas), a Louça Morena é trabalhada no barro (cor natural) e a pintura decorativa é realizada com tintas naturais (produzidas com lascas de madeira e sementes da região).

O tipo do barro e as pinturas realizadas com tinta provenientes das sementes confere às peças um caráter singular e exclusivo, presentes somente no recorte espacial estudado (Itabaianinha/SE), como já mencionado. Atualmente é no Povoado Poxica, que a produção da Louça Morena está concentrada.

As artesãs relatam que o modo de fazer as peças é uma tradição cultivada no seio familiar, transmitida para gerações futuras, dando continuidade ao legado cultural. O local de produção é a própria moradia das artesãs, que adaptam o lar para acomodar toda a produção sem grandes perdas.

As etapas de produção (figura 27) necessitam ser seguidas com bastante rigor, para uma boa produção. O processo de fabrico inicia ainda na coleta do barro (amaciado na pisa e onde ocorre o primeiro corte separando o material em blocos), o “veio de barro” na cidade de Itabaianinha/SE é considerado extenso e de boa qualidade, já que o solo do município é rico em argilas vermelha e cinza.

A retirada do barro tem que ser feita preferencialmente em período de chuva (inverno) quando o barro ainda está mole. Por esse motivo, o barro é separado em blocos envoltos por plástico. Para cortar esses blocos, a ceramista utiliza um instrumento chamado berimbau ou bodoque-pau rijo (arqueado) com extremidades ligadas por arame bem esticado.

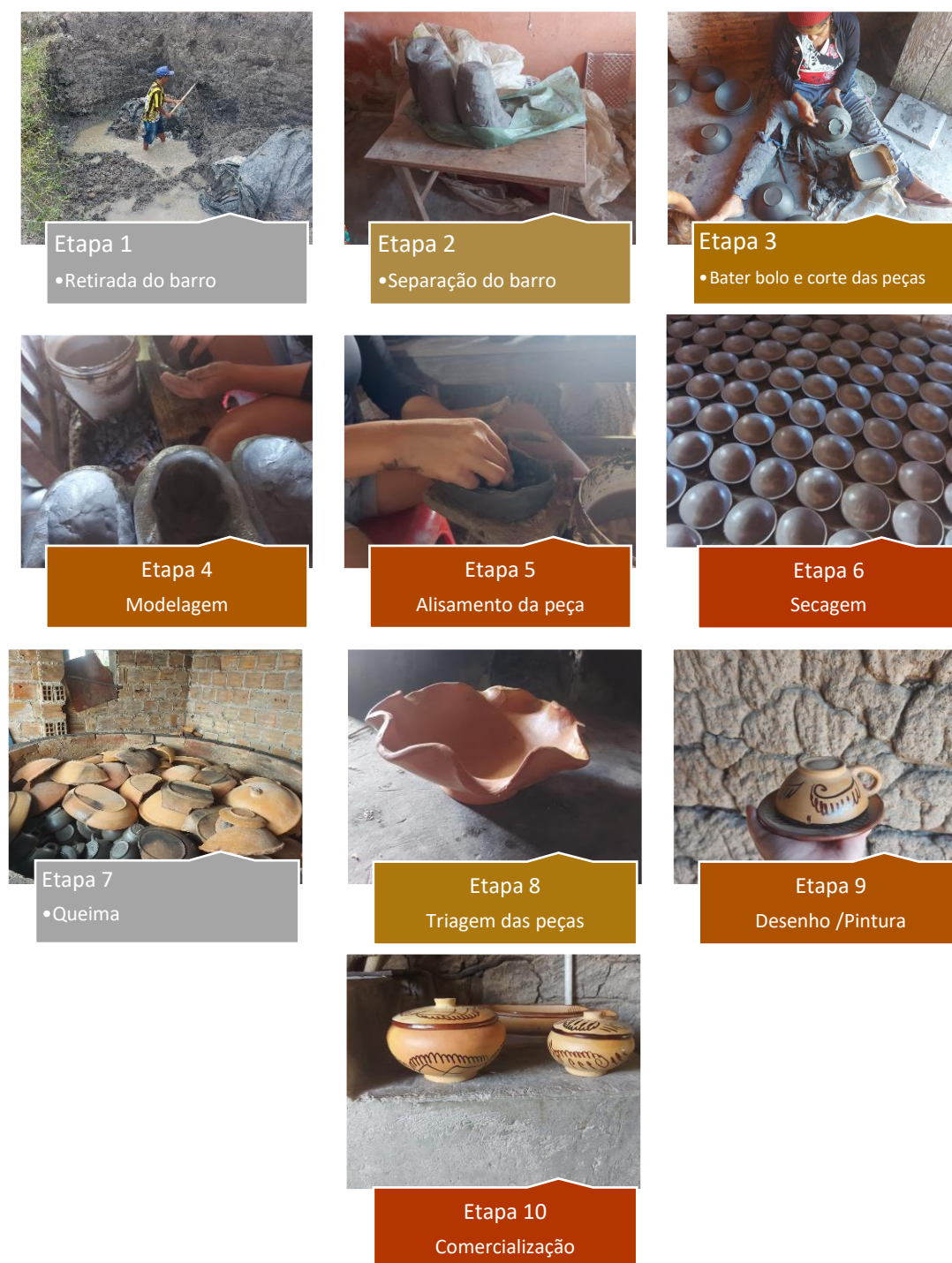
No corte, será separada a quantidade de barro necessária para a fabricação de cada peça, sendo a primeira etapa para a modelagem que consiste em “bater o bolo”, separado manualmente. Já a abertura das peças é realizada com o auxílio da paêta de oitizeiro.

Em sequência, são necessários alguns dias para que a peça seque e fique em “ponto de couro”, o que significa que o barro enrijeceu, mas ainda conserva umidade. O alisamento das peças é realizado em um primeiro momento com um pedaço de couro de boi embebido com água e posteriormente com a semente de mucuná, que confere à peça brilho e resistência.

Feito isso, a peça passará por um novo processo de secagem (dois dias) e em seguida pelo processo da queima, realizada em fornos de barro por 24 horas e, por fim, são realizados os desenhos característicos nas peças.

Para a realização das pinturas/desenho, as artesãs produzem a própria tintura, e a matéria-prima são as cascas dos troncos de Jurema, cajueiro ou miritizeiro, postas para infusão em fogão a lenha, que dependendo da quantidade pode chegar até três dias de fervura até que se forme um caldo grosso.

Figura 27-Processo de produção da Louça Morena.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Desse modo, após todo o processo de produção da Louça Morena (figura 28), as peças passam por um novo processo de seleção e apenas as que atenderem o critério de qualidade serão escolhidas para comercialização. A qualidade do barro interfere diretamente no resultado

da peça, pois o barro vermelho (típico da região) dá uma aparência acastanhada ao produto, que ao ser polido por sementes e lascas de couro adquire uma aparência lisa e, por vezes, brilhante.

Figura 28-Tipos de Peças para Comercialização.



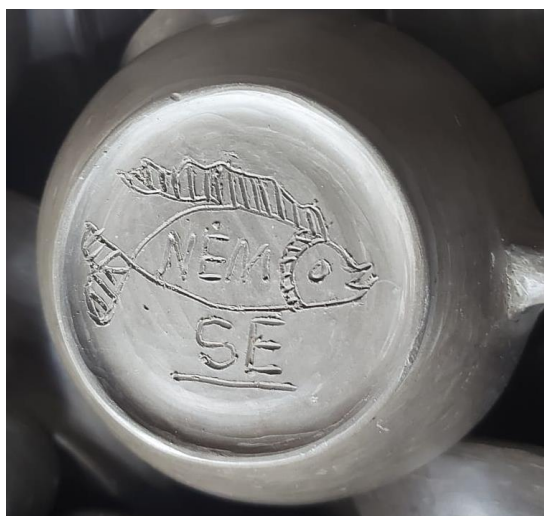
Fonte: Autoria Própria, 2023.

A Louça Morena por ser uma produção manual, não possui uma padronização precisa, nota-se algumas diferenças entre os núcleos de produção familiar, dentre essas pequenas distinções salientam-se: o peso das peças e o tipo de acabamento. Atualmente destaca-se três núcleos de produção no povoado Poxica e 1 núcleo de produção no povoado Pau D'onça, sendo eles:

- 1) Família de Nem;
- 2) Família de Hermenegilda;
- 3) Senhor Raimundo;
- 4) Família de seu Franscisco (povoado Pau D'Onça).

Embora essas diferenciações possam ser consideradas singelas e que não descaracterizam a produção regional, já que se trata de uma confecção artesanal, na visita técnica aos povoados, observei que uma das artesãs preocupada com a qualidade e autoria do produto adotou uma marca, para indicar aos compradores quais produtos foram produzidos por ela (figura 29).

Figura 29-Marca da Artesã Nem do Povoado Poxica.



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Embora pareça uma atitude singela essa distinção, retomam-se aqui os mecanismos de proteção mencionados, pois a inserção da marca poderia implicar em constatação de diferenças entre os núcleos de produção, tendo em vista que, esses instrumentos solicitam que seja registrado o passo a passo do modo de fazer do objeto, implicado em uma padronização entre os núcleos pertencentes a região.

Ainda que as artesãs não manifestem interesse de se organizarem em associativismo, esta é uma pauta importante a ser discutida na atualidade, já que o artesanato Louça Morena não possui registro no IPHAN e nem no INPI, passos estes importantes a serem avaliados junto as artesãs locais para a salvaguarda da tradição.

3.2 Biomassa florestal e uso de espécies nativas

Outro recurso natural que interessa esta pesquisa é a madeira. Assim como o barro/argila, ela também é um recurso fácil de ser moldável, além de ser combustível, por estas razões o material é bastante utilizado para diversas finalidades, entre eles destacam-se o uso da madeira para alimentar os setores de construção civil, indústrias, entre outras (Araujo, 2020, p. 31). Para entender melhor porque a madeira é um recurso tão importante para o desenvolvimento da sociedade, desde as antiguidades clássicas, explica-se que:

A composição química elementar da madeira varia pouco com a espécie, tanto é que se pode admitir que a madeira contenha: 49 a 50% de Carbono; 6% de Hidrogênio; 44% de Oxigênio; e, 0,1 a 0,5% de Nitrogênio. No entanto, as madeiras podem apresentar teores muito variáveis de materiais minerais (Ca, Mg, Na, K, Fe, Si, P, S, etc.), os quais são presentes em quantidades menos expressivas. Se a composição química elementar da madeira é sensivelmente constante, o mesmo não ocorre com seus constituintes químicos, que são bastante variáveis: lignina - 22 a 40%; celulose - 30 a 50%; pentosanas - 9 a 28%; mananas e galactanas - 0 a 12%; e, produtos extratíveis - 0,2 a 20% (Araujo, 2020, p. 35).

Além da composição química da madeira, também se deve considerar a composição física e mecânica que envolve “a massa específica (massa por volume), ou densidade, e a estabilidade dimensional (contração e inchamento em função do teor de umidade), e, entre as mecânicas estão a resistência a esforços de compressão, flexão, tração, cisalhamento e fendilhamento” (Araujo, 2020, p. 36).

Essas informações são importantes porque a partir delas se determina o tipo da madeira aplicado para determinada finalidade, por exemplo: estruturas, uso em ambiente interno, externo etc. Ou seja, com o estudo das características químicas e físicas da madeira entende-se as espécies que deverão alimentar o setor econômico que gera um comércio bastante requisitado.

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), no ano de 2019, o segmento de árvores plantadas teve um impacto na economia brasileira com o faturamento 97, 4 milhões. Sendo responsável por cerca de 3,75 milhões de empregos diretos, indiretos e resultantes do efeito-renda. Sobre perspectivas atuais, a Ibá previu que até o ano de 2023, os projetos de aumento dos plantios, ampliação de fábricas e novas unidades atingiriam o valor de R\$ 35,5 bilhões.

De acordo com o balanço publicado pela Ibá no ano de 2023 (figura 30) houve um aumento da participação do setor na balança comercial brasileira com relação ao ano anterior. Além de movimentar o comércio de madeira no país, a Ibá aponta nas suas ações, preocupações com as causas ambientais. Segundo um balanço dos benefícios ambientais do plantio de árvores, eles citam que os diversos hectares de árvores plantadas absorvem toneladas de CO₂eq¹ da atmosfera e que parte do número de hectares são certificados na modalidade manejo florestal, garantindo a sustentabilidade e as boas práticas do setor, além de possuir hectares de áreas naturais na forma de Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal (RL) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), a Ibá ainda realiza recuperação de hectares.

Assim, para cada 1 hectare de florestas plantadas, conserva-se aproximadamente 0,7 hectare de área natural.

Figura 30-Boletim da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), edição 75, 3º trimestre de 2023.

Balança Comercial do Setor - US\$ Milhões FOB								
Sector's Trade Balance - US\$ Million FOB								
	2021	2022	Var. %	Jan-Set / Jan-Sep				
				2022	2023	Var. %		
Exportações / Export	8.989	11.568	28,7	8.591	8.033	-6,5		
- Celulose / Pulp	6.731	8.387	24,6	6.077	6.026	-0,8		
- Papel / Paper	1.905	2.700	41,7	2.103	1.780	-15,4		
- Painéis de Madeira / Wood Panels	347	478	37,8	409	224	-45,2		
- Carvão Vegetal / Charcoal	6	3	-50,0	2	3	50,0		
Importações / Import	1.061	1.105	4,1	794	839	5,7		
- Celulose / Pulp	216	191	-11,6	133	150	12,8		
- Papel / Paper	818	900	10,0	650	679	4,5		
- Painéis de Madeira / Wood Panels	13	3	-76,9	3	2	-33,3		
- Carvão Vegetal / Charcoal	14	11	-21,4	8	8	0,0		
Saldo / Balance	7.928	10.463	32,0	7.797	7.194	-7,7		
- Celulose / Pulp	6.515	8.196	25,8	5.944	5.876	-1,1		
- Papel / Paper	1087	1.800	65,6	1453	1101	-24,2		
- Painéis de Madeira / Wood Panels	334	475	42,2	406	222	-45,3		
- Carvão Vegetal / Charcoal	-8	-8	-	-6	-5	-		

Fonte / Source: Comex Stat

Participação do Setor na Balança Comercial Brasileira - US\$ Milhões FOB								
Sector's Share in the Brazilian Trade Balance - US\$ Million FOB								
Jan-Set / Jan-Sep	Brasil / Brazil		Participação % / Share %		Agronegócio / Agribusiness		Participação % / Share %	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Exportações / Export	253.289	253.305	3,4	3,2	121.866	126.221	7,0	6,4
Importações / Import	205.873	181.754	0,4	0,5	12.885	12.492	6,2	6,7
Saldo / Balance	47.416	71.551			108.981	113.729		

Fonte / Source: Comex Stat, MAPA

Fonte: Ibá, 2023.

Embora a Ibá trabalhe com dados de madeira plantadas, sabe-se que a prática do uso de madeira não-licenciada e espécies nativas ou exóticas é um grande problema da indústria brasileira que utiliza a biomassa florestal como fonte de energia, principalmente em pequenas propriedades industriais e atividades artesanais.

Para alimentar este comércio, empresários e artesãos utilizam-se de espécies disponíveis no bioma local, que muitas vezes por não possuírem as propriedades físicas e químicas adequadas para a atividade, carecem de um maior volume de madeira, já que o tipo utilizado entra em combustão rapidamente necessitando de mais material para uma maior escala de produção.

Sobre a Legislação que abarca o uso de biomassa florestal, no Brasil temos o “*Código Florestal*” que foi criado através da lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 e que no ano de 2012 foi alterado pela lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.

O código mencionado normatiza diretrizes para a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente, áreas de Reserva Legal; exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle da origem dos produtos florestais e controle e prevenção dos incêndios florestais, além de considerar instrumentos econômicos e financeiros, visto que é um interesse de toda nação.

Dentre as principais alterações do Código Florestal aponta-se o Art. 1º- A, inciso III que prevê a “ação governamental de proteção e uso sustentável de florestas, consagrando o compromisso do País com a compatibilização e harmonização entre o uso produtivo da terra e a preservação da água, do solo e da vegetação”; já o inciso IV – propõe a “responsabilidade comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em colaboração com a sociedade civil, na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa e de suas funções ecológicas e sociais nas áreas urbanas e rurais”; e o inciso V – pensa no “fomento à pesquisa científica e tecnológica na busca da inovação para o uso sustentável do solo e da água, a recuperação e a preservação das florestas e demais formas de vegetação nativa” (Brasil, 2012).

Essas alterações são de suma importância para dar embasamento aos planos de proteção ambiental com um viés amparado na sustentabilidade. Em entrevista com o Técnico 2 (2023) da ADEMA, foi questionado como o órgão fiscaliza a extração de madeira no território sergipano, sendo informado que compete ao órgão licenciar e fiscalizar ações ligadas ao meio ambiente.

Quanto as fiscalizações ambientais que envolvem cortes de madeira, assim como para o barro/argila o órgão não possui uma fiscalização ostensiva. As fiscalizações só ocorrem via denúncias formalizadas por processo junto ao órgão. A partir do protocolo gerado, é que a equipe (cerca de 6 especialistas na área) se desloca ao local formalizado na denúncia e georreferencia a área desmatada, verificando se houve corte seletivo (áreas esparsas) ou clareira (grande área limpa). Essas informações são de suma importância para enquadrar a infração de acordo com as normas regidas no Decreto 6.514 de 2008 (Lei Federal de Crimes Ambientais).

Figura 31- Madeira armazenada para produção da Louça Morena.



Fonte: Autoria Própria, 2022.

Além de verificar o tipo de corte, é necessário saber o tipo de bioma para poder enquadrar corretamente as penalidades da lei. No município de Itabaianinha o bioma presente é o de “transição”, já que possui vestígios de Mata Atlântica e Caatinga, neste caso a lei nº 11.428, de 22 de dezembro 2006, conhecida como “*Lei da Mata Atlântica*” é utilizada como referência pela ADEMA.

Também fui informada que é de suma importância identificar se área desmatada é uma APPs, reserva legal, área de preservação ambiental e mediante laudo da área, o órgão mencionado busca o responsável pela infração para aplicar as penalidades conforme legislação. Dentre as penalidades é exigido um Plano de Recuperação da área Degradada (PRAD).

Quanto ao bioma Caatinga, não existe uma legislação local que estabeleça diretrizes sobre usos de espécies do bioma. Alguns estados possuem legislação específicas, mas Sergipe não dispõe. Neste caso é possível que a ADEMA, mediante uma análise da área que será desmatada, emita uma autorização de “desmatamento legalizado”.

A Técnica 2 (2023) lembrou que embora haja as fiscalizações de práticas ilegais, o órgão também emite laudos de “desmatamento legal”, e nesse caso é solicitado, via processo junto ao

órgão, um pedido de “supressão de vegetação” no qual posteriormente será necessário realizar uma compensação do local.

No caso de empreendimentos particulares é possível autorizar a “supressão de vegetação inicial”, já os casos de “supressão média e avançada” só são liberados em interesse público, interesse social e baixo impacto. Contudo há uma ressalva, pois a ADEMA não libera a licença para o desmatamento legal caso exista alguma ameaça de extinção da fauna e flora característica do bioma onde esteja sendo solicitada autorização. Em Itabaianinha/SE foi informado que há algumas áreas em processos de recuperação ambiental, atuadas via o PRAD.

Também questionei a Técnica 2 (2023) sobre qual documentação é exigida pelas indústrias de cerâmica e olarias para verificar a legalidade da madeira utilizada, sendo informada que é necessário que os empresários apresentem o documento de Origem Florestal (DOF). Esse documento informa desde o local de origem onde a madeira foi retirada até o destino para onde foi transportada. Caso o empresário não apresente o documento, cabe a ADEMA aplicar as penalidades de acordo com a legislação vigente.

Conforme mencionado anteriormente, as atividades econômicas das indústrias de cerâmicas, olarias e artesanato no município de Itabaianinha afetam diretamente ao Meio Ambiente. Os impactos causados além de atingir a natureza e sociedade, interferem também a paisagem local, a saber:

Em meio a um comércio diversificado e ao desordenado trânsito de atualmente motociclistas, mototaxistas, lotações e todo tipo de veículos automotores, antevemos na paisagem as atividades que movimentam a economia local: laranjais nos acompanham margeando a estrada; pequenas confecções abertas para a rua alimentam o polo têxtil ali implantado com a instalação da marca Gripom há mais de uma década; caminhões passam carregados ora de barro ou lenha, ora de blocos, tijolos e telhas; e as chaminés que, não muito longe, enchem o ar com uma fumaça escura e fina, anunciando a abundância de indústrias cerâmicas e de tradicionais olarias (Zacchi, 2012, p. 10).

Essas informações demandam questionamentos que envolvem o uso da madeira e a qualidade do ar proveniente da queima para produção da cerâmica, como também o grande número de fábricas de cerâmica e olarias no município, já que estas atividades acabam aumentando consideravelmente o consumo da lenha para queima das peças, não restringindo somente a prática louceira artesanal na região.

Embora a madeira possa ser considerada uma matéria renovável, é necessário ter cautela no momento da extração e prever planos de reflorestamento e sustentabilidade, visto que o ciclo da floresta leva muito tempo para se recompor e se não for considerado este tempo a escassez da matéria-prima se torna um risco iminente para as atividades econômicas que utilizam da biomassa florestal.

Um exemplo desta afirmativa foi um caso que aconteceu em Sergipe, em 2006, quando os artesãos da cidade de Santana do São Francisco enfrentaram problemas com a escassez da madeira para a produção das suas peças. Na época, como solução para a crise os jornais do estado noticiavam (figura 32) que foi sugerida a implantação de forno a gás, mas que a ideia não foi bem aceita porque “a recepção da fonte energética deveria ficar concentrada num só ponto, o que dificultaria a vida dos ceramistas”, uma alternativa mencionada foi a implantação de uma área para o plantio de lenha, mas que na época não houve avanços (Cinform, 2006).

Figura 32-Recorte de Jornal sobre Problema da Falta de Lenha para artesãos no Município de Santana do São Francisco.



Fonte: Jornal Cinform, 2006.

Dois anos após a crise enfrentada pelos ceramistas, havia estudos publicados sobre o consumo de lenha pela atividade cerâmica no estado. As análises realizadas por pesquisadores do tema, em 2008, já expunham que:

Tem-se conhecimento de que no Estado de Sergipe não existem plantio de espécies florestais de rápido crescimento e nenhum projeto de licenciamento de manejo da caatinga junto aos órgãos ambientais. Nesse sentido surge a necessidade de se conhecer junto ao setor cerâmico os aspectos relacionados ao consumo de lenha, pois se acredita que está havendo um desequilíbrio entre a oferta e demanda desse recurso no Estado. As ações que visam a gestão da atividade florestal devem buscar o equilíbrio entre oferta e demanda de madeira e, sempre que possível, o superavit, de modo que haja garantia de sustentabilidade ambiental, social e econômica da atividade, atendimento às necessidades humanas, menores riscos nos investimentos realizados e sustentabilidade das atividades (Aragão *et al.* 2008, p. 03 – 04).

No estudo, os pesquisadores Aragão *et al.* (2008) entrevistaram dez empresários do ramo cerâmico no município de Itabaianinha, tentando encontrar soluções sobre o consumo da madeira em Sergipe e propondo para o coletivo empresarial a implantação de florestas energéticas de rápido crescimento. Isto posto que:

Os principais resultados obtidos demonstram que: a maioria dos empresários encontra-se em dificuldade para obtenção de lenha que está se tornando cada vez mais escassa; a implantação de florestas para utilização energética em cerâmicas se faz necessária devido à escassez da lenha e existe a necessidade de utilização racional das espécies florestais nativas a qual vem sendo utilizada indiscriminadamente (Aragão *et al.* 2008, p. 01).

Em 2014, Sergipe avançou no sentido de proteger os recursos florestais, com a criação do “*Projeto de eficiência energética com uso sustentável de recursos florestais em Cerâmica de Sergipe*”, realizado pelo Sergipe Parque Tecnológico (SERGIPETEC), em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba/Centro de Produção Industrial Sustentável (CEPIS) de Campina Grande – PB, com patrocínio do “Fundo Socioambiental da Caixa e Fundo Nacional do Meio Ambiente”. O projeto teve como objetivo garantir a proteção dos recursos florestais da caatinga e fortalecer o setor ceramista, desse modo:

As ações do projeto foram direcionadas para diagnosticar a situação de um grupo de nove (9) empresas representativas dos três polos cerâmicos de APLs de cerâmica vermelha em Sergipe, quanto ao uso e demanda por lenha e avaliação dos processos que abarcam a fabricação de blocos por essas cerâmicas. Intenciona-se com esse projeto incentivar os produtores de cerâmica vermelha a desenvolverem práticas conscientes que não agridam tanto o meio ambiente e o bioma caatinga, ressaltando a necessidade de

utilizar a lenha reflorestada/regularizada no processo produtivo das cerâmicas (Silva, 2016, p. 172).

O projeto de eficiência energética com uso sustentável de recursos florestais em cerâmica de Sergipe teve duração de aproximadamente um ano e tinha como objetivo orientar empresários do ramo ceramista de Sergipe como utilizar de forma eficaz a lenha, para evitar um consumo maior de madeira e consequentemente combater à desertificação.

Segundo o representante do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Campello, o Projeto de Eficiência Energética com Uso Sustentável de Recursos Florestais em Cerâmicas para o Estado de Sergipe contém duas iniciativas: “o Plano Estadual de Combate à Desertificação e o da Política Florestal de Sergipe. Uma que tende a inibir o aumento de áreas desertificadas por meio do manejo sustentável e o outra que aponta locais de fragilidade em vegetação ou potencialidades de áreas plantadas, lançando a possibilidade de planejamento ou manejo em áreas diversas, tanto do bioma Caatinga quanto o da Mata Atlântica”, frisou Campello conclui sua explanação revelando “que o projeto vem como alternativa positiva do desenvolvimento do Setor, sem permitir perdas para a área florestal do Estado de Sergipe, que hoje se apresenta com apenas 11,8% de cobertura vegetal” (Crea/Se, 2014, s/p).

Na execução do projeto foram realizados cursos e palestras para capacitar dez servidores de diversos órgãos associados à proteção ambiental, em que os técnicos foram treinados para entender um modelo de negócios de uma unidade de produção de cerâmica, como ela funciona, tipos de cerâmica, tipos de fornos e como fazer a análise do produto e produzir um relatório apontando os pontos fracos da produção (Silva, 2016.p.172)

Ou seja, o programa era voltado para uma engenharia de produção que beneficiasse a economia de lenha, onde foram selecionadas unidades de cerâmicas para realização do estudo. Essas unidades de produção escolhidas serviram como modelo, para que os participantes do curso pudessem avaliar o conteúdo das palestras. A ideia dos monitores do curso era que os participantes pudessem multiplicar o conhecimento adquirido no curso com os demais produtores de cada polo. Os municípios contemplados pelo projeto foram: Propriá, Santana do São Francisco, Telha, Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Estância, Itabaianinha, Tomar do Geru e Umbaúba (Crea/Se, 2014, s/p).

Sobre o uso de madeira nativa nos municípios do contemplados pelo projeto, em seu texto Genivânia Silva (2016, p.174) relata que nas cidades de Itabaianinha, Itabaiana e Propriá, a lenha, principal fonte de energia utilizada no processo de produção das cerâmicas, era proveniente de vários tipos de vegetais como o eucalipto, a algaroba, o pinho, o bambu, além de espécies frutíferas como a jaqueira, a laranjeira, a mangueira, o cajueiro, entre outros.

A mesma autora menciona que o eucalipto, a algaroba e o pinho vinham da Bahia e as demais espécies eram retiradas da vegetação nativa do estado de Sergipe. Para a autora, as empresas pesquisadas relataram que utilizavam a lenha da vegetação nativa, sobretudo das espécies de árvores frutíferas que na maioria das vezes possuíam procedência irregular, sem plano de reflorestamento, por serem fontes de energias alternativas mais baratas (Silva, 2016).

Quanto ao bioma presente no município de Itabaianinha tem-se a caatinga e vestígios de mata Atlântica. Santos (2021, p. 45) expõe que “no Povoado Poxica, o aspecto da vegetação é quase inexistente devido aos índices de degradações ocasionados pelo desmatamento da área” ressaltando que:

O município de Itabaianinha possui somente 6% de floresta, tendo um território de aproximadamente 49.331,00 hectares de terra, sendo que deste, somente 2.878,46 hectares possuem florestas (SFB, 2017). Mediante este cenário, é possível constatar que, atrelado ao processo de industrialização ceramista e a produção agropecuárias, o município em questão reflete, de forma significativa, a falha dos órgãos ambientais na mitigação das áreas, que são consideradas ambientalmente frágeis (Santos, 2021, p. 45).

Atualmente sabe-se que a ADEMA concede liberação mediante solicitação para o uso de espécies do tipo Jaqueira (frutífera) e Eucalipto para abastecer o comércio do município de Itabaianinha/SE, e as artesãs informam que a carroça de madeira custa em média R\$ 120,00.

Contudo, entende-se que o uso de espécies nativas ou exóticas gera impactos negativos e as consequências desta atividade são as mais variáveis possíveis, a saber: danos na manutenção do clima e do ciclo hidrológico, risco de extinção de animais silvestres, perda da biodiversidade, perda dos serviços ecológicos prestados a floresta, dentre outros (Cunha; Alvalá; Oliveira, 2013, p.140).

Por conseguinte, estas questões serão discutidas na parte dedicada aos impactos socioambientais associados à produção da Louça Morena e possíveis sugestões de mitigação ambiental que envolvam a problemática.

3.3 Impactos socioambientais associados à produção da Louça Morena

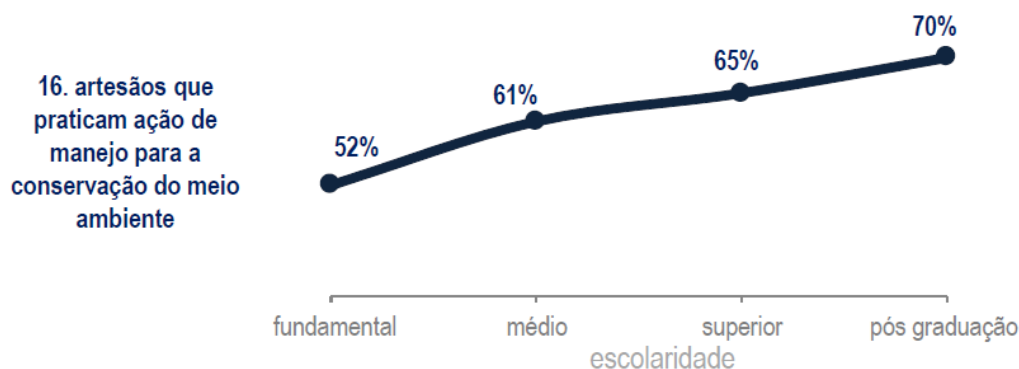
Sobre a produção artesanal da Louça Morena, entendo que os impactos ao Meio Ambiente assemelhassem às atividades das indústrias de cerâmicas e olarias como: problemas respiratórios e de pele decorrentes da fumaça produzida pela queima das peças, já que essas

unidades de produção se localizam nas residências, o uso da madeira nativa ou exótica (não licenciada) contribuindo para desertificação do bioma da caatinga e vestígios da Mata Atlântica na região, uso predatório do barro, que expõe o lençol freático o tornando mais vulnerável, dentre outras consequências.

As artesãs da Louça Morena, embora não tenham conhecimento aprofundado sobre discussões que envolvem a problemática ambiental, demonstram sensibilidade para a importância das questões socioambientais na continuidade da tradição.

O nível de escolaridade da maioria das artesãs do município de Itabaianinha corresponde ao ensino fundamental, fato este que destoa das últimas pesquisas que envolvem o mercado artesanal no Brasil. Visto que, em 2013, o SEBRAE realizou um estudo para conhecer o perfil e nível de escolaridade dos artesãos brasileiros (gráfico 2), incluindo noções de conhecimento sobre sustentabilidade e impactos ambientais.

Gráfico 2-Número de artesãs que praticam ação de manejo para conservação do meio ambiente/ nível de escolaridade.



Fonte: Sebrae, 2013.

Embora o estudo tenha mais de dez anos, ele trouxe informações importantes para esse recorte de profissionais autônomos da sociedade, expondo que a cada dia cresce o número de artesãos com pós-graduação no país. Dentre os entrevistados, 1.301 artesãs, com um percentual de 16%, já receberam atendimento do SEBRAE. O órgão tem sido no Brasil um forte aliado para disseminar a cultura de práticas sustentáveis na produção artesanal, no qual o estudo traz

dados de que 60% dos entrevistados possuem conhecimento sobre práticas de manejo para conservação do meio ambiente.

Esses dados exibem a importância sobre discutir a educação ambiental nas comunidades tradicionais, expondo também a importância de políticas públicas para a concretização das ações de manejo sustentável. Dentre as entrevistas realizadas no Povoado Poxica para escrita desta tese, foi unânime a queixa das artesãs demonstrando o desinteresse do governo local no apoio da tradição da Louça Morena. As artesãs mencionam que há anos não recebem nenhum tipo de apoio ou incentivo.

A relação de escassez de matéria-prima e produção artesanal é pontuada por exemplos como o problema com a madeira enfrentado pelos artesãos do Baixo São Francisco/SE, em 2006, e Lima (2012) relata as dificuldades com o barro pelas mulheres de Candeal,

Todo o processo de modelagem da louça de barro tem início na coleta da matéria-prima feita nos barreiros das fazendas próximas. Até alguns anos atrás era possível extrair argila nos terrenos da própria localidade de olaria. No entanto, a cada dia essa tarefa se torna mais difícil pelo esgotamento dos depósitos. A última extração realizada necessitou do auxílio da prefeitura Municipal, que forneceu uma máquina para escavar o terreno. O barro apropriado à modelagem foi encontrado em uma área muito próxima ao riacho Mané Véio, a cerca de 5 metros de profundidade, o que torna perigosa sua extração, havendo riscos de desmoronamento dos barrancos. Assim, nos tempos atuais, praticamente toda argila utilizada na produção advém de terrenos que circundam a localidade e o acesso se faz por meio de três mecanismos principais: a doação, o “pagamento da renda” e a sonegação ou furto (Lima, 2012, p. 203).

Utilizo as artesãs de Candeal novamente como referência devido à correspondência entre as tradições e realidade de vida destas mulheres. Contudo, saliento que as artesãs de Candeal estão mais avançadas nos conhecimentos dos seus direitos e formas de organização social.

Levando em consideração que no início de 2023, no dia 22 de maio, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) concedeu o “Certificado de Ponto de Memória” ao Grupo Quilombola e Artesãs Oleiras de Candeal, pois:

O coletivo cultural apoia ou desenvolve programas, projetos e ações de museologia social, pautadas na ação participativa e no vínculo com a comunidade e seu território, visando à identificação, registo, pesquisa e promoção do patrimônio material e imaterial, contribuindo para o reconhecimento e valorização da memória social brasileira (Ibram, 2023).

Com estas informações, estou ciente de que as mulheres de Candeal se reconhecem como grupo “quilombola”, fazem uso dos mecanismos criados em benefício dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecem a importância de registrar seu artesanato como Patrimônio Imaterial desde 2001. Essas informações confirmam que ao possuir informações a respeito das políticas públicas para o segmento, as artesãs adquirem maior visibilidade e força para lutar pela tradição.

Desde o ano 2000 quando o IPHAN passou a reconhecer o patrimônio imaterial e sua relação como elemento de identidade cultural de um grupo social, nota-se a necessidade de efetivação de políticas públicas que garantissem a salvaguarda das tradições. A aplicabilidade do Inventário Nacional de Referências culturais passa a registrar as questões que ameaçavam a continuidade das tradições, e neste contexto destaco os recursos naturais disponíveis no meio ambiente como barro, madeira, sementes, dentre outros.

As artesãs da Louça Morena, entrevistadas, mencionam ao menos três queixas principais direcionadas ao poder público:

- 1) Falta de Apoio (matéria-prima);
- 2) Falta de Visibilidade (divulgação);
- 3) Falta de Reconhecimento (incentivo para próximas gerações).

Elas relatam que há muito tempo, o governo do estado de Sergipe apoiava na divulgação da Louça Morena, trazendo as artesãs para a capital onde realizavam a comercialização seus produtos em espaços destinados, como a feira de turistas, mas que atualmente esse tipo de apoio não está sendo mais prestado.

Contudo, a falta de investimentos e apoio aos artesãos no Brasil é uma pauta que vem sendo discutida há muito tempo e em várias regiões do país. Em 2018 aconteceu na Câmara de Deputados Federal uma audiência pública para tratar das dificuldades enfrentadas pelo setor (Figura 33).

Na matéria percebe-se a menção de atuação do governo federal nas ações de valorização e promoção do artesanato tradicional brasileiro, por meio de ações focadas na sustentabilidade ambiental. A pauta “sustentabilidade” nos últimos anos está em acessão, mas ações em prol da causa não acompanham o debate (Agência Câmara de Notícias, 2018).

Compreendo que o conceito de “desenvolvimento sustentável” foi concebido com base na ideia de facilitar que o crescimento econômico das cidades ocorra de uma forma harmônica e sustentável, garantindo a qualidade de vida da geração atual e futura. Neste contexto, temos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS fundamentados em ideias sociais, econômicas e ambientais.

Figura 33-Recorte da Matéria publicada na coluna educação, cultura e Esportes que aborda problemas enfrentados por artesãos.

EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Entidades relatam dificuldades enfrentadas pelos artesãos no Brasil

Tema foi abordado em audiência pública promovida pela Comissão de Cultura

06/12/2018 - 15:27

Parlamentares e representantes de entidades ligadas ao artesanato destacaram, nesta quarta-feira (5), a importância de iniciativas de apoio à atividade. Eles participaram de audiência pública promovida pela Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. O evento debateu os 20 anos do projeto "Artesanato Solidário".

Idealizado pela ex-primeira dama da República Ruth Cardoso (falecida em 2008), o ArteSol atua na valorização e promoção do artesanato tradicional brasileiro, por meio de estratégias focadas na sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural de comunidades de baixa renda.

Participantes do debate na Câmara relataram as principais dificuldades enfrentadas pelo artesanato brasileiro.

A presidente da Central Veredas, entidade que reúne nove associações do noroeste de Minas Gerais, Maria Cleide Gomes do Nascimento Assis, explicou que um dos principais entraves é a necessidade de capital de giro, pois os artesãos precisam do produto final para ganhar dinheiro. "Eles próprios correm atrás da matéria-prima, enquanto, em qualquer outra forma de ofício, a pessoa tem parte do incentivo financeiro para trabalhar", disse.



Fiandeiras de Minas Gerais demonstraram a arte delas durante o evento na Câmara

Fonte: Site da Câmara de Deputados Federal, 2018.

Dentre esses 17 objetivos ressalto a educação inclusiva, a igualdade de gênero e a erradicação da pobreza, reforçando que os objetivos não estão apenas relacionados ao meio ambiente, pois se entende que quando a população possui qualidade de vida, saúde, educação e cultura, consequentemente ela muda sua forma de se relacionar com o meio ambiente.

O “VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil”, publicado em 2023, expõe que os indícios revelam que governos e instituições privadas com fins lucrativos ainda não fizeram o necessário para promover a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para que o planeta tenha proteção da biodiversidade e vida humana digna. Sobre a realidade Brasileira a publicação expõe que:

No Brasil o desafio não é menor: nossa avaliação sobre o ano de 2022 mostra 102 metas (60,35%) em situação de retrocesso, 14 (8,28%) ameaçadas, 16 (9,46%) estagnadas em relação ao período anterior, 29 (17,1%) com progresso insuficiente, apenas 3 (1,77%) com progresso satisfatório e 4 (2,36%) delas sem dados suficientes para classificação, sendo que 1 (0,59%) não se aplica ao Brasil. Tais dados refletem a trajetória de um ciclo de destruição de

políticas públicas, erosão dos orçamentos e de sistemas de monitoramento essenciais para o alinhamento nacional à Agenda 2030, além de um Pacto Federativo ainda não adequado, tema do nosso Estudo de Caso deste ano. Eles indicam ainda que o governo Lula III precisará de foco afinado e esforço redobrado para retirar o país de uma situação que continua dramática, particularmente para milhões de pessoas que são vítimas de variadas, e por vezes sobrepostas, formas de violências, com destaque para aquelas baseadas em gênero, orientação sexual, raça e condição econômica. Impossível esquecer as 33 milhões de pessoas vivendo sob o desespero da fome, nem as que já perderam suas vidas defendendo direitos – e por isto, este ano, o Relatório Luz é dedicado aos povos Yanomami e à líder quilombola Mãe Bernadete, assassinada enquanto fechávamos esta edição, casos que simbolizam um país que não protege quem dele cuida (Gtsca2030, 2023, p. 7).

O relatório expressa os números de retrocessos, estagnação e progressos insuficientes, como também denuncia as desigualdades enraizadas na estrutura brasileira e discutidas nesta tese acerca da formação da sociedade brasileira associada ao racismo ambiental.

Desta forma, o relatório afirma que é possível implementar um desenvolvimento sustentável no Brasil, mas para isto é necessário mudar “paradigmas que norteiam nossa sociedade e que, por séculos, naturalizam privilégios, corrupções, a heteronormatividade, o sexismo e o racismo estrutural, problemas que, como mostram os indicadores aqui analisados, persistem como marcas do Brasil” (Gtsca2030, 2023, p. 7).

Foi questionado às artesãs, entrevistadas de Itabaianinha, sobre cursos de aperfeiçoamento e aprendizagem, e uma das mulheres cita que alguns anos atrás houve a promoção de um curso de curta duração por parte da prefeitura de Itabaianinha para ensinar o ofício às mulheres da região nas escolas, mas que houve baixa adesão.

Muitas vezes o desinteresse perpassa a desinformação, a falta de tempo, lucratividade na negociação do produto, ausência de reconhecimento etc. Julgo importante que as próximas gerações aprendam a tradição associadas às práticas de manejo sustentável da matéria-prima e ofício, mas também possuam todo o suporte necessário ao seu aprendizado.

Mencionei isto, porque tenho consciência de que a produção artesanal, assim como qualquer prática que utilize matéria-prima da natureza, gera impactos socioambientais. Sobre os impactos ocasionados pela produção da Louça Morena identifiquei ao menos três pontos importantes:

1) Poluição do Ar:

Desta problemática, tenho ciência que o município de Itabaianinha sofre bastante devido ao comércio de indústrias de cerâmica e olarias na região, fato este que agrava ainda mais este tipo de análise no que diz respeito a produção artesanal. Visando diminuir os impactos da queima de madeira nas Fábricas de Cerâmicas e Olarias a ADEMA exige que os empreendimentos façam uso do equipamento “Lavador de Gases”, destarte:

O Lavador de Gás é um dispositivo empregado no controle da poluição atmosférica, na recuperação de materiais, no resfriamento e na adição de líquido ou vapor nas correntes gasosas. Tem o seu princípio de funcionamento baseado na coleta de partículas sólidas presentes em um fluxo de gás através do contato direto com um líquido atomizado, geralmente a água (Ferreira, 2018, p. 10).

Mesmo com a utilização do equipamento Lavador de Gases, o Gestor 1 (2023) informou que na cidade de Itabaianinha são registrados diversos problemas de saúde decorrentes da atividade comercial:

Já existe levantamento, inclusive tem uma pesquisa de alunos de uma escola daqui, foi constatado e inclusive, essa pesquisa foi até para o Ministério Público, de crianças com problemas de respiração, de idosos, problemas de pele. Então, assim, como o município é um município com grande quantitativo de cerâmicas, a gente tem essa preocupação. Por isso, a ideia de tentar construir cinturões verdes, tentar fazer com que tanto eles, como a população abracem a causa da arborização, para a gente diminuir essa problemática que não é pequena. A gente sente isso até na região visual, também em alguns horários do dia, são mais perceptíveis essa questão da poluição. E a gente vem tentando de uma forma minúscula, estamos iniciando agora o licenciamento, mas a ideia é que futuramente a gente também tenha essa máquina, esse equipamento para fazer essa emissão. Vai ter mais êxito, até porque a gente tá na cidade, é daqui tá mais próximo, tenho certeza de que vai ter mais resultado (Gestor 1, 2023).

Tentei ter acesso ao artigo elaborado pelos alunos que denunciaram a problemática socioambiental, mas até o momento da defesa do estudo não houve acesso, mas o Gestor 1 (2023) complementa que no artigo inclusive há anexos de relatórios médicos que comprovam problemas de pele e respiratórios ocasionados pela poluição atmosférica à familiares dos alunos da escola. Quanto ao equipamento mencionado na fala do Gestor 1 (2023), o medidor de gases poluentes na atmosfera, ele informa que o município ainda não possui o equipamento e que as medições são realizadas por amostragem sob responsabilidade do órgão estadual.

2) Uso de madeira nativa ou exótica

Do uso da madeira nativa ou exótica, friso que as principais consequências do desmatamento, que pode ser por extração da madeira ou queimadas das áreas, são: a ameaça de espécies da fauna e flora, mudança na paisagem, mudanças climáticas, erosão e desertificação do solo, perda da biodiversidade, extinção de fontes de água, disseminação de pragas e doenças, dentre outras.

Quando questionei o Gestor 1(2023) sobre a fiscalização do uso de madeira no município pela secretaria que compete, ele informou:

Vamos lá, a gente tem um levantamento que foi um ecólogo que fez conosco há um tempo atrás, em algumas áreas do município, de acordo com o nosso bioma, o bioma da Mata Atlântica, que é uma árvore essencial daqui do município de Itabaianinha. e a gente vem fazendo um trabalho de localização. A fiscalização em si, geralmente a gente não tem esse trabalho, não faz esse trabalho de rodízio, de mapeamento definitivo, por exemplo. A gente não tem uma equipe específica só para fiscalização, supressão de vegetação, não. Dentro da equipe técnica do licenciamento, nós temos vários profissionais, dentre eles pessoas que também fazem essa fiscalização. Aí o que acontece, a gente geralmente recebe a denúncia e a gente vai logo verificar (Gestor 1, 2023).

O estudo citado trata-se da dissertação de Mestrado *“Impactos Socioambientais Oriundos da Cerâmica Vermelha na Comunidade do Povoado Poxica - Itabaianinha/Se”*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB (UFS) por Gabriela Lima dos Santos, em 2021. O Gestor 1 (2023) complementa que no município ainda não há projetos de reflorestamento para áreas devastadas, mas que a secretaria realiza a campanha “Adote uma Árvore” e que não deixa de ser um projeto sobre a importância de reflorestamento. Ele relata que esse é um assunto bastante sensível na região, pois:

A gente sentiu um pouco de dificuldade, já não foi com os empreendedores, aí já foi com a sociedade em si. Inclusive fizemos Blitz ambientais, fizemos esse trabalho em riachos, em rios, aqui no município também. Então assim, é um trabalho que a gente vem fazendo desde 2013. Mas a gente não sente esse apoio, essa força, essa parceria, inclusive também dos produtores rurais (Gestor 1, 2023).

Vale lembrar que a economia do município também gira em torno da pecuária, então as questões que envolvem desmatamento e reflorestamento da região implicam diretamente em interesses econômicos, e os problemas da biomassa florestal na cidade de Itabaianinha/ SE

integram uma pauta que deverá estar nas prioridades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, visto que é um recurso de suma importância para economia local e que vem sendo negligenciado ao longo dos anos.

3) Uso predatório da Argila/Barro

Quanto ao uso predatório da argila/barro, já mencionei as principais consequências ao longo deste trabalho, assim como do uso da madeira, citando como exemplos: a supressão da vegetação nativa ou exótica que posteriormente é utilizada para queima das peças, a erosão do solo, vulnerabilidade do lençol freático, facilitando a contaminação das águas subterrâneas, empobrecimento do solo que pode causar escassez da argila na jazida, dentre outras. Silva (2016) denuncia em seu texto que:

O movimento de extração das argilas para cerâmicas e olarias não acompanha o ritmo dos rarefeitos planejamentos de recuperação da área degradada. As limitações de informações precisas sobre a disponibilidade quantitativa das reservas de argilas utilizadas para fabricar os produtos cerâmicos de Sergipe, da argila enquanto recurso natural não renovável, bem como do frágil controle de fiscalização dos órgãos ambientais têm dado espaço para as persistentes ações humanas predatórias. Personificada nas ações dos gestores capitalistas, a ganância lucrativa do capital conduz à mercantilização contínua dessa matéria-prima, a natureza é desnaturalizada a serviço da (ir)racionalidade do capital (Silva, 2016, p. 170).

Em conformidade com a autora, seu texto reforçou que a prática de extração de argila ilegal no estado de Sergipe é realizada pelos ceramistas e oleiros devido a burocratização para conseguir a liberação, sem considerar que é um processo muito caro e demorado que implica em estagnar as atividades acarretando prejuízos. Desta forma, a extração é realizada sem o conhecimento adequado alterando a estrutura fértil do solo.

Após o estudo, consegui identificar os principais impactos socioambientais ocasionados pela tradição da Louça Morena, mas tenciono que as soluções para diluição destes impactos podem ser requeridas através de políticas públicas, tendo em vista que:

Políticas públicas podem ser definidas como todas as ações do governo e que podem ser divididas em atividades diretas de produção de serviços pelo próprio estado e em atividades de regulação que influenciem as realidades econômica, social, ambiental, espacial e cultural (Lucchese, 2004). As políticas variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm o papel do estado no conjunto da sociedade e com o nível de atuação dos diferentes

grupos sociais, como partidos, sindicatos associações de classe e outras formas de organização social (Silva; Souza-Lima, 2010, p. 4)

Se organizar socialmente, em associação, embora não seja um desejo maioria das artesãs da Louça Morena, dentre diversas vantagens, implementaria a regulação de políticas públicas desenvolvidas para o fomento do setor artesanal. Segundo o autor:

As associações e cooperativas, em geral concorrem para aumentar o desempenho da atividade artesanal, facilitando a resolução de questões de ordem prática no dia-a-dia de trabalho, como compra de matéria-prima, comercialização e distribuição integradas, cálculo do preço dos produtos, visto que uma das maiores dificuldades do artesão é dar o valor adequado a sua arte, Uma outra vantagem advinda da cooperação relaciona-se a de evitar que comerciantes intermediários, que comprem os produtos artesanais a preços baratos para revenda, subvalorize o trabalho dos artesãos. A estratégia de trabalhar em cooperação dentro de um sistema produtivo possibilita seus integrantes um avanço nas inovações de processos e produtos, como também facilita o escoamento da produção (Matos, 2004, p.60).

No Brasil temos a Lei 13.180, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a profissão artesão, onde segundo o Art. 1º – “Artesão é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada”.

Na Lei 13.180, de 22 de outubro de 2015, está previsto que todo artesão deverá estar no “cadastrado único” e posteriormente emitir a carteira do artesão que só será renovada com a comprovação das contribuições sociais convertidas para a Previdência Social, na forma do regulamento.

A regulamentação do profissional permite acesso as políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal através do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), e isto dará como benefícios, a facilidade de acesso ao microcrédito, isenção de ICMS para comercialização dos produtos, incentivos fiscais (em alguns estados), acesso à nota fiscal avulsa de Emissão Eletrônica (e-NFA) e possibilidade de ser contribuinte autônomo para fins previdenciários, dentre outros benefícios (Artesanato na Rede, 2017).

O Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) “foi desenvolvido com o propósito de promover informações necessárias à implantação de políticas públicas e ao planejamento de ações de fomento para o setor artesanal”, e o órgão contempla as seguintes categorias de registro, conforme o Art.10º da Portaria 1.007-SEI/2018: a) Artesão profissional; b) Mestre artesão profissional; c) Grupo de produção artesanal; d) Associação de artesãos; e) Cooperativa de artesão; f) Sindicato de artesão; g) Federação de artesão; h) Confederação de artesão (Gov., 2021). Desse modo:

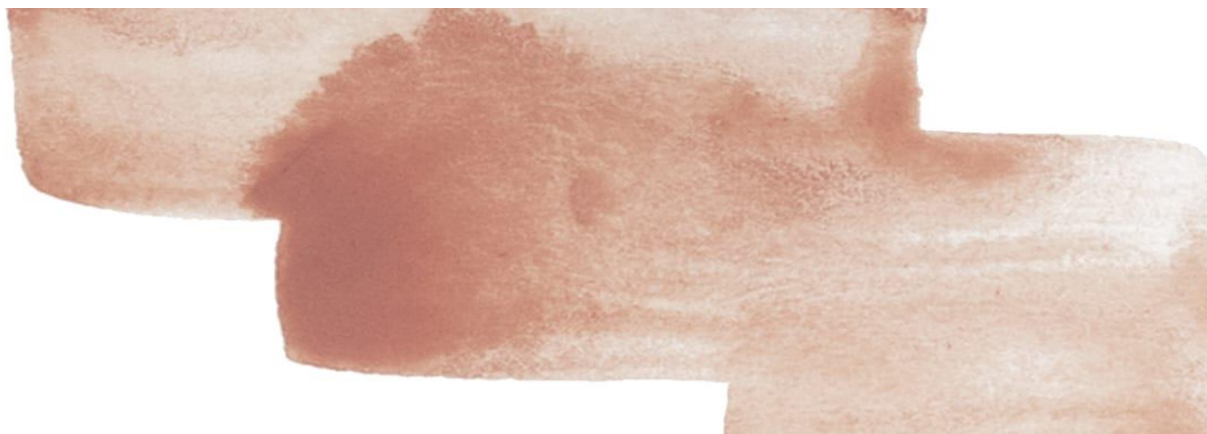
A carteira é totalmente gratuita, sem anuidades nem taxa de adesão, e é emitida logo após o registro do artesão no SICAB –Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro. O SICAB tem como propósito fornecer informações necessárias à implantação de políticas públicas para o setor artesanal, elevando o nível cultural, profissional, social e econômico da atividade. Também é responsável por promover a figura do artesanato como empreendedorismo (Artesanato na Rede, 2017).

Pontuo que as responsabilidades socioambientais acerca da produção da Louça Morena no município de Itabaianinha, devem ser direcionadas principalmente ao governo local. Sendo imprescindível discutir e analisar a realidade da e com a comunidade para a promoção e realização de ações efetivas de continuidade, com o objetivo de alcançar o bem-estar da sociedade e do interesse público.

Lembro que cabe aos dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) atender as necessidades da sociedade (pedidos) e, neste caso, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) realizam (Sebrae/MG, 2008, p. 5), Contudo:

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, conforme apontado acima, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral (Sebrae/MG, 2008, p. 5).

Aos dirigentes públicos compete atender as necessidades dos grupos organizados, tendo em vista que não é possível contemplar os interesses de cada indivíduo, portanto, esta seção procurou abordar a importância de produção artesanal sustentável, através do apoio dos governos (local, estadual e federal) discutindo principalmente a importância de políticas públicas no favorecimento destas ações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o risco de extinção do artesanato “Louça Morena” produzida nos povoados Poxica e Pau D’onça, município Itabaianinha/SE, na perspectiva dos problemas socioambientais da região. A partir do objetivo central identificamos que a tradição artesanal tem lidado com diversas dificuldades para a sua conservação. Para explicar a problemática que advém de questões políticas, sociais e culturais, a pesquisa buscou responder os objetivos específicos sendo constatado que:

- a) Na atualidade o governo brasileiro já reconhece a importância do debate ambiental voltado para as questões culturais e tem tentado implementar nas suas políticas públicas (através de editais, por exemplo) a inclusão do conceito de sustentabilidade. Contudo, a realização de práticas artesanais sustentáveis, como bem colocado pela UNESCO (2003), exige que os gestores públicos à frente de pastas culturais nos estados e municípios do país, possuam o conhecimento técnico necessário para a formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Visto que, sem o mínimo de conhecimento para direcionar e orientar os artesãos brasileiros, todo e qualquer projeto que seja formulado não irá passar de uma mera tentativa de atribuir o conceito de sustentabilidade à sua atividade, sendo considerada uma “falsa prática” que não irá solucionar os problemas que acometem os artesãos de norte a sul do País.
- b) Identificou-se que o panorama entre o artesanato e artesãos possui uma relação intrínseca com o conceito de representação. Conforme trabalhado no decorrer desta tese, as produtoras da Louça Morena possuem características exclusivas, e isto envolvem o modo de fazer, o tipo de matéria-prima utilizada, elementos característicos de pinturas, desenhos etc., e embora sejam encontradas afinidades no modo de produção, a exemplo das Oleiras de Candeal, qualquer indivíduo que conheça a Louça Morena será capaz de reconhecê-la em algum lugar do país ou fora dele, visto que há características do objeto que só são encontradas no recorte espacial estudado (Itabaianinha/SE).
- c) Acredita-se que a inclusão de políticas públicas é de suma importância para dar subsídios a uma pauta tão importante e que tem ganhado cada vez mais destaque no país. A ideia do artesanato sustentável deve ser amparada em políticas públicas que

asseguem aos artesãos brasileiros uma prática mais sustentável nas suas atividades. Sem recursos e apoio, a tendência é que a prática predatória da matéria-prima no meio ambiente continue acontecendo de forma indiscriminada, sem os devidos cuidados de conservação e/ou preservação de áreas degradadas.

- d) Identifica-se que a produção artesanal da Louça Morena necessita obter um maior reconhecimento econômico, social e cultural. A falta de valorização do produto acarreta microproblemas que acabam afetando a continuidade da tradição. No município notou-se que o governo não promove ações para auxiliar na produção, continuidade e divulgação da atividade cultural. Nas entrevistas foi mencionado que a prefeitura “doa” matéria-prima para ajudar na produção, mas isso não é suficiente para a ininterrupção da atividade. Pode-se considerar que a baixa adesão das mulheres na atividade decorre de problemas sociais, onde a atividade artesanal é vista como algo que possui significado ínfimo para a população em geral (em termos de *status* e lucratividade), e isto implica diretamente na relação cultural do objeto para o município/ estado.
- e) Ao analisar as possíveis práticas sustentáveis que as artesãs utilizam para viabilizar um equilíbrio ambiental, identificou-se que as condições para a produção artesanal não possuem um parâmetro definido. Assim, alguns núcleos de produção aproveitam o barro das estradas, outras compram, e quanto a madeira observou-se que ambas compram ou extraem das reservas locais, sendo verificado que elas não possuem um plano de manejo sustentável dos recursos naturais.

Outra questão examinada neste estudo é a posição da Adema quanto às fiscalizações nos municípios de Sergipe. O órgão informa que fiscaliza “mediante a denúncia”, sendo que o papel do órgão é fiscalizar independente da ação da população, tendo em vista impedir que irregularidades aconteçam. No site oficial do órgão eles expõe que:

A Diretoria Técnica – DITEC, integrante da Diretoria Executiva da ADEMA, tem por competência promover a organização, coordenação, execução, acompanhamento e controle das atividades operacionais da Autarquia, na área ambiental, compreendendo, essencialmente, licenciamento, fiscalização, controle de poluição, avaliação e monitoramento, gestão, análise de estudos e projetos, bem como de atividades relativas à atuação técnica do órgão, e exercer outras atividades ou atribuições correlatas ou que lhe forem regularmente conferidas ou determinadas (Adema, s/p, 2023).

Desta forma, entendo que o papel de fiscalizar mediante denúncias cabe ao Ministério Público, que irá averiguar as irregularidades cometidas pelos empreendimentos ou sociedade e aplicar as penalidades cabíveis. Assim, define-se as diferentes competências de cada instância tendo em vista que cabe: a Adema (fiscalizar), ao Ministério Público (defender), ao Governo (promover) e ao Sebrae (prestar assistência).

Diante destas observações, esta tese buscou oferecer um norte de reflexões atualizadas para que o governo local se comprometa com ações que garantam a efetivação de políticas voltadas para a atividade artesanal, em observância à cadeia produtiva e suas artesãs, visando à superação do extrativismo predatório nos povoados por uma prática mais sustentável, auxiliando no desenvolvimento econômico do estado de Sergipe.

Estas medidas a médio e longo prazo irão atender às exigências do governo federal, visto que observamos na contemporaneidade, editais públicos voltados para o setor cultural, têm exigido como critério de seleção para as comunidades produtoras a sustentabilidade no processo de elaboração dos seus produtos. Esses critérios englobam projetos culturais que contribuam para o desenvolvimento social, ambiental e econômico das diversas regiões do país, que atendam amplos aspectos como: uso de matéria-prima amparada no conceito da sustentabilidade e que consequentemente promovam menor impacto ao meio ambiente, abordem a educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, acompanhamento dos impactos da sua produção, dentre outras iniciativas.

Ainda que esta tese tenha como recorte geográfico, a produção em cerâmica do município de Itabaianinha–SE, a investigação posta nesta pesquisa acerca dos impactos socioambientais para confecção artesanal que utilizam a matéria-prima: barro e madeira nativa ou exótica, aplica-se para produção de cerâmica de qualquer localidade do nosso estado ou país.

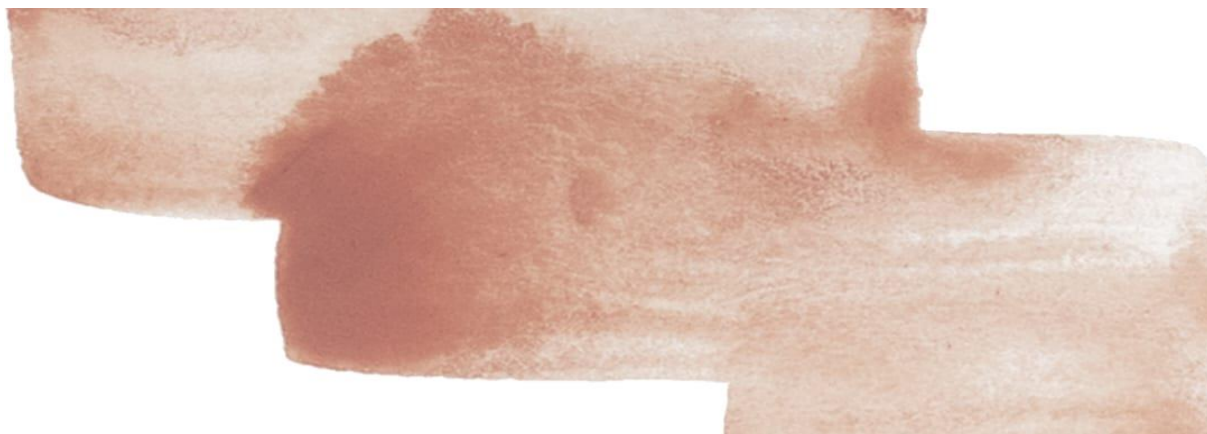
Desta forma, confirma-se a hipótese do estudo que sugeriu “que a incipiência ou ausência de políticas públicas locais para a construção de um desenvolvimento econômico amparado no conceito de sustentabilidade, acaba pondo em risco a continuidade das tradições que utilizam matéria-prima da natureza.”

Embora as artesãs da louça Morena não tenham sofrido diretamente os impactos com a crise da biomassa florestal que ocorreu, em 2006, no estado de Sergipe, o exemplo de como a relação “ser humano e natureza” afeta a economia local se constituindo em um problema socioambiental, requer pensar em ações que previnam estes impactos além de tornar a matéria-prima mais barata (abundância) e duradoura na promoção do equilíbrio ambiental.

Assim, a tese almejou atingir como resultados esperados a elaboração de material bibliográfico no qual se discutisse e analisasse a relação entre o artesanato sergipano, “Louça

Morena”, sociedade e meio ambiente, constituindo-se como um novo referencial teórico sobre os problemas socioambientais e a promoção de políticas públicas, especialmente em terras sergipanas. Buscou-se com isso, fortalecer significativamente o avanço das pesquisas em Ciências Ambientais no estado, entregando um instrumento de consulta bem fundamentado para pesquisadores, gestores públicos, artesãos do barro e a sociedade em geral que desejam obter conhecimento sobre produção sustentável e manutenção das tradições para futuros editais.

Outra iniciativa resultante desta tese, é a cartilha (apêndice H), mencionada outrora, introdução do trabalho, cujo objetivo centra-se na divulgação sobre a produção artesanal em cerâmica de Itabaianinha-SE, além de oferecer uma breve explicação sobre a importância de mecanismos de proteção promovidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (IPHAN) com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) com a Indicação Geográfica (IG) para salvaguarda da cultura imaterial do nosso país.



REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ABCERAM- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CERÂMICA. **Seis décadas de superação e desafios**. Associação Brasileira de Cerâmica. 1º ed. São Paulo: BB editora, 2017. Disponível em: <https://abceram.org.br/2017-livro-abceram/2017-livro-abceram.pdf>. Acesso em 5 nov. 2022.

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos **Avançados**, [S. l.], v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469>. Acesso em: 10 set. 2023.

ACSELRAD, H. *et al.* **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADEMA-ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Competências**. Aracaju: Adema, 2023. Disponível em: <https://www.adema.se.gov.br/competencias/>. Acesso em: 3 de jun. de 2024.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Entidades relatam dificuldades enfrentadas pelos artesãos no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549326-ENTIDADES-RELATAM-DIFICULDADES-ENFRENTADAS-PELOS-ARTESAO-S-NO-BRASIL>. Acesso em: 22 out. 2023.

ALBUQUERQUE, E. F. **Caracterização e aplicações industriais de argilas da região centro-sul do estado de Sergipe**. 1999. 275f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campina Grande, 1999.

ALEXANDRE, J; RIZZO, A; GARCIA, F. **Caminhos do barro: nossa história**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2020.

ALMEIDA, A. dos. Métodos de mineração. In: TANNO, L. C. e SINTONI, A. (Coord.). **Mineração & Município: bases para planejamento e gestão dos recursos minerais**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Publicação IPT, 2850, p.61- 85, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ALVES, J.P.H; PRADO, C.M.O. **Caracterização das argilas utilizadas na produção de Cerâmica vermelha no estado de Sergipe**. Aracaju: Infographics, 2012.

ARAGÃO, F. M.; *etal.* Caracterização do consumo de lenha pela atividade cerâmica, nos municípios de Itabaiana, Itabaianinha e Umbaúba- SE. **Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal**. Ano VII. número 12, ago. 2008.

ARAÚJO, D.M; SANTOS FILHO; N; G. **Licenciamento Ambiental para Mineradoras**. S/d. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/LICENCIAMENTO_AMBIENTAL_PARA_MINERADORAS.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

ARAUJO, H.J.B de. Caracterização do material madeira In: SEABRA, G. (org.). **Educação ambiental: o desenvolvimento sustentável na economia globalizada**. Ituiutaba, MG:

Barlavento, 2020, p. 31-44. Disponível em:
<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1120281>. Acesso em: 22 out. 2023.

ARTESANATO NA REDE. **Carteira Nacional do Artesão e do Trabalhador Manual:** Como emitir? Texto de Andreia Bassan, 2017. Disponível em:
<https://artesanatonarede.com.br/artigo/carteira-nacional-do-artesao-e-do-trabalhador-manual-como-emitir/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ARTESOL. **Sobre a Ruth Cardoso:** conheça a história da fundadora da Artesol. s/d. Disponível em: <https://www.artesol.org.br/conteudos/visualizar/Sobre-a-Ruth-Cardoso>, Acesso em: 1 abr. 2022.

ASN-. AGÊNCIA SEBRAE NACIONAL. **Artesanato vive momento de Crescimento de Demandas de profissionais cadastrados.** Brasília: ASN, 2022. Disponível em:
<https://agenciasebrae.com.br/modelos-de-negocio/artesanato-vive-movimento-de-crescimento-de-demanda-e-do-numero-de-profissionaiscadastrados/#:~:text=A%20plataforma%20concentra%20mais%20de,vivem%20diretamente%20da%20pr%C3%B3pria%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 9 nov. 2022.

ASN-. AGÊNCIA SEBRAE NACIONAL. **Empreendedorismo transforma Itabaianinha na capital sergipana da moda.** Sergipe: ASN, 2020. Disponível em:
<https://se.agenciasebrae.com.br/cultura-emprededora/empreendedorismo-transforma-itabaianinha-na-capital-sergipana-da-moda/>

ÀVILA, C. **Artesanato e Design:** A arte de Construir Objetos. Belo Horizonte: Associação de Desenvolvimento de Projetos, 2011.

BACHA, M.L; SANTOS, J; SCHAUN, A. Considerações Teóricas Sobre o Conceito de Sustentabilidade. **VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.** 2010. 14p. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BAÍÁ, L. C. S. dos. **Sala do Artista Popular:** Tradição, Identidade e Mercado. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.

BANCO DO NORDESTE. **Ações para o desenvolvimento do artesanato do Nordeste.** 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/816/1/2002_LIV_ADAN.pdf. Acesso em: 4 jun. 2022.

BARBALHO, A. Políticas Culturais no Brasil: Identidade e diversidades sem diferença. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2007.

BARBOSA, F.M.C. **Produção Artesanal de Peças em Argila na Comunidade dos Potes Alternativa para o Desenvolvimento Econômico e Conservação Ambiental.** s/d. Disponível em:
https://www.academia.edu/4800279/Produ%C3%A7%C3%A3o_Artesanal_de_Pe%C3%A7as_em_Argila_na_Comunidade_dos_Potes_Alternativa_para_o_Developolvimento_Econ%C3%B4mico_e_Conserva%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_PALAVRAS_CHAVE_Comunidades_tradicionais. Acesso em 1 de abr. 2022.

BOJANOSKI, S. d. F; MICHELON, F. F; BEVILACQUA, C. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. **Calidoscópio**, Vol. 15, n. 3, p. 443-454, set/dez 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174861/001064992.pdf;sequence=1>. Acesso em: 20 out. 2023.

BOMFIM, L.S.C; COSTA, I. V. G; BENVENUTI, S. M. P. (Org.). **Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste**: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Itabaianinha. Sergipe: Ministério de Minas e Energia; Governo Federal. 2002.

BORGES, A. **Design + Artesanato** - O caminho brasileiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. **A cultura é um bom negócio**. Ministério da Cultura, 1995. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/1049484/RESPOSTA_PEDIDO_cultura%20um%20bom%20negcio.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. **Cartilha Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome; Ministério do Meio Ambiente. s/d. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/sites/uc/files/2019-04/Cartilha%20CNPCT.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

BRASIL. **Decreto lei nº 10.965 de 11 de fevereiro de 2022**. Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d10965.htm. Acesso em: 22 de out. 2023.

BRASIL. **Decreto lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto lei nº 227 de 28 de fevereiro de 1967**. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195 de 8 de julho de 2022.** Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 [...] e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Lei complementar nº140, de 8 de dezembro de 2011.** Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal [...] e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.727, de 27 de outubro de 2012.** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; e revoga as Leis nº s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, o item 22 do inciso II do art. 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e o § 2º do art. 4º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, [2012] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12727.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.180 de 22 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13180.htm. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.180 de 22 de outubro de 2015.** Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2015] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13180.htm . Acesso em: 2 de jan. 2024.

BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa:** Políticas, diretrizes e ações 2011 – 2014. Brasília: Ministério da Cultura-MINC, 2011. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2014/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2022.

BRASIL; Ministério da Cultura, Secretaria da Economia da Cultura. **Plano Setorial do Artesanato-2016-2025.** Brasília, DF: MinC/SEC, 2017. Disponível em: https://artesanato.cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2016/05/Plano-Setorial-Artesanato_2016_2025.pdf. Acesso em: 2 de jan. 2022.

BRAYNER, N.G. **Patrimônio Cultural Imaterial:** para saber mais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 3 ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

- BULCÃO, M. O binômio natureza- cultura: A perspectiva de Gaston Bachelard *In*: CESAR.C. M. (Org.) **Natureza, Cultura e Meio Ambiente**. Campinas: São Paulo, Editora Alínea, 2006.
- BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CABRAL JUNIOR, M.; MOTTA, J. F. M.; ALMEIDA, A. S.; TANNO, L.C. RMIs: argila para cerâmica vermelha. *In*: **Rochas e Minerais Industriais no Brasil**: usos e especificações. 2.ed. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2008, p. 747-770. Disponível em: Mineralis (cetem.gov.br), acesso em: 22 out. 2023.
- CALLISTER JR, W.D. **Ciência e Engenharia de Materiais**: Uma Introdução. 5ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- CAPUCCI, V. Z. **Fragmentos da Cerâmica Brasileira**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília-DF, 1987. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/431/1/382%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>, acesso em: 5 de nov. 2022.
- CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.
- CASTRO, A. **A invenção do Nordeste, de Durval Muniz de Albuquerque Jr**: O Nordeste não é o Nordeste tal como é, mas tal como foi nordestinizado. 6 dez. 2021. Disponível em: <https://alexcastro.substack.com/p/invencao-do-nordeste>, acesso em 16 jan. 2024.
- CAVALCANTI, A.P.B. Sustentabilidade Ambiental como perspectiva de Desenvolvimento. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, SC, v.08, n.01, p.219 – 237, 2011.
- CEPAL. **Sobre a Cepal**. s/d. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/cepal-0#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Econ%C3%B4mica%20para%20a,a%20funcionar%20nesse%20mesmo%20ano>. Acesso: 6 jun. 2022.
- CERTEAU, M, de. **A Cultura no Plural**. 2º ed. São Paulo: Papyrus, 1995.
- CESTARI, G.A.V. Do; CARACAS, L. B; SANTOS, D. M. **Artesanato tradicional, design e sustentabilidade**: com a palavra quem produz cerâmica em Itamatatua. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279157874_Artesanato_tradicional_design_e_sustentabilidade_com_a_palavra_quem_produz_ceramica_em_Itamatatua, acesso em 01 de abr. 2022.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: Entre práticas e representações. Tradução GALHARDO, M.M. 2º ed. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência, aspectos da cultura popular no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CNFCP- CENTRO NACIONAL DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Catálogo da exposição Mulheres de Candeal**: Impressões no Barro. Pesquisa de Marina de Mello e

Souza e Ricardo Gomes de Lima; Texto de Ricardo Gomes de Lima. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 1998.

CNFCP-CENTRO NACIONAL DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Catálogo da exposição Morro Chapéu Mangueira:** sua gente, sua vida, sua arte. Pesquisa e texto de Carmen Regina de Vargas. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional do Folclore, 1983. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=124. Acesso: 22 jan. 2022.

CNFCP-CENTRO NACIONAL DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Do barro vem tudo:** louceiras de Itabaianinha. Youtube, 3 dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CaLr8oaBSrQ&t=28s>. Acesso em 3 nov. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Registo do nome de um produto como indicação geográfica.** Disponível em: https://agriculture.ec.europa.eu/farming/geographical-indications-and-quality-schemes/registration-name-gi-product_pt, acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, E. **Conheça a história da Louça Morena de Itabaianinha/SE.** Publicado por Rogério Monteiro em 20 de out. 2022. Disponível em: <https://www.rogeriomonteironoticias.com.br/2022/10/conheca-historia-da-louca-morena-de.html>, acesso em: 7 nov. 2022.

COSTA, E.R. **Artesanato em Barro:** Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 14min54s, Itabaianinha: 17 abr. 2023.

COSTA, J. **História de Itabaianinha:** A cidade dos anões. 2º edição. Aracaju: J. Andrade, 2016.

COUTO, B. **Louça Morena- Itabaianinha/ Sergipe.** Gastronomia com História. Youtube, 17 outubro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HnlNo9U9CBg&t=156s>. Acesso em 3 de nov. 2023.

CREA/SE-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE. **Projeto garante eficiência energética ao setor.** Sergipe: CREA, 2014. Disponível em: <https://www.crea-se.org.br/projeto-garante-eficiencia-energetica-ao-setor-ceramista/SE>, acesso: 15 mai. 2023.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, A.P.M. A; ALVALÁ, R.C. S; OLIVEIRA, G.S. Impactos das mudanças de cobertura vegetal nos processos de superfície na região semiárida do Brasil. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 28, n° 2, p. 139 - 152, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbmet/a/MMHbxJF9tw6G3bmDyktv3QL/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: 27 jul. 2023.

DANTAS, B. G. Artesanato e turismo: notas sobre as miniaturas de Carrapicho/SE. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Aracaju, v. 1, n° 37, p. 193-214, jul. 2008.

DANTAS, B.G (Cord.). **Artesanato em Sergipe:** Cerâmica- Relatório Preliminar e Parcial da Pesquisa. São Cristóvão: UFS, CECH, DPS, 1983.

DANTAS, B.G. A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre produtores de cerâmica. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, V. 18/19, nº ½, p. 157-177, 1987/1988.

DANTAS, B.G. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (escrita). Aracaju: 10 dez. 2023.

DATA MPE BRASIL. **Itabaianinha/SE**. disponível em: <https://datampe.sebrae.com.br/profile/geo/itabaianinha>. Acesso em: 4 out.2022.

DURANTE, E; LOURENÇO, M. Louça Morena: com técnica passada de geração para geração, peças têm delicadeza única. **Revista Casa e Jardim**.27 out. 2017. Disponível em: <https://revistacasaedjardim.globo.com/Casa-e-Jardim/Decoracao/Detalhes-decorativos/Artesanato/noticia/2017/10/louca-morena-com-tecnica-passada-de-geracao-para-geracao-pecas-tem-delicadeza-unica.html>. Acesso em: 4 jun. 2023.

FERREIRA, J.P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XIX Volume. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1959.

FERREIRA, J.V.A. **Lavadores de Gases na Indústrias**: uma breve revisão sobre os impactos da sua utilização no controle da poluição atmosférica, atendimento a Legislação Ambiental e Saúde Humana. (Trabalho de Conclusão de Especialização em Engenharia e Segurança do Trabalho) Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/23377/1/lavadoresgasesindustrialsbreverevisa o.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

FERREIRA, L.C. **A questão Ambiental**: Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

FOLADORI, G. Avances y límites de la sustentabilidade social. In: **Economia, Sociedad y Territorio**. vol. III, num. 12, 2002, p. 621 – 637. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/111/11112307.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FONTES, A. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 28min06s, Aracaju: 8 de mai.2023.

FRAZÃO, D. **Cecília Meireles**: Poetisa Brasileira. Ebiografia, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/cecilia_meireles/.Acesso em: 22 out. 2023.

FREITAS, I. Para a história de Itabaianinha. **A Semana em Foco**, Aracaju, p. 6B-6B, 23 maio 2004. Disponível em:<http://itamarfo.blogspot.com/2004/05/para-historia-de-itabaianinha.html>, acesso em: 20 ago. 2022.

FREITAS, J. Aquisições públicas sustentáveis: o princípio da sustentabilidade encarado para além da questão ambiental. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/1678>, acesso em: 3 jun. 2022.

FREITAS, J. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fórum, 2012.

FREITAS, K.S. (Cord). Artesanato. **Gerir**, Salvador, v. 10, n. 35, p. 17-37, jan./fev. 2004. Disponível em: <http://www.liderisp.ufba.br/modulos/artesanato.pdf>, acesso em: 22 jan. 2022.

FREITAS, S. M. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2ª ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FROTA, L.C. Artesanato: Tradição e Modernidade em um País em Transformação. In: **Patrimônio Cultural Imaterial Latino-americano II**. Peru: Editora Crespial, 2010.

FUKUHARA, R.; TROITIÑO, S. Fundo ou coleção? Um debate contínuo na Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 124-736, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245.29.124736. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124736>. Acesso em: 18 abr. 2024.

GARCEZ, L.R.N. **Cerâmica**. Indaial: Editora Uniasselvi, 2011. Disponível em: <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=8833>, acesso em: 5 nov. 2022.

GONZALES, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988b.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOV.BR. **Cadastramento Único dos Artesãos do Brasil**. 24 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/artesanato/cadastro-1/sistema-de-informacoes-cadastrais-do-artesanato-brasileiro-sicab>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GTSC A2030- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC A2030). 2023. Disponível em: https://gtagenda2030.org.br/wp-content/uploads/2023/10/rl_2023_webcompleto-v9.pdf Acesso em: 15 dez. 2023.

GUERRA, L.D; SILVA, J.B. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. In: BRASILEIRO, M.D.S.; MEDINA, J.C.C.; CORIOLANO, L.N. (org.) **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 195 – 233. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7y7r5/pdf/brasileiro-9788578791940-10.pdf>, acesso em: 5 nov. 2022.

GUIMARÃES, V.A. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 29min39s, Poxica: 27 dez. 2022.

GUIMARÃES, V.A. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 4min11s, Poxica: 27 dez.2022.

HERCULANO, S; PACHECO, T. (Org.). **Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IAQUINTO, B. O.A sustentabilidade e suas dimensões. In: **Revista da ESMESC**, S. l., v. 25, n. 31, p. 157–178, 2018. DOI:10.14295/revista da esmesc. v25i31.p157. Disponível em: <https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/187>, acesso em: 4 jun. 2022.

IBÁ-INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Dados Estatísticos**. Brasília: Ibá, (s/d). Disponível em: <https://iba.org/dados-estatisticos>. Acesso em: 22 out. 2023.

IBÁ-INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Ibá em números**. Edição 75, 3º trimestre de 2023. Brasília: Ibá, 2023. Disponível em <https://www.iba.org/datafiles/publicacoes/cenarios/cenarios-iba-edicao-75-3o-trim-2023.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 4 out. 2022.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico de Itabaianinha/SE**. Sergipe: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaianinha/historico>, acesso em: 4 out.2022.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Itabaianinha/SE - Trabalho e Rendimento**. Sergipe: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaianinha/panorama>, acesso em: 20 dez. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios - Itabaianinha no estado de Sergipe**. Sergipe: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/itabaianinha/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>, acesso em: 20 dez. 2023.

IBRAM- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Certificado de Ponto de Memória**. Brasília: Minc, 2023. Disponível em: https://sei.museus.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=2037745&codigo_crc=292CF980&hash_download=568addc042d2dec6c9874b9438b8e04c4eedf71f17ce0a1bb786e2bf19bb8411e1dd921adedef9d10997957a246246f8fc6dc43dbc7d0afe7629ed5c4f0ef8b6&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 15 dez. 2023.

INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Indicação Geográfica (IG)**. Brasília: INPI, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico> acesso em: 8 dez. 2023.

IORIO, M.D. **A cerâmica no Brasil**: Sistematização bibliográfica. Vol. 1, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de pesquisa: A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: https://ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/relatoriosconselhos/120409_relatorio_comunidades_tradicionais.pdf, acesso em: 8 out.2022.

IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Histórico e Artístico**: Bem do Brasil (catálogo de exposição). Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL /MINC-MINISTÉRIO DA CULTURA (Org). **Inventário Nacional de Referências Culturais:** manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **INRC da Cerâmica de Candéal.** Brasília: IPHAN, 2002. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/acao/72/>. Acesso em: 22 out. 2023.

ITABAIANINHA. **Decreto lei nº 1.115 de 28 de dezembro de 2022.** Dispõe normas sobre o licenciamento ambiental no município de Itabaianinha, sobre a taxa de licenciamento ambiental e dá providências correlatas. Itabaianinha: Câmara Municipal, 2022. Disponível em: https://camaradeitabaianinha.se.gov.br/sites/camaradeitabaianinha.se.gov.br/files/legislacao_e_atos/LEI%20N%C2%BA%201.115%20DE%202022_1.pdf. Acesso em: 22 out. 2023.

IZAWA, M. Veja cinco pontos para evitar o ‘greenwashing’ e o ‘socialwashing’. **Estadão**, Caderno Economia, 18 jan. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/greenwashing-socialwashing-como-evitar/>, acesso em: 20 dez. 2023.

JESUS, M. S. **Artesanato em Barro:** Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 4min27s, Pau D’onça: 27 dez.2022.

KAGEYAMA, P. Y.; SANTOS, J. D. dos. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. **Revista Faac**, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179 – 192, out. 2011/mar. 2012. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/67>, acesso em 9 nov. 2022.

LARRÈRE, C. Desenvolvimento Sustentável: Alguns Pontos Litigiosos. Tradução de SANTOS, Antônio Carlos do. In: SOARES, M.J.N. *et al* (org.) **25 anos do Prodema-Jubileu de Prata-1977-2020.** 1.Ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022.

LEFF, H. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIMA.R.G. **O Povo de Candéal:** Caminhos da Louça de Barro.1 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2012.

LODY, R. Artesanato: uma visão complexa. **Ciência & Trópico**,[S. l.], v. 14, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/394>. Acesso em: 22 jun. 2022.

MACHADO, C. C. de. **O Barro na arte popular brasileira.** Rio de Janeiro: Lídio Ferreira Júnior Artes Gráficas e editora Ltda., 1977.

MACHADO, J.P. O conceito de artesanato: uma produção manual. **Missões:** Revista de Ciências Humanas e Sociais. [S.1] v. 2, n 2, set – dez. de 2016. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/1035>. Acesso em: 25 mai. 2022.

MARIUZZU, P. Patrimônio: Cresce o número de museus no Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, Vol. 63, nº 2, 2011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000200004. Acesso em: 7 nov. 2022.

MARRULFILHO, S. Do desenvolvimento para além do desenvolvimento. In: QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000. Disponível em: bama.gov.br/sophia/cnia/livros/pensandoepraticandoaeducacaoambientalnagestaodomeioambiente.pdf. Acesso em: 4 jun. 2022.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, R. D. A lei de interpretação do ato adicional de 1934 (Lei nº 105, de 12 de maio de 1840). **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, [S. l.], v. 8, 2015. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/fdsbc/article/view/815>. Acesso em: 15 maio. 2023.

MATOS, S.M.S. **Desenvolvimento Sustentável e Arranjos Produtivos Locais: O caso da Cerâmica artesanal do Município de Santana do São Francisco/SE**. Dissertação (Mestrado). São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação e Estudos do Semiárido, do Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, 2004.

MEDEIROS, R.de. **Socioambiental**. São Paulo: Governo de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/socioambiental/#:~:text=Refere%2Dse%20aos%20problemas%20e,a%C3%A7%C3%B5es%20que%20afetam%20o%20ambiente>. Acesso em 31 de jan. 2024.

MEIRELES, C. **As artes Plásticas no Brasil: Artes populares**. Rio de Janeiro: Gráfica Tecnoprint S.A, S/d.

MELLO, J. C. Entre silêncios e esquecimentos: o Museu do Homem Sergipano, Brasil (2009-2013). **Cadernos de Sociomuseologia**, 52(8), p. 45-66, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2016.vol.03>, acesso em: 31 de jan de 2024.

MENDES, J.M.G. Dimensões da Sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: <https://unisantacruz.edu.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MENDONÇA, A.V.M. Visões do Passado e Presente na Cerâmica Morfose de Carrapicho. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador/BA: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação-INTERCOM, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/70205170231274870619750774409298043958.pdf>. Acesso em: 7 de nov. 2022.

MENDONÇA, J.U.; SILVA, M.L.C (Org). **Sergipe Panorâmico**. Aracaju: UNIT, 2002.

MICHEL; M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, M. D. C., SERAINE, A. B. M. S., & BARBOSA, C. Artesanato e políticas públicas no Brasil: uma trajetória entre economia e cultura. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, 10(25), p. 159 – 182, 2020.

MOREIRA, A.C.C. **A sustentabilidade e o Artesanato solidário**. s/d. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/34800517/a-sustentabilidade-e-o-artesanato-solidario-centro-ruth-cardoso>. Acesso em: 1 abr. 2022.

MORETTO, C. F; GIACCHINI, J. **Do surgimento da Teoria do Desenvolvimento a Concepção de Sustentabilidade: Velhos e Novos enfoques rumo ao Desenvolvimento Sustentável**. Texto para Discussão. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo-UFP, RS, 2006. Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/td_06_2006.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

MOURA, A. O. **Fiscalização e liberação de barro e madeira para atividade ceramista em Itabaianinha/SE pela ADEMA**. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (escrita). Aracaju: 11 dez. 2023.

NEIMAN, Z; RABINOVICI, A; SOLA, F. A Questão Ambiental, a sustentabilidade e Inter, pluri ou transdisciplinaridade. In **Sustentabilidade Ambiental** [recurso eletrônico]: Estudos Jurídicos e Sociais. CUNHA, B.P; AUGUSTIN, S. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

NEWBIGIN, John. **A Economia Criativa: um guia introdutório**. Londres: British Council, 2010. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

NIEDERLE, P.A; RADOMSKY, G. F. W (org.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

NUNES, V. M. M. **Cultura Material e Território Eclesiástico: uma leitura zooiconográfica em Igrejas Coloniais de Sergipe Del Rei entre os séculos XVII – XVIII**. (Doutorado em Arqueologia). Laranjeiras, SE: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe, 2018.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>. Acesso em: 25 dez. 2023.

OLIVEIRA, H.S.de. **FIOS, LACÊS E INPI: Histórias de vida e Indicação Geográfica (IG) na Renda Irlandesa em Divina Pastora (SE) (2000-2017)**. Dissertação (Mestrado). Maceió: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, 2018.

OLIVEIRA, L.R. *et al.* Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Revista Produção**, v. 22, n. 1, p. 70 – 82, jan./fev. 2012, doi: 10.1590/S0103-65132011005000062. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/rm7ny98HNftrnRMJpFLddGm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

OLIVEIRA, M. J. Artesanato: Narrativa de um povo. **Anuário Unesco-Metodista de Comunicação Regional**, Ano 15, n.15, p. 129-145 jan./dez. 2011.

OLIVEIRA, O.F.; CARVALHO NETO, M.R.de; SOUZA, F.A.M. de. Sucinta introdução ao conceito de desenvolvimento econômico na perspectiva de Bresser-Pereira. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, 2018. Disponível: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/rerut/article/view/962>. Acesso: 6 jun. 2023.

OLIVEIRA, S. Poxica reúne os mestres da arte de modelar. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 5 nov. 2001.

PACHECO, T. Racismo Ambiental: o que eu tenho a ver com isso? **Combate Racismo Ambiental**, 2020. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/racismo-ambiental-o-que-eu-tenho-a-ver-comisso/>. Acesso em: 10 set. 2023.

PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: PORTO, M. F.; PACHECO, T.; LEROY, J. P. (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 73-114. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9788575415764.6>. Acesso em: 10 set. 2023.

PELEGRINI, S.C.A. **A salvaguarda e a sustentabilidade do patrimônio imaterial brasileiro**: impasses e jurisprudências, S/d. Disponível em: <https://saojoaomarcos.com.br/wp-content/uploads/2020/08/CLUBE-DA-RESENHA-7-A-SALVAGUARDA-E-A-SUSTENTABILIDADE-DO-PATRIMONIO-IMATERIAL.pdf>. Acesso em: 01 abri. 2022.

PEREIRA, F. M. C. C. Da. **Fiscalização e liberação de barro e madeira para atividade ceramista em Itabaianinha/SE pela ADEMA**. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 9min41s, Aracaju: 9 dez. 2023.

PEREIRA, L.C.B. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1973/TD157.pdf?sequence=1&isAllowed=y>, acesso em: 6 jun. 2022.

PITAGUARI; SANTOS; CAMARA. Panorama da Economia Solidária no Brasil. In **A sustentabilidade da Economia Solidária: Contribuições Multidisciplinares**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012.

PORTO, M. F.; PACHECO, T. Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil. **Tempus Actas em Saúde Coletiva**, 4(4), p. 26-37, 2009.

PORTO, M.F. **Uma Ecologia Política dos Riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2007.

PRADO FILHO, H.R. **Impactos Sociais e Ambientais nas Olarias**. 12 de out.2014. Disponível em: <https://qualidadeonline.wordpress.com/2014/10/12/impactos-sociais-e-ambientais-das-olarias/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RATTNER, H. Sustentabilidade: uma visão humanista. In: **Ambiente e Sociedade**, jul./dec. 1999, n. 5, p. 233 – 240. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/sgMq3nRxXZSzzM5MsX7qWCR/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2022.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação Social**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1997.

REIS, R. K. S. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 12min42s, Poxica: 27 dez.2022.

RESENDE, L.F.L. **Comunidade Solidária**: Uma alternativa aos fundos sociais. Brasília: IPEA, 2000. Disponível em:http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2346/1/TD_725.pdf. Acesso em 2 nov. 2022.

ROCHA, F.N; SUAREZ, P.A.Z; GUIMARÃES, E.M. Argilas e suas Aplicações em Utensílios e Materiais Cerâmicos. **Revista Virtual Química**, Vol. 6, nº 4, p.1105-1120. 12 jun. 2014. Disponível em: <https://rvq-sub.sbq.org.br/index.php/rvq/article/view/736>. Acesso em: 22 out. 2023.

RODRIGUES, A. Políticas Públicas do Artesanato Brasileiro. **Rede do Artesanato Brasileiro**, 2021b. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/09/24/politicas-publicas-artebr/>. Acesso em: 2 de nov. 2022.

RODRIGUES, A. Um Panorama Histórico do Artesanato Nacional. **Rede do Artesanato Brasileiro**, 2021a. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/09/06/história-do-artesanato/#:~:text=Os%20ind%C3%ADgenas%20s%C3%A3o%20os%20primeiros,tinturas%20e%20a%20pr%C3%B3pria%20moradia>. Acesso em: 22 de jan. 2022.

RUBIM, A. A.C. Políticas culturais do Governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (org.) **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SAFFIOTI, H. **Do artesanal ao Industrial**: A exploração da mulher- Um estudo de operarias têxteis e de confecção no Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia Huciter Ltda, 1981.

SAIBA o que é a blendagem e como ela ajuda na gestão de resíduos. **Oliberal**, 25 fev. 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/estudio/cidade-limpa/saiba-o-que-e-a-blendagem-e-como-ela-ajuda-na-gestao-de-residuos-1.500210>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SANT' ANNA, M. **Preservação como prática**: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, M. B; GRIECO, B; TEIXEIRA, L; THOMPSON, A (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015 (Termo chave: Preservação). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/46/preservacao>. Acesso em: 2 fev. 2024.

SANTANA, M. F. **Trajetória do Artesanato Brasileiro**: perspectivas das políticas. Públicas. 2016. (Mestrado em Design). Brasília: Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/40378/1/2020_MairaFonteneleSantana.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTOS JÚNIOR, M.L, A. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 16min37s, Itabaianinha: 17 abri. 2023.

SANTOS, A. A. Dos. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 7min50s, Pau D'onça: 27 dez. 2022.

SANTOS, A.C. Em Torno da ética Ambiental. In SANTOS, A.C; BECKER, E (org.). **Entre o Homem e a Natureza**: abordagens teórico-metodológicas. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SANTOS, A.C; GUIMARÃES, R.M.A.M. Estado, Democracia e Políticas Públicas. In: SANTOS, Antônio Carlos dos (Org) **Filosofia e Natureza**: Debates, embates e conexões. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

SANTOS, E.L.; BRAGA, V.; SANTOS, R.S.; BRAGA, A. M. da S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano 2, n.1, p. 44 – 61, jul. 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/5708/570862004004.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2021.

SANTOS, G. L. dos. **Impactos Socioambientais Oriundos Da Cerâmica Vermelha Na Comunidade Do Povoado Poxica- Itabaianinha/SE**.2021.136f. Dissertação (Ensino das Ciências Ambientais). São Cristóvão: Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – PROFCIAMB/ Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2021.

SANTOS, G.S; BARBOSA, A. M.F. A produção ceramista de Itabaianinha-Sergipe e suas implicações socioambientais. 2020. **Revista UFPI**, seção Geografia: publicações avulsas. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/10730>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANTOS, H. Dos. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 9min3s, Poxica: 27 dez. 2022.

SANTOS, I. A. Dos. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 12min2s, Pau D'onça: 27 dez. 2022.

SANTOS, J. R. Dos. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 15min38s, Poxica: 27 dez. 2022.

SANTOS, K. S. Dos. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 22min58s, Itabaianinha: 17 abri. 2023.

SARTORI, S; LATRÔNICO, F; CAMPOS, M.S.L. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no Campo da literatura. **Revista Ambiente**, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/yJ9gFdvcwTxMR5hyWtRR6SL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 jun. 2022.

SAUER, S.; CASTROÂ, L. F. P. de. Lutas pela terra no Brasil: sujeitos, conquistas e direitos territoriais. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 245–272, 2017. DOI: 10.26512/abyayala. v1i2.7031. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/7031>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SCHRAMM, A.M.; CORBETTA, J. M. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: conceitos antagônicos ou compatíveis? In: SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de; ARMADA, Charles Alexandre (org.). **Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade**: reflexões e perspectivas [e-book]. Umuarama: Universidade Paranaense — UNIPAR, 2015.

SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS /MG. **Políticas públicas:** conceito e prática. Série políticas públicas. Vol. 7. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SEBRAE- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Técnica e arte em cerâmica:** Artesão. Brasília: SEBRAE, s/d. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/323408186/Cartilha-sobre-Argila>. Acesso em 2 nov. 2022.

SEBRAE-SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pesquisa O Artesão Brasileiro**, p. 1-113, Brasília: SEBRAE, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas:** Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERGIPE. **Catálogo de Artesanato Sergipano**. Sergipe: Programa Nacional de Desenvolvimento do artesanato do Ministério do Trabalho, 1983.

SERGIPE. **Decreto Lei n 8497 de 28 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre o Procedimento de Licenciamento Ambiental no Estado de Sergipe e dá outras providências. Sergipe: Assembleia Legislativa [2018]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-8497-2018-sergipe-inclui-e-altera-dispositivos-da-lei-n-8497-de-28-de-dezembro-de-2018-que-dispoe-sobre-o-licenciamento-ambiental-no-estado-de-sergipe-e-da-providencias-correlatas>. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, A. S. **Artesanato em Barro:** Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (áudio). 8min52s, Pau D'onça: 27 dez. 2022.

SILVA, A. S. da; SOUZA, J.G.; LEAL, A.C. A sustentabilidade e suas dimensões como fundamento da qualidade de vida. **Revista Geografia em atos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012, p. 22 – 42. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SILVA, C.L, da; SOUZA-LIMA, J.E. de. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, G.M. **O (des.) mascaramento do discurso do desenvolvimento local/sustentável no (des.) envolvimento das indústrias de cerâmica vermelha e olarias no estado de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Geografia). São Cristóvão: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2016.

SILVA, L.H.P. Ambiente e Justiça: Sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental brasileiro. **E-Cadernos CES**. Edição 17, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1123>. Acesso em: 14 de mai. 2023.

SILVA, M. A. da. Abordagem sobre Gênero e Trabalho Artesanal em Histórias de Vida de Mulheres. **Anais da X ANPED SUL**, Florianópolis, out. 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1830-0.pdf. Acesso em: 6 de mar. 2022.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade — a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, 2(2), 2008. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596>. Acesso em: 8 out. 2022.

SOARES, L.G.(Org). **Jota Rodrigues**: Folhetos, Romances/literatura de cordel (catálogo de exposição). Rio de Janeiro: CNF, 1983.

SOUZA, A. S. **Direito e racismo ambiental na diáspora africana**: promoção da justiça ambiental através do direito / Arivaldo Santos de Souza. - Salvador: EDUFBA, 2015.

TCU-TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Resolução Conama, nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasília: CONAMA, 1997. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/resolucao-conama-237-1997-dispoe-sobre-a-revisao-e-complementacao-dos-procedimentos-e-criterios-utilizados-para-o-licenciamento-ambiental.htm> acesso em: 14 dez. 2023.

THOMPSON, P. **A voz do Passado**: História Oral. 3ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

TREVISAN, I.R. Para além da invenção: uma crítica ao conceito hobsbawmiano de tradição. *In: História e as práticas de presentificação e representação do passado* [recurso eletrônico] Willian Douglas Guilherme. Ponta Grossa (Org), PR: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/para-alem-da-invencao-uma-critica-ao-conceito-hobsbawmiano-de-tradicao>. Acesso em 16 jan. De 2024.

UNESCO- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000094.pdf>. Acesso: 22 jan. 2022.

VALLADARES, C. P. **Artesanato Brasileiro**. 3ª edição. Rio de Janeiro: S/e, 1986.

VEIGA, J. E; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados Ltda., 2008.

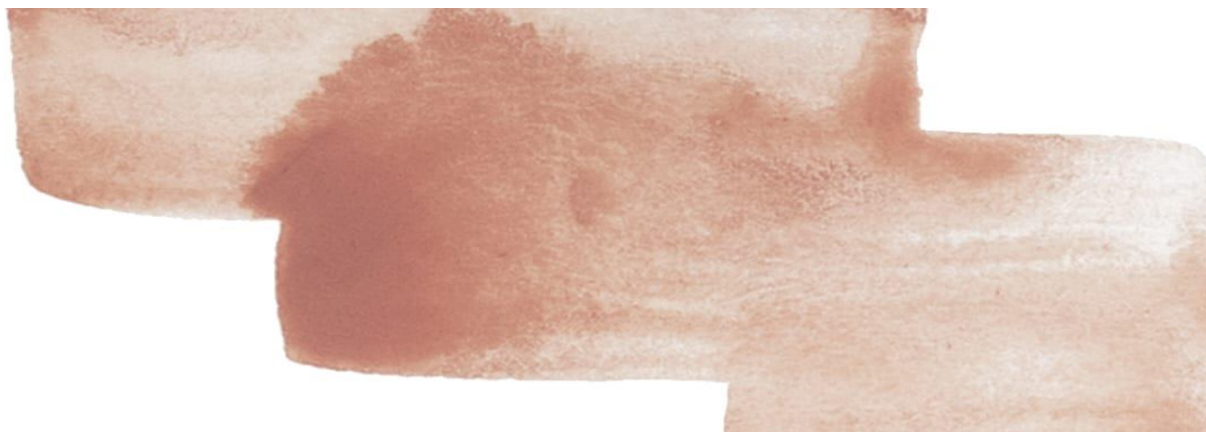
VELHO, G. *et al.* **Cultura Material**: identidades e processos sociais. Rio de Janeiro: Funarte/CNFCP, 2000 (Encontros e Estudos; 3).

VIEIRA, G. S. O.de **Artesanato**: Identidade e Trabalho. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia). Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ Universidade Federal de Goiás, 2014.

VIEIRA, M. Problema de falta de lenha para artesãos agrava-se em Santana de São Francisco. **Jornal Cinform**, Ed.1220, n.487. Aracaju 28 ago. – 3 set. 2006.

VIOLIN, F. L; NACHIF. D. A; CASTILHO, M. A. Artesanato sustentável e o ambiente natural: análise preliminar no estado do Mato Grosso do sul. **Revista Observatório de la Economía Latino Americana**. Ago. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/08/artesanato-sustentavel.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

ZACCHI, M. S. (Org.) **Louça Morena Puxada à mão:** o fazer barro no povoado Poxica (catálogo de exposição) 2.ed. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFPC, 2012.



APÊNDICE





UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE

Prezado (a), lhe convidamos a contribuir como voluntário da pesquisa intitulada **“Artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade”** desenvolvida pela pesquisadora **Heyse Souza de Oliveira**, sob supervisão do **Professor Orientador Dr. Antônio Carlos dos Santos**, aluna do doutorado, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe.

A pesquisa consiste na realização de um estudo exploratório e descritivo, em que será utilizado como procedimentos e técnicas uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, já que **possui como objetivo, discutir e apresentar soluções socioambientais para a produção do artesanato Louça Morena do Povoado Poxica da cidade de Itabaianinha/SE**, aplicada ao método hipotético-dedutivo. Para tanto, será realizada entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio (MP4) e fotografadas/filmadas, com as artesãs, agentes do poder público local e pesquisadoras do tema, com posterior transcrição dos dados e análise crítica do conteúdo, discussão e apresentação dos resultados.

Sobre a sua participação como voluntário (a) da pesquisa, **temos como objetivo buscar informações** sobre a história, tradição, processo de produção e comercialização da Louça Morena, como também, avaliar o conhecimento do entrevistado acerca dos conceitos de desenvolvimento econômico, sustentabilidade e políticas públicas atreladas a produção do artesanato local.

Segundo a Resolução 466/2012, que trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, dispõe que, estudos com seres humanos envolve risco em tipos e graus variados, os quais podem estar relacionados ao desconforto e até mesmo estresse pela abordagem do pesquisador, ou ainda, constrangimento, devido à exposição do pensamento do participante ao pesquisador.

E ainda conforme a resolução CNS n.º 510 de 2016, onde considera que a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes.

Desta forma, na pesquisa, **haverá cautela para que o colaborador do estudo se sinta confortável com o método pré-estabelecido para a coleta dos dados (entrevista)**, onde que o entrevistado (a) será submetido a responder perguntas pré-estabelecidas pela pesquisadora, através de um roteiro, onde será perguntado sobre sexo, grau de escolaridade, formação, dados familiar e outras questões acerca da produção do artesanato Louça Morena na região (conforme o seu conhecimento sobre o tema), apesar de as respostas serem gravadas em áudio, fotografadas ou filmadas para registo da pesquisa, a pesquisadora se compromete eliminar qualquer desconforto ou mal-estar que possa ser ocasionado pelo estudo.

Salienta-se que o participante tem garantia de assistência gratuita no que se refere aos possíveis riscos associados a esta pesquisa por parte do pesquisador, patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, conforme resolução CNS N.º 466/2012. Caso o participante sofra qualquer tipo de dano resultante de sua participação nesta pesquisa, previsto ou não neste termo, têm direito a solicitar indenização, através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510 de 2016, artigo 19).

Como benefício da pesquisa, pretende-se atingir como resultados esperados a elaboração de material bibliográfico que vise a discutir e analisar a relação entre o artesanato sergipano, “Louça Morena”, através da produção artesanal, sustentabilidade e o desenvolvimento econômico da região. **A contribuição da pesquisa é servir como instrumento de consulta para promoção de políticas públicas, especialmente em terras sergipanas, acrescentando, significativamente, no avanço das ciências ambientais em nosso estado.**

Como também, nos comprometemos a divulgar os resultados da pesquisa, em formato acessível para as artesãs da Louça Morena, onde almejamos que a tese sirva de material de consulta para futuros que exijam o critério de sustentabilidade conforme o “plano setorial do artesanato 2016 – 2025”, que tem como um dos objetivos “estimular o uso de inovações tecnológicas e de técnicas de sustentabilidade ambiental na produção do artesanato brasileiro”, e prevê incluir como meta nos futuros editais, critérios que premiem técnicas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na produção do artesanato nos próximos dez anos.

Portanto, as entrevistas serão armazenadas para análise e somente terão acesso às mesmas, a pesquisadora e seu orientador. **Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.** Os pesquisadores irão tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. **Você terá o direito ao sigilo e a confidencialidade das informações prestadas, em publicação que possa resultar deste estudo**, bem como decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública, ressaltamos que a sua decisão será respeitada e que as informações obtidas serão utilizadas somente conforme os objetivos propostos pela pesquisa, conforme a Resolução CNS 510 de 2016, artigo 9º, inciso V; artigo 17, inciso IV.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações da pesquisa, **caso aceite fazer parte do estudo, todas as páginas deste documento deverão ser rubricadas e preenchidas em duas vias do termo com todos os dados requisitados, pelo participante e pesquisador.** Uma via deste consentimento informado será arquivada pelos pesquisadores e outra será fornecida a você. Desde logo, **fica garantido o sigilo das informações, em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.** A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

DECLARAÇÃO DO (A) PARTICIPANTE

Eu, _____, declaro compreender as informações dispostas nesse termo de consentimento e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito. Em caso de dúvidas poderei entrar em contato com a estudante pesquisadora do doutorado Heyse Souza de Oliveira ou o professor orientador Antônio Carlos dos Santos, respectivamente nos e-mails heyse@academico.ufs.br e acsantos12@academico.ufs.br, ou no telefone (79) 9 98623306. Para também esclarecer dúvidas, fazer reclamações ou denúncia, o participante pode entrar em contado com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe. O CEP tem a finalidade de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade em padrões éticos. Endereço do CEP: Rua Cláudio Batista s/n.º Bairro: Sanatório — Aracaju CEP: 49.060-110 — SE Contato por e-mail: cep@academico.ufs.br. Telefone e horários para contato: (79) 3194 – 7208 – Segunda a Sexta-feira das 07 às 12h.

_____, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Organização: Heyse Souza de Oliveira, 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Apêndice B – Termo de Autorização de Imagem, Som e Depoimento

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, portador da Cédula de
identidade RG n.º _____, inscrito no CPF/MF sob n.º
_____, residente à Av./Rua
_____, n.º _____, município de
_____/Sergipe. AUTORIZO o uso de minha imagem em todo
e qualquer material, entre imagens de vídeo e áudio, fotos, documentos e depoimento
capturados nas entrevistas para ser utilizada na tese de doutorado intitulada: **artesanato Louça
Morena de Itabaianinha/SE: Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico**, realizada
pela aluna Heyse Souza de Oliveira, sob supervisão do professor Dr. Antônio Carlos dos Santos,
no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da
Universidade Federal de Sergipe-UFS. A presente autorização é concedida a título gratuito,
abrangendo o uso da imagem e depoimento acima mencionados em todo território nacional.

Fica ainda **autorizada**, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos
da veiculação das imagens e depoimentos, não recebendo para tanto qualquer tipo de
remuneração.

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que
nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem e depoimento ou a
qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

Assinatura

Cidade de _____, _____ de _____ de 20____.

Organização: Heyse Souza de Oliveira, 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Apêndice C – Termo de Anuência (Coparticipante)

Instituição Coparticipante: _____

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **Artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE: Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico**, realizada pela aluna Heyse Souza de Oliveira, sob supervisão do professor Dr. Antônio Carlos dos Santos, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe-UFS, com o objetivo de discutir e apresentar soluções socioambientais para a produção do artesanato Louça Morena _____. Assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição. Declaramos conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 466/2012 do CNS.

Informamos que para ter acesso a instituição e iniciar a coleta dos dados, fica condicionada a apresentação da Certidão de Aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e o Parecer Consubstanciado, devidamente credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Atenciosamente,

Assinatura e carimbo do responsável institucional

* *Esta autorização deve ser assinada pelo dirigente da instituição ou representante legal.

Organização: Heyse Souza de Oliveira, 2024.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Apêndice D – Roteiro de Entrevista- Artesãos

Respondentes: Artesãos da Louça Morena/ Povoado Poxica- Itabaianinha/SE

Orientações:

- 1 — Agradecer a disponibilidade em conceder a entrevista e realçar a relevância da narrativa oral do entrevistado no contexto da pesquisa. Reforçar a preservação do sigilo quanta a identidade individual;
- 2 — Esclarecer os propósitos da pesquisa (reforçar a ideia que não se trata de avaliar o grau de conhecimento sobre o assunto);
- 3 — Informar sobre os procedimentos e etapas posteriores (transcrição, aprovação e aplicação dos dados coletados);
- 4 — Especificar os objetivos da entrevista em si;
- 5 — Obter autorização por escrito.

I — Dados do Projeto	II-Identificação do Entrevistado	III-Dados do contato
Nome: Artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE:	Nome: _____ _____	Data do contato: ____/____/____ Forma do contato: _____

Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Pesquisadora: Heyse Souza de Oliveira Orientador: Antônio Carlos dos Santos Instituição: Universidade Federal de Sergipe	Endereço: _____ _____ Telefone: () _____ E-mail: _____ _____	_____ Data da Entrevista: ____/____/____ Local da Entrevista: _____ _____
Perfil do Entrevistado		
Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino		
Idade: ☐ menor de 18 anos ☐ entre 19 e 30 anos ☐ entre 30 e 40 anos ☐ entre 40 e 50 anos ☐ entre 50 e 60 anos ☐ maior que 60 anos		
Escolaridade: ☐ 1º grau incompleto ☐ 1º grau completo ☐ ☐ 2º grau incompleto ☐ 2º grau completo ☐ ☐ superior incompleto ☐ superior completo ☐ pós-graduação		
Renda Mensal ☐ menor que 1 salário-mínimo ☐ 1 salário-mínimo ☐ mais de 2 salários ☐ _____		

Profissão: _____
Estado Civil: ☐ Mora junto ☐ União estável ☐ Casada ☐ Solteira ☐ Divorciada ☐ Viúva
Filhos: ☐ Não possui ☐ Possui ☐ Sexo Feminino ☐ Sexo Masculino
Louça Morena
1.Você considera a Louça Morena um artesanato ou utensílio/artefato? Por quê?
2.Qual a origem da Louça Morena:
3.Quantas pessoas produzem o artesanato: ☐ atualmente ☐ no passado ☐ possui homens na produção?
4.Quem lhe ensinou o ofício?
5. Qual a importância da Louça Morena para você?
6. Como é o processo de produção da Louça Morena?
7. Os desenhos possuem algum significado?
8. Quais tipos de peças são mais produzidos e quais os locais de venda?
Sustentabilidade e Desenvolvimento Econômico
9.O que você entende por sustentabilidade?
10.O que você entende por desenvolvimento econômico?

11.Como é feita a retirada do barro?
12.De onde vem a madeira utilizada?
13. Qual a importância da Louça Morena para o povoado/ Município?
Políticas Públicas
14.Na sua opinião o que o poder público poderia fazer para auxiliar a tradição da louça morena?
15. Vocês possuem ou possuíram apoio que algum projeto do governo? Se sim, qual a ano e como foi a experiência?
16. Você tem conhecimento que existem editais para fomento a cultura e tradições culturais? Se sim, tem interesse em concorrê-los?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Apêndice E – Roteiro de Entrevista-Pesquisadoras do tema

Respondentes: Pesquisadoras do Tema

Orientações:

- 1 — Agradecer a disponibilidade em conceder a entrevista e realçar a relevância da narrativa oral do entrevistado no contexto da pesquisa. Reforçar a preservação do sigilo quanta a identidade individual;
- 2 — Esclarecer os propósitos da pesquisa (reforçar a ideia que não se trata de avaliar o grau de conhecimento sobre o assunto);
- 3 — Informar sobre os procedimentos e etapas posteriores (transcrição, aprovação e aplicação dos dados coletados);
- 4 — Especificar os objetivos da entrevista em si;
- 5 — Obter autorização por escrito.

I — Dados do Projeto	II-Identificação do Entrevistado	III-Dados do contato
Nome: Artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE:	Nome: _____ _____	Data do contato: ____/____/____ Forma do contato: _____

Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Pesquisadora: Heyse Souza de Oliveira Orientador: Antônio Carlos dos Santos Instituição: Universidade Federal de Sergipe	Endereço: _____ _____ Telefone: () _____ E-mail: _____ _____	_____ Data da Entrevista: ____/____/____ Local da Entrevista: _____ _____
Roteiro da Entrevista		
1. Comente sobre a sua experiência enquanto pesquisadora com artesanato em barro.		
2. A Louça Morena é muito pouco conhecida, dentro e fora do estado, como pesquisadora da cultura popular sergipana, fale um pouco sobre a possível causa deste desconhecimento.		
3. A Louça Morena corre o risco de desaparecer, devido a problemas socioambientais, extinção das matéria-prima (barro e madeira) e baixa adesão da tradição (cerca de 10 mulheres produzem o artesanato), como pesquisadora já havia pensado que problemas com recursos naturais poderiam ameaçar as tradições?		
4. A partir do seu conhecimento sobre a Louça Morena, o que você acredita que deveria ser feito pelo poder público para preservação da tradição?		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

Apêndice F – Roteiro de Entrevista-Gestores Públicos

Respondentes: Gestores Públicos

Orientações:

- 1 — Agradecer a disponibilidade em conceder a entrevista e realçar a relevância da narrativa oral do entrevistado no contexto da pesquisa. Reforçar a preservação do sigilo quanta a identidade individual;
- 2 — Esclarecer os propósitos da pesquisa (reforçar a ideia que não se trata de avaliar o grau de conhecimento sobre o assunto);
- 3 — Informar sobre os procedimentos e etapas posteriores (transcrição, aprovação e aplicação dos dados coletados);
- 4 — Especificar os objetivos da entrevista em si;
- 5 — Obter autorização por escrito.

I — Dados do Projeto	II-Identificação do Entrevistado	III-Dados do contato
Nome: Artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE:	Nome: _____ _____	Data do contato: ____/____/____ Forma do contato: _____

Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Pesquisadora: Heyse Souza de Oliveira Orientador: Antônio Carlos dos Santos Instituição: Universidade Federal de Sergipe	Endereço: _____ _____ Telefone: () _____ E-mail: _____ _____	_____ Data da Entrevista: ____/____/____ Local da Entrevista: _____ _____
Roteiro da Entrevista		
1. Comente sobre a tradição da Louça Morena no município de Itabaianinha/SE?		
2. Na sua opinião qual a importância do artesanato para o município?		
3. O que você pensa sobre a relação do artesanato com os campos econômico, social e cultural de Itabaianinha/SE?		
4. Você acredita que problemas socioambientais como escassez do barro e madeira põe em risco a tradição?		
5. Atualmente o número de produtoras do artesanato é restrita, cerca de 10 mulheres, por que você acha que adesão da tradição é tão pequena?		
6. Existe ou já existiu algum programa de incentivo ao artesanato no município?		
7. A sua secretaria possui algum projeto que beneficie e incentive a tradição?		

8. Sobre representação, percebo que as artesãs possuem dificuldades de assumir a identidade de artesão, se apresentando como agricultoras, a que você atribuiu essa iniciativa? Você já parou para pensar a respeito?

9. A minha pesquisa estuda a relação entre o artesanato e recursos naturais (barro, madeira, semente) comente sobre essa relação entre natureza e artesanato e risco de extinção da tradição devido à falta de recursos, a partir do seu ponto de vista?

10. Você possui conhecimento sobre políticas públicas para o artesanato em Sergipe? Ou conhece projetos que beneficiaram as artesãs e sobretudo a Louça Morena?

11. A partir do seu conhecimento sobre a Louça Morena, o que você acredita que deveria ser feito pelo poder público para preservação da tradição?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DOUTORADO EM ASSOCIAÇÃO PLENA EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE

Apêndice G-Roteiro de Entrevista de Técnicos

Respondentes: ADEMA

Orientações:

- 1 — Agradecer a disponibilidade em conceder a entrevista e realçar a relevância da narrativa oral do entrevistado no contexto da pesquisa. Reforçar a preservação do sigilo quanta a identidade individual;
- 2 — Esclarecer os propósitos da pesquisa (reforçar a ideia que não se trata de avaliar o grau de conhecimento sobre o assunto);
- 3 — Informar sobre os procedimentos e etapas posteriores (transcrição, aprovação e aplicação dos dados coletados);
- 4 — Especificar os objetivos da entrevista em si;
- 5 — Obter autorização por escrito.

I — Dados do Projeto	II-Identificação do Entrevistado	III-Dados do contato
Nome: Artesanato Louça Morena de Itabaianinha/SE: Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade Pesquisadora: Heyse Souza de Oliveira Orientador: Antônio Carlos dos Santos Instituição: Universidade Federal de Sergipe	Nome: _____ _____ Endereço: _____ _____ Telefone: () _____ E-mail: _____ _____	Data do contato: ____/____/____ Forma do contato: _____ _____ Data da Entrevista: ____/____/____ Local da Entrevista: _____ _____

--	--	--

Sobre o Barro

- 1 Como a ADEMA fiscaliza a extração de argila na região de Itabaianinha/SE para a indústria de cerâmica em Sergipe?
- 2 Qual documentação é necessária para prática legal da extração da argila?
- 3 Atualmente quantas fábricas são licenciadas na cidade de Itabaianinha?
- 4 Quais os problemas ambientais mais comuns, decorrentes da extração da argila para o meio ambiente?
- 5 Quais as características que difere a argila de Itabaianinha das demais regiões?
- 6 Existe algum tipo de compensação ou mitigação ambiental para oleiros da região?
- 7 Existe algum projeto da ADEMA que beneficie a produção de cerâmica na cidade de Itabaianinha?

Sobre a Madeira

- 1- Como a ADEMA fiscaliza a extração de madeira na região de Itabaianinha/SE para a indústria de cerâmica em Sergipe?
- 2- Quais espécies são liberadas para utilização?
- 3- Existe projetos de reflorestamento na região?

Sobre Poluição do ar

- 1- Qual os equipamentos que a ADEMA exige para diminuir o impacto ambiental?
- 2- Fale sobre os impactos decorrentes da poluição do ar ocasionadas pelas cerâmicas?

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (1/26)

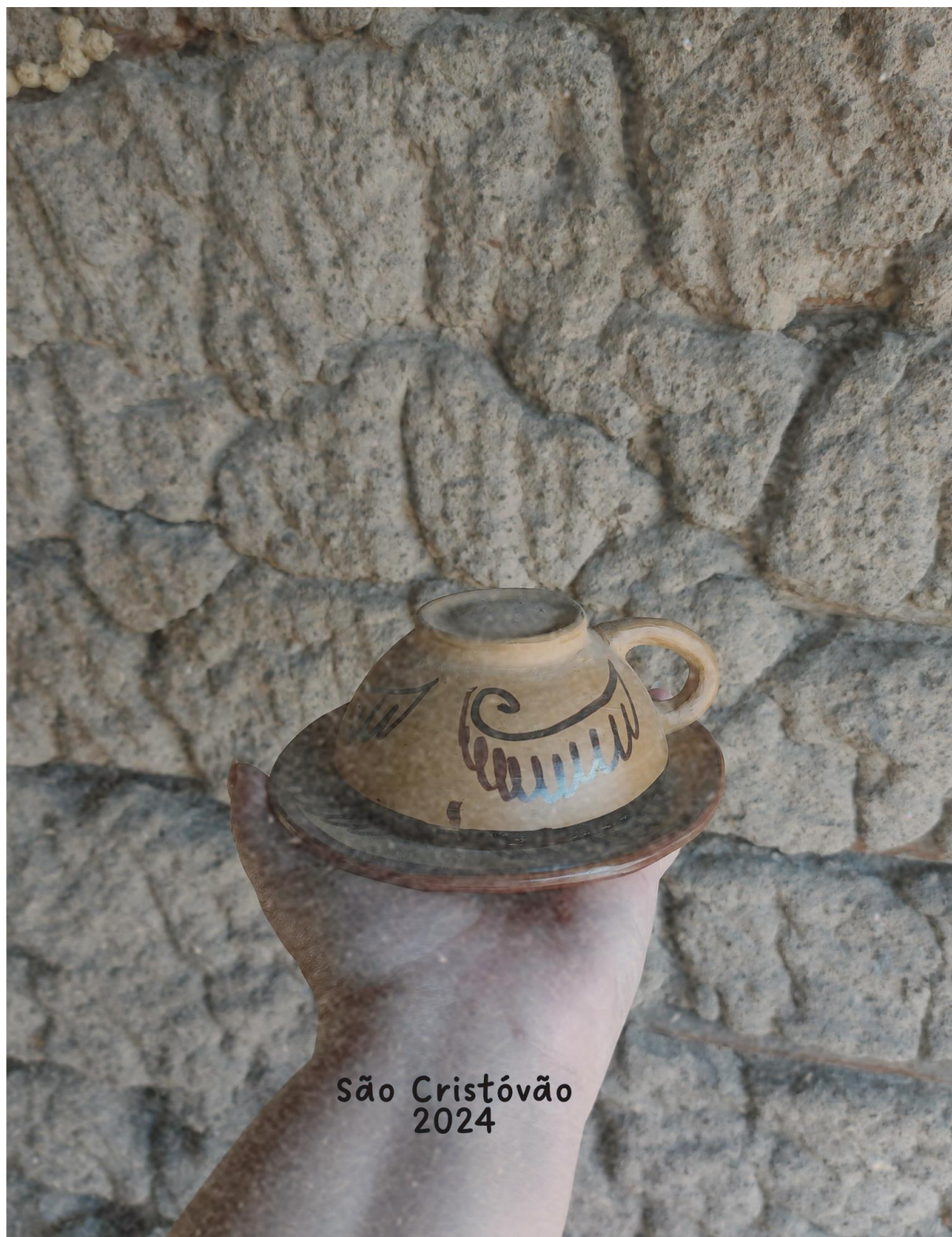
CARTILHA

DDDDDD

ARTESANATO LOUÇA MORENA E
MECANISMOS DE PROTEÇÃO
PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL
BRASILEIRO



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (2/26).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (3/26)

FICHA CATALOGRÁFICA



Autora

Heyse Souza de Oliveira

Orientador

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

Coorientadora

Prof.^a. Dr.^a. Rosemeire Maria Antonieta Motta
Guimarães

Arte

Heyse Souza de Oliveira

Fotografias

Heyse Souza de Oliveira

Contribuições

Artesãs da Louça Morena e
Pesquisadoras do tema

Realização



Material produzido a partir da Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (4/26).



Apêndice -H Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (5/26).

Apresentação

A ideia de criação desta cartilha resultou das considerações da pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da rede Prodema (UFS), que teve como objetivo analisar os problemas socioambientais do artesanato Louça Morena, produzido no Povoado Poxica, município de Itabaianinha/SE.

Por volta da década de 1950, o artesanato de Itabaianinha tornou-se objeto de estudo para estudiosos da cultura popular e começou a ganhar visibilidade dentro e fora do estado de Sergipe. No início era conhecido como “Cerâmica de Itabaianinha ou Cerâmica da Poxica”, e possuía três linhas de produção: a) utilitárias- pratos, potes, alguidares, moringas, panelas e pratos; b) decorativas- caqueiros e jarros; c) lúdicas: bois, bonecas, cavaleiros e miniaturas e caxixis (Dantas, 1983, p.29).

A Louça Morena constitui-se como a inspiração para elaboração de um material explicativo, destinado aos artesãos e pesquisadores do patrimônio imaterial brasileiro que tenham interesse de proteger seus saberes e fazeres. O material conta com um breve manual explicativo de como requerer junto aos órgãos competentes, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) o registro da tradição cultural.



Heyse Oliveira

AUTORA

*“A arte é um resumo
da natureza feito
pela imaginação”.
Eça de Queiroz*

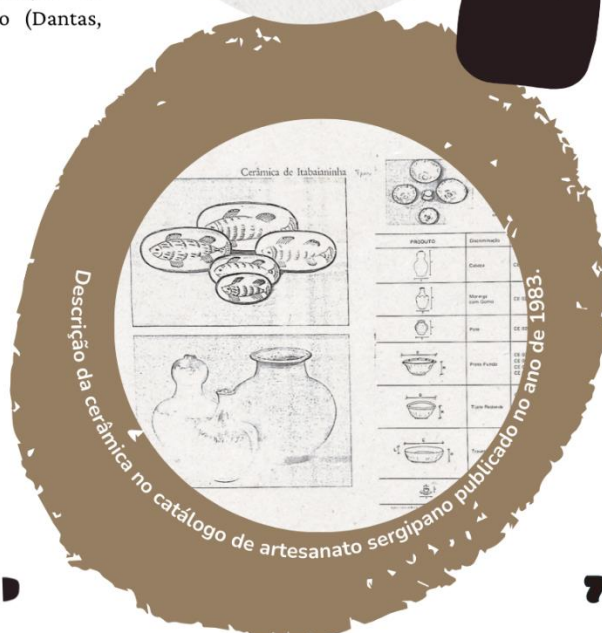
Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (6/26).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (7/26).

A Louça Morena caracteriza-se como artesanato produzido manualmente (puxado à mão), a partir do manuseio da matéria-prima barro/argila, originário da região sul do estado de Sergipe. Embora as artesãs desconheçam a origem precisa da Louça Morena, existem fortes indícios da tradição indígena na região. Primeiro pela alegação dos autores Laudelino Freire e Clodomir Silva que o território de Itabaianinha foi uma aldeia indígena (Ferreira, 1959, p.337) e em segundo pelo modo de produção ser análoga às técnicas indígenas.

Nos anos 50, o pesquisador José Carlos da Costa Pereira, começou a estudar a louça da região acidentalmente, mais tarde, início da década de 1960, foi contratado pela CONDESE para elaborar um material sobre os principais polos ceramistas de Sergipe, que tinha como objetivo subsidiar um trabalho de organização do artesanato através de melhorias de técnicas e ampliação de mercados, com ajuda do Estado (Dantas, 1983, p.29).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (8/26).

Artesanato Louça Morena



Onde e por quem o artesanato é produzido?

A tradição artesanal é fabricada por cerca de dez a quinze mulheres em um povoado de Sergipe. O Povoado Poxica fica a sete quilômetros de Itabaianinha, seguindo pela rodovia SE-222, sentido Tobias Barreto, ao sul do estado de Sergipe. Possui fronteira ao norte com os municípios de Boquim e Riachão do Dantas, ao leste com Umbaúba, Santa Luzia do Itanhê, Araúá e Pedrinhas, ao oeste com Tobias Barreto e ao sul com Cristinápolis e Tomar do Geru. O acesso à capital Aracaju, é feito pelas rodovias pavimentadas BR-235, BR-101 e SE-222, num percurso total de 118 km (Bomfim; Costa; Benvenuti, 2002).

Atualmente, embora a população sergipana não consuma significativamente a produção artesanal da Louça Morena, ela é exportada para os estados de Alagoas e Bahia (principal comprador), onde é possível encontrar peças do artesanato servindo a culinária baiana em restaurantes do estado, como também na região sudeste, representada pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e no presente as artesãs já produzem para exportação, apesar deste comércio ser realizado através intermediários para outros países: Argentina e Espanha.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (9/26).

Como é produzido o artesanato?



As etapas de produção do artesanato Louça Morena necessitam ser seguidas com bastante rigor, para uma boa produção. O processo de fabrico inicia ainda na coleta do barro (amaciado na pisa e onde ocorre o primeiro corte separando o material em blocos), o “veio de barro” na cidade de Itabaianinha/SE é considerado extenso e de boa qualidade, já que o solo do município é rico em argilas vermelha e cinza.

1º etapa: Retirada do barro- O processo de fabrico inicia ainda na coleta do barro (amaciado na pisa e onde ocorre o primeiro corte separando o material em blocos), o “veio de barro” na cidade de Itabaianinha/SE é considerado extenso e de boa qualidade, já que o solo do município é rico em argilas vermelha e cinza.

2º etapa: Separação do barro-A retirada do barro tem que ser feita preferencialmente em período de chuva (inverno) quando o barro ainda está mole. Por esse motivo, o barro é separado em blocos envoltos por plástico.

3º etapa: Bater o bolo e cortes das peças- Para cortar esses blocos, a ceramista utiliza um instrumento chamado berimbau ou bodoque-pau rijo (arqueado) com extremidades ligadas por arame bem esticado.

4º etapa: Modelagem- No corte, será separada a quantidade de barro necessário para a fabricação de cada peça, a primeira etapa para a modelagem consiste em “bater o bolo”, separados manualmente. Já a abertura das peças é realizada com o auxílio da paeta de oitizeiro.

5º etapa: Alisamento da peça- Em sequência, são necessários alguns dias para que a peça seque e fique em “ponto de couro”, que significa que o barro enrijeceu, mas ainda conserva umidade. O alisamento das peças é realizado em primeiro momento com um pedaço de couro de boi embebido com água e posteriormente com a semente de mucuná, que confere à peça brilho e resistência.

6º etapa: Secagem- Feito isso, a peça passará por um novo processo de secagem (dois dias).

7º etapa: Queima- Em seguida pelo processo da queima, realizada em fornos de barro por 24 horas, e por fim são realizados os desenhos característicos nas peças.

8º etapa: Triagem- Será selecionada as peças que atendem o critério de qualidade para pintura.

9º etapa: Desenho/Pintura- Para a realização das pinturas/desenho, as artesãs produzem a própria tintura, a matéria-prima são as cascas dos troncos de Jurema, cajueiro ou miritizeiro, postas para infusão em fogão a lenha, que dependendo da quantidade pode chegar até três dias de fervura até que se forme um caldo grosso.

10º etapa: Comercialização- Desse modo, após todo o processo de produção da Louça Morena, as peças passam por um novo processo de seleção, apenas as que atenderem o critério de qualidade serão escolhidas para comercialização.



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (10/26).



Tinta artesanal

Costa (2022, p.1), define a técnica da Louça Morena como "sui generis", que significa sem semelhança com nenhum outro.



Semente de mucuná

Material para produção Artesanal



Paêta de oitizeiro



Badoque

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (11/26).

Desafios e problemas socioambientais



Na atualidade a tradição do artesanato produzido no Povoado Poxica corre risco de extinção. Além da baixa adesão da população mais jovem em aprender o ofício, observamos problemas socioambientais relacionados a matéria-prima utilizada (barro, madeira, sementes, etc) e seu modo de produção.

Sobre a produção artesanal da Louça Morena, entendemos que os impactos ao Meio Ambiente assemelhassem as atividades das Indústrias de Cerâmicas e Olarias no município, como: problemas respiratórios e de pele decorrentes da fumaça produzida pela queima das peças, já que essas unidades de produção se localizam dentro das residências, o uso da madeira nativa ou exótica (não licenciada) contribuindo para desertificação do bioma da Caatinga e vestígios da Mata Atlântica na região, uso predatório do barro, que expõe o lençol freático o tornando mais vulnerável, dentre outras consequências.

Ciente destas informações, entendemos que na atualidade a preservação/ conservação do patrimônio Imaterial envolve questões sociais, culturais, ambientais, políticas, dentre outras, e que necessitam ser trabalhadas em sintonia junto com a comunidade ao qual estão inseridos.

Atualmente, existem mecanismos de proteção que auxiliam as comunidades detentoras de saberes a preservar/ conservar suas tradições e sobre estes mecanismos que trataremos logo a seguir.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (12/26).



Artesã conhecida como "Nem" observa a lavra de extração de argila, utilizada como uma das principais matéria-prima para produção do artesanato Louça Morena.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (13/26).



Por que preservar?

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a inclusão do conceito de patrimônio imaterial, percebeu a necessidade de promover ações e políticas públicas que garantissem a salvaguarda do patrimônio. Como resultado, surge no ano de 2000 o Inventário Nacional de Referências Culturais. Desde a implementação do INRC, pontua-se que alguns artesanatos brasileiros apresentam a concepção do ato sustentável nas suas confecções. Dentre eles, a panela de barro das Goiabeiras de Vitória- ES, o primeiro bem cultural a ter o seu modo de fazer registrado como patrimônio cultural imaterial em 2002 (Brayner, 2012).

O estudo realizado pelo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), expõe que no período de janeiro a agosto de 2022 o número de artesãos obteve expressivo crescimento (ASN, 2022, p. 1). Esse aumento no número de artesãos brasileiros pode ser reflexo da criação do “Plano setorial do artesanato 2016-2025” que possui como um dos objetivos, estimular o uso de inovações tecnológicas e de técnicas de sustentabilidade ambiental na produção do artesanato brasileiro, e como meta incluir nos editais critérios que premiem técnicas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental na produção do artesanato nos próximos dez anos (Brasil, 2017, p. 03). Sobre essa questão, é possível notar que por parte do poder público já há uma preocupação sobre a atividade artesanal sustentável, incentivando as comunidades produtoras a repensarem suas práticas e encontrar soluções para o equilíbrio sustentável.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (14/26).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (15/26).

Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)



Em 04 de agosto de 2000, foi instituído o decreto nº 3.551, que dispõe sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), o decreto teve como propósito “viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro” (IPHAN, 2020, s/p). Após a instauração do PNPI, surgiu a ideia de implementação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) (IPHAN, 2000). O INRC é uma pesquisa etnográfica, embasada na preservação patrimonial em conjunto com o estado, resultando numa política pública (IPHAN, s/d).

A metodologia exige a formação de uma equipe técnica que irá realizar uma pesquisa que deverá contemplar 3 etapas, sendo elas: 1) levantamento preliminar, 2) Identificação e 3) Documentação. Após todo estudo, a equipe poderá identificar em qual categoria se encaixa o objeto de estudo, o IPHAN para organizar os registros, elaborou quatro categorias, sendo elas, segundo o IPHAN (s/d):

1-Livro de Registro dos Saberes: Neste livro serão registradas ações que tratem dos saberes e dos modos de fazer, relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais;

2-Livro de Registro das Celebrações: Inclui os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social e que são consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade.

3-Livro de Registro das Formas de Expressão: Inclui as manifestações artísticas em geral, por exemplo: as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são reconhecidas pela sua comunidade como importantes para a sua cultura, memória e identidade;

4-Livro de Registro dos Lugares: Registra espaços como: os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas.



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (16/26).



Quem pode solicitar?

Poderá solicitar o INRC pessoa física ou jurídica mediante assinatura de um termo de responsabilidade que trate exclusivamente para fins de pesquisa e divulgação do patrimônio cultural, sem fins comerciais.

1º etapa

Primeiro o requerente deverá encaminhar um pedido ao IPHAN. O documento deverá ser endereçado à Superintendência do Iphan no estado onde foi realizado o inventário de pesquisa e documentação histórica, etnográfica, fotográfica, sonora e audiovisual, identificados por meio do INRC, ou diretamente ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI).

2º etapa

Após dar entrada no pedido o requerente deverá aguardar a análise da solicitação pelo DPI que poderá deferir, indeferir ou solicitar ajustes.



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (17/26).



3º etapa

O requerente deverá atender as solicitações de ajustes, conforme exigências do DPI.

4º etapa

Solicitante recebe o resultado da solicitação dada pelo DPI.

Onde buscar mais informações?

Em 2023, o INRC ganhou uma Plataforma Online que pode ser acessada pelo link: <https://inrc.iphan.gov.br/>.

Na plataforma os usuários poderão enviar documentos, fotos, áudios e vídeos sobre as manifestações culturais – inicialmente a partir de projetos piloto, que contribuirão para o aperfeiçoamento do Inventário.



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (18/26).

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

A Indicação Geográfica (IG), é um instrumento de proteção concedido no Brasil Pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (19/26).



No Brasil as indicações geográficas são concedidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), mediante entrada de pedido de IG junto ao órgão por uma entidade representativa e cumprir alguns requisitos.

Entre os critérios exigidos pelo INPI, consta a posse de um regulamento de uso do nome geográfico e a comprovação da existência de uma estrutura de controle para a manutenção da qualidade. Também são necessárias comprovações específicas das modalidades solicitadas no caso da indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO).

“A Indicação Geográfica (IG) é um ativo de propriedade industrial usado para identificar a origem de um determinado produto ou serviço, quando o local tenha se tornado conhecido, ou quando certa característica ou qualidade desse produto ou serviço se deva à sua origem geográfica” (INPI, 2015).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (20/26).



Quem pode solicitar?

No Brasil, o pedido de registro de IG é realizado pelo INPI e pode ser feito por:

- a) *Substituto processual*: Pode ser uma entidade representativa da coletividade, como associações, sindicatos, federações, confederações e outras entidades representativas que podem atuar como tal, em razão de lei específica.
- b) *Único produtor ou prestador de serviço*: Se houver apenas um produtor ou prestador de serviço na área delimitada, ele pode solicitar o registro de IG.
- c) *Requerente estrangeiro*: Um requerente estrangeiro de uma IG já reconhecida no exterior também pode solicitar o registro no Brasil.

1º etapa

A Instrução Normativa n.º 95/2018 do INPI, delimita que para solicitar um pedido de registro de IG é necessário, primeiramente, gerar e pagar a Guia de Recolhimento da União (GRU) para este serviço.

2º etapa

Em seguida, deve-se preencher o formulário de Peticionamento Eletrônico no Sistema e-IG, conforme a espécie desejada (IP ou DO).



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (21/26).



3º etapa

Depois, deverão ser informados, ainda, dados referentes à IG e anexados os documentos que constam no link: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/indicacoes-geograficas/documentos-necessarios-para-pedido-de-ig>.

4º etapa

Com a documentação pronta e a guia paga, inicie o petiçãoamento eletrônico no link: <https://gru.inpi.gov.br/peticionamentoeletronico/>.

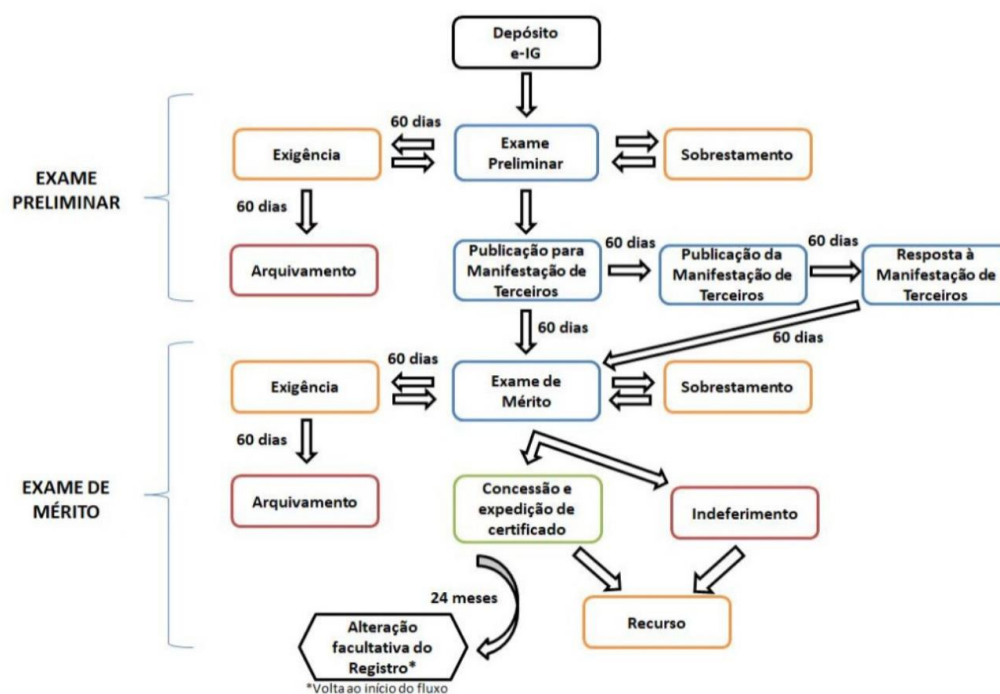
5º etapa

O requerente deverá acompanhar o processo de reconhecimento do pedido de registro de IG que passará por diversas etapas e que poderão exigir do usuário a retificação das informações fornecidas ou envio de novos documentos. O acompanhamento deverá ser realizado por meio da Revista da Propriedade Industrial (RPI), publicada às terças-feiras. No Link: <https://revistas.inpi.gov.br/rpi/>.



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (22/26).

Fluxo do Pedido de Registro de IG no INPI



Fonte: Inpi, 2019.



Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (23/26).

REFERÊNCIAS

ASN-.AGÊNCIA SEBRAE NACIONAL. **Artesanato vive momento de Crescimento de Demandas de profissionais cadastrados**. Brasília: ASN, 2022. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/modelos-de-negocio/artesanato-vive-movimento-de-crescimento-de-demanda-e-do-numero-de-profissionaiscadastrados/#:~:text=A%20plataforma%20concentra%20mais%20de,vi vem%20diretamente%20da%20pr%C3%B3pria%20produ%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BOMFIM, L.S.C; COSTA, I. V. G; BENVENUTI, S. M. P. (Org.). **Projeto Cadastro da Infraestrutura Hídrica do Nordeste**: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município de Itabaianinha. Sergipe: Ministério de Minas e energia; Governo Federal. 2002. 25 p.

BRASIL; Ministério da Cultura, Secretaria da Economia da Cultura. **Plano Setorial do Artesanato-2016-2025**. Brasília, DF: MinC/SEC, 2017. Disponível em: https://artesanato.cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2016/05/Plano-Setorial-Artesanato_2016_2025.pdf. Acesso em: 2 de jan. 2022.

BRAYNER, N.G. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 3 ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

COSTA, E. **Conheça a história da Louça Morena de Itabaianinha/SE**. Publicado por Rogério Monteiro em 20 de out. 2022. Disponível em: <https://www.rogeriomonteironoticias.com.br/2022/10/conheca-historia-da-louca-morena-de.html>, acesso em: 7 nov. 2022.

DANTAS, B.G. **Artesanato em Barro**: Louça Morena do Povoado Poxica. Entrevista concedida a Heyse Souza de Oliveira (escrita). 7 págs., Aracaju: 10 de dez. 2023.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (24/26).

REFERÊNCIAS

DANTAS, B.G. **Artesanato em Sergipe: Cerâmica**- Relatório Preliminar e Parcial da Pesquisa. São Cristóvão: UFS, CECH, DPS, 1983.

FERREIRA, J.P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XIX Volume. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Rio de Janeiro, 1959.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL /MINC- MINISTÉRIO DA CULTURA (Org). **Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação**. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: IPHAN, 2000

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL . **Como Solicitar acesso a dados de INRC**. Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-acesso-a-dados-de-inrc_iphan. Acesso em: 22 de abri. de 2024.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL . **Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)**.Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>.Acesso em: 22 de abri. 2024.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL . **Livro de registros**. Brasília: IPHAN, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>. Acesso em: 22 de abri. 2024.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (25/26).

REFERÊNCIAS

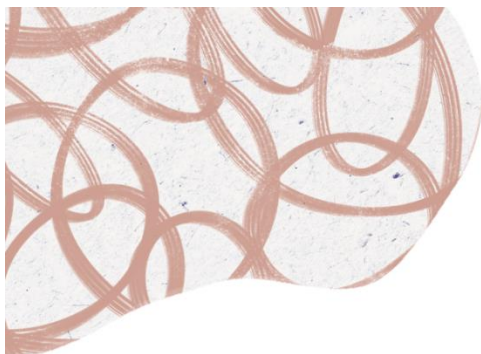
IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL .
Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Brasília: IPHAN, S/d.
Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761/>. Acesso em: 22 de abri. 2024.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL .
Informações sobre o INRC. Brasília: IPHAN, S/d. Disponível em:
[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo%205\(4\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Anexo%205(4).pdf).
Acesso em: 22 de abri. 2024.

INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Indicação Geográfica (IG).** Brasília: INPI,2015. Disponível em:
<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/guia-basico>. Acesso em: 22 de abri. 2024.

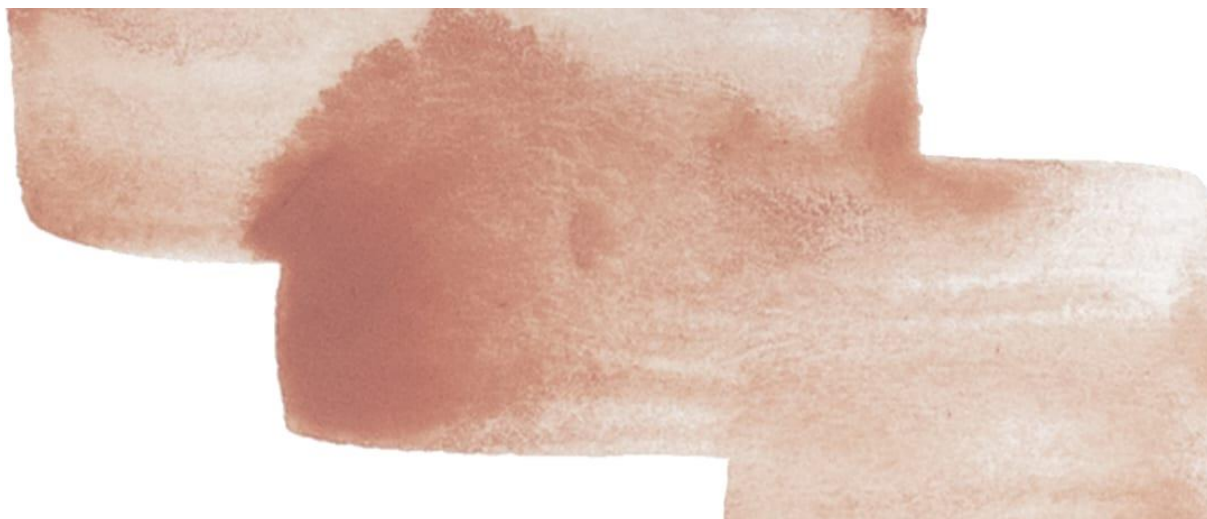
SERGIPE .**Catálogo de Artesanato Sergipano.** Sergipe: Programa Nacional de Desenvolvimento do artesanato do Ministério do Trabalho, 1983.

Apêndice H- Cartilha Artesanato Louça Morena e Mecanismos de Proteção para o Patrimônio Imaterial Brasileiro (26/26).

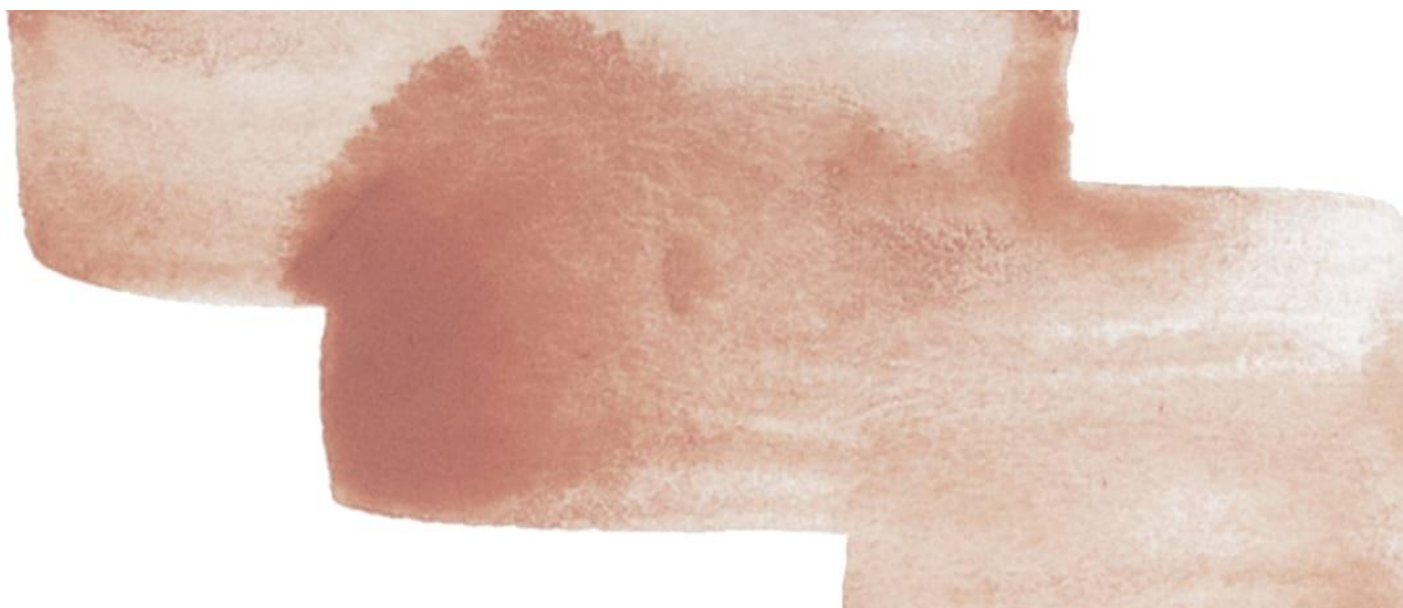


LOUÇA MORENA

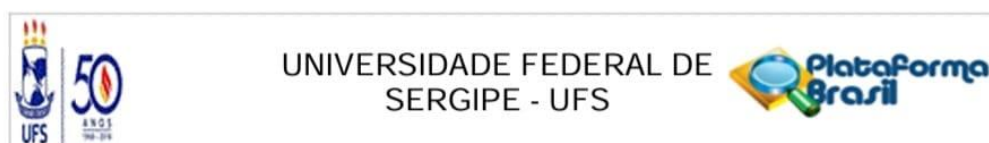




ANEXO



Anexo A- Parecer de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UFS (Primeira página)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ARTESANATO LOUÇA MORENA DE ITABAIANINHA/SE:SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Pesquisador: HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 61771622.4.0000.5546

Instituição Proponente: Universidade Federal de Sergipe

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.768.978

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1991724.pdf) e do "Projeto Detalhado / Brochura Investigador" (BROCHURA_CEP_HEYSE.pdf), postados em 02/10/2022.

Introdução

As relações sociais entre artesão, artesanato, meio ambiente e natureza por muito tempo foram consideradas harmoniosa. Violin et al. (2019), ressalta que no passado, o artesão era mencionado como um protetor do meio ambiente, que utilizava matéria-prima da natureza sem destruir seu entorno. Com o passar do tempo e a ascensão do desejo econômico em volta da produção artesanal, a extração abusiva ou inadequada dos recursos naturais cresceu consideravelmente, criando uma ruptura da outrora harmonia entre o homem e o meio ambiente.

Entendendo que essa ruptura é um problema para sociedade do século XXI, a pesquisa tem como propósito analisar a "Louça Morena" produzida no povoado Poxica/ Itabaianinha (SE), e problemas socioambientais da região. Trata-se de um tipo de artesanato produzido de forma manual, cuja matéria-prima é o barro e a madeira nativa, que estão sendo utilizadas de maneira indiscriminada. Por se tratar de um produto singular, característico da região da caatinga do Estado de Sergipe, a "Louça Morena" corre o risco de desaparecer, constituindo-se num verdadeiro problema socioambiental que precisa ser investigado.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cep@academico.ufs.br

Fonte: CEP, 2023.

Organização: Heyse Souza de Oliveira, 2024.

Anexo A- Parecer de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da UFS (última página)

Continuação do Parecer: 5.768.978

Solicitação registrada pelo CEP	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIA_CE P.pdf	02/10/2022 16:33:56	HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CEP.pdf	02/10/2022 16:28:20	HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	TERMO_DE_COMPROMISSO_HEYSE OLIVEIRA.pdf	17/08/2022 16:12:17	HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIA.pdf	17/08/2022 16:11:47	HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA.pdf	17/08/2022 16:08:46	HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 22 de Novembro de 2022

Assinado por:
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº**Bairro:** Sanatório**CEP:** 49.060-110**UF:** SE**Município:** ARACAJU**Telefone:** (79)3194-7208**E-mail:** cep@academico.ufs.br**Fonte:** CEP, 2023.**Organização:** Heyse Souza de Oliveira, 2024.

Anexo B- Protocolo Adema

	PROTOCOLO Formação de Processo
	
	
Nº do processo:	ADM-1278/2023
Data de Formação: 02/10/2023	Protocolo:
Vinculado a:	
Cliente: HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA	
Fato gerador: SOLICITA ENTREVISTA E VISITA TECNICA COM OBJETIVO DE COMPLEMENTAR DADOS PARA A TESE DE DOUTORADO (VERIFICAR AS AREAS DE RETIRADA DA MATERIA PRIMA) .ITABAIANINHA/SE.	

CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: ADEMA, 2023.**Organização:** Heyse Souza de Oliveira, 2024.

Anexo C- Ofício Iphan



MINISTÉRIO DA CULTURA
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Superintendência do IPHAN no Estado de Sergipe

Ofício Nº 2110/2023/IPHAN-SE-IPHAN

À Senhora
Heyse Souza
heysesouza@hotmail.com

Assunto: **Solicitação - Informação sobre a Louça Morena de Itabaianinha.**

Prezada Senhora,

1. Em atenção ao e-mail enviado pela senhora, a Divisão Técnica desta Superintendência teceu o seguinte comentário:

considerando o E-mail de Heyse Souza (4973919), informamos que a lista dos bens de patrimônio imaterial protegidos pelo Iphan, constam no site oficial do IPHAN e podem ser consultados na página <http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphane/>.

Pelo exposto, orientamos que seja feita consulta em outros órgãos visando a verificação de proteção.

2. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

MAIRA DE JESUS CAMPOS

Superintendente do IPHAN em Sergipe



Documento assinado eletronicamente por **Maira de Jesus Campos**, Superintendente do IPHAN-SE, em 28/12/2023, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphane.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4998915** e o código CRC **F312F40F**.

Praça Camerino, nº 225 - Bairro São José - Bairro São José, Aracaju. CEP 49015-060
Telefone: (79) 2140-9976 | Website: www.iphane.gov.br

Fonte: Iphan, 2023.

Organização: Heyse Souza de Oliveira, 2024.